UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

A CULTURA CÍVICA NA EDUCAÇÃO CEARENSE (1963-1973) – *Na tapeçaria da História, entre o "Livro da Professora" e os festejos à Pátria e ao Progresso*

Francisco Egberto de Melo

Fortaleza/CE
2006

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

A CULTURA CÍVICA NA EDUCAÇÃO CEARENSE (1963-1973) – *Na tapeçaria da História, entre o "Livro da Professora" e os festejos à Pátria e ao Progresso*

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Mestrado em História Social da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de mestre, sob a orientação da Profa. Dra. Edilene Teresinha Toledo.

Francisco Egberto de Melo

Fortaleza/CE
2006

M485e

Melo, Francisco Egberto de.

A cultura cívica na educação cearense (1963-1973) – na tapeçaria da história, entre o "livro da professora" e os festejos à pátria e ao progresso/ Francisco Egberto de Melo. – 2006:

209p. :il. ; 30cm

Dissertação (Mestrado) em História Social. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006. Orientador: Edilene Teresinha Toledo (orientadora).

1.Educação e Estado – Ceará. 2. Política e Educação – Ceará. 3. Ensino de História e ditadura militar – Ceará I. Toledo, Edilene Teresinha II. Universidade Federal do Ceará. Mestrado em História Social III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

A CULTURA CÍVICA NA EDUCAÇÃO CEARENSE (1963-1973) – Na tapeçaria da História, entre o "Livro da Professora" e os festejos à Pátria e ao Progresso

FRANCISCO EGBERTO DE MELO

Esta dissertação foi julgada e aprovada, em sua forma final, pelo orientador e membros da banca examinadora, composta pelos seguintes professores:

_____
Profa. Dra. Edilene Teresinha Toledo - UFC
(orientadora)

_____
Prof. Dr. Antonio Luigi Negro – UFBA
(membro)

_____
Prof. Dr. Antônio Germano Magalhães Jr. - UECE
(membro)

Aprovada em ____ de _____ de 2006

Este trabalho não poderia ser dedicado a outras pessoas que não fossem aos meus companheiros diários.

Ao meu filho Gregório (o Gó), que sempre se preocupou com os meus prazos, com as páginas escritas e as fontes conseguidas. Sem ele uma parte desta pesquisa não existiria.

A minha filha Beatriz (a Bibia), que sacrificou um pedacinho de sua infância abdicando de nossos passeios, cinemas, praias, teatros e jogos de futebol e vôley sempre adiados, retribuindo com o afeto e carinho típicos de sua essência.

Mas, acima de tudo, dedico à minha companheira Oseneide (a Dinha), que silenciou diante de minhas ausências, mesmo quando eu estava presente, que sofreu e sorriu a cada instante dessa jornada, na pesquisa, na escrita dos ensaios monográficos, do texto de qualificação e da dissertação.

Tenho certeza de que este trabalho foi realizado a oito mãos, que saímos fortalecidos dessa batalha e que muitas ainda enfrentaremos juntos.

A vocês a minha eterna
gratidão.

AGRADECIMENTOS

Por mais solitária que possa parecer a ação do pesquisador, tudo que produzimos é fruto de uma ação coletiva. Existem pessoas que contribuem com o que fazemos e nem percebem, assim como existem aquelas que contribuem e não percebemos. Portanto, desde já, gostaria de agradecer a todos os que, de alguma forma, contribuíram para que esta pesquisa se concretizasse, mas, em especial, a todos os meus alunos, meus maiores incentivadores.

Lugar especial não posso deixar de reservar à Professora Edilene Toledo, exemplo raro de dedicação ao magistério, pelo incentivo, paciência e rigidez com que me orientou e pela compreensão das minhas limitações de horários.

Agradeço aos professores do programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, pela postura de compromisso assumido com o programa com seus alunos e pelas críticas sempre elucidativas que possiblitaram o andamento deste projeto de pesquisa. Dentre todos, não posso deixar de salientar os professores Luigi Biondi, Frederico de Castro Neves, Ivone Cordeiro e Eurípedes Funes. E, ainda, a professora Adelaide Gonçalves, pelas observações feitas quando tudo ainda era um projeto de pesquisa a ser avaliado. Pela mesma razão, agradeço à professora Margarida Dias (UFRN).

Meus sinceros agradecimentos à professora Simone Souza (UFC), companheira incansável nas lutas por melhorias no ensino de História, pelas informações, orientações e material cedido, que elucidaram dúvidas e aliviaram as dificuldades para relacionar História e ensino de História. No caminho inverso, agradeço à professora Maria Juraci Cavalcante, do programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira (UFC), pela prontidão com que me atendeu nos momentos difíceis de redimensionamento desta pesquisa.

Em especial, agradeço ao amigo e professor Germano Magalhães, do programa de Pós-Graduação em Educação (UECE), incansável incentivador de seus alunos, pela sua cordialidade e disponibilidade em ceder parte de seu tempo sempre que precisei, para me colocar no caminho da pesquisa, que mais uma vez se dignifica a fazer suas considerações como membro da banca

examinadora, com o professor Antônio Luigi Negro (UFBA), Almir Leal de Oliveira (UFC) e Frederico de Castro Neves (UFC), a quem agradeço pelas observações primordiais para futuras pesquisas.

Não poderia esquecer os amigos do programa de Pós-Graduação, companheiros da difícil jornada de fazer pesquisa em História num país onde educação e pesquisa na área social é fadada ao esquecimento. Em especial, agradeço aos amigos Tereza e Tácito, meus anjos da guarda sempre preocupados em passar as informações dos calendários acadêmicos e fiéis acompanhantes do cafezinho nos intervalos das atividades.

Incentivadores e amigos foram muitos ao longo desta jornada, mas gostaria de registrar o meu agradecimento ao meu camarada Aloísio Martins, companheiro maior, quase irmão, das lutas políticas de antes e das batalhas acadêmicas de agora, à 'amiguinha' Isaíde Bandeira, professora de todas horas, que tem como virtude maior a disponibilidade da partilha, e ao já mestre Jeimes Mazza, que, um dia, me convidou para fazer uma pós-graduação.

Agradeço aos funcionários do curso de pós-graduação, em especial a Regina e o Constantino, dos colégios Municipal Filgueiras Lima, Liceu do Ceará, Padre João Piamarta e da Escola Técnica Federal do Ceará, por se embrenharem comigo entre as traças dos arquivos escolares na busca de documentos, da Biblioteca Pública Menezes Pimentel, pela cordialidade que recebem os inúmeros pesquisadores todos os dias, e os do Arquivo Público do Ceará, especialmente o Arquivo Intermediário , sob a direção do Prof. Assis, pelo auxílio na busca de documentos no Acervo Virgílio Távora.

De importância ímpar foram as correções gramaticais e observações feitas pelo amigo e professor Aglaílson ao longo desses três anos e o professor Assis, corretor de última hora, que salvou o texto final dos desvios da língua portuguesa.

Por último, meus agradecimentos aos meus pais, ao seu José (sempre disposto a emprestar-me sua memória) e à Dona Ione, que com sabedoria e paciência, me colocaram no caminho da escola e me deram livros que me possibilitaram conhecer um pedacinho do mundo. A eles minha eterna gratidão.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADP – Ação Democrática Popular

AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas

AGB – Associação dos Geógrafos do Brasil

ANCAR – Associação Nordestina de crédito e Assistência Rural

ALN – Ação Libertadora Nacional

ANPUH – Associação Nacional de História (antes, Associação Nacional dos Professores Universitários de História)

AP – Ação Popular

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

AZIMOV – Projeto Morris Azimov

BEC – Banco de Estado do Ceará

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CBP – Consórcio Brasileiro de Produtividade

CADES – Campanha de Aperfeiçoamento do Ensino Secundário

CEDES – Centro de Estudos Educação e Sociedade

CFE – Conselho Federal de Educação

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CENPI – Centro Nacional de Produtividade Industrial

CESC – Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará

CIA – Central Intelligence Agency ou Agência Central de Inteligência

Cila - Companhia Industrial de Laticínios

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNMC – Comissão Nacional de Moral e Civismo

CODEC – Companhia de Desenvolvimento Econômico do Ceará

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

CONSIGUA – Companhia Siderúrgica Guanabara

CPCs – Centros Populares da Cultura

CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

EMC – Educação Moral e Cívica

EPB – Estudos dos Problemas Brasileiros ESG – Escola Superior de Guerra

ETFCE – Escola Técnica Federal do Ceará

FGV – Fundação Getúlio Vargas

GO – Grupo de Obuzes

GPE – Grupo de Publicações/Editorial

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JEC – Juventude Estudantil Católica

JK – Juscelino Kubitscheck

JUC – Juventude Universitária Católica

MCPs – Movimentos de Cultura Popular

MEB – Movimento de Educação de Base

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MEC-USAID – Acordo Ministério da Educação e Cultura – United States Agency for International Development

MOBRAL – Movimento de Alfabetização Brasileiro

NOVACAP – Nova Capital

OSPB – Organização Social e Política do Brasil

PDS – Partido Democrático Social

PNE – Plano Nacional de Educação

PR – Partido Republicano

PRT – Partido Republicano Trabalhista

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PLAMEG – Plano de Metas de Governo

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Trabalhista Nacional

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEPLAN – Secretaria de Planejamento

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UFC – Universidade Federal do Ceará

UDN – União Democrática Nacional

UNE – União Nacional dos Estudantes

USAID – United States Agency for International Development

RESUMO

A pesquisa, recorrendo a jornais, livros didáticos, legislação e documentação escolar, acervo do governador Virgílio Távora e discursos do Presidente Médici, analisa dois projetos educacionais para as escolas cearenses, o 'Livro da Professora", de 1963, e o currículo escolar de 1º. grau, de 1973, observando as diversas contradições políticas, pedagógicas e sobre a concepção do ensino de História que envolvia esses projetos. O 'Livro da Professora' foi elaborado numa época de intensos debates políticos e educacionais e expressa uma contradição entre o governador coronel Virgílio Távora, interessado em um plano de governo de modernização conservadora para o Estado do Ceará, e seus elaboradores do projeto educacional, influenciados por práticas de educação popular inspiradas na pedagogia freireana, em Piaget e no solidarismo cristão. O golpe de 1964 abortou o 'Livro da Professora' e seus elaboradores foram perseguidos, enquanto teve início a elaboração de um projeto educacional baseado na Ideologia da Segurança Nacional e do desenvolvimento. No Ceará, somente no governo de César Cals, foi elaborado um novo currículo sob a influência da Educação Moral e Cívica e dos Estudos Sociais impostos pela Lei 5692/71 e das festividades de comemoração do Sesquicentenário da Independência. Apesar das imposições curriculares e das festas e rituais cívicos realizados, dentro e fora das escolas, a cultura escolar constantemente conflitava com o imposto.

ABSTRACT

The research, appealing to didactic periodicals, books, legislation and pertaining to school documentation, according to the political assets of governor Virgílio Távora and speeches of President Médici, analyzes two educational projects as pertaining to the state of Ceará schools, the `Book of the Teacher", of 1963, and the pertaining school resume of 1º. degree, of 1973, observing the diverse political contradictions, pedagogical and on the conception of the teaching of History that involved these projects. The `Book of the Teacher' was elaborated at a time of intense educational and political debates and expresses a contradiction between governing colonel Virgílio Távora, interested in a plan of conservative modernization government for the State of the Ceará, and his elaborators for the educational project, influenced by practices of popular education based upon the freireana pedagogia, Piaget and the Christian solidarism. The 1964 coup aborted the `Book of the Teacher' and its elaborators had been persecuted, while the elaboration of an educational project based upon the Ideology of the National Security and the development was beginning. In Ceará, only in the government of Cesar Cals, a new resume under the influence of the Moral and Civic Education and the Social Studies imposed upon by Law 5692/71 and of the celebration of the 150th. anniversary of Independence was elaborated. Despite the curricular impositions and of the festivities carried through civic rituals, inside and outside of the schools, the pertaining school culture constantly conflicted with what had been imposed.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 15

CAPÍTULO 1 –Planejar a Educação na “União pelo Ceará”: entre o nacionalismo popular reformista e o nacionalismo elitista conservador..... 33

Nos Projetos Educacionais a pedagogia libertadora e suas ambigüidades..... 33

A Comissão dos Notáveis e o Planejamento do Governo Virgílio Távora..... 42

Aprender se Aprende pensando com o “Livro da Professora”..... 66

CAPÍTULO 2 – O Ensino de História Fora dos Muros Escolares: a celebração da Pátria e da Produção 94

A Invenção da Tradição da Harmonia Nacional: em nome do passado glorioso o futuro do “Brasil Grande”..... 94

Amar a Pátria, Idealizar o Progresso e Vender Produtos 114

CAPÍTULO 3 – A Escola: espaço de resistência, de moral e de civismo..... 142

Entre o Civismo e a Indisciplina..... 142

O Currículo de 1973: a elaboração de um passado heróico, bravo e retumbante 161

Considerações Finais..... 175

Bibliografia..... 182

Fontes..... 193

Jornais..... 193

Legislação escolar: Leis Pareceres..... 193

Livros de Educação Moral e Cívica..... 197

Atas de Reuniões do Colégio Municipal Filgueiras Lima..... 197

Fontes Eletrônicas..... 198

ANEXOS i

ANEXO 01

Sugestões de trabalhos que ajudam a entender a cultura cívica escolar..... i

Sugestões de trabalhos que contribuíram para o início da elaboração d cultura cívica escolar no Brasil..... iii

ANEXO 02..... iv

ANEXO 03..... v

ANEXO 04..... vi

ANEXO 05..... vii

ANEXO 06..... viii

ANEXO 07..... ix

ANEXO 08..... x

ANEXO 09..... xi

INTRODUÇÃO

Uma coisa é um país
outra um ajuntamento.
Uma coisa é um país,
outra um regimento.
Uma coisa é um país,
outra o confinamento.
Mas já soube datas, guerras, estátuas
usei caderno "Avante"
- e desfilei de tênis para o ditador.
Vinha de um "berço esplêndido"
para um "futuro radioso"
e éramos maiores em tudo
- discursando rios e pretensão.
Uma coisa é um país,
outra um fingimento.
Uma coisa é um país,
outra um monumento.
Uma coisa é um país,
outra o aviltamento.
(Afonso Romano de Sant'Ana[1])

Este trabalho discute como, a partir de 1964, quando se estabeleceram os governos autoritários do regime militar[2] brasileiro (1964-1985), as forças conservadoras cearenses mobilizaram diversos instrumentos de elaboração e divulgação de uma cultura cívica escolar atrelada a uma perspectiva de História e seu ensino. Partimos do princípio de que essa cultura cívica objetivando formar uma unidade/identidade nacional que, naquele momento, extrapolava o ambiente das escolas com o intuito de fortalecer um Estado fundamentado nos princípios da Segurança Nacional e do Desenvolvimentismo, sempre se fez

[1] Poeta mineiro, nascido em 1937. Muito ativo nos anos 60, seus textos e poesias têm forte conteúdo social.

[2] Utilizamos a denominação civil-militar quando falamos sobre a elaboração do golpe de 1964 tendo, como referência, René Armand Dreiffus, para quem o golpe de 1964 foi o resultado de uma ação articulada por uma elite orgânica empresarial multinacional e associada ao Ipes (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) ao IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e às Forças Armadas (ESG – Escola Superior de Guerra) IN: René Armand Dreifuss. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006, p. 246. Mas, quando nos referimos ao período dos governos militares, entendemos que os próprios militares acabaram assumindo o poder, que se constituiu numa ditadura militar como afirma Carlos Fico IN: **Além do Golpe, a tomada de poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar**. Rio do Janeiro, Record, 2004. Ver também ROLLEMBERG Denise, "Esquerdas revolucionárias e luta armada" e FERREIRA, Jorge. "O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964" IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

presente na educação escolar brasileira[3] remontando à fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838[4]. Dali saíram os manuais que, se não se constituíram nos primeiros lançados, foram os primeiros a "dominar corações e mentes de várias gerações de estudantes do Império do Brasil para o uso dos alunos da 4ª. e da 7ª. série do Imperial Colégio Pedro II, publicados entre 1861 e 1863, e das escolas de Instrução Primária, editado em seguida"[5].

Segundo Fonseca, ao longo do século XIX, "produzia-se e ensinava-se (...) uma História eminentemente política, nacionalista (...). Desde a lei educacional de 1827, alguns dos pressupostos dessa formação moral e política já ficavam evidentes"[6]. Esse tipo de História contribuiu, portanto, para estabelecer uma narrativa histórica que vai ao encontro do que Marilena Chauí classificou de mito fundador do Brasil, enquanto algo que "não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo"[7]. Assim, a cada momento histórico brasileiro, essa narrativa do mito fundador é retomada, atualizada e adequada.

O mito fundador brasileiro, elaborado após a Independência em concomitância com a invenção histórica do Estado-Nação, enquanto solução para "incluir todos os habitantes do território na esfera da administração estatal

---

[3] Ver no ANEXO 1 as sugestões de leituras que analisam e/ou serviram de base para elaboração desta cultura cívica escolar na formação da unidade/identidade nacional.

[4] O próprio nome do Instituto era uma forma de elaboração e (re)elaboração da identidade nacional vinculada à monarquia. Segundo GASPARELLO, "No século XIX, a denominação do colégio apareceu de forma diferenciada, mas sempre com destaque ao nome do Imperador: no decreto de fundação consta *Colégio Pedro II*. Com a República, sofreu mudança radical, como o nome de *Instituto Nacional de Instituição Secundária* e logo depois *Ginásio Nacional* (1892). Em 1909, passou a ter um duplo nome: o Externato voltou a chamar-se *Colégio de Pedro II* e o Internato *Instituto Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Em 1911, houve a reunificação dos estabelecimentos sob o antigo nome, sem a partícula 'de': *Colégio Pedro II*, que conserva até hoje. GASPARELLO, Arlete Medeiros. "A Nação como modelo pedagógico". ARIAS NETO, José Miguel (org.). **Dez Anos de pesquisa em ensino de História – V Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História**. Londrina: Atritoart, 2005.

[5] MATTOS, Selma Rinaldi de. "Lições de Macedo, uma pedagogia do súdito-cidadão no Império do Brasil". IN: MATTOS, Ilmar Rohloff de (Org.). **Histórias do ensino de História do Brasil**. Rio de Janeiro, Acces, 1998, p. 31.

[6] FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. História & Ensino de História. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 47.

[7] CHAUÍ, Marilena. **Brasil – mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 9.

e obter a lealdade dos habitantes ao sistema dirigente"[8], e com a visão de escola enquanto promotora da unidade nacional, "através da transmissão não só de um conteúdo unificado, mas também de valores culturais e morais que garantiriam o sentimento pátrio"[9], é constantemente (re)significado de acordo com o momento histórico em que se insere e que influencia.

No Estado do Ceará, o momento que antecede ao golpe de 1964 e o que lhe vem em seguida são bastante ricos para compreendermos essa dinâmica de (re)significação do mito fundador da nação brasileira, Ali, colocaram-se em contraposição dois projetos educacionais que, se, em alguns aspectos se aproximavam, eram consideravelmente diferentes em outros. Enquanto um, intitulado como o "Livro da Professora", elaborado entre 1963 e 1964, buscava uma educação renovadora e fundamentada na valorização do ser humano a partir de uma educação dialógica e problematizante[10], o outro, o currículo de 1º. Grau elaborado pela Secretaria de Educação do Estado, em 1973, tinha o objetivo de fortalecer os interesses de um Estado autoritário e das elites conservadoras com vistas ao fortalecimento das relações capitalistas. Com o intuito de percebermos essas divergências, recuamos ao governo cearense empossado no ano de 1963, na pessoa do Coronel Virgílio de Moraes Fernandes Távora e, depois, avançamos aos anos de 1972 e 1973, quando o segundo projeto já se estabelecera como determinação do Estado no governo do também coronel César Cals de Oliveira Filho.

O "Livro da Professora" foi elaborado durante o governo do coronel, formado pela Escola Superior de Guerra, Virgílio Távora. Homem de vasta experiência burocrática e política[11], uma vez eleito, começou a colocar em

---

[8] Idem. p. 17.

[9] BASTOS, Maria Helena Câmara. "A Educação como Espetáculo". IN: BASTOS, Maria Helena Câmara e STHEPHANOU, Maria (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasi**l. Petrópolis RJ: Vozes, 2005, Vol II – Século XIX.

[10] Sobre estes conceitos ver FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

[11] Em 1950, Virgílio Távora fora eleito Deputado Federal pela UDN (União Democrática Nacional). Na câmara, foi membro das comissões de Segurança Nacional e Economia. Em 1954, sob sua liderança, a UDN já era o partido majoritário no estado, elegendo o Governador, o Vice, os dois senadores e a maioria dos prefeitos do estado. Em 1956, iniciou a campanha pela eletrificação do Ceará e, em 1957, assumiu a vice-presidência nacional da UDN e, em 1961, ocupou a pasta do Ministério da Viação e Obras Públicas, no ministério de Tancredo Neves, fruto do acordo para a saída da crise gerada pela renúncia de Jânio Quadros. Em 03 de outubro de 1962, foi eleito governador do estado, sendo empossado em 25 de março de 1963, tendo como marca de seu governo a inauguração da chegada da energia de Paulo Afonso à cidade de Fortaleza. Posteriormente, Virgílio Távora foi eleito

prática o seu plano de governo intitulado PLAMEG (Plano de Metas de Governo). No setor da educação, convocou uma equipe de educadores para elaborar o que deveria ser o projeto educacional do Estado. O projeto deveria ser elaborado na proposta da racionalidade e da modernização conservadora do desenvolvimentismo que embasava o PLAMEG. Entretanto, o resultado foi um projeto sob forte influência de Paulo Freire e Jean Piaget, o que ia de encontro aos interesses do então governador. Em março de 1964, o projeto estava pronto e foi publicado em forma de livro, com o título "O livro da Professora". No entanto, ele não se concretizou enquanto práticas pedagógicas, pois foi atropelado pelo golpe vindo em seguida.

Em 1966, por força do autoritarismo do Regime Militar, o "Livro da Professora" foi recolhido, enquanto seus elaboradores eram perseguidos e banidos do estado do Ceará ou do próprio país, ao mesmo tempo em que o próprio governador, numa atitude que sempre lhe foi característica – a ambigüidade em suas posições – procurava protegê-los. O sonho educacional inovador dos "notáveis", que foram transformados em subversivos, era abortado, enquanto se abria o caminho para as propostas do autoritarismo de Estado imposto pelo golpe de 1964, nas quais se enquadravam as do próprio governador Virgílio Távora. Em 1973, uma nova comissão era convocada, dessa vez, pelo então governador César Cals, para elaborar o currículo escolar local com bases na legislação nacional de 1971 em seu projeto de desenvolvimento econômico, na Ideologia da Segurança Nacional e sob a influência das comemorações dos 150 anos da Independência, amplamente divulgadas por meio de campanhas escolares e publicitárias sob forte apelo ao civismo, ao patriotismo e ao nacionalismo, que se expressariam por intermédio das disciplinas de Estudos Sociais (que substituía a História e a Geografia), de Educação Moral e Cívica (EMC) e de Organização Social e Política do Brasil (OSPB), e das diversas práticas escolares cotidianas de então.

Temos claro que a escola não é apenas um lugar de recepção, mas também de elaboração de saberes a partir de uma dinâmica própria, de uma cultura escolar aqui entendida como

---

deputado federal, em 1966, Senador pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Entre 1979 e 1983 governou novamente o Ceará. Em 1982, foi Senador pelo PDS (Partido Democrático Social), vindo a falecer em 1988.

> "a forma como em uma situação histórica concreta e particular são articuladas e representadas, pelos sujeitos escolares, as dimensões espaço-temporais do fenômeno educativo escolar, os conhecimentos, as sensibilidades e os valores a serem transmitidos, a materialidade e os métodos escolares"[12]

Ou seja, a cultura escolar se edifica no dia-a-dia, inserida numa dinâmica própria, mas não de forma isolada, e sim a partir de um conjunto de valores e tradições que a cercam. Daí a necessidade de analisarmos a educação dentro e fora dos muros escolares desse período a partir de uma História da Educação relacionada à História Política. Situamos nossa pesquisa "como objeto da História, abandonando-se definitivamente a possibilidade de uma História da Educação como 'especialização' da História"[13]. A educação é vista aqui, portanto, como uma problemática e não como um reflexo da História, pois partimos de referenciais da Nova História Política. Vemos a escola como espaço de tensões, e não de obediência. Quanto mais tenso se torna o social, mais agudas se tornam as tensões nas escolas, não como uma determinação, mas porque a escola faz parte do social, pois a "organização escolar não é conseqüência de uma forma política instituída, mas é produtora/componente dessa forma que se instituiu"[14]. Naquele momento que antecede ao golpe de 1964 e o que vem em seguida, essas tensões se tornaram mais evidentes ao colocar em confronto institucional os dois projetos educacionais citados anteriormente.

Ao analisarmos a educação distante da teoria do reflexo, partimos do princípio de que os projetos educacionais não são resultantes da vontade deste ou daquele governante, no nosso caso, o coronel Virgílio Távora ou o coronel César Cals, ou fruto deste ou daquele regime político, democracia ou ditadura. Não tomamos por base uma condição política "a priori" que exclui a "possibilidade de entendimento da educação como uma prática social e cultural que se articula a outras diferentes práticas"[15], preferimos entender a educação como um conjunto de práticas sociais e culturais inseridas num campo de

---

[12] FARIAS FILHO, Luciano Mendes de. "O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa". IN: FONSECA, Thaís Nivia de Lima e e VEIGA, Cynthia Greive. **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 85.

[13] VEIGA, Cynthia Greive. "História Política e História da Educação". IN: idem, p. 13

[14] Idem, p. 37.

[15] Idem, p. 36.

tensões políticas de disputas pela hegemonia cultural seja na estruturação curricular, na definição dos livros e dos métodos de ensino, seja na formação dos professores, o que vai além da periodização tradicional do antes e depois do golpe de 1964.

Qualquer periodização que se pense em fazer na educação brasileira deve levar em consideração os aspectos de longa duração que ultrapassam as periodizações tradicionais políticas ou econômicas, como a idéia de uma educação pública, herança dos tempos do Marquês de Pombal, no século XVIII, e fruto dos debates da ilustração européia. Naquele momento, no além-mar das Luzes

> "Do Iluminismo à Revolução *[Revolução Francesa]*, vislumbra-se o surgimento de um espírito público no qual a pedagogia passa a ser a pedra de toque.(...) Reivindicar uma escola única, laica e gratuita, universalizada para todas as crianças de ambos os sexos, significava conferir legitimidade ao processo de emancipação inscrito naquele período que presenciava o acelerar da história."[16]

Essa idéia de igualdade de oportunidades, herança do ideário Iluminista e da Revolução Francesa, que se fez presente ao longo do Império e de toda a República, tornou-se mais do que retórica de campanhas políticas eleitorais, arraigou-se enquanto uma necessidade social, em especial das camadas majoritárias da sociedade. Por outra, qualquer periodização da História da Educação no Brasil deve considerar a utilização da escola como espaço de incubação e divulgação do Estado-Nação, do patriotismo e do civismo, ora de forma mais evidente ora mais sutil. Considere-se, ainda, a permanente oscilação, ainda não bem definida, entre o ensino meramente propedêutico e o ensino voltado para a formação de mão-de-obra.

Levando-se em consideração os aspectos de longa duração é que oscilamos nossa pesquisa entre os anos de 1963 e 1973. O primeiro fato que nos chamou atenção foi, em 1972, a Prefeitura de Fortaleza liberar cinco mil cruzeiros, o que correspondia a 18,6 salários mínimos[17], para que o Colégio Municipal Filgueiras Lima organizasse sua participação no desfile de comemoração do Sesquicentenário da Independência sob a égide do autoritarismo da Ditadura Militar, evidenciava-se um dos papéis esperados das

---

[16] BOTO, Carlota. **A Escola do Homem Novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa**. São Paulo: Contexto, 1997, p.16.

[17] Pelo Decreto de 70.465 de 24 de abril de 1972, o salário mínimo era de Cr$ 268,80.

escolas brasileiras naquele momento: contribuir para a elaboração de uma cultura cívica e nacionalista capazes de referendar os projetos de sociedade e de Estado que interessavam aos grupos que detinham o poder político-institucional do país. Aos ideólogos da ditadura ambiciona "fazer da escola um instrumento de conformação das novas gerações ao projeto de sociedade"[18] por eles pensado e que se evidenciaria com a elaboração da Lei Educacional 5692/71 e, no Ceará, com o currículo de 1973. No entanto, um retorno ao ano de 1963 demonstra que outros projetos educacionais foram arquitetados, porém derrotados pelo golpe de 1964.

Partindo de uma História Política da Educação, analisamos as normas, leis, currículos, portarias, pareceres e decretos editados como forma de adaptar a educação escolar à lógica e às necessidades do autoritarismo militar pós-1964, ao instituir o ensino de Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC), enquanto disciplinas e práticas escolares[19], e dos Estudos Sociais, como parte de uma campanha nacionalista, patriótica e ufanista que visava a anular as contradições internas da sociedade em nome de um projeto de nação militarizada para combater os "inimigos da pátria" e em defesa do capitalismo nacional associado ao capital estrangeiro contra o espectro do comunismo. Porém, essa análise não pode partir de um certo senso comum de que, naquele momento um conjunto de burocratas se reuniu e elaborou um projeto educacional que os professores colocaram em prática. Pelo menos dois aspectos precisam ser levados em consideração.

Em primeiro lugar, os legisladores educacionais não criam as leis a partir de um vazio cultural, pois não estão dissociados de seu lugar social envolto em seu passado e suas tradições. O ensino de EMC, OSPB e Estudos Sociais e todas as suas implicações devem ser vistos a partir de sua inserção social numa cultura escolar que antecedia ao próprio regime militar. Desde o advento da República, a Educação Moral e Cívica se fez presente dentro e fora das escolas, com vistas à manipulação do imaginário popular "para tornar

[18] ROCHA, Ubiratan. **História, Currículo e Cotidiano Escolar**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 35.
[19] Ressalte-se que as práticas escolares perpassam todas as atividades escolares, dentro e fora da sala de aula, portanto vão além da disciplina escolar.

a República um regime não só aceito como também amado pela população[20]" em alguns momentos de forma mais intensa, como no período do Estado Novo de Vargas, em outros menos. Mesmo em períodos mais democráticos – ou menos autoritários –, como no caso da democratização pós-1945, é ilusão achar que "aboliram a educação moral e cívica em nome dos princípios liberais"[21], essa disciplina se fez presente ao longo do "período democrático" (1945-64) nas diversas práticas escolares ou mesmo como disciplina obrigatória estabelecida por lei, como a partir de 1963, no Estado do Ceará.

Portanto, não é possível pensar a Educação Moral e Cívica instituída no regime Civil-Militar na perspectiva de Cunha e Góes, como "uma nova disciplina para preencher o 'vácuo ideológico' deixado na mente dos jovens, para que não fosse preenchido pelas 'insinuações materialistas e esquerdistas'"[22], ou segundo Selva Guimarães, ao afirmar que, a partir do decreto-lei 869, de 12 de dezembro de 1969, "os conceitos de nação, pátria, integração nacional, tradição, lei, trabalho e heróis passaram a ser o centro dos programas da disciplina educação moral e cívica"[23]. É melhor dizer que essas práticas foram intensificadas, pois já eram comuns nas escolas, não sendo, portanto, uma criação da Ditadura Militar pós-64. Desde o início da República, segundo Valnir Chagas, já se forjava uma educação escolar cívica e nacionalista, objetivada numa "instrução fundamental (...) para o bom desempenho do cidadão na vida social" (Plano de 1890) e "do indivíduo para as lutas da vida" (Plano de 1911)[24].

Um segundo aspecto a considerar, quando analisamos as estruturas educacionais instituídas, é que, por mais que o Estado tente elaborar a dinâmica escolar, as escolas possuem uma cultura própria relativamente autônoma, efetivada por meio dos conteúdos, valores, práticas e metodologias cotidianas, que ora se aproximam ora se distanciam do estabelecido,

---

[20] CARVALHO, José Murilo. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 129.

[21] CUNHA, Luís Antonio Cunha e GÓES, Moacyr de. **O Golpe na educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1997, 8ª. Edição, p. 73.

[22] Idem, p. 74.

[23] FONSECA Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas, SP; Papirus, 2003, coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico, p. 21.

[24] CHAGAS, Valnir Chagas. **O ensino de 1o. e 2º. Graus – antes, agora e depois?**. São Paulo: Saraiva, 1978, p. 28.

permitindo a formação de vazios possibilitadores de espaços de resistência ao instituído. Sabe-se, por exemplo, que muitos professores utilizavam o espaço da Educação Moral e Cívica em ações de contra-hegemonia, para fazerem exatamente o inverso do instituído, questionar os valores do nacionalismo, do patriotismo e tantos outros que, segundo a legislação educacional da ditadura, deveriam ser reforçados. Como afirma Rocha, "em mãos de professores comprometidos com a resistência ao regime, essas 'novas' matérias transformar-se-iam em ferramentas que ajudariam a solapar a ditadura"[25]. Assim, a escola, embora fosse o espaço de reprodução e acomodação do estabelecido, era também de negação, num constante conflito e complementaridade entre a cultura escolar e os diversos fatores de origem externa que reproduzem as relações sociais. Percebendo a escola a partir de Giroux,

> "(...) É nessa relação entre cultura escolar e experiências de vida contraditórias que professores e alunos registram as impressões e a textura da dominação e da resistência. Em particular, é nessa relação que a cultura é dividida em formas dominantes e repressivas, em categorias que 'silenciosamente' distinguem o essencial do não essencial, o legítimo do ilegítimo."[26]

É, portanto a partir dos interstícios dessas relações de poder, dominação, resistência, acomodação, tensão, conformação e legitimação do ilegítimo, do instituído e do não instituído, que se busca identificar como as práticas educativas, dentro e fora das escolas, eram utilizadas como forma de produção da Cultura Cívica Nacional, no início do Regime Militar, culminando com a elaboração da Lei Curricular de 1973 no Estado do Ceará. A legislação local possibilita identificar, por meio dos currículos, programas e práticas que vinham sendo elaborados desde o início do governo de Virgílio Távora (1963-1966), a busca de caminhos que levassem o Estado a se inserir num projeto, ao mesmo tempo, desenvolvimentista, conservador, cívico e patriótico. Considerando que o Livro da Professora não atendia a tais objetivos, fez-se necessária a elaboração de um novo currículo. Mas, isso só ocorreria em 1973, com o estabelecimento do currículo estadual elaborado pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Este seria, portanto, o coroamento das

[25] ROCHA, Ubiratan. op. cit. p. 35.

contradições educacionais de uma época em que se colocavam frente a frente um projeto nacional-popular de educação e um outro nacionalista-autoritário. Por isso, a compreensão do programa curricular de 1973 nos exigiu uma volta ao ano de 1963, quando o Coronel Virgílio Távora foi eleito governador, depois de um acordo político entre as elites locais, designado, à época a "União pelo Ceará", e convocou uma comissão para elaborar a primeira proposta pedagógica local, que acabou silenciada no pós-1964, para dar lugar a uma ampla campanha nacionalista e cívica que culminou na elaboração do currículo de 1973.

Entendemos o projeto nacional-popular como antioligárquico e antielitista, que busca não a superação da luta de classes, mas a interdependência de três componentes que lhe dão a forma:

> "O Estado como defensor da identidade nacional frente a uma dominação estrangeira; mecanismos políticos e sociais de integração; defesa da cultura nacional e popular. (...) O papel central do Estado pode entrar em conflito com a defesa de uma cultura popular ou também com mecanismos de integração social, que podem colocar em perigo o papel do Estado. Porém, o essencial é a predominância das categorias políticas sobre as categorias sociais."[27]

O governo de Virgílio Távora que antecede ao golpe de 1964 e sua aproximação com o governo João Goulart expressava esse caráter do Estado Nacional-Popular, e isso explica, em boa medida, suas ambigüidades, como aliar-se aos caciques tradicionais da política local e aparecer como uma nova liderança modernizadora, mas, de fato, conservadora; servir ao clientelismo e, ao mesmo tempo, buscar atender à pressão popular pela universalização do ensino; aliar-se ao populismo reformista de João Goulart e sobreviver no poder após o golpe; permitir que educadores que seriam perseguidos pelo regime militar sob a acusação de comunistas elaborassem o projeto local de educação e depois protegê-los das perseguições, apesar de aderir aos golpistas.

Quanto ao nacionalismo autoritário, entendemos como uma resposta ao crescimento das demandas populares que começaram a ameaçar os interesses das camadas médias e oligárquicas. O resultado foi a substituição do projeto nacional-popular pelo nacionalismo autoritário aliado ao capital

---

[26] GIROUX, Henry. **Teoria Crítica e Resistência em Educação – para além das teorias de reprodução. Petrópolis**, Vozes 1986, p. 91.

estrangeiro como forma de superar as pressões sociais crescentes. Naquele momento, diante o esgotamento do Estado de atender às necessidades populares sem ferir os interesses das elites, segundo Touraine

> "Os meios dirigentes, então, se livram do Estado nacional-popular para rechaçar, por meio da força, as demandas populistas ou revolucionárias. Ao mesmo tempo, são atraídos por uma incorporação mais direta do seu país ao sistema econômico internacional e pela busca das muito famosas 'vantagens compatíveis'. (...) Os grupos dirigentes – militares e civis – voltam-se novamente para o exterior."[28]

Nosso objetivo é identificar as relações de rupturas, semelhanças, diferenças, permanências e continuidades entre esses dois momentos. Por isso, escolhemos um período, de certa forma longo, entre 1963 e 1973, para identificar que os diversos rituais e práticas educacionais, desenvolvidos dentro e fora dos muros escolares, em especial as festas de comemoração do sesquicentenário da Independência de 1972, um dos momentos de maior manifestação patriótica do Brasil, e a elaboração do currículo escolar de 1973, têm seus antecedentes numa cultura cívica escolar consubstanciada no confronto de projetos educacionais ocorrido a partir do ano anterior ao golpe Civil-Militar. Do ponto de vista da legislação e dos projetos educacionais, saiu vencedor o autoritarismo dos golpistas interessados na elaboração de uma memória nacional envolta de significados cívicos e patrióticos que preservassem a unidade e a harmonia social de acordo com os interesses desenvolvimentistas estabelecidos pela "elite orgânica do bloco econômico multinacional e associado"[29].

No entanto, no que diz respeito às práticas educacionais, essa vitória era aparente, uma vez que o projeto vencedor, que instituiu a EMC, o OSPB e os Estudos Sociais, foi permeado de ações de resistência que procuravam

---

[27] TOURAINE, Alain. **Palavra e Sangue: política e sociedade na América Latina**. Tradução: Iraci D. Poleti. São Paulo: Trajetória Cultural/Editora Unicamp, 1989, p. 188.

[28] Idem, p. 413-14. Sobre o conceito de Nacional-Popular e Nacionalismo Autoritário, ver também DREIFFUS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

[29] Expressão utilizada por DREIFFUS para designar os intelectuais orgânicos que desde o final dos anos de 1950 se inseriram em diversos órgãos públicos e privados, ou os criaram, para a elaboração de táticas e estratégias que atendessem aos interesses do capital transnacional e do nacional àquele associado com vistas à tomada do poder do Estado Nacional brasileiro. Tais práticas "compreendiam desde atividades que objetivavam efeitos a longo prazo na orientação das perspectivas sociais, econômicas e político-militares, até táticas defensivas planejadas objetivando ganhar tempo suficiente para a estratégia política e militar lograr efeito" (DREIFFUS, op. cit. p. 248).

subverter a ordem do próprio Estado Militar. “Em mãos de professores comprometidos com a resistência ao regime, essa ‘novas’ matérias transformar-se-iam em ferramentas que ajudariam a solapar a ditadura”[30]. Por meio de práticas de contra-hegemonia que intencionavam desestabilizar o próprio regime militar, muitos professores transformavam as aulas de EMC e OSPB em História do Brasil, ou se utilizavam dessas disciplinas para fazer críticas ao próprio regime. “Se produziam algum peso desestabilizador é, entretanto, difícil de avaliar”[31]. Talvez uma pesquisa no campo da História Oral, onde fossem entrevistados os professores, alunos e demais envolvidos com essas disciplinas, no cotidiano escolar do período, pudesse indicar o alcance de tais resistências, mas preferimos deixar para uma outra oportunidade, tendo em vista o alcance que isso significaria, exigindo uma nova pesquisa.

Diante do exposto, o trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro, analisamos a elaboração do currículo escolar sob o título de o “Livro da Professora” durante o primeiro governo de Virgílio Távora, observando as intenções governamentais de inseri-lo no Plano de Metas de Governo – I Plameg (o primeiro plano de governo do Estado do Ceará elaborado com vistas ao desenvolvimentismo planejado sob a intervenção do Estado), que tinha, como lógica fundamental, um desenvolvimentismo conservador que fosse capaz de conciliar no Ceará um processo de industrialização, semelhante ao que vinha ocorrendo no país com a intervenção do Estado, e, ao mesmo tempo, mantivesse as práticas e os interesses tradicionais do clientelismo[32]. Esse projeto educacional, abortado pelo golpe de 1964 e substituído por diversos mecanismos institucionais do Estado autoritário, era extremamente

---

[30] ROCHA, Ubiratan. **História currículo e cotidiano escolar**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 35.

[31] Idem. Sobre a resistência à imposição dos Estudos Sociais, EMC e OSPB, além de Ubiratan ROCHA, ver também CORDEIRO, Jaime Francisco P. **A História no centro de debate: as propostas de renovação do ensino de História nas décadas de setenta e oitenta**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000; SILVA, José Luiz Werneck da. **A deformação da História ou Para não esquecer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. (Coleção Brasil: os anos de autoritarismo). Um dos primeiros artigos escritos fazendo críticas aos Estudos Sociais foi elaborado por FENELON, Déa Ribeiro. IN: ZAMBONI, Ernesta. “A Questão dos Estudos Sociais” IN: **Cadernos CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade)**, São Paulo: Editora Cortez, No. 10. Neste artigo, Déa Fenelon, já cita um congresso realizado em São Paulo pela ANPUH (na época, Associação Nacional dos Professores Universitários de História, hoje Associação Nacional de História) e AGB (Associação dos Geógrafos do Brasil), onde foi aprovada uma moção de repúdio aos Estudos Sociais.

[32] Sobre os acordos políticos e as relações coronelísticas e oligárquicas no Ceará ver PARENTE, Josênio. “O Ceará dos ‘coronéis’ (1945-1986)”. IN: Simone de Souza (org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. p. 381- 408.

inovador, diante da marcante influência de Jean Piaget e Paulo Freire. Identificamos aqui como a comissão foi capaz de se apropriar do espaço criado pelo Estado e elaborar um projeto capaz de se confrontar com esse mesmo Estado, numa perspectiva das táticas e estratégias de Michel de Certeau[33].

No segundo capítulo, vamos às festas cívicas que extrapolavam os muros escolares e sua relação com o ensino de História na elaboração da cultura cívica patriótica e ufanista, após a derrota do projeto intitulado o "Livro da Professora" pelo golpe de 1964. Aquele projeto ainda foi reeditado no ano de 1966, mas, depois, seria abandonado pelo Estado, sem que se colocasse qualquer outro projeto educacional no lugar. O governo que veio em seguida ao de Virgílio Távora, tendo à frente Plácido Castelo (1966-1971), que chegou ao poder pela via indireta, com o endosso do Presidente-General Humberto de Alencar Castelo Branco, segundo Filizola,

> "no plano educacional, pode ser caracterizado, principalmente, por ações descontínuas, por ter operado uma diminuição dos recursos da Pasta da Educação. Os servidores sofreram o arrocho salarial, (...) o clientelismo gera a contratação de professores de forma precária e sem habilitação, (...) a Secretaria de Educação passa a ser alvo de denúncias de corrupção (...)"[34].

Isso explica por que, no segundo capítulo, damos um salto temporal entre o recolhimento do 'Livro da Professora' (1966) e o ano de 1972. Somente a partir desse ano, é possível identificar uma posição política mais definida na educação cearense, o que se expressava pelas festas cívicas envolvendo diversos instrumentos, como Estado, empresas, meios de comunicação e escolas. Fazemos isso, com vistas a entendermos melhor o contexto local no qual se insere a elaboração do currículo escolar local de 1973, assunto do terceiro capítulo. Na análise das festas cívicas e comemorações escolares, como desfiles, horas cívicas, o hasteamento da bandeira nacional e seus diversos cultos, propagandas e artigos publicados nos jornais que culminaram com a comemoração do Sesquicentenário da Independência no ano de 1972, usamos a documentação escolar e os jornais da época.

---

[33] CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

[34] FILIZOLA NETO, Júlio. **O Liceu do Ceará e as Políticas Educacionais**. CAVALCANTE, Maria Juraci Maia, **História e memória da educação no Ceará** (org.). Fortaleza: Imprensa Universitária, p. 206.

No terceiro capítulo, é feita uma análise do currículo estadual de 1973, elaborado em concordância com a Lei Federal 5692, de 1971, e as demais legislações a ela vinculadas, ao mesmo tempo, embalado pelas festividades comemorativas dos 150 anos de Independência do Brasil. Identifica-se a preocupação em adaptar a educação escolar às necessidades do mercado de trabalho e à construção de uma Cultura Cívica de acordo com os interesses do Estado autoritário que se estabelecera com o golpe militar de 1964.

Utilizamos como fontes a legislação educacional, os jornais de época, em especial o Jornal O Povo e Tribuna do Ceará, além da documentação escolar pesquisada em algumas escolas de Fortaleza, notadamente os colégios Estadual Liceu do Ceará, Escola Técnica Federal do Ceará, Escola Profissional Padre João Piamarta e Colégio Municipal Filgueiras Lima. No que diz respeito às fontes escolares, vale observar as dificuldades encontradas, tendo em vista o tratamento indevido dispensado a elas. Muito se tem perdido da documentação escolar, uma vez que os documentos escolares são constantemente destruídos pelas condições nas quais são guardados, entregues à ação do mofo, do cupim, das traças, ratos e baratas, quando não são sumariamente queimados ou retirados das escolas como se fossem documentos particulares, como ocorreu, segundo depoimentos, no Colégio Liceu do Ceará. Assim, muitos documentos escolares da década de setenta não existem mais, embora seja possível encontrar documentos do início do século XX e uma boa documentação a partir da década de 1980.

Por último, gostaria de salientar que eu mesmo, como qualquer aluno de ensino secundário da época aqui analisada, tive a experiência de vivenciar a elaboração da cultura cívica escolar no início dos anos de 1970. Meu tempo de vida, portanto, coincide com o tempo em que se inserem minhas pesquisas. Assim como o poeta, eu também desfilei de tênis (conga e kichute) para o ditador e usei cadernos avante que traziam na capa fotografias da Transamazônica ou da ponte Rio-Niterói, no verso da capa, o Hino Nacional, na contracapa, o da Bandeira e, no verso da contracapa o da Independência, o que facilitava cantar na hora do hasteamento da bandeira. E fiz mais, toquei, na clarineta, dobrados e hinos de “berço esplêndido”, intercalados por marchinhas de “eu te amo meu Brasil” , nos desfiles da Avenida Aguanhambi, aguardando ansioso a distribuição de leite Cila (Companhia Industrial de Laticínios –

primeira indústria de leite pasteurizado no Ceará, que, durante os desfiles do Sete de Setembro, distribuía leite para os estudantes que iam desfilar) e os pontos prometidos na média bimestral, para os alunos das escolas públicas, engomados e famintos, mas bem comportados, pelo menos na presença dos professores-instrutores, livres dos zeros ameaçadores e punitivos.

Hoje, posso me transformar em observador/pesquisador de um tempo guardado na memória, tempo em que via, com olhos de menino admirado, um país grande que acreditava ajudar a construir e perceber que continuamos no fingimento monumental. Assim, esta pesquisa, como qualquer outra, ocorre a partir de um determinado lugar social, na perspectiva de Certeau.

> "Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes são propostas, se organizam".[35]

É desse lugar social que, algumas vezes, recorro à própria memória e experiência, seja como estudante dos anos de 1970, seja como professor nos últimos vinte anos, que lecionou Educação Moral Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Estudos Sociais, enquanto se engajava na luta pelo fim dessas disciplinas, e que atualmente divide o tempo entre as aulas de cursinhos e terceiros anos do ensino médio, onde a maior preocupação com relação ao ensino é com o cumprimento dos conteúdos pré-estabelecidos pelos programas dos vestibulares, e as atividades de pesquisa. De certa forma, sou sujeito e objeto desta pesquisa numa história do tempo presente em que pesquisa e testemunho, muitas vezes, se confundem.

Agora, como professor e pesquisador de História, entendo que rememorar as práticas educativas passadas relacionadas ao ensino de História dentro e fora da sala de aula é uma forma de pensá-las na atualidade, uma vez que as práticas presentes são resultantes de uma síntese que se vem elaborando nos últimos anos, a partir dos debates iniciados ao longo da década de 1980, como fruto do luta contra o autoritarismo do regime civil-militar. Essa síntese que não pode ser vista como uma relação binária e simplista (regime militar x democratização), mas como o resultado de um embate de contradições e interseções e do confronto entre as permanências autoritárias e

as lutas democráticas que repensaram o papel da escola a partir de sua autonomia relativa e sua contribuição à conservação da ordem estabelecida[36], ao mesmo tempo em que possibilitou a produção do conhecimento histórico na perspectiva da Nova História Social acabando por tirar o ensino de História e a História da Educação da marginalidade das preocupações dos historiadores.[37]

Percebemos a elaboração dessa síntese a partir do início dos anos de 1980, quando as lutas políticas em torno da redemocratização ganharam respaldo junto às entidades estaduais e à nacional de historiadores, por meio da ANPUH (Associação Nacional de História) e seus diversos núcleos regionais, ao identificarem a importância de pôr fim ao ensino dos Estudos Sociais, da Educação Moral e Cívica e da Organização Social e Política do Brasil – disciplinas identificadas com o autoritarismo do regime pós-1964 – e de redefinir o ensino de História: como ensiná-lo? O que ensinar? E para quem ensinar? Tudo isso gerou debates que possibilitaram redefinições curriculares em alguns estados da federação, notadamente em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. No Ceará, não foi diferente: os encontros promovidos pela ANPUH-CE, no final dos anos de 1980 e início dos de 1990, giraram em torno do ensino, chegando a levar o governo do Estado do Ceará a promover uma série de debates junto aos professores da rede pública com vistas à reformulação curricular, suscitando, inclusive, uma proposta de ensino da História Temática, faltando ainda pesquisas que investiguem as razões de sua não implantação.

Segundo Selva Guimarães, ao analisar essa redefinição do ensino de História nos anos oitenta e o papel das entidades ligadas ao ensino, como a ANPUH, AGB (Associação dos Geógrafos do Brasil), e vários Centros Acadêmicos, dentre outras, começava

---

[35] CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Meneses, 2ª. edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 66-67.

[36] Sobre a relação entre autonomia e reprodução das relações de classe ver BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Calude. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Editora Livraria Francisco Alves, 1992, em especial o último capítulo, "A função ideológica do sistema de ensino", p. 204-226.

[37] Observando os dados dos últimos simpósios da ANPUH nacional, realizado a cada dois anos, é possível identificar o quanto tem crescido o número de pesquisas que fazem a interface entre História, Educação e ensino de História, o que pode ser percebido no XXIII Simpósio Nacional (Londrina-PR – 2005) : na área de Ensino de História e Educação foram nove simpósios, superada apenas por História, Política e Poder (18 simpósios). Nos mini-

> "a haver uma revisão na legislação pertinente ao ensino de História e iniciam-se processos de reformas dos currículos de História em várias Secretarias Estaduais e Municipais de Educação (...). Resgatar o papel da História no currículo passa a ser tarefa primordial depois de vários anos(...)"[38]

À luta política de redefinição do Estado Militar e pela democratização nas escolas somaram-se as novas abordagens historiográficas alicerçadas pela Nova História Social ou pela História Cultural, trazendo idéias já consubstanciadas em outras paragens, em especial na Europa, há um bom tempo, como o papel dos intelectuais na construção da cultura instituída, de Antonio Gramsci; o culturalismo de Walter Benjamim na busca da trajetória dos vencidos, dos desconhecidos, dos anônimos; o fazer-se da classe em sua experiência e não na sua posição frente aos meios de produção, de Edward Thompson; e a genealogia do poder, em Michel Foucault; a diversidade do social para além do conceito de classes, de Jacques Le Goff, Georges Duby e Michelle Perrot; a micro-história do indiciário Carlo Ginzburg; e, ainda, o imaginário, o simbólico e as representações de Roger Chartier, no início dos anos 90[39].

A ampliação dos campos da pesquisa histórica trouxe como resultado a preocupação cada vez maior não só sobre como se produz o conhecimento histórico, mas como é difundido e divulgado. A partir de então, a educação escolar assumiu uma maior importância junto aos pesquisadores, diante de seu papel como produtora e divulgadora do saber histórico, em todas as disciplinas e práticas escolares, notadamente no ensino de História, mas não só nele, uma vez que, quase sempre de forma despercebida, as diversas práticas educacionais, dentro e fora da sala de aula, acabam por desenvolver uma determinada forma de se ver a história, o passado e a memória, por intermédio dos meios de comunicação de massa, nas práticas dos professores, ou nas ilustrações, textos e atividades dos livros didáticos, das diversas disciplinas[40],

---

cursos, não foi diferente: dos 33 ofertados, seis (18%) eram na linha História, Educação e Ensino[37].

[38] FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. Campinas, SP: Papirus, 1993, p. 86-87. Coleção Magistério.

[39] PESAVENTO, Sandra Jatahy. "Tempos da história, tempos de mudança". IN: AXT, Gunter e SHÜLER, Fernando. **4xBrasil: itinerários da cultura brasileira**. Porto Alegre-RS: Artes e Ofícios, 2005, p. 191-202.

[40] As próprias disciplinas, cada uma tem a sua especificidade histórica.

ou, ainda, em outras atividades escolares, como nas festas comemorativas, nas feiras de ciências, arte e cultura.

Decorre a relevância desta pesquisa, pois consideramos o ensino de História contido no cotidiano escolar como instrumento de elaboração de uma memória que extrapola os limites dos muros escolares. Buscamos identificar o tipo de memória que esse ensino elaborava e o significado que assumia o ensino de História elaborado dentro e, principalmente, fora das salas de aulas em uma época de conflitos e contradições entre projetos que se apresentavam como rupturas revolucionárias em contraposição aos projetos de continuísmos autoritários e de autoritarismos continuístas. Acreditamos, assim, contribuirmos para as nossas práticas escolares para percebermos a importância política de nosso papel como professores/pesquisadores em História.

Capitulo 1 – Planejar a Educação na "União pelo Ceará": entre o nacionalismo popular reformista e o nacionalismo elitista conservador

Há 500 anos caçamos índios e operários,
Há 500 anos queimamos árvores e hereges,
Há 500 anos estupramos livros e mulheres,
Há 500 anos sugamos negras e aluguéis.
(Afonso Romano de Sant'Anna)

Nos projetos educacionais a pedagogia libertadora e suas ambigüidades

Ao longo de sua história, a educação escolar brasileira foi regulamentada basicamente por duas instituições: a Igreja, notadamente durante a fase colonial e parte do período imperial[41], e o Estado, em especial a partir do período republicano. Porém, tanto uma como o outro não foram e não poderiam ser capazes de impor as determinações legais e curriculares, uma vez que estas não são elaboradas a partir de um vazio social, mas a partir de um saber socialmente elaborado, bem como as ações pedagógicas se inserem num contexto cultural historicamente constituído a partir de determinadas relações sociais. Assim, a compreensão da legislação escolar do final dos anos 1960 e do início da década de 1970 deve levar em consideração que suas origens remontam ao início da República, quando se tornava lugar comum a preocupação com uma educação voltada para o trabalho, exigência da lógica capitalista, para a disciplina exigida pelo processo civilizatório[42] e como fator de emancipação social (ideário liberal herdado da Revolução Francesa[43]).

Na realização dos três objetivos esperados da educação escolar republicana brasileira, temos observado que os trabalhadores sempre acabam ficando com a pior parte. Em primeiro lugar, predomina uma educação voltada mais para o mercado de trabalho dentro da lógica capitalista do que uma

---

[41] É bom lembrar que mesmo na República, a Igreja perde fôlego, mas não o poder, como nas lutas vencidas contra os escolanovistas no que diz respeito ao ensino privado e às escolas católicas.

[42] Em analogia àquele descrito por Norbert Elias ocorrido entre a Baixa Idade Média e o século XVIII, quando a França "a nação mais rica, mais poderosa e mais centralizada inspirou os mesmos códigos de conduta, maneiras, gosto e linguagem às cortes européias". ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: a formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v.2, p. 17.

[43] Sobre a relação entre o ideário da Revolução Francesa e a educação republicana brasileira ver BOTO, Carlota. **A Escola do Homem Novo – entre o Iluminismo e a Revolução Francesa**. São Paulo, Editora da Universidade Paulista, 1996.

preparação do trabalhador para o mundo do trabalho. Segundo Acácia Künzer, enquanto uma minoria "ingressa e permanece na escola e se apropria do saber sobre o trabalho em forma de princípios teóricos e metodológicos, o que lhe permitirá ocupar as funções mais importantes na hierarquia, à grande maioria, excluída deste saber, resta aprender na prática[44]", reproduzindo, assim, as relações de classes preestabelecidas. Assim, a idéia de educação como fator de democratização da sociedade e de acesso ao saber sistematizado na perspectiva teórica e metodológica ficou muito mais nas promessas de plataformas políticas do que em ações concretas. Mesmo no período getulista e nos anos JK, quando o movimento da Escola Nova "empunhava a bandeira da democratização do ensino como alavanca prioritária de correção das desigualdades sociais[45]", esse ideário não foi possível ser alcançado. Por outro lado, a intenção de utilização da escola como espaço de disciplinarização para a manutenção da ordem social também não foi capaz de se manter, se considerarmos que os espaços de educação escolar estiveram sempre entre os principais lugares de resistência ao autoritarismo de Estado.

Mas, em boa medida, também não sem resistência, a educação formal brasileira funcionou como importante instrumento de legitimação do regime republicano e de suas variações oscilantes entre o autoritarismo e a democracia de referencial francês. As modificações curriculares entre o final da década de 1960 e início dos anos de 1970, diante do projeto de fortalecimento do Estado Nacional, não fugiram à regra. Apesar de parecerem uma ação do Estado brasileiro de modernização escolar, era muito mais uma atualização dos padrões da República, pelo menos nos seus objetivos apresentados anteriormente: a formação de mão-de-obra apropriada às necessidades do processo de urbanização e industrialização que então se intensificavam e o estabelecimento de uma legislação curricular autoritária, "civilizatória" e disciplinadora, com a intenção de qualificar a mão-de-obra para o mercado de trabalho, dando ênfase ao ensino profissionalizante, e, ao mesmo tempo, dócil para aceitar o Estado autoritário fundamentado na

---

[44] KÜNZER, Acácia. **Ensino de 2º. Grau: o trabalho como princípio educativo.** São Paulo: Cortez, 1997, p. 30.

Ideologia da Segurança Nacional, a partir do culto à pátria e à nação, por meio de uma série de práticas e estratégias escolares que extravasavam os limites escolares.

No entanto, em alguns momentos, ocorreram tentativas de fugir desses projetos legitimadores. Os anos que antecederam ao golpe de 1964 é um bom exemplo, uma vez que, naquele momento, diversos projetos educacionais foram apresentados como alternativos aos projetos continuístas da República. Nos quatro anos que antecederam ao golpe de 1964, "cresceram organizações que trabalhavam com a promoção da cultura popular, a educação popular, a desanalfabetização e a conscientização"[46]. Como exemplo, podemos citar a ação dos CPCs (Centros Populares da Cultura), organizados pela UNE (União Nacional dos Estudantes) os MCPs (Movimentos de Cultura Popular) e o MEB (Movimento de Educação de Base). Foi no seio desses movimentos que nasceu a Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, que, segundo GHIRALDELLI, teve seus princípios forjados "no nacional-desenvolvimentismo isebiano, no solidarismo cristão e no escolanovismo dos anos 50"[47]. Evidentemente as elites conservadoras não ficaram caladas, pois esses projetos simbolizavam uma ameaça à sua hegemonia. Não tardou muito para que iniciassem uma campanha de mobilização em âmbito nacional

> "de desagregação dirigida especialmente contra a UNE (...) a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), bem como contra outras organizações estudantis de cunho popular, como a Juventude Estudantil Católica – JEC, a Juventude Universitária Católica – JUC"[48].

Ao mesmo tempo, a campanha se propagava em defesa de uma educação moralizante fundamentada nos conceitos de pátria, nação e família.

---

[45] BOTO, Carlota. **A Escola do Homem Novo – entre o Iluminismo e a Revolução Francesa**. São Paulo, Editora da Universidade Paulista, 1996, introdução, p. 17.

[46] GHIRALDELLI Jr. Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 2001, 2ª. Ed., Coleção magistério, p. 120.

[47] Idem, p. 122.

[48] DREIFUSS, **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. p301. Ressalte-se que Luiza de Teodoro, umas das principais idealizadoras do Livro da Professora, foi membro da JEC e JUC, segundo **Luiza de Teodoro em entrevista publicada em 11/11/1993 à Revista *Entrevista***. 11/11/1993, p. 25-39. Imprensa Universitária, Fortaleza: fevereiro de 1994, no. 4.Biblioteca do NUDOC/UFC Departamento de Pós-Graduação de História, p. 27.

No Ceará, nesse mesmo período, os debates em torno da questão educacional intensificaram-se, em especial na grande imprensa e nas emissoras de rádio ligadas ao conservadorismo. Durante o ano de 1963, eram raros os dias em que não se noticiava algo ligado à educação. Por exemplo, O Jornal Tribuna do Ceará, de 8 de julho de 1963, depois de classificar a brincadeira, o riso, a dança, o carnaval, o futebol, boates, praias e outros folguedos dos brasileiros como "uma inclinação para assuntos nem sempre sérios e profundos"[49], saiu em defesa de uma educação local que formasse "uma juventude estudiosa e ordeira, disciplinada, sadia, patriótica, olhos voltados para o amor à Pátria amada e colossal, 'Gigante pela própria natureza"[50], e lançou uma campanha, com a emissora de rádio 'Assunção', que, por mais de um mês, mobilizou toda a comunidade educacional da cidade de Fortaleza, para escolher os Três Mais da Educação – o aluno mais aplicado, o professor mais dedicado e o diretor mais operoso, numa atitude claramente conservadora, "em defesa da família e na grandeza da Pátria comum"[51].

O mesmo Jornal Tribuna do Ceará, em 4 de julho de 1963, trazia uma crítica ao então Ministro Paulo de Tarso, que financiaria "O Seminário Estudantil do Mundo Subdesenvolvido", a se realizar de 7 a 14 daquele mês em Salvador, o qual o jornal chama de "O seminário subversivo". Na mesma reportagem, o jornal afirma que o Ministro teria dito que o Seminário era uma oportunidade dada à "juventude democrática e cristã a fim de que as lideranças democráticas possam assumir o debate". O ministro dizia ainda que já havia delegado a "Paulo Freire a elaboração de um vasto plano de alfabetização, que deverá ser aplicado, inicialmente, no Nordeste. Depois se obtiver o êxito esperado, será estendido a toda região do país"[52]. A referência à juventude cristã, certamente, diz respeito à participação da Juventude Católica no Movimento Estudantil da época. Também é possível confirmar, nas palavras do ministro, o "solidarismo cristão" ressaltado por Ghiraldelli e a pedagogia libertária de Paulo Freire em consonância com o governo federal de João Goulart.

---

[49] Jornal Tribuna do Ceará, 08 de julho de 1963, p. 3.
[50] Idem.
[51] Idem.

Havia, naquele momento, por parte do governo federal, uma preocupação em democratizar a educação aproveitando os projetos alternativos, que rompessem com a tradição de ver o analfabetismo como uma fatalidade, como afirma o próprio ministro ao assumir a responsabilidade do Ministério em "continuar a obra de democratização do ensino, para que não continue sendo um privilégio de alguns, e sim um direito de todos. O analfabetismo não é uma fatalidade, mas sim uma prova de insuficiência dos recursos até hoje empregados para combatê-lo"[53].

No Ceará, as influências do solidarismo cristão são evidentes quando observamos as declarações de Luiza de Teodoro, diretora da assessoria que elaborou o Livro da Professora, após ter passado pela militância na JEC e JUC, movimentos que se teriam convertido ao marxismo, segundo a ala conservadora da Igreja Católica:

> "eu tive uma coisa que eu acho muito importante na minha vida que a partir dos 15 anos eu passei a pertencer a grupos, a um grupo estudantil (...) chamada Ação Católica. É uma instituição da Igreja feita pra evangelização da sociedade. Então, aos 15 anos eu entrei na JEC (*Juventude Estudantil Católica*). Pra mim foi uma coisa muito boa..."[54]

Ou ainda:

> "E a Ação Católica foi uma grande escola. Porque nós partíamos do contato com a realidade, da análise da realidade e de conclusões que eram tiradas através de discussões, de estudos. Não de uma maneira catequética, mas de uma maneira testemunhal, quer dizer, dar um testemunho de vida, coerência, com a verdade que a gente a gente acreditava."[55]

Também é possível perceber a campanha nacional organizada pelos grupos mais conservadores contra a JEC e a JUC nas observações de Luiza de Teodoro:

> "... nós da JUC estávamos fundando a Ação Popular. Eu, Betinho (*Herbert de Souza, sociólogo*), esse pessoal todo. Tínhamos fundado o braço político da JUC, que pos sinal a Igreja ficou profundamente insultada com isso, porque dizia que estávamos nos convertendo ao marxismo, e ela nos tirou da JUC. Oficialmente, nós deixamos de pertencer aos quadros paraeclesiásticos."[56]

---

[52] Idem, 04 de julho de 1963, p. 4.
[53] jornal Tribuna do Ceará de 04 de julho de 1963, p. 4.
[54] segundo **Luiza de Teodoro em entrevista publicada em 11/11/1993 à Revista *Entrevista***. 11/11/1993, p. 25-39. Imprensa Universitária, Fortaleza: fevereiro de 1994, no. 4.Biblioteca do NUDOC/UFC Departamento de Pós-Graduação de História, p. 28.
[55] Idem, p. 29.
[56] Idem.

Observe-se que o governador Virgílio Távora, considerado um governador de direita, sabia da militância política dos professores, os quais foram convidados para fazerem parte da comissão de assessoria da educação chamada de 'notáveis' pelo governador, embora não os conhecesse pessoalmente. Segundo Luiza de Teodoro, eles só foram apresentados ao governador "a partir desse convite pra trabalhar na assessoria da educação"[57], e, mesmo assim, convidou-a para dirigir o 'grupo dos notáveis' que elaborou o Livro da Professora:

> "E, apesar disso, eu fui chamada como todo o conhecimento de causa, tive uma conversa muito séria com o governador e vários outros companheiros da mesma linha. E ele disse que nós éramos competentes. Eu dirigi essa assessoria."[58]

Da assessoria dirigida por Luiza de Teodoro surgiu o "Livro da Professora", com uma clara influência não só do solidarismo cristão, como afirmado anteriormente, mas também da pedagogia freireana e de Piaget, trazida para o Ceará pelo professor Lauro de Oliveira Lima, por meio "de um grupo que se formou no Ceará, na década de 60, orientado pelo professor Lauro de Oliveira Lima, a primeira pessoa que começou a tornar pedagógico o Piaget"[59]. O Livro da Professora era uma proposta pedagógica elaborada num clima de indecisões e conflitos entre os avanços do nacionalismo popular e o nacionalismo conservador que se expressavam no governo local na pessoa de Virgílio Távora e suas ambigüidades e adaptações. Essa foi uma das marcas de Virgílio Távora, a capacidade de se adaptar constantemente às mudanças políticas. Iniciou sua vida política pelas mãos das elites locais e foi capaz de se destacar entre elas, diante da fragilidade delas, uma vez que, no Ceará, não chegou a se formar, segundo Josênio Parente, "uma oligarquia local apoiada nas relações do coronelismo, fenômeno bastante explorado quando se imagina a política nordestina. Aqui se nota uma visão simplificadora de alguns analistas que generalizam esse fenômeno para toda a sociedade da

---

[57] Idem.
[58] Idem.
[59] Depoimento de Luiza de Teodoro APUD: FONSECA, Selva Guimarães. **Ser Professor no Brasil: história oral de vida**. Campinas, SP: Papirus, 1997 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico), p. 129.

região"[60]. É dessa fragilidade que nasce o poder de Virgílio Távora que foi capaz de se sobressair no seio das elites locais pelas mãos de Fernandes Távora, seu tio, primeiro interventor do Ceará após a Revolução de 30 e candidato da UDN à Presidência da República contra Juscelino Kubitscheck do PSD.

Fernandes Távora era líder político da região sul, o Cariri, e, apesar de sua força nacional, tinha que dividir o poder da UDN-CE com José Sabóia de Albuquerque, da região norte do Estado, Sobral, que, por sua vez, disputava a hegemonia na região com o coronel Chico Monte, seu antigo apadrinhado, que preferiu seguir Menezes Pimentel na democratização pós-45, indo para o PSD e depois para o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) de Carlos Jereissati. Quando Virgílio Távora assumiu a liderança local da UDN, sobrepôs-se a todas essas lideranças, aproveitando-se da falta de lideranças mais consistentes e menos localizadas. Virgílio apoiou JK, quando este sofria ferrenha oposição da UDN, e apoiava Parsifal Barroso na candidatura ao governo estadual contra o próprio Virgílio Távora, em 1958.

Mas, foi Parsifal Barroso (ex-PTB de Carlos Jereissati, na época, no PTN, um partido sem maior expressão) quem indicou como seu sucessor Virgílio Távora, "seu opositor na eleição de 1958, o então ministro da Viação do governo Juscelino Kubitscheck"[61] para formar a "União pelo Ceará" contra Carlos Jereissati, antigo aliado de Parsifal Barroso. A capacidade de adaptação de Virgílio Távora possibilitou-lhe, ainda, ser aliado de João Goulart, presidente deposto pelo golpe de 1964, formar a comissão de professores que seriam perseguidos pela Ditadura Militar acusados de comunistas, protegê-los contra os militares, ganhar o apoio de Castelo Branco, o general-presidente golpista, unir-se ao coronel César Cals, eleito governador pela pressão dos militares, e ao, também, coronel-empresário[62] Adauto Bezerra. "Virgílio Távora, que havia sido governador no início da revolução, encontra homogeneidade entre ele, César Cals e Adauto Bezerra: todos eram coronéis de patente do exército"[63].

---

[60] PARENTE, "O Ceará dos 'coronéis' (1945-1986)". IN: Simone de Souza (org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. op. cit. p. 383.
[61] Idem, p. 393.
[62] Idem, op. cit. p. 403.
[63] PARENTE, op. cit. p. 402.

Ou seja, o projeto educacional elaborado no governo Virgílio Távora inseria-se numa estrutura política caracterizada por ambigüidades nas quais as clivagens ideológicas eram quase inexistentes e as disputas políticas se davam mais no âmbito pessoal. Somente sob os auspícios do regime militar é que se formaria um grupo homogêneo na política local, o grupo dos coronéis, que dominaria a política local até o fim do regime.

Quando veio o golpe de 1964 e a conseqüente vitória do nacionalismo conservador no Brasil, os projetos populares de educação foram desmontados; e seus mentores, perseguidos. No Ceará, com os professores elaboradores[64] do Livro da Professora, não seria diferente. No caso destes, a perseguição só não foi maior devido à proteção do próprio governador, embora este tenha aderido ao regime militar e tivesse profundas contradições com os professores da assessoria. Observe o que afirma Luiza de Teodoro sobre o assunto:

> "E eu devo o fato de não ter perdido meu ganha-pão à grandeza do governador Virgílio Távora. Ele não cedeu às pressões, que queriam que a gente fosse simplesmente demitido do Estado. E ele dissolveu a assessoria, pra que nós não perdêssemos nossos empregos. Então todos voltamos. (...) Mas o colégio particular – que nesse época o professor Lauro de Oliveira Lima também estava preso e já estava em outras mãos – não teve coragem de me segurar. Passei a ser perigosa. Tive que deixar o Colégio Agapito dos Santos. Continuei só com a minha escola de Primeiro Grau."

O Livro da Professora ainda foi usado por algum tempo, mas o clima de perseguição e terror impossibilitava um trabalho mais profícuo. Luiza de Teodoro deu "cursos clandestinos do método Paulo Freire. Durante todo o tempo da ditadura, (...) em várias paróquias do interior, em várias comunidades eclesiais de base, em vários núcleos periféricos de Fortaleza"[65] e ingressou no Grupo Escolar Visconde do Rio Branco, dirigido por Maria Antonieta Cals, a quem Luiza de Teodoro chama carinhosamente de *Tony* e, posteriormente, por Francisca. Segundo Luiza de Teodoro, Tony, que muito lhe ajudou, era

---

[64] A professora Luiza de Teodoro cita, ainda, como participantes da assessoria de educação no governo de Virgílio Távora, o professor Eduardo Diatahy, o professor Edgar Linhares, a professora Isolda Castelo Branco. **Luiza de Teodoro em entrevista publicada em 11/11/1993 à Revista *Entrevista***. 11/11/1993, p. 25-39. Imprensa Universitária, Fortaleza: fevereiro de 1994, no. 4.Biblioteca do NUDOC/UFC Departamento de Pós-Graduação de História, p. 28.

[65] Depoimento de Luiza de Teodoro APUD: FONSECA, Selva Guimarães. Op. cit., p. 128.

> "uma grande educadora. (...) Eu era a comunista oficial da cidade. E no entanto, nem a *Tony*, nem a Francisca, nunca puseram qualquer obstáculo, qualquer objeção às minhas idéias pedagógicas. Eu sempre pude trabalhar com a maior liberdade"[66] .

Em 1972, Maria Antonieta Cals, irmã do coronel-governador César Cals de Oliveira Neto, participaria, como Assessora do Governo para Assuntos da Educação, da elaboração do currículo escolar de 1973, que expressava os princípios educacionais básicos da ditadura e que será analisado no capítulo 3. O tempo era mesmo de muitas contradições e ambigüidades, e é a partir delas que analisamos as origens políticas do Livro da Professora no governo de Virgílio Távora.

[66] Luiza de Teodoro IN: **Revista *Entrevista*,** op. cit. p. 29.

A "Comissão dos Notáveis" [67] e o Planejamento do Governo Virgílio Távora (1963-1967)

A idéia de inserir o Ceará no projeto desenvolvimentista parte de um governador que já vinha de uma vasta experiência de articulações políticas e na administração federal onde já fora ministro por duas vezes. Era coronel do Exército, membro da Escola Superior de Guerra numa época em que os militares ganharam destaque diante do combate à "indisciplina" da sociedade e iniciaram a elaboração de uma pedagogia militarista nos quartéis "através de disciplinas a serem ensinadas como: a educação moral, a educação cívica, religiosa, familiar e a educação nacionalista. O conteúdo dessa pedagogia era a inculcação de princípios de disciplina, obediência, organização, respeito à ordem e às instituições.[68]" A partir dos anos de 1920 aos anos de 1940, época em que Virgílio de Moraes Fernandes Távora recebeu sua formação militar como aluno do Colégio Militar de Fortaleza à Escola do Estado Maior, os quartéis funcionaram como verdadeiros laboratórios de uma pedagogia que inspirasse posteriormente a educação da infância e da juventude fora dos quartéis.

É com essa formação militarista e experiência administrativa que Virgílio Távora, um artífice na política local e nacional, inaugurou, no Estado do Ceará, o desenvolvimentismo racionalizado ao elaborar o PLAMEG, Plano de Metas do Governo, procurando contemplar todos os setores da sociedade, para tanto, convocando diversos técnicos e especialistas para cada setor do plano e, em especial, para a Assessoria de Planejamento Hélio Beltrão,

---

[67] Comissão de Notáveis é uma referência feita pelo próprio governador Virgílio Távora a várias pessoas ligadas a diversas áreas como saúde, educação, transporte, etc. segurança, sendo elas: **DIREÇÃO GERAL: VIRGÍLIO TÁVORA – ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO: Hélio Beltrão e Aldo Olivero – Coordenador Local (Fortaleza): José Helito Gondim Pamplona – Contribuições: Setoriais: Afrânio Gonzaga Salles, Ageu Romero, Alberto Silva, Amílcar de Moraes Fernandes Távora, Benedito Augusto Carvalho, Edgard Linhares, Eduardo Alves de Andrade, Harioldo Holanda Galvão, Horácio Marques, J. Guimarães Duque, José Pacheco Pimenta, Juarez Novais Pontes, Leopoldo Fontenele, Paulo Sarasate Ferreira Lopes, Pedro Menezes Colli, Raimundo Padilha Sampaio, Silvio Túlio de Albuquerque, Stelo Correia de Queiroz, Waldemar Alcântara e Valnir Chagas Cavalcante – Contribuição bibliográfica e documental: Banco do Nordeste do Brasil – Escritório técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – Carlos Costa – serviços e Impressão: Roberto Mendonça.**

[68] SCHWARTZMAN Simon Schwartzman, BOMENY Helena Bousquet e COSTA Vanda Maria Ribeiro Costa. **Tempos de Campanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984. Coleção Estudos Brasileiros, v. 81, p. 67.

tecnoempresário e executivo da FGV (Fundação Getúlio Vargas), que posteriormente, seria o responsável pela Reforma Administrativa Federal de 1967 e Ministro do Planejamento, entre 15 de março de 1964 e 30 de outubro de 1969, durante o governo de Costa e Silva. Quando convidado por Virgílio Távora, era um dos integrantes do CBP (Consórcio Brasileiro de Produtividade), segundo Dreifuss,

> "uma das agências de maior autoridade e mais ativas a favor da introdução das técnicas de planejamento nas empresas públicas e privadas, assim como na administração pública. O CBP oferecia préstimos a autoridades municipais (...) e associações de classe, (...) procurando se relacionar com figuras burocráticas proeminentes dos Estados como Cid Sampaio, de Pernambuco; General Juracy Magalhães, da Bahia; Carvalho Pinto e José Bonifácio Coutinho Nogueira de São Paulo: Tancredo Neves e Enéas Fonseca de Assis, de Minas Gerais"[69].

Hélio Beltrão participou de vários cursos promovidos pelo IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais[70] – um dos principais órgãos de articulação do golpe de 1964) – e ocupava posição chave no BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico),

> "criado para financiar investidores privados, sendo os principais beneficiários as companhias multinacionais, Diretor da CONSIGUA (join venture na indústria siderúrgica com a participação do Estado da Guanabara e do setor privado) MESBLA (a gigantesca loja comercial) e da CREDIBRAS Financeira do Brasil S. A."[71].

Seguindo uma orientação que vinha desenvolvendo-se com o objetivo de superar as práticas populistas e clientelistas na administração, mas, ao mesmo tempo, precisando mantê-las, para garantir suas bases políticas, Virgílio Távora criou uma série de órgãos, comissões, consultorias e grupos de trabalho que deveriam transformar-se numa administração paralela e coexistir "com o Executivo tradicional e duplicando ou substituindo as burocracias

---

[69] DREIFFUS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006, p. 92/93.

[70] Criado em 1961, "permaneceria em atividade até 1971, desempenhando, durante esse período, um papel singular na história recente dos grupos de pressão e de propaganda ideológica que tiveram atuação na sociedade brasileira. Essa instituição formada principalmente por homens de negócios, contou também com a participação de profissionais liberais bem sucedidos e de elementos das Forças Armadas. Um nome ligado ao IPES desde os seus primórdios foi o do General Golbery do Couto e Silva, saído dos quadros da Escola Suprior de Guerra, órgão voltado para os estudos sobre a segurança nacional."SOUZA, Maria Inez Salgado de. **Os empresários e a educação: o IPES e a política educaional após 1964**. Petrópolis, RJ: 1981, p. 19. Um estudo mais detalahdo sobre a atuação do IPES é feito por DREIFFUS, René Armand. Op. cit.

[71] Idem, p. 83 e 123.

velhas e inúteis"[72], semelhante ao que vinha ocorrendo no âmbito nacional, desde o Plano de Metas de Juscelino Kubitscheck.

Para o que nos interessa do PLAMEG, merece destaque a atenção dispensada ao setor educacional. Não haveria desenvolvimento, leia-se industrialização, sem o preparo de uma mão-de-obra especializada para tanto. Ao mesmo tempo, essa mão-de-obra deveria ser dócil, obediente e entender o seu trabalho como uma contribuição para o desenvolvimento do Estado, da Região e da Nação. Para atingir seus objetivos, Virgílio Távora não mediu esforços para se inserir nos projetos internacionais norte-americanos capitaneados pela Aliança para o Progresso, estabelecendo desde os acordos com órgãos internacionais aos programas educacionais capazes de garantir a formação e disciplinarização dos trabalhadores. De fato, Virgílio Távora participava de um plano que envolvia diversos setores ligados à burguesia nacional e internacional de inserção na vida pública com o objetivo de formar um grande lobbying sobre as diversas esferas de poder no âmbito nacional e estaduais, para combater as propostas nacionais populares, ou de tipo "populistas" e a burguesia e oligarquias tradicionais, compartilhando dos governos, ao mesmo tempo em que buscava mecanismos de formação da opinião pública.

Em 1963, quando Virgílio Távora assumiu o governo do Estado, convocou uma "comissão de notáveis" para elaborar o PLAMEG (Plano de Metas Governamentais) e o enviou à Assembléia Legislativa em forma de mensagem. Quanto à composição, os critérios de indicação oscilavam entre os técnicos e os políticos. Mas, mesmo no caso das indicações políticas, havia um critério técnico, geralmente de pessoas ligadas ao Banco do Nordeste, como foi o caso de Paulo Sarasate, jornalista, deputado constituinte em 1934, cassado em 1937, autor de lei que permitiu o primeiro fundo financeiro para o Banco do Nordeste do Brasil "um banco que vai além de ser uma instituição financeira. A importância deste fato está no papel fundamental que esse banco teve na formação de um quadro técnico, indispensável na transição para a 'modernidade' da sociedade cearense".[73] Outro que merece destaque por sua importância política e relação com o BNB é Waldemar Alcântara.

---

[72] Idem, p. 44.
[73] PARENTE, op. cit. p. 381.

Waldemar Alcântara era médico da região de Quixadá (Sertão Central do Ceará), diretor da Faculdade de Medicina entre 1957 e 63, foi Deputado Constituinte mais votado em 1946, pelo PSD, o que lhe rendeu o cargo de Secretário-Geral do partido. Entre 1947-58, foi Deputado Estadual e Secretário de Saúde e Educação no governo de Raul Barbosa, do PSD, entre 1951 e 53. Quando da convocação para a 'comissão dos notáveis', era Secretário de Educação, agora secretaria separada da Saúde por Virgílio Távora, Federal (68/74), vice-governador (75/78) e governador (78/79), com Raul Barbosa, trabalhou para a criação do BNB, de onde foi diretor e presidente substituto[74].

Como técnico, merece destaque José Hélito Gondim Pamplona, Diretor do Instituto de Pesquisa Econômicas da Universidade do Ceará, hoje UFC (Universidade Federal do Ceará), para coordenador local do Plano em Fortaleza.

Não havia, também, uma unidade ideológica bem definida, um exemplo é a participação dos professores Valnir Chagas e Edgar Linhares. O primeiro foi Diretor do Departamento de Educação e Cultura da Universidade do Ceará, membro da comissão na época, posteriormente, seria relator da Lei 5692/71 de Reforma do ensino de 1º. E 2º. graus, em pleno período da ditadura militar. Considerando as referências de Valnir Chagas, ele seria o educador mais influenciado pela racionalidade da educação norte-mericana, uma vez que fez parte do grupo de educadores que Anísio Teixeira mandou para os Estados Unidos em 1959 e, quando retornou passou a integrar o Conselho Federal de Educação, ficando lá por 12 anos. O de Anísio Teixeira foi observar os sistemas de ensino no Midle West americano sob a influência das Universidades da área e a formação de professores de Michigan (*Michigan University* e *Michigan State*, de *Ann Arbor* e *Lansing*); do Illions, Campus de *Chicago*; do *Wisconsin*, campus de *Milwankel*: Universidades de Indiana

[74] Ver sites: www. senado. Gov. Br/sf/senadores-biografias.asp?; http://www.sbhm.org.br/index.asp?p=medicos_view&codigo=152;
Outras referências sobre Waldemar Alcântara: Brasil. Congresso. Senado Federal. **Dados Biográficos dos Senadores do Ceará***, 1826-1998*. Brásília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1998; GIRÃO, Blanchard. **Doutor Valdemar – o médico, o político**. Fortaleza: Anuário do Ceará Publicações Ltda, 1992; GIRÃO, Valdelice Carneiro. **O Ceará no Senado Federal**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1992; MARTINS, José Murilo. **Faculdade de Medicina da UFC – professores e médicos graduados**. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1998.

(Campus de *Ball State*); de Nova York, Campos de *Albany*, campus da *Columbia* em Nova York, e os sistema de New Jersey, campus de *Trenton*.[75]

Já o professor Edgar Linhares "foi professor do (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) SENAC-CE, entre 1952 e 1962, em 1963, era Coordenador Pedagógico daquela instituição"[76] quando foi chamado a fazer parte da "comissão dos notáveis". Posteriormente, Edgar Linhares participaria da elaboração do Livro da Professora e seria perseguido pelo regime pós-64, mas fora indicado por Virgílio Távora, que seguia uma orientação nacional que se fundara no Brasil, em especial a partir do governo de Juscelino Kubitschek, e aderiu ao regime militar.

Podemos destacar ainda outras indicações: Ageu Romero, engenheiro de grande influência na região de Paraipaba, a considerar o número de prédios públicos com seu nome naquele município localizado no litoral norte do Estado. Esse município recebeu muitos incentivos do governo federal via SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) com a montagem do projeto de irrigação Curu-Paraipaba, durante a década de setenta; outra indicação técnica é José Pacheco Pimenta, posteriormente, Superintendente Adjunto da CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco); e Juarez Novaes Pinto, membro do BNB (Banco do Nordeste do Brasil).

Na prática, Virgílio Távora buscou técnicos junto ao BNB para elaborar o PLAMEG na busca da racionalidade técnica, por meio da intervenção do Estado com vistas a superar os problemas sociais, combater, como afirma o próprio Virgílio Távora, "pelo planejamento ordenado, a improvisação e a distorção dos investimentos locais, federais e externos, que considerava desgraça da administração nordestina, particularmente da do Ceará"[77] e ao mesmo tempo manter os pilares da sociedade capitalista e o clientelismo local. O novo governador já acumulara uma vasta experiência administrativa, fora ministro da Viação no governo JK e presidente da NOVACAP (Nova Capital – órgão criado por Juscelino Kubitschek quando da construção de Brasília e

[75] Ver www.prossiga.br/anisioteixeira/fran/artigos
[76] Segundo seu currículo no site: http//www.cec.ce.gov.br/curric.htm.

mantido até hoje) e ministro da Viação e Obras Públicas no governo de João Goulart, como representante da UDN nacional, de onde saíra devido ao rompimento do acordo firmado na solução parlamentarista para o impasse gerado pela renúncia de Jânio Quadros e a tentativa de golpe de 1961. Na política local, fora exímio articulador de interesses partidários divergentes desde quando fora eleito para sua primeira legislatura na Câmara Federal, em 1950[78].

O líder da UDN local, agora governador, eleito em 1962, numa coligação, há muito, buscada por uma parcela significativa das elites do estado, procurava unir o desenvolvimentismo modernista da época com a visão tradicional de um Nordeste atrasado frente às outras regiões, que atribuía os problemas da região às intempéries, deixando clara a sua intenção de eleger a industrialização como instrumento de superação dos problemas econômicos e sociais do Estado, dentro do modelo capitalista e com a ajuda do Estado à iniciativa privada, o que se pode perceber no preâmbulo do Plano assinado pelo próprio governador.

> "Consolida-se por tôda (sic) parte a técnica de planejamento, e a convicção de que é possível realizá-lo dentro da democracia. Firma-se no país uma consciência do Nordeste. E, no Nordeste, a mentalidade afirmativa do desenvolvimento, em substituição a uma filosofia apenas defensiva, ou de capitulação passiva ante as durezas do meio físico[79].
> A conjuntura atual caracterizada pela tomada de consciência do conceito de desenvolvimento como imperativo de sobrevivência social. A atuação do Govêrno (sic) no processo de desenvolvimento deve assumir prioridade indiscutível. Cabe-lhe, portanto, dirigir, impulsionar e estimular a sua expansão no setor privado e disciplinar-lhe as inversões no setor público."[80]

As eleições no Ceará, em 1962, tinham ocorrido sob acirrada disputa pela hegemonia entre os setores mais tradicionais do estado e como parte das disputas nacionais, em busca de uma modernização que fosse capaz de

---

[77] Mensagem de Virgílio Távora à Assembléia Legislativa do Estado, janeiro de 1964, preâmbulo, p. VII.

[78] Sobre as articulações e as disputas políticas locais veja-se Francisco Josênio C. Parente. "O Ceará dos 'coronéis' (1945-1986)". IN: Simone de Souza (org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. p. 381- 408.

[79] Plano de Metas Governamentais – Virgílio Távora – PLAMEG (1963-1966). Preâmbulo , p. 1. Fortaleza, 25 de março de 1963. podendo ser localizado na Biblioteca Pública Menezes Pimentel.

[80] Plano de Metas Governamentais – Virgílio Távora – PLAMEG (1963-1966). Preâmbulo , p. I. Biblioteca Pública Menezes Pimentel.

manter os grupos mais tradicionais no poder[81]. No âmbito nacional, Juscelino Kubitscheck, do PSD, eleito pela aliança com o PTB do vice João Goulart, governara o Brasil, com o apoio de intelectuais do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), sob o Plano de Metas, expressão máxima de seu nacional-desenvolvimentismo associado ao capital estrangeiro, e a acirrada oposição da UDN, com o discurso, muito mais discurso do que prática, em defesa da "moralidade política" e contrário ao "capital colonizador" viesse de onde viesse, como afirmou o deputado federal Adhail Barreto, da UDN-Ce[82]. A disputa eleitoral se deu sob os resquícios da renúncia de Jânio Quadros, a tentativa de golpe sobre João Goulart e a solução parlamentarista da qual Virgílio Távora, como secretário geral da UDN, participara ativamente, chegando a ocupar um ministério. No Ceará, a eleição ocorreu a partir do rompimento da aliança local entre o PSD e o PTB, tendo o primeiro se aliado à UDN.

À aliança do PSD com a UDN somou-se o PTN, partido sem maiores expressões, que serviu para exprimir a insatisfação do então governador Parsifal Barroso, que não aceitava a tutela de Carlos Jereissati. Formava-se a "União pelo Ceará", tendo à frente Virgílio Távora, que recebeu financiamento de um verdadeiro consórcio de empresas estrangeiras e nacionais consubstanciado por meio do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) ADEP (Ação Democrática Popular) ADP (Ação Democrática Popular - RGS) e Promotion S.A., que, segundo Dreiffus, financiou, naquelas eleições, "250 candidatos a deputado federal, 600 a deputado estadual, 8 a governos estaduais e vários senadores, prefeitos e vereadores, para se posicionarem contra as reformas estruturais reivindicadas pelo Executivo nacional reformista"[83]. Além de Virgílio Távora, foram beneficiados, ainda, no Ceará, Armando Falcão, Paulo Sarasate,

---

[81] É interessante observar, por exemplo, nos arquivos de Virgílio Távora a existência de vários bilhetes pedindo-lhe empregos, práticas que, apesar do discurso e práticas de modernização desde a década de 1960, ainda são comuns na política cearense.

[82] MOREIRA, Vânia Maria Losada. "Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural." IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). O **Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 171.

[83] DREIFFUS. op. cit. p. 351.

Furtado Leite, Leão Sampaio, Martins Rodrigues, Osslan Araripe, Wilson Roriz[84].

Na oposição a Virgílio Távora, estabeleceu-se a coligação liderada pelo PTB de Carlos Jereissati com outros partidos menores: o PSP (Partido Social Progressista), o PRT (Partido Republicano Trabalhista) e o PR (Partido Republicano). Sem maiores clivagens ideológicas, o pleito se configurou como uma disputa de setores das elites locais pela hegemonia política no estado. No entanto, por trás dessas disputas, havia a intenção do capital internacional e associado em manipular a política nacional com vistas ao alinhamento do Brasil na lógica do capitalismo internacional, o que será possível de se identificar nas facilidades adquiridas pelo governador eleito em conseguir subsídios de diversos órgãos internacionais em seu mandato. O governo de Virgílio Távora, assim como os demais que foram eleitos pelo consórcio empresarial nacional e internacional[85], deveriam servir como verdadeiras vitrinas para o restante do país.

Se, no âmbito nacional, o consórcio empresarial era liderado pelo IPES/IBAD, no Ceará, em 1961, foi fundado pela Federação das Indústrias do Ceará, o Centro de Produtividade do Ceará[86], após a visita, no dia 20 de janeiro de 1961, do Diretor Executivo do CENPI (Centro Nacional de Produtividade Industrial) e diretor do Departamento de Produtividade da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, Sr. Affonso Campiglia, e de Herman Bernhciz, Chefe da Administração Pública da Empresa de Ponto IV, dentre outros, ligados aos órgãos que se solidarizavam com os conceitos de modernidade, planejamento e racionalidade que se vinham desenvolvendo no Brasil desde os anos de 1950, com os trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Desenvolvimento Econômico. No entanto, a derrota de

---

[84] Idem, p. 355.

[85] Segundo Dreiffus, foram eleitos governadores apoiados pelo consórcio organizado pelo IBAD, além de Virgílio Távora, Antônio Lomanto Júnior, na Bahia, e Ildo Meneghetti , do Rio Grande do Sul, os derrotados foram Paulo Néri, no Amazonas, Leandro Maciel, em Sergipe, o General Edmundo Macedo Ferrari, Rio Grande do Sul e João Cleofas, que perdeu para Miguel Arraes em Pernambuco, "líder regional nacional-reformista de considerável projeção nacional". Dreiffus, op. cit. p. 351.

[86] Este órgão seria um dos grandes patrocinadores da cultura cívica nacionalista do final dos anos de 1960 e início da década de 1970. Em 1972, foi responsável por um desfile de comemoração do sesquicentenário que contou com a presença de centenas de veículos, caminhões e tratores de diversas empresas ligadas à produção cearense. Seu principal

grande parte dos apadrinhados pelo consórcio empresarial deixava clara a necessidade de uma intervenção que deveria ir além dos meios democráticos, o que exigiria uma atuação ideológica mais efetiva de convencimento dos diversos setores da sociedade da necessidade de romper com o modelo nacionalista-reformista.

O governo de Virgílio Távora, fruto do consenso entre diversos setores das elites locais e com o governo federal liderado por João Goulart, buscou, desde o primeiro momento, colocar o Ceará nos rumos da modernização conservadora, indo desde a qualificação de professores da rede pública local à instalação de energia elétrica vinda da hidrelétrica de Paulo Afonso, segundo Virgílio Távora, a eletrificação do Ceará era fator fundamental para o desenvolvimento e se estabeleceu como principal meta de seu governo, atingida a partir de uma ampla parceria com o Governo Federal, como é assinalado no PLAMEG:

> "Elemento absolutamente condicionante do processo de 'arranco para o desenvolvimento' a construção da infra-estrutura energética básica repousa essencialmente na CHESF, cujas linhas de transmissão de alta tensão já chegaram à região do Cariri. Graças aos entendimentos já concluídos entre o Governo eleito, a SUDENE e a CHESF, serão agora construídas, com absoluta prioridade, as linhas que levarão aquela energia à cidade de Fortaleza, cuja subestação e rêde distribuidora terão também execução urgente e preferencial."[87]

Carlos Jereissati elegeu-se a uma das cadeiras de senador, mas a outra, a vice-governadoria e o governo ficaram com a União pelo Ceará. A disputa eleitoral era muito mais pessoal do que de projetos políticos, não sendo significativas as diferenças entre os dois caciques locais. De fato, segundo Josênio Parente, Virgílio Távora e Carlos Jereissati eram

> "duas formas de lideranças representativas de uma transição para a ideologia da modernidade (...). A modernidade, entendida como uma racionalidade weberiana, enfatizando a técnica, já era uma estratégia de sobrevivência das elites cearenses e essa ideologia modernizadora, identificada com a industrialização, foi facilmente assimilada pelas elites políticas cearenses. O processo de afirmação e fortalecimento das lideranças de Carlos Jereissati e de Virgílio Távora é, portanto, articulado nacionalmente como conseqüência do projeto de modernização

---

articulador era o empresário Afonso Sancho, proprietário do Jornal Tribuna do Ceará, uma das principais fontes desta pesquisa pela sua defesa da modernização/conservação.

[87] PLAMEG, p. 2. Esta aproximação de Virgílio Távora com o governo de João Goulart, rendeu dificuldades iniciais do governador de manter-se no poder quando do golpe de 1964.

> conservadora das elites brasileiras, um desdobramento da ideologia nacional desenvolvimentista."[88]

A morte prematura de Carlos Jereissati deixou Virgílio Távora à frente da política local, praticamente sozinho, sem maiores oposições que lhe fizessem frente. Essa posição certamente lhe garantiu um maior poder de barganha junto aos militares golpistas, apesar de sua aproximação com o presidente deposto, e sua posição como principal articulador do "acordo dos coronéis"[89], na década de 1970. Seu discurso de modernização era muito mais uma forma de se colocar como vanguarda regional diferenciada com vistas a assumir a hegemonia local, do que resolver as contradições sociais do estado, que deveriam ser conservadas. Daí a sua necessidade de consolidar o conceito de Ceará enquanto estado nordestino, enquanto região atrasada, sofrida e derrotada frente às intempéries e às diferenças regionais, que precisavam ser superadas a partir do desenvolvimento industrial sob a intervenção do Estado, para, assim, acompanhar as áreas mais desenvolvidas, entenda-se industrializadas, do país. Por outra, enquanto região que já vinha superando suas dificuldades por si, de forma pioneira, como afirmaria o próprio Virgílio Távora, em 1966:

> "antes mesmo da instauração dos princípios moralizadores da Revolução de 31 de março, o Ceará se vinha renovando, de modo soberbo, ao influxo da paz social e política, (...) e das novas metas de administração que surpreenderam a quantos porfiavam em proclamar a falência desses superiores objetivos, apresentando-os como sinônimos de suicídio político"[90].

Em nome dessa homogeneidade regional, escondiam-se as diferenças sociais locais e as disputas pelo poder. Construía-se um conceito de Ceará semelhante ao construído sobre Nordeste. O Ceará era "o butim da guerra entre os grupos litigantes" [91], como assinala Margareth Rago, ao comentar o

---

[88] PARENTE. op. cit. p. 395-6.

[89] Acordo feito entre os coronéis do Exército Adauto Bezerra, César Cals e Virgílio Távora, que dominou a política local durante o Regime Militar. PARENTE. op. cit, p. 403-407.

[90] Virgílio Távora em discurso de saudação ao então candidato à Presidência da República, General Costa e Silva, em visita ao Estado do Ceará, em 23/07/66. Arquivo Público do Ceará, Acervo Virgílio Távora, série Produção Intelectual, sub-série Textos Discursos, Conferências e Seminários, caixa 03.

[91] Sobre a elaboração do conceito de região, em especial a construção do conceito de região Nordeste tal qual se deu a partir da década de 1920, ver Durval Muniz de Albuquerque, "A Invenção do Nordeste e outras faces", em especial o prefácio de Margareth Rago. Recife, FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

conceito de região como uma elaboração com vistas ao exercício de poder sobre ela.

Em seus pronunciamentos, Virgílio Távora evocava o nacionalismo, pois, para ele, o Ceará representava melhor do que qualquer outra região do País o sentimento de brasilidade, o acendrado amor à Pátria e às nossas tradições cívicas, cristãs e liberais[92], perfil típico dos debates políticos nacionais de então, que iam do nacionalismo associado ao capital estrangeiro ao nacionalismo revolucionário de esquerda. Outras vezes, buscava ecos para a sua política desenvolvimentista industrializadora, nos sentimentos locais voltados para o próprio estado, sempre enquanto parte do Nordeste sofrido, abatido pelas intempéries e esquecido pelo desenvolvimento do Centro Sul

> "A promoção do desenvolvimento visa: à manutenção e expansão dos serviços de valorização humana e do bem-estar social; (2) à expansão do parque industrial e de outros incentivos à econômia (sic) do Estado"[93].
> "Isto é especialmente verdadeiro nos Estados do Nordeste, eis que já se consolidou a consciência de que constitui responsabilidade de tôda a coletividade brasileira eliminar as distâncias sócio-econômicas que os separam da região Centro Sul do país"[94].

Ou em sentimentos mais universais, embutidos de uma certa moral cristã, na prática, um apelo à tradição católica conservadora cearense, marca de permanência da cultura local e referencial de apelos para legitimar projetos políticos

> "Refiro-me, notadamente, à criação de fatores de existência humana mais digna, mais justa, mais cristã e que importem na efetiva melhoria do homem no quadro social
> (...) disciplina e execução, dentro dos postulados da doutrina cristã, da política agrária fazendo-se das terras públicas estaduais o pondo de partida da utilização do solo agricultável como uma das medidas do Poder Público contra o desnível social."[95]

A aproximação com a Igreja Católica não se evidenciava somente nos discursos em defesa da "moral e doutrina cristã-católica", expressava-se, também, pelas diversas leis aprovadas durante o governo Virgílio Távora destinando verbas para várias obras e festas religiosas promovidas pela Igreja

---

[92] Plano de Metas Governamentais – Virgílio Távora – PLAMEG (1963-1966). Preâmbulo , p. I. Biblioteca Pública Menezes Pimentel.
[93] Idem, p. I e II.
[94] Idem, p. 1.
[95] Idem, p. I.

Católica em todo o estado. Por exemplo, entre os meses de agosto e outubro de 1963, foram aprovadas diversas leis que liberavam verbas para Círculos Operários Católicos, construções e ampliações de igrejas, salões paroquiais e até ajuda para festas de padroeiras[96]. O mesmo se pode dizer com relação à educação e à moral, pois, antecipando-se ao decreto-lei No. 869 de 12 de setembro de 1969 do Governo Federal, que determinou a obrigatoriedade do ensino Educação Moral e Cívica em todo o País, Virgílio Távora sancionava a Lei Estadual No. 6.612 de 26 de setembro de 1963, aprovada pela Assembléia Legislativa, que tornava o ensino de Educação Moral e Cívica obrigatório "em todas as Escolas Reunidas, Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado do Ceará".

As ações de Virgílio Távora eram facilitadas pelo caráter igualmente conservador da Assembléia Legislativa Estadual e sua subserviência ao governador. Assim, é que a Assembléia Legislativa do Ceará, em novembro de 1961, declarava "Cidadão Cearense" o Sr. Leonel Brizola pelos serviços prestados ao garantir a resistência ao golpe militar que tentava impedir a posse de João Goulart com quem Virgílio Távora estabeleceu laços, notadamente, pelo interesse daquele presidente em estabelecer a energia de Paulo Afonso para o Ceará. Mas, no final do ano de 1963, a Assembléia, diante da cerrada campanha conservadora contra João Goulart, declarou "nula e de nenhum efeito a Lei No. 5.718, de 21 de novembro de 1961, que concedeu o título de "Cidadão Cearense" ao Sr. Leonel Brizola."[97]

As campanhas moralizadoras de Virgílio Távora se aproximavam das estratégias montadas pelo consórcio transnacional e associados nacionais, por meio do IPES/IBAD, que tinham, como objetivo, a doutrinação ideológica nos diversos setores da sociedade civil organizada com vistas a legitimar a ação política e militar que estava por vir, como a criação da CEC (Campanha de Educação Cívica) "cujo programa envolvia o 'despertar da consciência cívica da nação' e o 'estímulo patriótico à grande massa, principalmente a classe média, os trabalhadores e a juventude'"[98] . Tais campanhas constavam de programas de rádio e televisão, publicação de livros, artigos em jornais, etc,

[96] Leis do Estado do Ceará (Leis números 6229 a 7074), 1963, Volume XVII – Tomo III – Editora Jurídica, LTDD. Fortaleza, Ceará, s/d. Biblioteca Pública Menezes Pimentel.
[97] Lei No. 6.641 de 4 de outubro de 1961. Idem.

tendo como uma de suas ativistas a escritora cearense e ex-militante do Partido Comunista, Rachel de Queiroz, conterrânea e muito amiga do General-Presidente Humberto de Alencar Castello Branco e de outros generais, como Golbery do Couto e Silva, e participante do GPE (Grupo de Publicações/Editorial) do IPES. O GPE

> "escrevia, traduzia e distribuía material impresso anticomunista, antitrabalhista e antipopulista, bem como publicava, traduzia e reimprimia livros, artigos e panfletos escolhidos. (...) inseria comentários, debates e opiniões na imprensa e elaborava editoriais, divulgava notícias e artigos feitos de antemão por agências especializadas"[99].

Rachel de Queiroz participava também de programas políticos em São Paulo, falando sobre o "falso nacionalismo"[100], e publicou o livro, patrocinado pelo IPES, *Crônicas Engajadas*, obra que ressaltava o "ideal capitalista, ao mesmo tempo em que fazia campanha contra as reformas pretendidas por Jango"[101]. Segundo o Tenente Heitor de Aquino Ferreira, assistente direto do General Golbery, Rachel de Queiroz era uma pessoa de destaque na articulação do golpe de 1964, uma obra de "grande valor como propaganda democrática e anticomunista"[102]. Segundo Socorro Acioli,

> "Rachel 'conspirou', como ela mesma define sua atuação, contra o governo de Jango e a favor do Golpe Militar. A casa de Raquel, no Rio, era um ponto de encontro para reuniões dos conspiradores.
> (...)Ela sempre disse que era contra o Jango porque o considerava um representante do Getulismo, regime do qual ela foi vítima. E que seu '*envolvimento em 64 foi apenas no sentido de apoiar Castello. Em seguida saí discretamente, não aceitei nenhum cargo, nenhum favor*(...)'.
> Em 1966, Rachel foi convidada para representar o Brasil na 21ª. Sessão da ONU, como delegada da Comissão de Direitos Humanos."[103]
> "Entre 1963 e 1972, Rachel de Queiroz trabalhou para a Editora José Olympio e a revista O Cruzeiro, contribuintes do complexo IPES/IBAD"[104]

---

[98] DREIFFUS, op. cit. p. 314.

[99] Idem, p. 210.

[100] Idem, p. 264.

[101] OLIVEIRA, Maria Clara Castellões de. **Traduções Literárias: jogos de poder entre culturas assimétricas**. IN:http://www.mestradoletras.ufjf.br/profs/textomc2.pdf (p. 8)

[102] Idem, op. cit. 307. Ressalte-se que as biografias de Rachel de Queiroz não citam esta obra e que não foi possível localizá-la nas bibliotecas locais e em várias bibliotecas particulares. Tudo indica ser uma obra de um esquecimento voluntário.

[103] ACIOLI, Socorro. **Rachel de Queiroz**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003 – coleção terra bárbara.

[104] OLIVEIRA, Maria Clara Castellões de. (Dra.) IN:http://www.mestradoletras.ufjf.br/profs/textomc2.pdf (p.10);
Ressalte-se que a partir de 1967, Rachel passou a integrar o Conselho Federal da Cultura e lá permaneceria até o ano de 1985 www.releituras.com/racheldequeiroz_bio.asp+Raquel+de+Queiroz.

Ressalte-se que Virgílio Távora foi eleito com ajuda financeira do complexo IPES/IBAD, portanto fazia parte do mesmo projeto. Ao seu conservadorismo político somava-se a linha desenvolvimentista da qual fizera parte no governo de Juscelino. Enquanto ministro, acompanhara de perto os anos, mais cinzas do que dourados[105], do governo de Kubitschek. No Ceará, tentava legitimar seus projetos convencendo os seus pares políticos, em especial na Assembléia Legislativa, de que o desenvolvimentismo e o progresso eram sentimentos já absorvidos pelos cearenses e seu governo o representante desses sentimentos, como afirma em sua primeira mensagem de prestação de contas à Assembléia em janeiro de 1964: "O que este governo tem feito (...) é criar, diria melhor, alargar uma mentalidade progressista, desenvolvimentista, que se tem apoderado do povo cearense de maneira total"[106]. Respaldado pela "União pelo Ceará", um ano depois, Virgílio Távora chamava atenção para a importância da racionalidade administrativa como forma de garantir a

> "paz política e que em vão tentaria o Governo realizar alguma coisa ponderável em favor da comunidade, tão somente na base da paz política, se essa trégua, em boa hora aberta pelos Partidos, não fôsse (sic) embasado no sentido do planejamento racional."[107]

Com um discurso aparentemente contraditório, em seus pronunciamentos, Virgílio Távora evitava as esferas nacionais, mencionando-as apenas para colocá-las a serviço dos interesses locais diante da "responsabilidade de tôda (sic) a coletividade brasileira em eliminar as distâncias sócio-econômicas que os separam da região Centro Sul do país ou de criticá-las" diante da concentração das verbas públicas, "pois de nada

---

Durante o Regime Militar Rachel de Queiroz foi autora de vários livros de Educação Moral e Cívica, como **Meu Livro de Brasil 3, Meu Livro de Brasil 4 e Meu Livro de Brasil 5**, todos pela Livraria José Olympio/Fename/MEC, no ano de 1971. Também publicou **Luís e Maria**, Cartilha de Alfabetização em co-autoira com Maria Vilas-Boas Rego. São Paulo: Lisa, 1971. www.jornaldosamigos.com.br/rachel_de_queiroz.

[105] "JK deixou de cumprir as promessas de desenvolvimento social que, via de regra, estavam associadas à idéia de aceleração da prosperidade econômica. Não conseguiu elevar o nível de vida da população sertaneja, (...) os desníveis de desenvolvimento regional não foram superados. Também não foi superado o tão criticado 'subdesenvolvimento'.O país (...) permanecendo nos limites da história de pobreza e desigualdades sociais que até então caracterizavam (e ainda caracterizam) a trajetória nacional". Vânia Maria Lôsada Moreira, op. cit. p. 191.

[106] Mensagem de Virgílio Távora à Assembléia Legislativa do Estado, janeiro de 1964, preâmbulo, p. VIII.

[107] Idem, p. VIII.

valeria elaborar Um Plano de Metas para o Ceará, sem o apoio do Govêrno Federal que detém em suas mãos a maioria dos instrumentos essenciais ao êxito do Plano".[108] Era uma forma de o governador se identificar com o povo cearense e, ao mesmo tempo, transferir a origem dos problemas locais para a esfera federal.

Observa-se, no Plano de Metas Estadual, a preocupação com o desenvolvimento social a partir de um desenvolvimento econômico que só seria possível mediante a intervenção técnica e racional do Estado, o que, segundo o Plano, possibilitaria uma melhoria das condições de vida para todos os cearenses, bem como a preocupação em preparar melhor o homem para um nível maior de produtividade por meio de sua valorização técnica. Para garantir a racionalidade tecnicista, Virgílio implementou uma ampla reforma administrativa criando vários órgãos, como o BEC (Banco de Estado do Ceará), a SEPLAN (Secretaria de Planejamento), a CODEC (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Ceará) – a versão cearense da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e o Departamento do Serviço Público, dentre outros. O objetivo era dar ao Estado o máximo de racionalidade com vistas aos avanços da industrialização controlada e racionalizada, encarada como um dos pilares do desenvolvimentismo. Somente na região do Cariri, seriam montadas cinco indústrias a partir do projeto AZIMOV, que foi projeto idealizado pelo economista Morris Azimov, da Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos, com o objetivo descentralizar a industrialização, o qual previa a instalação de um parque fabril voltado para o aproveitamento da matéria-prima da região e para o abastecimento da área de influência do Cariri. "Algumas indústrias chegaram a ser instaladas e até entraram em funcionamento, mas somente uma iniciativa a, fábrica de cimento, localizada no município de Barbalha, ainda se encontra em funcionamento"[109].

Segundo Justo, o "Cariri foi a região escolhida em face de sua localização geográfica, estando próximo às cidades dos Estados vizinhos, e ser a única região integrada à energia de Paulo Afonso (outra marca da industrialização de Virgílio Távora), além do grande número de imigrantes que

[108] Idem p. 1 e 2.
[109] http//www.senado.gov.br/web/cegraf/pdf/11122003/40956.pdf

a região recebia em face das romarias" [110]. Para complementar o projeto, foram liberados 20 milhões de cruzeiros para a construção do Aeroporto do Cariri.[111] A política estadual de incentivo à industrialização da região se inseria na política nacional de incentivo à industrialização do Nordeste por meio do artigo 34, da Lei No. 3.995, de 1961, que

> "consistia na dedução de 50 por cento do imposto de renda devido pelas pessoas jurídicas de todo País para aplicação em indústrias na Região Nordeste. Em 1963, esta dedução foi autorizada às indústrias estrangeiras através do artigo 18 da Lei No. 4.239"[112].

De fato, se as condições econômicas e sociais eram favoráveis para a instalação do projeto de industrialização no Cariri, deve-se lembrar, no entanto, que Virgilio Távora estava empenhado em desbancar do poder político cearense os caciques da região Norte, em especial Sobral, reduto do PTB de Carlos Jereissati, que ganhara a adesão dos seguidores do Coronel Francisco de Almeida Monte[113]. Nem mesmo a seus partidários Virgílio Távora perdoava, pois o Dr. Sabóia (UDN) acabou a ele se submetendo.

Quanto à valorização do ser humano, o PLAMEG tinha como significado prepará-lo para a produção, o mercado e o consumo.

> "Para atingir-se esse objetivo, que é a constante valorização técnica, econômica e social da pessoa humana, expressa em níveis mais elevados de produtividade e de consumo."[114]

O Plano procurava integrar todas as atividades do governo por meio de suas secretarias. Para tanto, foi elaborado a partir de uma estrutura geral que se ramificava para cada setor, tendo, como ponto de partida, um minucioso diagnóstico feito pela equipe previamente indicada pelo governador "de

---

[110] Sobre o desenvolvimento industrial da região do Cariri, no sul do Estado do Ceará, veja-se JUSTO, Wellington Ribeiro. **A Caracterização Econômica da Microregião do Cariri no Estado do Ceará**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/UFC, 1999.

[111] Sobre o desenvolvimento industrial da região do Cariri, no sul do Estado do Ceará, veja-se JUSTO, Wellington Ribeiro. **A Caracterização Econômica da Microregião do Cariri no Estado do Ceará**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/UFC, 1999.

[112] AMORA, Zenilda Baima. IN: SOUZA, Simone (org.). **História do Ceará**. Fortaleza, UFC/FDR, Stylus. Comunicações, 1989, p. 121.

[113] O título de coronel foi adquirido em função da propriedade e não da patente, pois nunca colocou os pés em um quartel. Segundo curiosidade, teria sido o primeiro deputado federal a morrer em Brasília, em 1961. PARENTE, op. cit. 387-388.

[114] Plano de Metas Governamentais – Virgílio Távora – PLAMEG (1963-1966). Preâmbulo , p. I. Biblioteca Pública Menezes Pimentel, 352 – C 387p.

entendidos nos assuntos do Ceará"[115]. Daí partia para o projeto de ação, especificando quando, onde e como seria realizado, culminando com o estabelecimento de verbas e de onde elas seriam captadas. Percebe-se uma certa aproximação entre os projetos de Virgílio Távora, os projetos da burguesia associada ao capital internacional e os de JK. Este na esfera federal e aquele na local. Observe-se como a afirmação de MOREIRA sobre o "desenvolvimento nacional" se enquadra perfeitamente no "desenvolvimento local" de Virgílio:

> "Embora hoje a idéia de "desenvolvimento nacional" nos pareça ampla e imprecisa para qualificar um projeto social específico, o fato é que, para os contemporâneos do governo de JK, o conceito tinha um sentido muito claro: industrialização. Não se confundia, desse modo, com a idéia de um processo de desenvolvimento baseado exclusiva ou prioritariamente no setor agropecuário. Entre os segmentos mais radicais, significava também a modernização da sociedade nacional, via reformas profundas no sistema político-eleitoral, na administração do Estado, na estrutura agrária, na educação e nas relações internacionais."[116]

No entanto, embora o projeto desenvolvimentista de JK se mostrasse superado para o Brasil, tendo em vista não ter sido capaz de dar conta dos problemas estruturais engendrados no Estado, fruto das relações com os setores conservadores, e considerando os avanços da industrialização, a formação de uma classe trabalhadora urbana e rural cada vez mais organizada seja nos sindicatos ou seja nas ligas camponesas e as exigências do capital estrangeiro, para o Ceará se buscavam associar o clientelismo dos setores rurais reacionários e corruptos com um discurso nacionalista industrializante e modernizador. Daí a amplitude e o racionalismo técnico do Plano de Metas inserido em um governo surgido a partir de alianças com os setores mais conservadores do Estado.

Dentro dessa idéia de modernidade, o Plano de Metas Governamentais tomava emprestada a idéia republicana herdada do jacobinismo da Revolução Francesa da educação como promotora do fim das desigualdades sociais. O PLAMEG de 1963 dava atenção especial à educação, o que pode ser observado a partir do amplo diagnóstico feito sobre o número de escolas, os

---

[115] PLAMEG, P. 1.

[116] MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os Anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Ameida Neves (org.).

alunos matriculados, a qualificação de professores, a qualidade do material didático. Enfim, todos os aspectos possíveis relacionados deveriam receber investimentos da ordem de 13 bilhões de cruzeiros no quadriênio, findo o qual deveria ter sido erradicado, em grande parte, o analfabetismo no Estado. Para o ensino médio – cuja expansão teria de acompanhar o processo de desenvolvimento industrial –, eram previstos investimentos da ordem de 6 bilhões de cruzeiros[117]. Os recursos teriam origem no governo estadual, nas parcerias com as prefeituras, acordos com o governo federal a partir do Plano Nacional de Educação e parcerias com órgãos internacionais, em especial os norte-americanos. A erradicação do analfabetismo, exigência dos diversos setores da sociedade e amplamente divulgada nos jornais da época , e a qualificação para o trabalho foram estabelecidos como objetivos principais. Para preparar a mão-de-obra e melhorar a produtividade, o governo estadual não mediria esforços

> "Especial relêvo (sic) terá no setor educacional, a formação de técnicos de nível médio, sem o que não se conseguirá levar a efeito as metas que digam respeito à maior produtividade. Nesta ordem de idéias, estimularei a concessão de tôdas (sic) as vantagens aos cursos que se criarem para a execução dessas tarefas, fazendo o possível por obter meios financeiros com órgãos especializados no assunto, inclusive estipendiados (sic) por ajuda de instituições internacionais"[118]

De fato, antes mesmo de tomar posse, Virgílio Távora viajou para os Estados Unidos em busca do apoio de órgãos internacionais, como a Agência Internacional para o Desenvolvimento (USAID, United States Agency for International Development[119]), o BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento[120] e do Programa de Alimentos para a Paz[121]. Havia, naquele

---

O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 167.

[117] PLAMEG, p. 2.

[118] Idem p. V.

[119] A USAID, United States Agency for International Development tem suas origens no Plano Marshall de reconstrução da Europa no governo de Truman. Foi criada definitivamente pelo presidente John Kennedy pelo Foreign Assistance Act (Ato de Assistência Externa) e aprovada pelo Congresso em setembro de 1961. DREIFFUS, op. cit. p. 370; http://www.usaid.gov/

[120] Criado em dezembro de 1959 para socorrer e acelerar a economia e o desenvolvimento social da América Latina e do Caribe. IN: http://www,iadb.org/

[121] Programa de assistência nutricional criado após a Segunda Guerra Mundial pela USAID, United States Agency for International Development. "Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula". Revi. Nutr. Vol 18 no. 4 Campinas July/Aug. 2005. Revista de Nutrição Print ISSN 1415-5273.

momento, a disposição desses órgãos internacionais em desenvolver programas de ajuda aos países da América Latina, especialmente depois da Revolução Cubana e sua aproximação com a União Soviética. Os jornais de 1961 divulgavam amplamente os contatos dos Estados Unidos para que o Brasil participasse do programa "Alimentos pela Paz" e se inserisse no Programa da Aliança para o Progresso, denominação feita à USAID. Assim, Virgílio Távora se antecipava aos governos militares pós-1964 e estabelecia diversos acordos internacionais com órgãos norte-americanos.

Dentre os acordos mais famosos que o Brasil assinou com a USAID durante o regime militar, encontra-se o acordo MEC-USAID (Ministério da Educação e Cultura-United States Agency for International Development), que tinha como uma de suas metas adaptar a educação brasileira ao modelo estadunidense. Esses acordos "foram denunciados como forma de sujeição cultural ao modelo econômico dependente"[122] por estudantes, parlamentares e intelectuais da época. Apesar das denúncias e manifestações em contrário, as reformas aconteceram, contando, inclusive, com a presença dos técnicos dos Estados Unidos. A começar pela nomenclatura: o ensino primário e ginasial foram unificados com a denominação de primeiro grau, e o ensino científico foi transformado em segundo grau. Mas, o objetivo principal foi atingir o curso universitário, que passou a ser chamado de ensino de terceiro grau. Afinal a Universidade tinha um papel estratégico na formação dos quadros técnicos e profissionais necessários para a política de alinhamento do Brasil aos Estados Unidos. Segundo Ciampi,

> "No ensino superior, os acordos foram feitos alegando-se que 'somente os técnicos brasileiros não seriam capazes de realizar a contento' a tarefa do planejamento do ensino superior. O primeiro acordo no ensino superior foi firmado em 23/6/65, com o objetivo básico de elaborar planos (cinco anos) para a expansão e reestruturação do sistema educacional. O outro acordo firmado, em continuação ao anterior, em 9/5/67, foi de 'Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior'."[123]

No entanto, esses acordos antecedem, e muito, no Ceará. Segundo mensagem enviada à Assembléia Legislativa no início do ano de 1964, a Agência Internacional para o Desenvolvimento (USAID) contribuíra, até então,

---

[122] CIAMPI, Helenice. **A História Pensada e Ensinada: da geração das certezas à geração das incertezas**. São Paulo: EDUC, 2000, p. 42.

com “ponderáveis recursos para a melhoria das rêdes viária e escolar do Estado. Dela recebeu o Ceará até agora, - com a última parcela liberada há dias – mais de 1 bilhão, destinado ao seu plano educacional”[124]. Essas cifras para a melhoria da malha viária e setor educacional do estado superavam a ajuda financeira do governo federal, que, até então, fora da ordem de Cr$ 138 milhões dos 629 milhões prometidos[125]. Segundo, ainda, as correspondências estrangeiras de Virgílio Távora, havia a intenção de estabelecer acordos com instituições internacionais para a fundação da Universidade Estadual do Ceará em parceria com a Universidade do Arizona, tendo a USAID como avalista, o que deixou os dirigentes estadunidenses bastante entusiasmados[126]. Após várias visitas ao Ceará de representantes daqueles órgãos, no dia 25 de outubro de 1965, o governador do Ceará recebeu em carta do embaixador dos Estados Unidos no Brasil e principal agente do governo norte-americano ligado à CIA (Central Intelligence Agency ou Agência Central de Inteligência) que utilizava o IBAD como instrumento de ingestão do dinheiro internacional nas campanhas antipopulistas, anticomunistas e antitrabalhistas, a resposta sobre as pretensões para o estabelecimento da Universidade Estadual. Lincoln Gordon[127], senador norte-americano no Brasil, homem com quem Virgílio Távora tinha boas relações, comunicou a impossibilidade de criação da Universidade, devido à:

> falta de mão-de-obra especializada e a grande quantidade da população em idade inferior a 14 anos e por conseguinte ainda dependente,(...) a pequena porcentagem da população que termina o curso médio e a baixa renda per capita do Estado.[128]

---

[123] Idem, p. 87.

[124] Preâmbulo do governador Virgílio Távora em Mensagem enviada à Assembléia Legislativa em 25 de março de 1964, p. XIV. Biblioteca Pública Menezes Pimentel.

[125] Mensagem do governador Virgílio Távora, enviada à Assembléia Legislativa em 25 de março de 1964, p. 35. Biblioteca Pública Menezes Pimentel.

[126] “*As we indicated, we are most interested in our proposal for a contract with USAID between your University of Ceara and our University of Arizona. Our staff is enthusiastically behind us in the proposal*.” Carta de Darrel S. Metcalfe, Director of Resident Instruction The University of Arizona Tucson College of agriculture. In: Arcevo de Virgílio Távora, no Arquivo Público do Ceará, Série Correspondência Geral, sub-série Telegramas recebidos do Exterior.

[127] No fechamento deste trabalho o historiador Carlos Fico divulgou, por meio do programa “Fantástico” da Rede Globo de Televisão (19/11/2006), ter encontrado documentos secretos que comprovam a participação direta de Lincoln Gordon e do governo dos Estados Unidos no golpe de 1964. Até então, havia algumas dúvidas sobre o fato.

[128] Lincoln Gordon, embaixador dos Estados Unidos ao então governador Virgílio Távora, Acervo Virgílio Távora, Arquivo Público do Estado do Ceará.

O comunicado do embaixador deixava claro que o ensino superior não poderia destinar-se às populações de baixa renda, preferindo sugerir o treinamento de administradores de alto e médio nível na Escola de Administração já existente e de operários especializados por meio da expansão de organizações como o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). Quanto à Universidade Estadual do Ceará, só seria fundada em 1975.

Mas diversos foram os outros auxílios recebidos pelo Estado do Ceará através da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e de outras instituições, o que demonstra a preocupação do governo federal e de órgãos internacionais em inserir o estado no modelo desenvolvimentista de então. Somente o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) designou Cr$ 175.500.800,00 (cento e setenta e cinco milhões, quinhentos mil e oitocentos cruzeiros) para o Plano de Emergência do Estado do Ceará – um plano de emergência de educação em que os recursos seriam investidos essencialmente em construção e aparelhamento de escolas, como se constata nos relatórios da Inspetoria Seccional Representante do MEC (Ministério da Educação e Cultura), em 17 de julho de 1963[129]. Em 1964, para a execução do Plano Trienal de Educação no Estado, as cifras da primeira parcela foram de Cr$ 1.450.976.186,00 (hum bilhão, quatrocentos e sessenta milhões, novecentos e setenta e seis mil, cento e oitenta e seis cruzeiros).[130] É importante observar que Hugo de Gouveia Soares, então Secretário de Educação e Cultura, salienta que o Conselho Estadual de Educação ainda não foi criado, demonstrando o quanto as questões técnicas se sobrepunham às questões de ordem pedagógica, já que a criação do Conselho era uma exigência da própria legislação federal.

As relações com a USAID iam além dos acordos educacionais e de ajuda ao setor de transportes, pois encontramos financiamentos na construção de casas populares para trabalhadores, como na experiência piloto no Pirambu (segundo a mensagem do governador de março de 1964, a zona mais populosa da capital, onde existiam 40.000 habitantes com apenas 7.422

[129] Arquivo Público do Estado do Ceará, Acervo Virgílio Távora, subsérie Secretaria de Educação.

[130] Relatório da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, de julho de 1964, assinado pelo então Secretário de Educação e Cultura do Estado do Ceará, Hugo de Gouveia Soares.

habitações, das quais 6.830 em precárias condições[131]). Ali, foram construídas, em 1963, 461 casas das 761 previstas, tendo a USAID participado com Cr$ 100 milhões, 49% do valor total das despesas[132]. Tais projetos de modernidade e desenvolvimento, ao estabelecer melhores condições de vida para as camadas trabalhadoras, esvaziavam as idéias reformistas do trabalhismo e colocavam o Estado como o mentor das camadas populares.

Quanto à educação, os dados eram alarmantes e impossibilitadores do desenvolvimento racionalizado da industrialização. Cerca de 70 % da população do Ceará não sabia ler ou escrever, das 720.000 crianças em idade escolar dos 7 aos 14 anos, 480.000 não estavam matriculados. A situação mais grave era nas áreas rurais, dos 480.000 em idade escolar, somente 120.000 estavam matriculados. Ou seja, 66% das crianças não tinham escola, 11% estavam matriculados na rede estadual, 18% em escolas municipais e 5% nas escolas particulares[133]. Ao mesmo tempo, enquanto o Estado necessitava de 18.120 professores primários (de acordo com o índice de 1 professor para cada grupo de 40 alunos, segundo índice estimados para o Nordeste), só existiam 3.821[134]. Embora, segundo constatação da equipe que fazia o levantamento de lotação dos professores, "Sobravam Professoras", o que deu título à matéria de um jornal local que afirmava haver

> "um excedente de 136 professores nos estabelecimentos de ensino da capital, (...) por força das injunções políticas. Chefes políticos que forçam a transferência de uma professora para outra localidade, por perseguição ou por interesse de substituição de cadeira"[135].

Ou seja, as práticas do apadrinhamento político para o ingresso no serviço público era lugar comum, em especial na educação, o que também pode ser confirmado nos diversos bilhetes encontrados no acervo de Virgílio Távora do Arquivo Público do Ceará, apesar de ele mesmo falar de modernização da máquina pública. Eis aí uma demonstração típica de Conservadorismo e Modernização daquele governo.

---

[131] Idem, p. 43.
[132] O Estado financiou 14%, a SUDENE, 14% e os participantes 23 % em forma de mutirão, Mensagem do governador enviada à Assembléia Legislativa em 25 de março de 1964, 43.
[133] PLAMEG, p. 11 e 85.
[134] Mensagem do governador enviada à Assembléia Legislativa em 25 de março de 1964, p. 32.
[135] Jornal Tribuna do Ceará, 08 de julho de 1963, p. 3.

Os números não eram problemáticos somente em termos absolutos, mas também em termos comparativos, o que se observa na análise feita no Plameg com relação ao Ensino Médio, enquanto em "São Paulo, para uma população de 12.774.699 habitantes, verificava-se a matrícula de 418.317 estudantes nos vários ramos do ensino médio comum, no Ceará, no mesmo ano, com uma população de 3.337.856, a matrícula foi apenas de 40.734. Ou seja, para uma população que representa mais de um quarto da população de São Paulo, a matrícula no Ceará foi inferior a um décimo da matrícula das escolas médias paulistas. Se a comparação for o número de unidades de ensino médio – cursos e não estabelecimentos – a desproporção não era menos chocante: 1.772 em São Paulo, contra apenas 255 no Ceará".[136]

Para superar os problemas apontados, o PLAMEG previa ampliação e melhoramento dos prédios escolares existentes com a construção e equipamento de 450 novas salas de aulas; construção de novas unidades escolares (825 salas em áreas urbanas e 2.595 em áreas rurais); reequipamento dos prédios existentes e aquisição de mobiliário para todas as novas salas (3.845 salas completas, com carteiras para 40 alunos); aquisição de material didático e de consumo; melhoria das condições de administração, supervisão e fiscalização do ensino e suplementação de salários de professores municipais, em convênio com as Prefeituras; aperfeiçoamento do corpo docente, por meio de cursos regulares e de emergência, inclusive para a implantação da 5ª. e 6ª. séries, e aumento numérico do mesmo corpo, mediante contratação de professores; instalação de um Centro de Treinamento do Magistério do Ceará, em parceria com o Ministério da Educação, conforme diretrizes do Plano Nacional de Educação[137]. Assim, a intenção era uma ação planejada racionalmente e de forma eficaz em todas as frentes relacionadas ao ensino, com vistas à organização de uma escola moderna que fosse capaz de se enquadrar na proposta do PLAMEG, o plano que, na perspectiva do governador, levaria o Ceará ao desenvolvimento. Caberia à escola cumprir o papel de preparar melhor a mão-de-obra; e aos técnicos do desenvolvimentismo.

---

[136] Plameg, p. 87.
[137] Idem, p. 85.

Aprender se Aprender Pensando com o "Livro da Professora"

Em 1963, o professor Edgar Linhares participou, como representante do governo do Estado do Ceará, do I Curso de Programação Educacional, em Recife, um dos muitos seminários realizados pela Sudene em associação com o Programa Aliança para o Progresso, com o objetivo de formar opiniões contrárias ao comunismo, ao populismo e ao nacional-reformismo. Segundo Dreiffus,

> "havia uma articulação em torno destes seminários, cursos, palestras e outras formas de divulgação para disseminar uma propaganda anti-socialista, anticomunista, antioligárquica rural e a anticorrupção do populismo, argumentando que a prosperidade do país e melhoria das condições de vida do povo se deviam à iniciativa privada". [138]

Edgar Linhares fora ao Curso com a tarefa de Virgílio Távora de dar início ao processo de elaboração de um Plano Estadual de Educação. Mas, segundo o relatório apresentado pelo professor, seria impossível a elaboração do Plano diante da escassez de dados que deveriam ser fornecidos pela Secretaria de Educação, difícil de se realizar a distância.

No entanto, as sugestões do professor Edgar Linhares são bastante significativas, como a preocupação em priorizar "o ensino primário, industrial, agrícola e de adultos (os três últimos, novidade para o Estado, segundo Edgar Linhares), bem como a importância de buscar apoio junto ao Plano Nacional de Educação, o Plano Trienal de Educação, da Planificação Educacional da Sudene e da Aliança para o Progresso"[139]. Dentre esses projetos, merece destaque o Plano Nacional de Educação[140], ao estabelecer obrigatoriedade do Governo Federal investir

---

[138] DREIFFUS, op. cit. p. 249.

[139] Relatório do professor Edgar Linhares em 1963, acervo de Virgílio Távora, Arquivo Público do Ceará, Série Secretarias do Poder Executivo do Estado do Ceará, subsérie: Secretaria de Educação.

[140] "O PNE surgiu em 1962, elaborado já na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei no. 4024, de 1961. (...) Era basicamente um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alçadas num prazo de oito anos. Em 1965, sofreu uma revisão, quando foram introduzidas normas descentralizadoras e estimuladoras da elaboração de planos estaduais. Em 1966, uma nova revisão, que se chamou Plano Complementar de Educação, introduziu importantes alterações na distribuição dos recursos federais, beneficiando a implantação de ginásios orientados para o trabalho e o atendimento de analfabetos com mais de dez anos." IN: http://portal.mec.gov. Br/arquivos/pdf/pne.pdf

> "no mínimo 12% dos recursos dos impostos arrecadados pela União para a educação", em oito anos o ensino primário deveria matricular: no ensino primário, 100% da população escolar entre 7 e 11 anos, nas duas primeiras séries, 70% entre 12 e 14 anos, na quinta e sexta série; no ciclo ginasial, 30% da população entre 11 e 14 anos nas duas primeiras séries e 50% entre 13 e 15 anos nas últimas séries; e 30% da população entre 15 e 18 anos nas séries do ciclo colegial; por fim, inclusão de metade dos alunos que terminavam o curso ginasial na universidade"[141]

Considerando os depoimentos da professora Luiza de Teodoro, tudo indica que a busca dos apoios apontados por Edgar Linhares seria uma forma de utilizar-se dos recursos daqueles órgãos para desenvolver uma educação de caráter popular no modelo pensado no Livro da Professora. Mas essa tática não chegou a se concretizar. Como afirma Certeau, a tática não tem:

> "a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe a golpe, lance a lance. Aproveita as ocasiões e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva."[142]

Os elaboradores do Livro da Professora não foram capazes de sair do "campo de visão do outro e do espaço por ele controlado"[143]. O Golpe de 1964 não foi só político, foi um golpe na educação: o "PNE foi extinto 14 dias após o golpe de março de 1964, as forças conservadoras que tomaram o poder governativo desejavam, rapidamente, cortar qualquer vínculo com o passado que significasse concessões à população trabalhadora"[144]. Com o Livro da Professora, não seria diferente. Diante da impossibilidade de estabelecer, pela via democrática, uma educação voltada preferencialmente para o mercado de trabalho e não para o mundo do trabalho, os mentores do regime militar redirecionaram a educação brasileira a partir da Ideologia do desenvolvimentismo e da Segurança Nacional estabelecida com o golpe. Os projetos de educação popular inspirados em Paulo Freire foram abortados em troca de projetos, como o MOBRAL (Movimento de Alfabetização Brasileiro), que se consubstanciava não só em alfabetizar, mas também em estimular valores cívicos e morais de acordo com os interesses do Estado autoritário com

---

[141] GHIRALDELLI Jr. Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 2001, 2ª. Ed., Coleção magistério, p. 134

[142] CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994, p. 100.

[143] Idem.

[144] GHIRALDELLI Jr. Op. cit. p. 134.

vistas à lógica do desenvolvimentismo capitalista associado. O Mobral, segundo Dreiffus, "destinava-se a cooptar e conter o trabalhador urbano, visando a faixa etária de 15 a 35 anos. Através dele, atitudes cívicas e morais foram inculcadas em nível político" [145]. Tais práticas podem ser percebidas com a preocupação dos grupos organizadores das festas cívicas de Sete de Setembro de 1972, em trazer para os desfiles as pessoas alfabetizadas por aquele programa, o que analisaremos no capítulo seguinte.

Diante do relatório do professor Edgar Linhares, a partir do primeiro semestre de 1963, foram coletadas diversas informações com vistas a traçar um quadro mais próximo da educação do Estado: número e localização das escolas, cursos oferecidos, alunos matriculados, material didático e de escritório existente, quantidade e qualificação das professoras[146], número de analfabetos entre 14 e 21 anos e de 21 anos acima. Os questionários que serviram de apoio para a coleta de dados eram de maravilhar as atuais práticas administrativas empresariais, talvez não pelas perguntas, mas pelos detalhes coletados a respeito da prestação de serviços. Observem-se alguns exemplos do que era perguntado:

> "Se havia grêmios e como se chamavam?
> Ou Círculo de Pais e Mestres?
> Se existiam outras escolas no lugar, qual foi considerada a melhor pelas pessoas entrevistadas? Quais razões?
> Os principais defeitos apontados por pessoas da comunidade à escola objeto do questionário.
> Quais os filhos de pessoas mais importantes[147] freqüentavam a escola?
> Quais as professoras que foram destacadas pela comunidade como boas?[148]
> As principais reivindicações ouvidas na comunidade
> Citar outras atividades da diretora na escola."[149]

[145]Segundo DREIFFUS, o Mobral fazia parte de uma doutrinação cívica que teve apoio da Liga de Defesa Nacional – patrocinada pelo IPES – da Campanha de Educação Cívica e da Escola Superior de Guerra. op. cit, p. 466.

[146]Nos relatórios apresentados, há sempre referência a professoras e não a professores, o que demonstra que não se esperavam encontrar professores e sim professoras, nas escolas.

[147]Entendam-se mais importantes como as de melhores condições financeiras. Acervo Virgílio Távora, Arquivo Público do Estado do Ceará.

[148]Não se estabelecia qualquer critério do que vinha a ser uma boa ou ruim professora, assim a avaliação estaria relacionada muito mais ao lado pessoal do que profissional.

[149]Questionário aplicado nas escolas do Estado do Ceará no primeiro semestre de 1963 pela Secretaria de Educação. Idem

Na prática, esses dados poderiam ser utilizados para traçar um diagnóstico o mais próximo possível das escolas e identificar os setores que deveriam receber uma maior atenção, o que demonstra o nível de racionalidade e técnica buscadas na educação seguindo as intenções do governo de Virgílio Távora, que perseguia a melhor estruturação possível dos órgãos governamentais. Por outro lado, os mesmos dados poderiam ser utilizados, também, para exercer um maior controle sobre as escolas e os diversos órgãos por elas envolvidas.

Delegava-se ainda à elite dirigente das instituições de poder de cada localidade dos municípios o direito de emitir opinião sobre as escolas, o que se percebe em um dos questionários aplicados pela pesquisa:

> 1. "Opinião do juiz acerca da escola;
> 2. Opinião do vigário acerca da escola;
> 3. Opinião de prefeito;
> 4. Opinião de pessoas influentes;
> 5. Opiniões de outras que pode colher;
> 6. Sua opinião. (da pessoa que aplicava o questionário)[150]".

Observe-se que nos questionários duas opiniões fundamentais não aparecem, a das professoras e a dos pais dos alunos. Ou seja, a opinião dos pais dos alunos sobre as escolas de seus próprios filhos, que consistiam em pessoas das camadas mais populares (se considerarmos que havia a intenção da universalização do ensino), não eram consideradas, eles eram vistos como incapazes de opinar. Considerando-se que o programa escolar a ser elaborado deveria levar em consideração as opiniões coletadas, prevaleceria uma escola de acordo com o olhar dos que exerciam o poder institucionalizado a partir de seu lugar social e interesses, não se levando em consideração os interesses e as necessidades das camadas mais populares. Percebe-se, também, uma ameaça à autonomia dos professores, que passam a ser controlados por agentes externos à escola, mas legitimados pelas estruturas do poder instituído, sob a denominação de pessoas da comunidade. Por outra, todas essas pesquisas assumiam um caráter técnico e científico, o que, para os seus idealizadores, possibilitaria uma melhoria lógica e racionalidade do

[150] Idem.

sistema educacional do Estado em direção ao desenvolvimentismo. Segundo Contreras:

> "o exercício do controle sobre as tarefas do professor é mais eficaz na medida em que este assume como inevitável sua dependência com respeito a decisões externas em relação ao reconhecimento de autoridades legítimas que exercem o controle burocrático e hierárquico (...) Ao renunciar à sua autonomia como docente, aceita a perda do controle sobre seus trabalho e a supervisão externa sobre o mesmo."[151]

Os questionários deixavam claras as intenções de submeter os professores aos poderes externos ao mesmo tempo em que se negavam completamente suas experiências anteriores através de uma série de cursos de adaptação ao tecnicismo moderno. Era preciso que os professores percebessem a importância de se enquadrar nas "modernos práticas educacionais". Todos os dados coletados foram usados na segunda quinzena do mês de setembro de 1963, quando da realização pelo governo do Estado de um seminário sobre o PLAMEG, envolvendo os diversos setores previstos pelo programa. Ao todo eram onze comissões[152], que, ao final, apresentaram um relatório por escrito que deveria servir de base para as intervenções do governo do Estado.

A comissão de Educação e Cultura[153] concluiu seus trabalhos no dia 20 de setembro e fez um relatório essencialmente técnico dividido em seis itens: ensino primário, ensino supletivo, ensino médio, ensino normal, uma tese atribuída a uma pessoa por nome Francisco F. Lima[154] e um voto de louvor ao governador. No que diz respeito aos níveis educacionais, estavam divididos em quatro subitens: diagnóstico, metas, programa e conclusões com sugestões recomendadas. Os diagnósticos, metas e programas são repetições dos dados do PLAMEG, ou críticas aos dados já existentes, considerados insuficientes, mas sem apresentar outros no lugar. Seguindo uma tendência de então, em

---

[151] CONTRERAS, José. **A Autonomia de professores**. São Paulo, Cortez, 2002, p. 38.

[152] Agropecuária e Pesca, Indústria, Energia e Recursos Minerais, Crédito e Abastecimento, Comunicações, Educação e Cultura, Saúde e Assistência, Desenvolvimento e cooperação com os municípios e pesquisa, Segurança e Bem-Estar Social, Melhoria das Condições de Vida do Homem, Desenvolvimento Regional. Os resultados dos seminários foram publicados em um relatório que pode ser encontrado no acervo de Virgílio Távora, Arquivo Público do Ceará, Série Produção Intelectual, sub-série Textos, Discursos, Conferências e Seminários.

[153] Faziam parte dessa comissão: José Martinho Leal; Maria Sarah Esmeraldo Cabral; Jumira Silva; Margarida Maria Militão;Maria de Fátima Mendes; Luisa Campos de Barros; Rita Augusta de S. Costa.

[154] Provavelmente, a tese é do educador cearense Filgueiras Lima.

defesa de um ensino neutro e imparcial em que "os métodos passaram a ser considerados 'técnicas de ensino'; e iniciou-se uma fase de propostas pedagógicas que passaram a ser denominadas de 'tecnicismo educacional'"[155], as sugestões são essencialmente de caráter técnico, como a preocupação em aplicar a Lei 5624/61, ao sugerir a inclusão obrigatória de Educação Física, Recreação e Jogos na Escola Primária, ou a utilização de recursos audiovisuais e radiofônicos. Mesmo quando a sugestão é de caráter pedagógico, torna-se tecnicista, como ao sugerir a "reformulação dos programas e métodos de Ensino Primário (...) com cuidado e persistência, baseada não somente nos princípios científicos da educação, como também na larga experiência dos técnicos"[156].

Quanto ao ensino supletivo, a comissão se restringia a afirmar não ter nada a acrescentar já que, de fato, "o serviço é precário e não tem correspondido à realidade", mas chama atenção nas sugestões a recomendação de que o ensino profissionalizante acompanhasse os métodos de alfabetização, como já vinha ocorrendo em outras experiências desenvolvidas no bairro da Piedade em Fortaleza, o que demonstra a sempre presente preocupação com a qualificação da mão-de-obra. Só tinha sentido alfabetizar se fosse para inserir no mundo do trabalho. De fato, o PLAMEG era muito mais completo nesse setor do que o seminário sobre o Plano. Segundo as projeções do Plameg, o analfabetismo deveria ser erradicado até fins de 1965, em parceria com o governo federal na Campanha de Erradicação do Analfabetismo, que já desenvolvia vários planos pilotos em Quixadá e Morada Nova. Os resultados foram bem outros. No início de 1964, somente 6.103 pessoas tinham sido alfabetizadas pelo projeto supletivo, ficando muito aquém dos 75% de analfabetos da população do Estado.[157] Mesmo assim, o governador acreditava ter feito uma verdadeira "revolução, cujos benefícios, duradouros e profundos, ainda seriam colhidos em próximos e muitos anos, e não somente naquele momento", como afirmava em discurso de saudação ao

[155]BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 90. (Coleção Docência em formação, org. Selma Garrido Pimenta)

[156]Relatório da Comissão de Educação e Cultura – Seminário de Estudos do Plameg, 20 de setembro de 1963. Arquivo Virgílio Távora, Arquivo Público do Ceará Série Produção Intelectual, subsérie Textos, Discursos, Conferências e Seminários.

[157]Plameg, p. 87.

General Costa e Silva[158], então candidato à presidência da República em visita ao Ceará, em julho de 1966.

Merecem destaque, ainda, as sugestões para o Curso Normal, mais uma vez tipicamente tecnicista.

> Conclusões:
> a) que o professor primário passe a dar aulas usando manuais de ensino tecnicamente preparados;
> b) Que a organização desses manuais seja matéria integrante do programa de Metodologia das Escolas Normais;
> c) Que se introduzam nas Escolas Normais os sistemas de especialização didática e de conteúdo das disciplinas, mesmo que para isto seja necessário dilatar o tempo de três anos que compreende referido curso;
> d) Que o professorado se submeta a treinamento especial sobretudo no que se refere ao conteúdo e didática dos Manuais de Ensino;[159]

Observe-se que a comissão do Seminário, em nenhum momento coloca em xeque a inexistência de uma proposta pedagógica para o Estado, ou que tipo de proposta pedagógica poderia aproximar-se da realidade dos educandos. Para estes, o problema estava na desqualificação técnica do professor. O que importava era melhorar a qualidade dos conteúdos e uma didática mais eficiente capaz de aplicar os manuais a serem organizados tecnicamente. A fusão desses elementos se enquadrava perfeitamente nas necessidades racionalistas do projeto governamental de Virgílio Távora. Foi em busca desses manuais tecnicamente organizados para melhorar a educação do Estado que o governador convocou a comissão de professores, que passaria a ser chamada de Assessoria Técnica da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Ceará. É Interessante observar que, dentre os professores convocados, não constava nenhum dos que tinham participado do seminário nem da elaboração do PLAMEG. Eram eles: Luiza de Teodoro, Edgar Linhares, Eduardo Diatahy, Isolda Castello Branco e Iracema Santos, os quais deveriam estabelecer as orientações básicas para as práticas dos professores do Estado, para “dar ao Estado essa possibilidade de ter uma filosofia de educação estatal (...) a idéia que todos os professores do Ceará

[158] Virgílio Távora, discurso de 23/07/66 IN: Acervo Virgílio Távora.
[159] Relatório da Comissão de Educação e Cultura – Seminário de Estudos do Plameg, 20 de setembro de 1963. Arquivo Virgílio Távora, Arquivo Público do Ceará Série Produção Intelectual, subsérie Textos, Discursos, Conferências e Seminários.

pudessem ter a oportunidade de refletir sobre isso, o sentido que deveria ter a educação".[160]

Do trabalho da Assessoria Técnica da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Ceará resultou o Livro da Professora,[161] uma proposta educacional local, embora fosse restrita ao ensino primário, o que corresponderia hoje da primeira à quarta série do ensino fundamental. Ao observá-la, pode-se perceber um conflito entre o que era desejado pelo governador e o resultado do projeto. Para o governador, o projeto educacional do Estado deveria ser capaz de "preparar o homem comum para a tarefa da produção progressivamente mais especializado" e para o "progresso das comunidades", o que expressa a preocupação com a preparação da mão-de-obra especializada, pois a educação é vista como a "chave para o progresso"[162]. As palavras do governador iam além dos apelos ao localismo como ocorrera com o PLAMEG, há uma preocupação com os apelos ao patriotismo e ao desenvolvimentismo, sem esquecer os apelos locais, e a formação dos novos dirigentes. Há, portanto, uma aproximação com a escola que se estabeleceria no pós-1964, formadora de pessoas eficientes tecnicamente para o desenvolvimento – leia-se de acordo com as necessidades do capitalismo - e, ao mesmo tempo, envolvidas com a Ideologia da defesa e da Segurança Nacional, idéias básicas no norteamento das disciplinas estabelecidas como obrigatórias a partir de 1968, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, além dos Estudos Sociais.

---

[160] Luiza de Teodoro em entrevista publicada em 11/11/1993 à Revista *Entrevista*. 11/11/1993, p. 25-39. Biblioteca do NUDOC/UFC Departamento de Pós-Graduação de História.

[161] Nome dado ao projeto educacional do Governo do Estado do Ceará através de sua Assessoria Técnica da Secretaria de Educação e Cultura, publicado em 24 de março de 1964 e reeditado em 1966. Um dos poucos exemplares que restaram pode ser encontrado na Biblioteca do Colégio Municipal Filgueiras Lima. As mudanças políticas ocasionadas pelo Golpe Militar de 1964 e a política local acabaram por abortar o projeto. Fizeram parte da elaboração do "Livro da Professoras" Letícia Parente (Ciências Naturais), Maria Antonieta Cals de Oliveira (Matemática), Dalva Stella Nogueira Freire (Educação Artística), Maria Helena Accioly, Maria Salete Elentério, Kilda de Souza Bermúdez (Linguagens), sob a Coordenação e Orientação Metodológica de Luiza de Teodoro Vieira.

[162] Palavras do Governador Virgílio Távora, no texto de abertura do projeto com o título de "livro da Professora", Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Ceará, 2ª edição, 1966.

Observe-se o que afirma o governador Virgílio Távora no texto de abertura do "Livro da Professora" e sua preocupação com o civismo, numa pregação quase que profética pela educação como redentora da sociedade:

> "Uma só geração, a que não tenham faltado os meios para uma verdadeira educação, será capaz de construir uma Pátria livre, digna e feliz (...)
> Educar é fazer democracia.
> Democracia é fundamentalmente educação.
> Tanto quanto o progresso econômico, social e político.
> (...) Eis porque o Governo do Ceará, que faz do problema educacional uma das suas constantes, põe-se nas mãos dos responsáveis pela formação das novas gerações, que um dia terão sobre os ombros, ainda frágeis, a ingente, porém dignificante tarefa de conduzir o Brasil e a nossa terra para os seus gloriosos destinos."[163]

Já para os elaboradores do projeto, a perspectiva educacional era bem diferente com relação ao que afirmava o governador, pois deveria ter:

> "Uma metodologia em que a criança participe do trabalho de sua educação. Onde, desde os anos mais jovens, já se lhe dê oportunidade de ver, de julgar, de agir.
> Pois não há educação de fora para dentro, e sim, auto-educação.
> Pois nada se aprende por imposição e, sim, por uma auto-aprendizagem."[164]

As palavras do governador expressavam uma perspectiva de educação em que o aluno se tornaria uma massa a ser moldada de acordo com a ideologia nacionalista da época, "Pátria livre, digna e feliz", e em nome de "um progresso econômico com vistas à glória dos destinos do Brasil"[165]. Já a comissão percebe a educação como um meio para a "promoção do homem através do diálogo entre aluno e professor. Entre professor e diretor. Entre escola e comunidade, pais e mestres. Entre educadores e Secretaria de Educação", enquanto o aluno é visto como parte do processo ensino-aprendizagem, como sujeito "participativo capaz de ver, julgar e agir".[166] O tripé 'ver, julgar e agir' era, e ainda é, uma metodologia "aliada à filosofia de Paulo Freire, numa perspectiva de educação como ação libertadora"[167] do MEB (Movimento de Educação de Base) que teve uma forte influência sobre Luiza de Teodoro, segundo suas declarações e pelo o que se comprova no 'Livro da Professora'. O MEB foi fundado, em 21 de março de 1961, pela Conferência

---

[163] Idem.
[164] Justificativa e apresentação de currículo e programa experimentais para 1964, op. Cit. p. 10
[165] Idem.
[166] idem, p. 9.

Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em parceria com o Ministério da Educação e Cultura, tendo priorizado sua ação nas regiões Norte e Nordeste. Um dos seus principais instrumentos de educação era o rádio:

> "Era uma forma de militância, nos educávamos através do rádio, eram aulas radiofônicas, mas tínhamos um contato pessoal nos encontros. A sala de aula era a parte da missão, e sempre tive essa noção. Ai vem o meu catolicismo."[168]

Segundo o site do próprio movimento, no método do 'ver, julgar e agir:

> "Os analfabetos aprendem não apenas a ler e escrever, mas a pensar a sua própria vida e a agir como capazes de sair da sua injusta situação de excluídos. Eles mesmos precisam adquirir a capacidade de reagir e rejeitar o que os oprime. Só assim planos e projetos junto aos excluídos deixarão de ser ajudas emergenciais e manipuláveis por interesses políticos de dominação e manutenção da desordem estrutural. A educação popular assim estendida é uma verdadeira revolução nos conceitos de ajuda aos excluídos."[169]

Ao contrário do governador, a comissão de educadores, escolhida pelo próprio governador, percebia a educação como uma relação dialógica, partindo do ser que se educa e não que é educado. O 'Livro da Professora' se voltava contra aquilo que Paulo Freire chamou de educação bancária, quando o aluno é identificado como aquele que não sabe, como sendo um mero receptor de conhecimentos-conteúdos acumulados e transmitidos por um sujeito que sabe, o professor. Segundo Paulo Freire,

> os homens, nesta visão, ao receberem o mundo que neles entre, já são seres passivos, cabe à educação apassivá-los mais ainda e adaptá-los ao mundo. Quanto mais adaptados, para a 'concepção bancária', tanto mais 'educados', porque adequados ao mundo"[170]

Ao contrário, o 'Livro da Professora' propõe uma educação voltada para o diálogo entre todos os que compõem a escola e/ou estão envolvidos no processo educativo[171].

---

[167] http//www.meb.org.br

[168] Depoimento de Luiza de Teodoro APUD: FONSECA, Selva Guimarães. **Ser Professor no Brasil: história oral de vida**. Campinas, SP: Papirus, 1997 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico), p. 128.

[169] http//www.meb.org.br

[170] FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 65.

[171] Sobre educação bancária e libertadora ver: FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987; **Pedagogia da Autonomia** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002; **Medo ou Ousadia**, Rio do Janeiro: Paz e Terra, 1987.

A influência da pedagogia freireana é evidenciada em várias passagens do 'Livro da Professora', como quando os organizadores afirmam que um novo conceito de educação deveria levar em consideração que o "professor: ELE NÃO ENSINA; AJUDA O ALUNO A APRENDER. APRENDER É APRENDER A PENSAR. PENSAR é agir sobre as coisas"[172]. Não por acaso, no Livro Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, são feitos destaques semelhantes não só das idéias, mas também nas letras: "NINGUÉM LIBERTA NINGUÉM SE LIBERTA SOZINHO: OS HOMENS SE LIBERTAM EM COMUNHÃO", ou "NINGUÉM EDUCA NINGUÉM, NINGUÉM EDUCA A SI MESMO OS HOMENS SE EDUCAM ENTRE SI, MEDIATIZADOS PELO MUNDO"[173].

Segundo o Livro da Professora, para que isso acontecesse, seria necessário um currículo que,

> "utilizando os instrumentos necessários para pôr o aluno em contacto com a realidade: recursos áudio-visuais, livros, mapas, excursões, etc. com a compreensão de que esses recursos são – apenas a LEITURA DE EXPERIÊNCIAS feita pelo aluno e que devem conduzi-lo à reflexão e à crítica, sob pena de termos uma educação que "domestique" o homem, em vez de LIBERTÁ-LO"[174].

Percebe-se também a influência de Paulo Freire quando o 'Livro da Professora' se volta para a realidade local, para a comunidade local, o que vai ao encontro do que afirma Ghiraldelli sobre a Pedagogia Libertadora, que

> "buscava uma educação comprometida com os problemas da comunidade, o local onde se efetivava a vida do povo. A comunidade permaneceu, como ponto de partida e de chegada. Daí as teses do ensino regionalizado, comunitário, ligado aos costumes e à cultura do local de vida da população a ser educada"[175].

Ao mesmo tempo, o 'Livro da Professora' evidenciava uma forte influência de um plano espiritual, universal, divino, o que evidencia a relação com a militância de alguns dos que participaram de sua elaboração nos projetos educacionais da JUC, JEC e AP, como destacamos anteriormente.

> "E, sobretudo, ele [o projeto] vem do sentido permanente de uma responsabilidade imensa por essas muitas crianças, meninos do Ceará, que

---

[172] Livro da Professora, p. 11. O destaque nas letras é do próprio Livro da Professora.
[173] FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, pp. 52 e 68. O destaque das letras é do próprio FREIRE.
[174] Livro da Professora, p. 11 e 12. O destaque das letras encontra-se na própria fonte.
[175] GHIRALDELLI Jr. Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 2001, 2ª. Ed., Coleção magistério, p. 120.

> precisamos fazer nascer para uma vida melhor, gestação espiritual que nos compete especificamente, educadores que somos.
> Se crês em Deus, dizemos-te que foi na certeza de Seu Plano para nós, que prevê um trabalho fraternal de todos juntos, tarefeiros que somos na construção do Seu Reino, que este grupo te dá, agora, o fruto do seu trabalho."[176]

É possível identificar, ainda, a influência de J. Piaget, citado em passagens como estas: "acreditamos que nenhuma mudança de mentalidade se faz pela imposição, nem de um dia para o outro. Sabemos que 'nada inteiramente nôvo pode ser aprendido' (J. Piaget)"; quando ressaltam que a nova didática deve tomar "conhecimento da realidade do ser humano, do mecanismo do pensamento, das necessidades próprias da cada fase de sua evolução".[177] Mas percebe-se, ao mesmo tempo, uma certa mecanização quando é exposto o método pedagógico denominado de PSICOGENÉTICO, "como base científica", segundo o qual a aprendizagem se processa em três fases: a síncrese, a análise e a síntese:

> "a infância é o período SINCRÉTICO;
> a adolescência é o período ANALÍTICO;
> a maturidade é o período SINTÉTICO.
> Mas dentro de cada fase de crescimento este ciclo está acontecendo na mesma ordem."[178]

Partindo desse mesmo princípio e considerando que este "mesmo ciclo fazia parte de cada fase do crescimento, na mesma ordem"[179], também se evidenciava a mesma mecanização ao sugerir como deveria ser uma AULA, o que entrava em contradição com as próprias idéias freireanas do projeto, pois, para Freire, toda educação deve partir da realidade do próprio aluno, pois "ninguém ensina ninguém e ninguém conscientiza ninguém, o ato de educar deve ser um ato coletivo de trocas e interações no fazer a educação mediatizado pelo mundo"[180], ao contrário do que pensavam os organizadores do Livro da Professora:

1. "A COLOCAÇÃO NA CONSCIÊNCIA do aluno do material para ser assimilado: SITUAÇÃO PROBLEMA;

---

[176] Livro da Professora, texto introdutório.
[177] Idem, p. 11.
[178] Idem, p. 11.
[179] Idem.
[180] FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 1987 e **Pedagogia da Autonomia**, 2002.

2. Um processo didático que levasse o aluno ao ESFÔRÇO(sic) DE ASSIMILAÇÃO: PESQUISA;
3. Um trabalho de ordenação e integração (ACOMODAÇÃO) feito, conjuntamente, por aluno e professor: TEORIA."[181]

Por outro lado, havia uma preocupação em estabelecer uma transição que pusesse fim ao ensino tradicional em busca de uma "PEDAGOGIA MAIS REFLEXIVA"[182] capaz de romper com a tradição do currículo e das matérias com vistas a uma educação a partir de uma realidade social na qual estava inserido o educando, o que gerava uma contradição reconhecida pelos próprios autores da proposta:

> "Poderia parecer incoerente que, defendendo, como defendemos, a aplicação pedagógica do método psicogenético de Jean Piaget, nossos programas ainda tragam uma especificação aparentemente tradicionalista, das "matérias, do currículo, em vez de, como sabemos que deveria ser, uma série de SITUAÇÕES-PROBLEMAS dentro das quais se desenvolveriam as atividades da escola"[183]

Essa incoerência os autores justificam a partir do quadro de abandono e descaso em que se encontrava o sistema escolar cearense e, conseqüentemente, o despreparo técnico dos profissionais da educação:

> "Apenas queremos lembrar aos educadores, que fizeram essa justa observação, que lançamos êstes (sic) programas a um grupo de professôras (sic) que há muito (sic) anos não recebia a devida assistência dos órgãos de direção, que apenas possuía alguns programas elaborados há vinte e tantos anos. Que vive num Estado onde 70% do professorado primário não tem o curso Normal, que não terá, em 1964, supervisoras em número suficiente para sua orientação, pois o sistema acaba de ser montado com uma primeira turma de cinqüenta técnicas para atender a TODOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR"[184]

E a professora Luisa de Teodoro bem sabia o que era essa escassez de profissionais qualificados, pois, em janeiro de 1964, segundo o jornal Correio do Ceará, participara da supervisão, na área de História, dos cursos de treinamento para professores secundários que contemplaram 300 professores no Ceará e 10.000 em todo país. Os cursos, promovidos pela Diretoria do Ensino Secundário, por meio da Campanha de Aperfeiçoamento do Ensino Secundário (CADES), eram destinados a professores do curso secundário para lecionarem no interior, onde havia carência de professores

[181] Livro da Professora, p. 12.
[182] Idem. p. 11. A ênfase das letras consta no projeto.
[183] Idem p. 12.
[184] Idem.

com registro. Com início em 13 de janeiro de 1964, "constando de aulas (teóricas e práticas), palestras, estudo dirigido, mesas redondas e conferências, os cursos em apreço, com uma jornada diária de oito horas, estarão encerrados no dia 1º. de fevereiro próximo"[185]. Os professores que freqüentaram deveriam receber licença precária para lecionar por um ano, mas acabaram recebendo titulação definitiva.

A Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) era muito mais um órgão preocupado em melhorar as estatísticas escolares do que com a melhoria da educação. Criada, durante o governo de Getúlio Vargas, em 1953 e tendo encerrado suas atividades em 1971, com a nova Lei de Diretrizes e Bases e a criação dos cursos de Licenciatura Curta, como Estudos Sociais e CIências, a CADES organizava cursos de emergência de formação de professores, depois dos quais os candidatos se habilitavam ao registro definitivo de professor em grupos de matérias. Os cursos tinham duração de um mês, janeiro ou julho, e eram elaborados a fim de suprir as deficiências dos professores, conhecidos como leigos. O curto tempo de suas atividades indica que dificilmente supriram as necessidades pedagógicas desejadas, melhorando apenas as estatísticas do Estado, que passou a ter mais professores qualificados oficialmente. Ainda faltam estudos locais sobre esses cursos, mas, a considerar as afirmações de GARNICA, que estudou a atuação da CADES no interior de São Paulo, "o pouco material estudado permite perceber uma forte carga humanística da campanha, não raras vezes, indicando uma intervenção radical e explícita da ideologia da Igreja Católica na condução das atividades"[186].

Apesar das dificuldades, o Livro da Professora, segundo seus autores, era considerada pelos seus autores bastante avançada para a época, "mais coerente com as descobertas pedagógicas modernas (que o Ceará se orgulha de ter sempre conhecido, divulgado e aperfeiçoado num trabalho pioneiro dentro do Brasil, nos cursos do CADES, por exemplo)"[187], chegando a gerar

---

[185] Jornal Correio do Ceará, 13 de janeiro de 1964, p. 8.

[186] GARNICA, Antonio Vicente Rarafioti. Schools, Teachers and rustics: exercise for a historical decentering. *Educ. Pesqui.*[on line]. Ene.mar.2005, v. 31, n.1 [citado 11 Noviembre 2006], p. 121-136. Disponible en la Word Wide Web: http://test.scielo.br/scielo.pht?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005001000009&lng=es&nrm=ios. ISSN 1517-9702.

[187] Livro da Professora, p. 12.

um considerável "impacto causado com seu aparecimento, dadas as características inovadoras (...) verdadeira renovação para a escola e seu estudo"[188], tanto é que a Secretaria de Educação sentiu a necessidade de "reeditá-la, dessa vez, em maior número, dada a grande procura verificada em outros Estados"[189] – observe-se que já estávamos no ano de 1966, portanto já na ditadura militar – diversas contradições aparecem, mostrando ora renovação, ora o conservadorismo típico daquele momento de projetos e de redefinições educacionais. O livro da Professora se torna, assim, importante, porque ajuda a entender o momento histórico que envolvia a cultura escolar antecedente ao Regime Militar. É um momento de indefinições entre o inovador e o conservador.

O Livro da Professora, apesar da tentativa de romper com as tradições baseadas na moral, no civismo, na religião e de gênero, em boa medida, acabava por reproduzi-las, o que demonstra como as transformações na educação fazem parte daquelas estruturas consideradas por Bloch[190] como mais permanentes, cujas mudanças são mais lentas ao mesmo tempo em que se confundem com as continuidades, num singular "paradoxo entre inovação e conservação (...) do entrelaçamento da tapeçaria da história, da trama da história, em que os dois elementos estão sempre juntos"[191]. Um bom exemplo de como essas permanências e mudanças se articulavam no Livro da Professora é o próprio título, pois já traz em si um significado muito forte de como se entendia a escola enquanto extensão da família e o papel da professora como uma extensão do papel da mãe zelosa, dedicada, vigilante e cheia de carinho amor e ternura para os filhos. Eis o papel que deveria ser assumido pelas professoras. Em nenhum momento do Livro, cogitava-se a possibilidade do professor homem. Não só no título, mas ao longo de todo Livro, os autores sempre se dirigem à professora, como uma espécie de mãe

---

[188] Palavras do Secretário de Educação e Cultura quando da reedição do Livro da Professora em 1966, para ele um livro que "visava o progresso e o bem estar da comunidade", um plano que visava "realizações que atendiam aos elevados interesses sociais", um "trabalho honesto e produtivo, (...) bom e duradouro". Livro da Professora, p. 92.

[189] Idem.

[190] BLOCH Marc. **Apologia da História – ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2001.

[191] BRIGGS Asa em entrevista no livro organizado por PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **As muitas Faces da História – nove entrevistas**. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p. 65.

que, mesmo diante das dificuldades, é capaz de se sacrificar para os filhos, nunca ao professor, a começar pelo prefácio dirigido à

> "PROFESSORA DO CEARÁ
> (...)
> Filhos desta terra de luta e de sol, são filhos também nossos.
> (...)
> Mas tudo isso só é possível, sistematicamente, pela tua presença, professora, pela tua orientação, pela tua sabedoria na escolha de caminhos; pela tua vigilante ternura, pela tua contagiante autenticidade. (...)
> Nas dores pré-natais dêsse (sic) mundo novo sofres, professora das favelas, professora das escolas perdidas no sertão, sofres, e lutas, e crês e esperas, e amas."[192]

Por outro lado, os aspectos inovadores podem ser observados no momento em que os autores do projeto reconhecem a deficiência educacional diante da inexistência da educação pré-escolar, debate que não era comum na época. Segundo o 'Livro da Professora',

> "Uma das deficiências do ensino primário público em nosso Estado é a falta de Jardins de Infância, cuja finalidade é oferecer condições favoráveis ao desenvolvimento integral da criança, preparando-a para a vida na comunidade e para a futura aprendizagem na Escola primária."[193]

Para superar o problema, o 'Livro' apresenta como solução a criação de um PERÍODO PREPARATÓRIO, fundamentado nos princípios de Piaget, em que a "criança recém-entrada na escola se prepara para viver em grupo, adquirir hábitos e atitudes favoráveis à aprendizagem e recebe a devida preparação psicomotora para a leitura e a escrita".[194] Observa-se, portanto, na proposta educacional, uma preocupação com os estágios de aprendizagem das crianças, ao mesmo tempo em que se vislumbra sempre a idéia de que os níveis de educação são estágios de preparação para os estágios seguintes.

Também bastante inovadora era a proposta do programa para os Estudos Sociais que tentava inserir uma

> "**História viva** da qual a criança está **Participando**" E que aquilo que ela "encontrava nos livros era o relato de experiências de outras pessoas, comuns ou extraordinárias, mas que foram **Vivas** também; que lutaram, amaram e sofreram; e que ela deve continuar no caminho aberto pelos que vieram antes".[195]

---

[192] Livro da Professora, p. 9.
[193] Idem, p. 20.
[194] Livro da Professora, p. 20
[195] Idem, p. 48, (destaque no próprio livro).

Quarenta anos depois, Jayme Pinsky e Carla Pinsky escreveriam sobre a importância de uma história prazerosa em sala de aula: "Cada estudante precisa se perceber como sujeito histórico, e isso só se consegue quando se dá conta dos esforços que nossos antepassados fizeram para chegarmos ao estágio civilizatório no qual nos encontramos"[196]. Nos dois casos, veja-se a preocupação em fazer com que o aluno se perceba como sujeito histórico, como participante de uma **história viva** e que ele vive, **participa** dessa história, que ele a ajuda a construir e precisa assumir o compromisso com as gerações futuras. O Livro da Professora estava além de seu tempo, portanto fora da ordem, e talvez por isso mesmo é que seus autores foram perseguidos e o Livro recolhido. Sabemos que trabalhar com o não acontecido não é o melhor caminho para a pesquisa histórica, mas, considerando-se que este trabalho se propõe a gerar uma reflexão sobre o papel do ensino de História, não custa fazer algumas conjecturas: com o Livro da Professora, não teria o ensino de História atingido o seu objetivo de fazer com que as gerações atuais assumissem um compromisso com as gerações futuras? De fazer com que os alunos percebessem que a história não é feita somente de modos de produção e de opressão, embora isso seja importante? Não teríamos uma percepção melhor da conexão entre o patrimônio cultural da humanidade e o nosso universo cultural? São perguntas a que nunca poderemos responder, mas o Livro da Professora, certamente, aproxima-se das respostas positivas.

Mas não era só isso, havia outros aspectos inovadores no projeto do Livro da Professora. Na introdução da proposta de ensino dos Estudos Sociais, há uma preocupação com o senso de cidadania e preservação da identidade da comunidade , ao ressaltar a importância de levar os alunos à comunidade e trazê-la para a sala de aula, e de respeito às diferenças culturais, no que aproximava os alunos do contador de histórias de Benjamin, ao querer levar pessoas da comunidade

> "(mesmo analfabeta); não importa, para contar a história da cidade, pois o analfabeto tem cultura (que definimos como **capacidade de agir**

[196]PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi. "Por uma História prazerosa e conseqüente" IN: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 21.

> **inteligentemente sobre o mundo**) que vá contar as tradições, estórias, experiências profissionais, dizer poemas de catadores etc"[197].

Em contraposição, não se desvinculava da idéia de transformar a escola em lugar de construção da cultura patriótica, pois concluía a introdução afirmando que a "professora que conseguir realmente dar à escola o seu lugar na comunidade pode-se considerar **Realizada** (grifo no Livro da Professora) no serviço do Povo e da Pátria[198]". Da mesma forma como se apelava ao patriotismo do professor, buscava-se inserir na educação infantil o mesmo sentimento, o que se observa nos objetivos traçados para o ensino de Estudos Sociais na 4ª. série: "sentir o papel de **cada um** dentro da Pátria (sentido verdadeiro de "patriotismo")"[199]. No entanto, abre-se uma possibilidade de atitude crítica frente ao patriotismo, ao propor "Despertar o verdadeiro sentido de respeito à autoridade (atitude crítica, sentido de colaboração)"[200], observe-se a idéia de colaboração e não de obediência.

Assim, o discurso nacionalista aparentemente contraditório do Livro da Professora, em boa medida, pode ser entendido como uma tática "dentro do campo do inimigo e no espaço por ele controlado[201], de fazer aprovar o programa, o que de fato o foi, chegando, inclusive, a ser reeditado. Porém, dificilmente, se o programa tivesse sido levado à frente, de acordo com o que sugeria, o resultado seria o culto alienado à Pátria, o mais provável seria a identificação de seus alunos enquanto **povo,** enquanto indivíduos inseridos numa coletividade que historicamente "lutam, amam e sofrem", para usar as palavras do próprio projeto, o que aproximava o Livro da Professora do nacionalismo popular e diferenciado do nacionalismo conservador republicano de direita. Ainda que o Livro não tivesse uma proposta revolucionária contrária ao capitalismo, ia ao encontro do nacionalismo da esquerda brasileira dos anos de 1960, buscando no "passado (as raízes nacionais) as bases para construir o futuro de uma revolução nacional modernizante que, no limite,

---

[197] Não é possível identificar se havia por parte dos elaboradores a influência de Walter Benjamin, pois não há referências bibliográficas no programa de Estudos Sociais, embora isso aconteça nas demais disciplinas, mas há indícios dessa aproximação. Ver "O Narrador" de Walter Benjamin, **Obras Escolhidas: magia, técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 19994, pp. 197-221.

[198] Livro da Professora, p. 48, grifo no Livro da Professora.

[199] Idem, p. 60.

[200] Idem, idem.

poderia romper as fronteiras do capitalismo"[202]. Ou seja, se, por um lado o Livro da Professora não rompia com o nacionalismo, por outro, era uma variante que buscava uma educação desalienadora, que possibilitasse ao aluno encontrar sua identidade coletiva, enquanto povo brasileiro.

As antecipações inovadoras do Livro da Professora não ficavam somente nas abordagens a serem dadas aos conteúdos, ao propor o contato dos alunos com as diversas formas de produção do saber, mas também na forma como esses saberes seriam abordados. No Brasil, somente a partir dos parâmetros curriculares de 1996 é que surgiu a proposta de se trabalhar em sala de aula com a interdisciplinaridade, e, mesmo assim, ela ainda é uma grande incógnita para os educadores em geral e muito distante ainda parece ser a sua aplicação. No entanto, o 'Livro da Professora', embora não usasse a palavra interdisciplinaridade, já a projetava, se não no seu conceito, mas no seu significado, pois chamava atenção dos professores para que "Toda atividade do aluno fosse, necessariamente, **globalizada** (a professora deve prever, no planejamento, a ligação com outras matérias do currículo)"[203]. Como sugestão de interdisciplinaridade com os conteúdos, era indicado que, ao trabalhar, no 1º. ano, com "os aspectos mais característicos da comunidade: atividades econômicas básicas, tradições (história); folclore (estórias, lendas, canções, danças), aproveitar para exercícios de linguagem escrita e oral, todas as oportunidades dadas pelo assunto; para exercícios de aritmética, os motivos de contagem, medição etc"[204]. E, mais, observe-se a preocupação em partir da realidade do aluno, discurso tão comum e "inovador" entre os educadores atuais: "Toda atividade (...) só terá sentido e interesse se partir de uma **Situação-Problema**, capaz de gerar **Motivação**"[205].

Em alguns momentos, porém, o Livro não consegue fugir da visão liberal capitalista do trabalho como forma de ascensão social que, desde criança, já se deve buscar, reforçando a prática do trabalho infantil , o que

---

[201] Bülow, APUD: Michel de Certeau, **A Invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, P. 100

[202] RIDENTI, Marcelo "Cultura e Política: os anos 1960-1970 e sua herança". IN: FERREIRA, Jorge e Lucília de DELGADO, Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 138, vol. 4.

[203] Livro da Professora, p. 48.

[204] Idem, p. 50-51.

[205] Idem, p. 49.

demonstra como isso era perfeitamente normal na época, ao "Orientar as crianças para exercerem atividades possíveis a sua idade (comerciar água, distribuir pães, entregar jornais etc"[206] - hoje, certamente, isso seria considerado crime pelo Estatuto da Criança e do Adolescente). Essa preocupação aparece, também, ao propor a análise das profissões, ao mesmo tempo em que ressalta a importância de evitar as discriminações:

> "levar a criança a descobrir que todo trabalho humano é igualmente valioso, que cada modalidade profissional tem seu papel na construção do mundo (...) Discutir a importância e o valor das diversas profissões, o papel de cada uma delas na comunidade (não esquecer de valorizar as profissões consideradas 'mais humildes'; o varredor, o aguadeiro, o engraxate, o carroceiro, o carreteiro, o vendedor ambulante, o jornaleiro, o carpinteiro, o pedreiro, o ferreiro, o sapateiro, etc."[207].

No 'Livro da Professora', é marcante o destaque para as questões sociais e problemas dos trabalhadores, quando, no item VI do programa da 4ª. Série, aparece como objetivo "mostrar que o próprio povo precisa promover, sem esperar esmolas ou soluções de governo, exclusivamente. [E propõe] Estudar: cooperativismo e sindicalização"[208]. Seguindo o princípio básico que norteava o Livro da Professora (Ver, Julgar e Agir), é proposto, inicialmente, como forma de reflexão para fomentar os alunos com ferramentas de análise "Diálogos com os alunos, procurando levá-los a refletir sobre o que deve ser feito: se assistência, somente, ou organizações que levem o povo a trabalhar para seu próprio bem"[209]. Munidos dessas ferramentas para apreender e compreender a realidade de forma mais concreta, os alunos deveriam (o Ver) "Visitar organizações de Promoção social (sindicatos, cooperativas onde houver), centros da ANCAR[210], escolas do MEB)"[211]. Em seguida, os alunos deveriam "Fazer relatórios e entrevistas (usar os recursos no programa de Linguagem)"[212] (era a vez do Julgar – observe-se também a preocupação com a interdisciplinaridade). Por último, vinha a última etapa da aprendizagem (Agir), "Planejar e realizar uma cooperativa dentro da classe – ou se funcionar

---

[206] Idem, p. 51.
[207] Idem, 51 e 53.
[208] Idem, p. 62.
[209] Idem.
[210] Associação Nordestina de crédito e Assistência Rural – fundada em 1954, com sede em Recife, tendo como fundadores o Banco do Nordeste do Brasil S/A e o Banco do Brasil S/A.
[211] Livro da Professora p. 62.

a Cooperativa da escolar, estudá-la; Participar da Cooperativa, realizando atividades sugeridas no programa de Ciências Naturais, desta série"[213] (mais uma vez a interdisciplinaridade).

O trabalho, a religião e a cultura são as marcas principais do projeto, a começar pelas ilustrações. A proposta para o ensino dos Estudos Sociais é acompanhada de várias ilustrações. Das quatorze figuras, duas, apresentadas abaixo, são relacionadas à religiosidade, nesse caso, observe-se a preocupação em evitar a discriminação, uma vez que uma mostra a imagem de uma santa da Igreja Católica, enquanto a outra um pai-de-santo, típico das religiões ligadas às camadas populares. As influências religiosas se expressam por meio de um certo determinismo divino e uma valorização da perspectiva criacionista do Universo e do Homem, como aparece no programa de ciências naturais em que o aluno deve "Sentir o valor do seu próprio corpo, como criação de Deus e admirar a ordem da Natureza e amar seu Criador"[214]. Por outro lado, mesmo tentando evitar a discriminação, percebe-se a valorização da Igreja Católica ao propor ajudar a "paróquia em campanhas de catequese"[215], embora não haja nenhuma proposta similar que se refira a qualquer outra religião ou Igreja. Sabe-se, por exemplo, que eram comuns os terreiros de religiões afros naquela época.

---

[212] Idem.
[213] Idem.
[214] Livro da Professora, p. 65.
[215] Idem, p. 62.

Este direcionamento para a Igreja Católica era uma contradição, pois o 'Livro da Professora' propunha um método voltado para o aluno enquanto elaborador e criador de seu próprio saber, devendo ser o professor apenas um facilitador na aprendizagem, o que pode ser observado em vários destaques ao longo do 'Livro', sempre com letras diferenciadas:

> "APRENDER É APRENDER A PENSAR – PIAGET" (p.29, 83)
> "O PROFESSOR NÃO ENSINA, AJUDA O ALUNO A PENSAR" (p. 31)
> "O PROFESSOR NÃO ENSINA, AJUDA O ALUNO A APRENDER" (p. 34, 51)
> "NÃO TRABALHE "PELO" ALUNO. FAÇA-O TRABALHAR "COM" VOCÊ" (p.56, 60)[216]

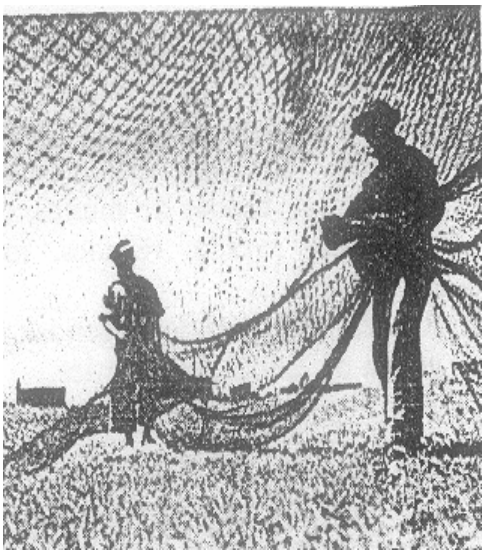
Isso, no entanto, era interpretado pelos católicos conservadores como coisa de materialistas, pró-soviéticos e comunistas. E essa posição, contrária aos métodos inovadores, não era uma exclusividade do catolicismo conservador cearense, mas uma orientação do próprio papa Pio XI, ao afirmar que "esses sistemas modernos que pregam autonomia geram uma liberdade sem limites da criança ao suprimirem a autoridade do educador e atribuir à criança o direito de forjar sua própria formação[217]". Apesar de as declarações da professora Luiza de Teodoro afirmarem o seu distanciamento da Igreja Católica ("E não sou católica. O papa não me aceitaria na Igreja porque as coisas que ele diz não têm nada a ver. E também não sou de estar cumprindo

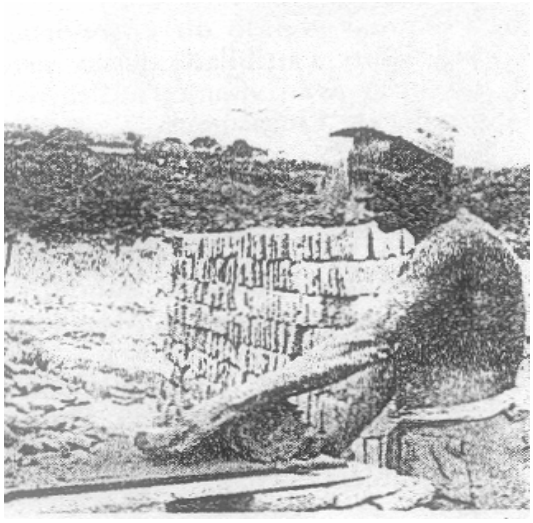
[216] Idem. Os número ao lado representam as páginas das citações no Livro da Professora.
[217] Ces systèmes modernes, aux noms divers, qui en appellent à une prétendue autonomie et à la **liberté sans** limites de l'enfant, qui réduisent ou même suppriment l'autorité et l'oeuvre de l'éducateur, en attribuant à l'enfant, un droit premier et exclusif d'initiative, une activité indépendante de toute loi supérieure, naturalle ou divine, dans le travail de sa propre formation. **Encíclica Divini Illus Magistri**, Roma, 31 de dezembro de 1929. IN: http://vatican.mondosearch.com.

mandamentos")[218], o 'Livro' reforçava o catolicismo, porém distante da linha conservadora.

Outras dez ilustrações abordam a temática do trabalho, sempre voltadas para atividades simples. Em nenhuma delas aparecem trabalhadores da indústria, demonstrando que, apesar de haver uma proposta desenvolvimentista voltada para a industrialização por parte do Estado, os professores responsáveis pelo projeto educacional do Livro da Professora, não estavam envolvidos no mesmo projeto do governador, uma vez que as ilustrações mostram pescadores fazendo o arrastão, a ponte metálica como ancoradouro dos pescadores – e não o Porto do Mucuripe, símbolo de modernidade da época – lavadeiras, um oleiro, um caçador e um moinho.

[218] Luiza de Teodoro em entrevista publicada em 11/11/1993 à **Revista *Entrevista***. 11/11/1993, p. 25-39. Imprensa Universitária, Fortaleza: fevereiro de 1994, no. 4.Biblioteca do NUDOC/UFC Departamento de Pós-Graduação de História, p. 33.





A escolha das ilustrações sugere a preocupação em aproximar os conteúdos à realidade do aluno, considerando que havia o objetivo de ampliar a educação pública às camadas mais populares. No entanto, percebe-se a predominância de uma cultura urbana, tendo em vista que todos os trabalhadores estão ligados ao espaço da cidade e do litoral, não aparece nenhum trabalhador na agricultura, apesar de a economia cearense ser pautada, naquele momento, na agricultura e sua população ser predominantemente rural. Apenas duas ilustrações fazem referência ao campo. Uma respalda a necessidade de preservação da cultura popular nordestina, aqui representada por uma banda de pífanos, identificada como “tradições e folclore”, e a outra evidencia a cultura da cana-de-açúcar.

Merece destaque, ainda, uma ilustração com uma criança trabalhando na montagem de um piso, o que demonstra que não havia ainda a condenação ao trabalho infantil. Pelo contrário, o 'Livro da Professora' orientava para que as crianças exercessem "atividades possíveis à sua idade (comerciar água, distribuir pães, entregar jornais etc.), com o sentido de valorizar o trabalho e de dar à criança o hábito de usar seus próprios recursos para melhorar de vida"[219].

O Livro da Professora não conseguia fugir da linearidade e não poderia ser diferente. Exigir que isso acontecesse seria cair no anacronismo, tendo em vista que essa crítica não era comum ao ensino de História naquela época. Também se evidencia no Livro da Professora o eurocentrismo, ao desprezar a existência de culturas anteriores à chegada dos europeus, e um certo heroísmo atribuído aos bandeirantes como desbravadores dos sertões evidenciados na proposta para a 4ª. série sobre a história do País que se inicia a partir da "Colonização – desbravamento dos sertões – Sistema colônial – Império – República"[220]. Em nenhum momento, a proposta ressalta a cultura dos povos anteriores à chegada dos portugueses. Predominava ainda a visão do econômico como fator determinante da História, ao propor, como conteúdo, os "fatores que influíram na História de cada região: "Norte e a extração vegetal; a região Nordeste, a cana-de-açúcar e pecuária; Leste a mineração e

[219] Livro da Professora, p. 51.
[220] Idem, p. 61.

o comércio; Sul, a pecuária e a industrialização; e a Centro-Oeste, a pecuária"[221].

Percebe-se, portanto, os dois paradigmas fundamentais de uma história econômica com um forte viés marxista ao destacar o tempo de longa duração e a ênfase nas estruturas econômicas e sociais. Não se trata de negar a importância desses fatores, mas o perigo de se negligenciar as relações sociais e culturais que permeiam o social. O perigo consiste em reduzir a História à História dos meios de produção rumo à formação do capitalismo e à luta da classes, fazendo com que os sujeitos históricos só ganhem vida enquanto enquadrados no setor produtivo. Nessa concepção de História, "burguesia, proletariado, aristocracia são os sujeitos sociais que fornecem visibilidade às ações da sociedade, e os confrontos entre os diversos grupos sociais explicam as mudanças e permanências históricas"[222]. Nessa visão de História, "a vida real é largamente posta à margem, e a visão de longo período pode gerar uma abstrata e homogeneizada história social desprovida de carne e sangue, e não convincente apesar de seu estatuto científico."[223]

Embora com as contradições, muitas vezes reconhecidas pelos próprios mentores do projeto, o Livro da Professora era inovador e estratégico, para a elaboração de um ensino capaz de contribuir com mentes e saberes mais comprometidos com uma sociedade mais justa e mais democrática, o que não interessava aos que ocuparam o poder a partir de 1964, que o consideraram avançado demais e até revolucionário para a época. Prova disso é que o regime de exceção imposto pelos militares inviabilizou sua aplicação. Muitos dos membros da comissão foram perseguidos, alguns partiram para o exílio, outros foram presos, aposentados compulsoriamente ou foram demitidos. A acusação? Deixemos a explicação por conta do professor Edgar Linhares:

> "Todos diziam que a assessoria era cheia de comunistas. O que não aceitávamos era discriminação ideológica. A equipe era escolhida pela competência. A maior subversão é dar à pessoa a capacidade de discernir (...)

---

[221] Idem.

[222] BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004, (Coleção Docência em formação, org. Selma Garrido Pimenta), p. 147.

[223] GINZBURG, APUD: FRAGOSO João e FLORENTINO Manolo. "História Econômica". IN: CARDOSO Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 30.

> Nós acreditávamos que iríamos mudar o mundo pela educação."[224]

Apesar de sua reedição em 1966, o "Livro da Professora" acabou no esquecimento. O grupo de professores do projeto foi completamente desarticulado pela ação do autoritarismo militar que se constituiu a partir de 1964. Aos poucos, o golpe civil-militar foi dando lugar à ditadura militar pura e simples, pois, como afirma Fico,

> "o silêncio com que os empresários (...) assistiram ao abandono da cartilha militar (...) indica que se podemos falar de um golpe civil-militar, trata-se, contudo, da implantação de um regime militar – em duas palavras: de uma ditadura militar."[225]

Não só os professores, mas também todo o sistema educacional cearense sofreram as conseqüências do governo que sucedeu o de Virgílio Távora, o de Plácido Aderaldo Castelo (1966-1971), eleito pelo voto indireto e apadrinhado pelo Presidente da República, Humberto de Alencar Castelo Branco. Seu governo, ao mesmo tempo em que recolheu o Livro da Professora em 1966, não elaborou qualquer outra proposta educacional para pôr no lugar.

Somente no governo de César Cals, entre 15 de março de 1971 e 15 de março de 1975, período maior do autoritarismo militar, é que se reestruturou o sistema educacional no Ceará, agora em atendimento à Lei 5692/71, "que institui o ensino como elemento de auto-realização e qualificação para o trabalho e preparação para o exercício consciente da cidadania"[226]. A partir de então, foi convocada uma nova comissão para elaborar um novo projeto pedagógico para as escolas do Estado do Ceará. A nova proposta, aprovada em 1973, seria elaborada a partir das determinações da Lei 5692/71 e das necessidades da Ideologia da Segurança Nacional e embalada pela campanha alienante, nacionalista, patriótica e ufanista que se montou desde o início do regime militar que culminou com as festividades de comemorações do Sesquicentenário da Independência. Restabeleciam-se as tradições

---

[224] Jornal O Povo, 8 de março de 2004, p. 5.
[225] FICO, Carlos, **Além do Golpe, a tomada de poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar**. Rio do Janeiro, Record, 2004, p. 38.

republicanas conservadoras ligadas aos interesses da burguesia nacional associada ao capital internacional, ao mesmo tempo em que se abandonavam propostas educacionais democráticas, populares e inovadoras influenciadas pelo pensamento e método de Paulo Freire e pelas teorias de Jean Piaget. O nacionalismo popular dava lugar à ideologia da Segurança Nacional e do Desenvolvimentismo, à moral e ao civismo cegos e alienados.

Capítulo 2 - O Ensino de História Fora dos Muros Escolares: a celebração da Pátria e da Produção

Há 500 anos dizemos:
que o futuro a Deus pertence,
que Deus nasceu na Bahia,
que São Jorge é guerreiro,
que do amanhã ninguém sabe,
que conosco ninguém pode,
que quem não pode sacode.
(Afonso Romano de Sant'Ana)

A Invenção da Tradição da Harmonia Nacional: em nome do passado glorioso o futuro do 'Brasil Grande'

[226] Artigo 1º da Lei 5692 de 11 de agosto de 1971, citado pelo Coronel Murilo Walderk Menezas de Serpa, no texto de abertura do Currículo do 1º grau elaborado pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará, abril de 1973.

O golpe de 1964 foi o fim de um projeto e, antes de tudo, a derrota de um sonho, o de mudar "o mundo pela educação", como afirmou Edgar Linhares. Em lugar do sonho democrático, estabeleceu-se o autoritarismo de Estado, que utilizou todos os instrumentos possíveis para elaborar a cultura cívica ufanista e patriótica dos anos setenta, que o legitimasse. As escolas não eram o único instrumento a ser usado com esse objetivo, e sim mais um que se somava aos demais, em especial aos meios de comunicação de massa, que utilizavam amplas campanhas para elaboração de uma história que interessava aos grupos majoritários do poder autoritário. Era uma história caracterizada pelo ufanismo, o culto aos heróis e aos mitos, com uma conotação patriótica em busca de um passado conectado com o presente capaz de oferecer às pessoas um futuro identitário em torno da nação. Esse nacionalismo deveria suplantar as dissidências internas do período que antecedera ao golpe. A História contada era elaborada a partir de um passado único, com valores e culturas comuns, para garantir uma unidade de consciência com vistas a um só destino, o que exigia a lealdade à Nação no presente. Essas campanhas se intensificaram especialmente a partir do ano de 1970, no governo do General Presidente Emílio Garrastazu Médici, quando se formou um verdadeiro consórcio cívico envolvendo o Governo Federal, por meio da AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas[227]), do MEC (Ministério da Educação e Cultura) e da CNMC (Comissão Nacional de Moral e Civismo[228]) subordinada diretamente ao Ministro da Educação e Cultura, boa parcela do empresariado e os meios de comunicação de massa.

No Ceará, o recolhimento do 'Livro da Professora', em 1966, deixara as escolas locais sem alternativa pedagógica a não ser seguir as determinações

---

[227] A AERP foi fundada em 1968 para ser o único centro de propaganda do governo e contava com a participação de jornalistas, psicólogos e sociólogos. "que decidia sobre os temas e o enfoque da campanha e depois contratava as agências de propaganda. São frases típicas da filosofia da AERP: "Você constrói o Brasil!"; Ninguém Segura Este País!"; "Brasil, Conte Comigo!";" (SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 221).

[228] A CNMC foi criada em 12 de setembro de 1969, pelo Decreto-Lei No. 869. Era uma de suas funções: "influenciar e convocar a cooperação, para servir aos objetivos da Educação Moral e Cívica, das instituições e dos órgãos formadores de opinião pública e de difusão cultural, inclusive jornais, revistas, editoras, teatros, cinemas, estações de rádio e de televisão; das entidades esportivas e de recreação; das entidades de classes e dos órgãos profissionais; e das empresas gráficas e de publicidade". (ART. 5º. & 2º. Alínea d). Brasil. **Do ensino de 1º. Grau – Legislação e Pareceres**. Brasília, Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, 97.

do Governo Federal[229]. Somente em 1973, seria estruturado um novo currículo escolar para o Estado. Bem diferente do que pensaram os notáveis de antes do golpe, o novo currículo referendava a campanha cívica ufanista de então e a imposição da Lei de Reforma da Educação de 1971, bem como todos os Decretos-Leis pós-golpe que a antecederam. Segundo Germano, essa nova Política Educacional se sustentava no tripé ideológico da "Segurança Nacional, Teoria do Capital Humano e no pensamento cristão conservador"[230]. E é a partir desse tripé que percebemos a campanha de comemoração do Sesquicentenário da Independência, em 1972. Naquele momento, também se ensinava uma História do Brasil que extrapolava os muros escolares e que nem sempre partia de dentro deles.

Naquele ano, as diversas escolas de Fortaleza se envolveram nos desfiles de comemoração ao Sete de Setembro. Era a festa do Sesquicentenário da Independência, sob a égide do autoritarismo da Ditadura Militar, acompanhada de diversas festividades e campanhas patrocinadas pelas três esferas de poder – Federal, Estadual e Municipal – com o apoio de entidades patronais e de trabalhadores, como a Federação dos Trabalhadores das Indústrias no Ceará. As comemorações se constituíam de atividades esportivas, desfiles militares e estudantis, pronunciamentos, solenidades, hinos, bandeiras, demonstrações bélicas, festas em vias públicas e em clubes privados, conferências, palestras, mensagens, tiros, canhões. As ruas das cidades eram verdadeiras apoteoses para os desfiles que coroavam o projeto que vinha consubstanciando-se desde o primeiro ano em que o governo militar assumira o poder em 1964. A idéia era envolver toda a sociedade nas comemorações pelos 150 anos consagrados à Independência do Brasil. A escola era o importante instrumento de elaboração do mito do país independente que deveria continuar no seu caminho de crescimento, de progresso e desenvolvimento, mas as dificuldades de universalização do ensino exigiam que outros instrumentos fossem utilizados, em especial os meios de comunicação.

---

[229] Até que ponto estas determinações eram seguidas em sala de aula é uma outra questão que foge dos objetivos desta pesquisa.

[230] GERMANO. José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1994, p.183.

Este capítulo se desenvolve a partir das práticas dos rituais elaborados dentro e fora das escolas, com vistas à formação de mitos históricos que justificassem o Regime Militar, como resultado de um *continum* histórico que tinha suas origens na independência e, embora ameaçado, fora salvo pelas Forças Armadas e, agora, preparava-se para o futuro do 'Brasil Grande'. As palavras do General Presidente Médici dão a dimensão dessa memória histórica que se elaborava:

> "O País estava lentamente sofrendo uma cisão interna, dividindo-se entre uma minoria comuno-subversiva (...) e a grande maioria (...) obrigando as Forças Armadas a intervir para interromper o processo de subversão e evitar a desagregação e o caos. Essa trágica situação, cujo flagrante foi lavrado em 31 de março de 1964, vem sendo resolvida com a firmeza de um trabalho persistente no duplo sentido de corrigir e recuperar os prejuízos do passado e de projetar e realizar o irresistível futuro da grande nação brasileira."[231]

Na análise dessa visão de História inculcada pelo Regime Militar, observamos as festas, os rituais, as solenidades, comemorações, discursos e símbolos utilizados na preparação do sesquicentenário na perspectiva da "invenção das tradições" de Hobsbawm[232]. Procuramos identificá-los a partir do contexto político, social e econômico da época, pois entendemos que suas estruturas internas se constituíam a partir de um imaginário cultural a ser considerado. Percebe é que não somente a escola, mas também diversos outros instrumentos foram utilizados na elaboração e divulgação de uma história fora dos muros escolares, da academia e dos institutos. Para tanto, empresas públicas e privadas não mediram esforços na idealização do passado de uma nação e da trajetória de um povo, que, embora muito se aproximasse do que se ensinava nas escolas do ensino de História de 1º. e 2º. Graus, "na sua linha evolutiva, de encadeamento de causa-fato-

---

[231] Discurso do Presidente-General Médici proferido na Vila Militar, por ocasião do aniversário da tomada de Monte Castelo, 2ª. Guerra Mundial, em 21-2-1979. MÉDICI, Presidente. **Nova Consciência do Brasil**. Imprensa Nacional, s/local, s/d, 2. ed. p. 28-29.

[232] Sobre a invenção das tradições ver: HOBSBAWM Eric e RANGER, Terence (org.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, em especial HOBSBAWM, Eric. "Introdução: A Invenção das Tradições" (p. 9-24) e "A Produção em Massa de Tradições: Europa, 1879 a 1914" (p. 271-316); CANNADINE, David. "Contexto, Execução e Significado do Ritual: a Monarquia Britânica e a 'Invenção da Tradição", 1820 a 1977. (p. 111-174). Sobre a invenção da tradição brasileira uma obra que se aproxima de Hobsbawm e Ranger é CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

conseqüência[233]", a partir da ação dos heróis, muito se distanciava da História elaborada na Universidade, uma vez que das Universidades muitos tinham sido varridos pelo regime pós-64, mas, mesmo assim, segundo Pesavento, "entre o dito e o sugerido, entre o expresso e as entrelinhas, entre o lido e o verbalizado, uma postura impunha-se, que haveria de dominar nos duros anos 70: a marxista[234]". Esta, no entanto, acabava sufocada pela censura e pela propaganda elaborada pelo regime pós-64 e não chegava às escolas, nem tampouco era interesse que chegasse às comemorações do Sete de Setembro. Muito ao contrário, as festas e mitos era exatamente uma forma de combatê-la.

Os jornais não mediram esforços em elaborar uma história baseada nos heróis da Independência capaz de despertar o sentimento patriótico. Veja-se, por exemplo, uma coluna que era divulgada, todos os dias, no Jornal Tribuna do Ceará, por um certo Dom Camilo[235]. No dia 24 de abril de 1972, ele inicia a coluna falando da feliz decisão em iniciar as comemorações do sesquicentenário a partir do 180º. aniversário do martírio de Tiradentes, uma vez que este fora o precursor do "movimento cívico de D. Pedro". Observe-se a tentativa de fundir a Inconfidência Mineira com a Independência, quando sabemos que Tiradentes fora banido da História do Brasil pela Rainha Dona Maria I, avó de D. Pedro, e que este, em nenhum momento, o reabilitou. Segundo Dom Camilo, Tiradentes havia se empolgado com as idéias trazidas da Europa pelos estudantes mineiros e

> "logo reuniu adeptos e desfraldou a bandeira da Liberdade (Libertas Qua Será Tamen) – Liberdade Ainda Que Tardia – e fez de Vila Rica seu quartel general. E tinha objetivos patrióticos o movimento cívico encabeçado por TIRADENTES conquistar a independência, livrando o Brasil do jugo da Corte Portuguesa."[236]

---

[233] PESAVENTO, Sandra Jatahy. "Tempos da História, tempos de mudança" IN: Gunter Axt e Fernando Schüler. **4Xs Brasil**. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2005, p. 192.

[234] Idem, p. 193.

[235] "Dom Camilo" era colunista do Jornal Tribuna do Ceará e do Jornal O Povo, dois jornais de grande circulação local. Suas críticas de direita demonstram a inspiração na obra do italiano Giovannino Guareschi, e bastante conhecida na França, "O Pequeno Mundo de Dom Camilo" adaptada para a televisão pela TV Tupi, em 1954. A exemplo da obra de Guareschi, o seriado de humor da Tupi reproduzia uma sátira ao comunismo, na qual um padre católico via seus fiéis serem combatidos por um prefeito ateu e comunista. A Rede Globo também adaptou a obra na novela "Padre Tião" , 1965 a mesma Tupi na série "Dom Camilo e os Cabeludos" (1970). www.infanttv.com.br/camilo; www.mondoguareschi.com/roncole.php.

[236] Jornal Tribuna do Ceará, 24 de abril de 1972, p. 3.

A História em que Dom Camilo exalta a figura de Tiradentes, inclusive ao utilizar letras de destaque, prática típica dos livros didáticos do início do período republicano, fazia crer que ele era o líder do movimento, ao mesmo tempo em que procurava identificá-lo com o povo brasileiro, quando se sabe que, segundo o que se produziu até hoje sobre o movimento, dificilmente Tiradentes era o líder, apesar de sua confissão nos Autos da Devassa. Diante da grande quantidade de membros abastados, eles provavelmente não se deixariam liderar por um alferes. Também é evidente que a Inconfidência Mineira era um movimento localizado e específico de Minas Gerais, com algumas ligações com o Rio de Janeiro. Naquele momento, século XVIII, sequer havia uma noção clara de brasilidade. Nem mesmo o movimento chegou a acontecer, não passando de uma conspiração, de onde fica difícil imaginar Vila Rica como um 'quartel general', como afirma Dom Camilo. Dom Camilo chega a afirmar que Tiradentes planejava "construir escolas para o povo e libertar os escravos"[237]. É fato que a Ilustração influenciou os Inconfidentes para a ampliação do ensino, pois eles propunham a criação de uma Universidade na cidade de Vila Rica. Sobre a libertação dos escravos, há indícios de que havia uma proposta de libertar os nascidos no País, o que não agradava aos membros das elites envolvidos no movimento. Se Tiradentes defendia a libertação dos escravos, é provável que fosse voto vencido[238].

Por fim, Dom Camilo sacraliza, eterniza Tiradentes, como herói e mártir que, segundo ele, "adubou a semente da liberdade com o próprio sangue" e "morreu na forca para viver no coração dos brasileiros como PATRONO CÍVICO do povo brasileiro"[239] em alusão à decisão tomada pelo governo militar, que retomava o mito do final do século XIX em torno de Tiradentes na formação do imaginário republicano.

O discurso do General Médici, então presidente da República, foi mais distante, ainda, no passado histórico. Na busca de um referencial para a elaboração de uma história nacional de heróis identificados com os brasileiros, pronunciou-se sobre a Independência, na abertura das comemorações de 21

---

[237] Idem.

[238] Sobre a Inconfidência Mineira, ver: MAXWEEL, Kenneth. **A devassa da Devassa – A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808**. São Paulo: Paz e Terra, 1977; FURTADO, João Pinto. **História, mito e memória da Inconfidência Mineira 1788-9**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

de abril de 1972, ressaltando as "manifestações nativistas que ensinaram às sucessivas gerações", segundo o General, os olhares deveriam voltar-se para os "que começaram a se afirmar como brasileiros na expulsão do estrangeiro invasor, para os Guararapes, para Negreiros, Camarão e Henrique Dias"[240]. Ou seja, Médici remete a um patriotismo completamente anacrônico, exalta a existência de um sentimento de brasilidade na expulsão dos holandeses de Pernambuco, ressaltando ainda uma visão tradicional que supunha a união dos representantes das três raças que deram origem ao povo brasileiro, tradição elaborada no Segundo Reinado, em especial, nas "Lições de História do Brasil" de Joaquim Manoel de Macedo, publicadas entre 1861 e 1863 e editadas pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, sob forte influência da obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, "História Geral do Brasil". Segundo Mattos, a importância dada às guerras flamengas

> "permitia evidenciar a formação da nacionalidade. Por meio delas, além de ser sublinhada a função civilizadora da guerra – propiciadora, por exemplo, da aproximação entre as 'três raças' formadoras do povo brasileiro, sob a égide do elemento branco que organizara e comandara a resistência – constituía-se uma memória em torno dos fatos, símbolos, locais e personagens identificadores do Brasil os quais não apenas se contrapunham aos maus brasileiros como Calabar –, como também a uma memória e a uma história a exaltar os feitos e valores provinciais, sempre propícios à exaltação do federalismo"[241].

Naquele momento, esse discurso seria de sumária importância, pois reforçava a idéia da democracia racial amplamente difundida nos livros de Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política e Estudos Sociais e EPB (Estudos dos Problemas Brasileiros[242]), tendo normalmente, como referência, os livros elaborados pelo próprio Médici[243], ao mesmo tempo em que reforçava a idéia de que a Pátria não pode perdoar os traidores como Calabar identificado com os 'comunistas'. O discurso do Presidente

---

[239] Idem, destaque do autor.

[240] Jornal Tribuna do Ceará, 22 de abril de 1972, p. 06.

[241] MATTOS, Selma Rinaldi de. "Lições de Macedo: Uma pedagogia do súdito-cidadão no Império do Brasil. IN: MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.). **Histórias do ensino de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Access, 1998, p. 43.

[242] Disciplina que se tornou obrigatória nos cursos superiores e que deveria fazer o papel de OSPB e EMC nos cursos universitários.

[243] MÉDICI, Emílio Garrastazu (D.D. Presidente da República do Brasil) – **A Verdadeira Paz**; **Tarefa de Todos**; **Nova Consciência do Brasil**. **O Povo não está Só**; **O Jogo da Verdade**; Todos publicados pelo Departamento de Imprensa Nacional, s/d. Apud: Bibliografia de Estudos Socais, Currículo do Ceará, Secretaria de educação do Estado do Ceará, abril de 1973.

observava, ainda, que a festa do sesquicentenário deveria ser um momento de encontro do brasileiro com a "consciência patriótica e a vocação para a fraternidade e a paz"[244], ao mesmo tempo em que reforçava o patriotismo como um encontro de compromisso visceral entre o homem e a nação"[245]. Portanto, fortificava a idéia do povo pacífico, enquanto comandava um regime caracterizado pela violência contra os seus opositores políticos na escuridão da Ditadura. O clima parecia de tranqüilidade, mas

> "A repressão e a censura do governo eram a razão principal. Os estudantes, por exemplo, um dos principais focos de oposição em 1968, foram silenciados pela violenta intervenção nas universidades, que resultou em expulsões, prisões e torturas para muitos."[246]

A História elaborada por intermédio dos meios de comunicação, das escolas e de diversas instituições públicas e privadas partia de uma linha evolutiva de datas, fatos e heróis e que culminava com o regime civil-militar e, apesar de resgatar valores típicos do início da República, buscava se afirmar a partir da comemoração do Sete de Setembro e não do 15 de Novembro. Os desfiles cívicos, típicos do início da República, que ocorriam em comemoração ao 21 de abril, data do enforcamento de Tiradentes e declarada feriado desde 1890, realizados com uma forte semelhança aos enterros de sexta-feira da paixão, deram lugar aos desfiles militares e estudantis realizados no Sete de Setembro, desvinculados do aspecto religioso, exceto em algumas propagandas do governo local. Era preciso que eles assumissem um caráter exclusivamente cívico e vitorioso, mais do que a morte do herói, festejava-se o nascimento e a vida da nação. Isso não significa que Tiradentes foi esquecido. Se, em abril de 1961, os meios de comunicação não faziam referência ao "herói", nem às festas escolares em sua homenagem, o mesmo não se pode dizer no pós-1964. Em 1965, o governo militar o declarou "patrono cívico da nação brasileira e mandou colocar retratos seus em todas as repartições públicas[247]", mas os desfiles cívicos em sua homenagem não foram realizados, pois, apesar de a notícia ser veiculada, especialmente nos jornais, eles não falam em festas públicas, nas ruas e avenidas. As festas de

[244] Jornal Tribuna do Ceará, 22 de abril de 1972, p. 06.
[245] Idem, p. 06.
[246] SKIDMORE. Op. cit. p. 215.

Tiradentes foram dentro dos muros das escolas, por meio de encenações, cartazes em folhas de cartolina e trabalhos sobre sua biografia que os alunos copiavam em folhas de papel almaço de enciclopédias ou de coleções distribuídas pelo governo federal às escolas[248]. No entanto, em 1972, o início das comemorações do sesquicentenário se deu exatamente com desfiles por todo o País em homenagem a Tiradentes.

Porém, Tiradentes era um herói, mas um herói menor, o herói maior deveria D. Pedro I. Nos rituais da Ditadura Militar, o 21 de Abril passou a ser usado apenas como marco para o início das comemorações do Sete de Setembro. Era como se o martírio de Tiradentes fosse o início da luta que se concluía com a vitória da Independência e da "Revolução de 1964". Os militares pós-64, ao resgatarem esse teatro, justificavam o seu poder como sendo eles aqueles que dariam continuidade às lutas do passado de um D. Pedro que tornou a nação livre. Agora era hora de manter a ordem e o progresso, marca republicana, presente nos discursos do sesquicentenário. O povo precisava se unir, pois "a Independência não acabou com o Grito do Ipiranga, ela continua a ser mantida através do esforço conjunto e da responsabilidade que cada um tem com o progresso do país[249]".

Por outro lado, Tiradentes fora um herói aceito por vários grupos sociais, desde o início da elaboração de seu mito – segundo José Murilo de Carvalho, os operários já o festejavam antes mesmo da proclamação da República[250] –, mas, durante o regime militar, esse consenso era perigoso, uma vez que grupos opositores também o utilizavam para se contrapor ao regime militar. No final do século XIX, Tiradentes gerara debates em torno de uma radicalização republicana, e sua reabilitação como principal herói poderia ser perigoso. Ao contrário de Tiradentes, D. Pedro I era um herói desvinculado das lutas populares e da oposição. Além do que a idéia de consenso em torno da Independência do

naginário da República no Brasil.

em que quem vendesse um certo iografias que ocupavam uma folha tornava barato, de fácil manuseio essaltavam os 'grandes feitos dos

Brasil já se havia constituído, ao contrário da República, levada à frente com fortes divergências entre os civis, entre os militares e entre os civis e militares. Seu restabelecimento poderia significar uma volta às divergências. Segundo José Murilo de Carvalho, o mito de origem da República "ficou inconcluso, como inconclusa ficara a República[251]". Ao contrário, o mito da Independência já se tornara uma tradição na cultura brasileira, portanto era mais fácil utilizá-la.

No dia 21 de abril, do ano de 1972, o calendário oficial das comemorações do sesquicentenário foi aberto, quando foi lançado oficialmente o selo símbolo das comemorações, focado na dimensão de progresso voltada para o futuro, entre os anos de 1822 e 1972. A partir de então, os pôsteres, discos, encartes, cadernos, que eram distribuídos nas escolas e outras instituições, traziam este selo. Os jornais circulavam com pôsteres de Tiradentes que ocupavam páginas inteiras ou com encartes que poderiam ser usados pelas escolas e nas residências, segundo sugeriam os jornais.

Os encartes, como o que é apresentado ao lado, eram acompanhados de inscrições, como "tudo começou com ele", em alusão ao "Sesquicentenário da Independência", e

"você constrói o Brasil"[252]. Era como se o leitor fosse aquele que daria continuidade ao que Tiradentes iniciara. Havia uma preocupação em elaborar uma relação entre passado, presente e futuro feito pelos heróis, a qual os leitores deveriam assimilar enquanto heróis do presente que, como brasileiros, deveriam responsabilizar-se pelo futuro, como se observa na figura de Tiradentes com a inscrição "Tiradentes: nunca esteve tão vivo quanto no ano em que se comemora o sesquicentenário de sua aspiração máxima: a Independência"[253]. Ressalte-se que os pôsteres circularam antes e depois das comemorações do 21 de Abril, no que se conclui a preocupação em fazer com que Tiradentes fosse lembrado todos os dias, em especial nos que antecederiam ao Dia da Independência.

Uma semana antes das festividades em alusão ao Dia de Tiradentes e à abertura das comemorações do Sesquicentenário, os jornais já divulgavam as propagandas, como a que vem logo abaixo, de empresas estatais como a Petrobrás[254], apresentada como a responsável pela independência do Brasil em petróleo, embora o Brasil continuasse

[252] Jornal Tribuna do Ceará, 22/04/1972, encarte.
[253] Jornal Tribuna do Ceará, 20/04/1972, p, 8.
[254] Jornal Tribuna do Ceará, 20 de abril de 1972.

dependente da produção estrangeira até o ano de 2006.

A Empresa de Correios e Telégrafos lançou um selo comemorativo em quantidade limitada, a ser adquirido pelos colecionadores. Ao mesmo tempo, a imprensa divulgava as principais atividades que deveriam marcar o "Encontro Cívico Nacional", como foi chamado pela "Comissão Executiva das Comemorações do Sesquicentenário". A abertura oficial foi realizada no Maracanã pelo presidente Médici, que proferiu discurso oficial de abertura, às 20h 30 min, transmitido em cadeia nacional, via Embratel, para todo o País. Segundo os jornais do dia 22 de abril de 1972, durante todo o dia 21, nos ginásios, praças, estádios, enfim, nos diversos locais públicos de todo o País, realizavam-se jogos e demonstrações artísticas e esportivas, às 18h45min, houve o hasteamento da bandeira com a execução do Hino Nacional em todas as repartições públicas, nas praças, estabelecimentos de ensino, órgãos de classe, círculos operários, clubes esportivos e sociais, de todo país. A idéia era que toda a população do País se envolvesse nas comemorações.

Mas a comemoração mais bombástica ficou por conta da chegada dos restos mortais de D. Pedro I acompanhados do Presidente de Portugal, Américo Tomas, que deveriam fazer uma verdadeira turnê por todo o País, passando por Fortaleza no dia 9 de julho de 1972 e chegando ao Museu do Ipiranga, em São Paulo, no dia sete de setembro, onde seriam definitivamente sepultados. Havia mesmo uma preocupação em reforçar o sentimento de reencontro com o passado e a chegada de D. Pedro I, "o fundador da comunidade luso-brasileira", como afirmou o presidente Américo Tomas, em seu discurso de entrega da urna que continha os restos mortais do Imperador ao General-Presidente Médici – embora se destaque nos jornais que a entrega era ao povo brasileiro. A entrega dos restos mortais do Imperador envolvia toda uma simbologia com a presença dos ministros de Estado, o governador e o vice-governador do Rio, acompanhados de suas esposas – o que demonstra

a preocupação em reforçar a idéia de família – e os mais altos representantes da Igreja e dos Poderes Legislativo e Judiciário protegidos por um ostensivo aparato policial. Os rituais que envolveram os restos mortais do primeiro imperador simbolizavam o encontro do povo brasileiro com seu libertador, e a vinda do Primeiro Ministro era uma demonstração de que não havia mais rancores entre as duas nações. Porém, o povo teve que ver de longe a solenidade, pois os poucos que passavam eram rigorosamente identificados, revistados e vigiados.

O Estado do Ceará também teve o seu herói morto reverenciado por ocasião das comemorações do sesquicentenário. No mesmo ano, foi construído o mausoléu para abrigar os restos mortais do presidente Castello Branco, primeiro general presidente da série que veio em seguida, morto em acidente de avião próximo a Fortaleza, quando voltava do sítio "não me deixes" da escritora Rachel de Queiroz, como mencionamos anteriormente, uma das intelectuais da propaganda golpista. A obra arquitetônica anexa ao Palácio da Abolição fazia parte de um complexo que deveria abrigar os restos mortais do ex-presidente e de sua esposa. Após a sua inauguração, a visita ao mausoléu passou a fazer parte das atividades cívicas das escolas públicas de Fortaleza.

No Ceará, as comemorações de Tiradentes ocorreram em diversos praças e locais fechados de Fortaleza e do interior. Além de dez praças da capital, todas em bairros pobres da cidade (Marcílio Dias, Messejana; José Bonifácio, Pirambu; Matriz do Mucuripe; Mallet, Mondubim; e Matriz da Parangaba), com exceção da Praça do Ferreira, no centro, e da Bandeira, em frente ao Colégio Militar, foi escolhido o Centro Comunitário César Cals, no bairro do Henrique Jorge, onde eram desenvolvidas diversas atividades junto às comunidades daquele bairro pobre da cidade. A construção dos Centros Comunitários foi marcante em Fortaleza, durante os governos militares, porque funcionavam como espaços de coesão social e de legitimação do Regime Militar. Eram locais onde se desenvolviam diversas atividades, como cursos de balé, escolas das várias modalidades esportivas, cursos de Madureza Ginasial, escolas de artesanato e de profissionais, como bombeiro hidráulico, eletricista, cursos de datilografia e fotografia, bem como assistência médico-odontológica. Mas, os Centros Comunitários funcionavam também

como espaço de promoção da cultura cívica. Em 1972, por exemplo, o Centro Comunitário César Cals contava com 5.000 associados, todos da comunidade próxima ao bairro do Henrique Jorge, na periferia da cidade de Fortaleza. Muitos dos associados se envolveram nas comemorações do sesquicentenário naquele bairro, o que foi amplamente destacado pelos jornais da época. Ali as festividades começaram às nove horas do dia 21 de abril indo até o final da tarde.

De acordo com o que foi divulgado pelo Jornal Tribuna do Ceará por toda a semana, o local central das comemorações do Dia de Tiradentes foi o Ginásio Paulo Sarasate, que ficou lotado com trabalhadores em geral, embora, pela foto abaixo[255], se identifique mais a presença dos estudantes dos diversos estabelecimentos de ensino da rede pública federal, estadual e municipal e escolas católicas, num total de 15.000 pessoas, “numa festa de muita disciplina e rara beleza”[256] segundo os jornais noticiaram, enquanto os aviões da FAB (Força Aérea Brasileira) e do Aeroclube do Ceará sobrevoavam a capital e cidades do interior lançando bandeiras e panfletos.

A solenidade no Ginásio Paulo Sarasate teve início às 16 horas, quando foram realizados diversos

[255] Jornal Tribuna do Ceará, 22 de abril de 1972, capa.
[256] Idem.

números folclóricos e atividades esportivas seguidos da apresentação de dobrados e marchinhas executados pela Banda Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, do Colégio Piamarta. Enquanto isso, na praça do Ferreira, era celebrada uma missa campal com a presença de três mil pessoas, onde o governador César Cals – que, semelhante ao general Médici, era militar, coronel, mas os jornais raramente citavam sua patente – abriu as festividades oficialmente. Dos prédios foram lançados papéis picados, fitas verde-amarelas e panfletos com dados biográficos de Tiradentes e D. Pedro I. Em seguida, todos pararam para acompanhar o discurso do General-Presidente da República. Como não poderia ser diferente, foi realizada uma encenação dos associados do Centro Comunitário César Cals, mostrando Tiradentes como um mártir que não se rendeu às pressões de seus algozes e sacrificou sua própria vida pela causa da Independência. Observe, pela figura acima[257], a visão típica do Tiradentes assemelhado a Jesus Cristo, imagem divulgada nas escolas da época.

Alguns setores privados faziam suas próprias comemorações. Apesar de a ideologia do nacionalismo reforçar a idéia de unidade nacional, a nação continuava dividida. O Náutico Atlético Cearense, clube freqüentado, na época, pelas famílias mais abastadas da cidade, iniciou suas festividades alusivas ao sesquicentenário, no dia 25 de março, quando foi aceso o fogo olímpico na cidade de Redenção. No dia 20 de abril, os atletas daquele clube conduziram a tocha olímpica para a sede do Clube, onde foi montada uma vigília cívica até que, no dia seguinte, o fogo foi levado para o Palácio da Abolição, sede do governo estadual, onde o Coronel-Governador César Cals acendeu a pira olímpica, que assim permaneceu até às 18 horas e 15 minutos do dia sete de setembro de 1972, momento de encerramento das comemorações.

Os espaços públicos eram os principais locais das comemorações. Diversos ambientes, que, de alguma forma, poderiam ser relacionados à independência e ao sesquicentenário, foram construídos ou reformados para as festividades. A idéia de desenvolvimento, do “milagre brasileiro”, não deixou por menos os lugares que possibilitassem concentrações populacionais ou

[257] Jornal Tribuna do Ceará, 22 de abril de 1972.

dessem visibilidade às simbologias do patriotismo, tendo sempre uma forte conotação de nacionalismo. Foi o caso da conclusão das obras do Ginásio Paulo Sarasate, expressão arquitetônica bem no modelo faraônico e futurista do Regime Militar (observar figura a seguir[258]), para a solenidade de abertura das comemorações pelos 150 anos de independência e para a realização de parte dos Jogos Universitários Brasileiros, realizados, naquele ano, em Fortaleza, ou da Avenida Aguanhambi, que teve suas obras aceleradas para os desfiles do Sete de Setembro. Várias praças foram reformadas, como a praça do "Parque da Liberdade", na chamada "cidade da criança", o que levou o então prefeito Vicente Fialho a fazer questão de ressaltar a recuperação daquele espaço por já ter recebido o nome de Parque da Independência, em alusão ao ato de D. Pedro I, e posteriormente passar a se chamar Parque da Liberdade por ocasião da abolição da escravatura.

Do embelezamento dos espaços à apologia dos heróis e datas, nada poderia escapar. A coincidência das comemorações relacionadas a Tiradentes e à chegada de Cabral às terras doravante chamadas de Ilha de Vera Cruz, que viriam a tornar-se Brasil, fez com que o navegador também fosse transformado em herói formador da pátria. Embora em menor proporção que as comemorações de Tiradentes e do Sete de Setembro, nos jornais que

[258] Ginásio Paulo Sarasate, Jornal Tribuna do Ceará, 22 de abril de 1972, p. 3.

faziam alusão a Tiradentes, era comum encontrar exaltações à figura do navegador, que, em 1968 recebera diversas homenagens pela passagem de seu cinqüentenário de nascimento. Cabral aparece como uma espécie de fundador do Brasil pacífico, diante das relações estabelecidas com os índios, e corajoso, "que nunca foge à luta" – parafraseando o hino, tantas vezes, cantado naqueles tempos – diante de sua capacidade de desbravar os mares enfrentando os diversos obstáculos que aquelas viagens ofereciam. Observe-se que há também uma coincidência de datas entre a festa de Tiradentes e a fundação de Brasília, mas o aniversário da cidade passou praticamente despercebido. No caso dessa festa, foi lentamente apagada a partir de 1964. Apesar de Brasília ser um importante símbolo de desenvolvimentismo e de progresso, o que fazia parte da Ideologia dos rituais do regime militar, a imagem da capital estava vinculada ao ex-presidente Juscelino Kubitschek, que tivera seus direitos políticos cassados em junho de 1964. Era preciso apagar da memória popular as imagens que pudessem sugerir um passado diferenciado daquele desejado pelo regime militar.

A abertura das comemorações não ficou restrita aos grandes centros. Diversas cidades do interior do Ceará são ressaltadas por toda a semana que segue ao 21 de Abril. Em Senador Pompeu, município do Sertão Central, o jornal mostrava a foto de estudantes desfilando em "total harmonia abrilhantada pela presença de cartazes e faixas alusivas ao precursor da Independência que também foi marco da Unidade Nacional"[259]. Em Crateús, o jornal do dia 25 de abril noticiava que dez mil pessoas compareceram ao encontro cívico, tendo contado com a presença de estudantes de todos os colégios do município que "compareceram em massa, uniformizados, dando mais ênfase e brilhantismo, na presença do comandante do 4º. Batalhão do Exército do Ceará, do prefeito da cidade, Coronel Cintra Austragésio, e do Delegado de Polícia do município"[260].

A partir de abril, as datas comemorativas ganharam ênfase constante nos jornais. Em seguida ao dia de Tiradentes, veio o Dia do Trabalhador, comemorado no dia 1º. de maio. Nessa data, as comemorações giravam em torno da idéia da harmonia e da solidariedade entre as classes, o que se

[259] Tribuna do Ceará, 25 de abril de 1972, p. 7.
[260] Idem.

percebe com a preocupação em realizar festividades que unissem trabalhadores e empresários, capitaneados pelos representantes do Estado, como ocorreu no dia 1º., na abertura das comemorações em 1972, na sede do Sindicato dos Empregados do Comércio, realizada pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho. A presença dos três seguimentos era marcante. Segundo o jornal Tribuna do Ceará do dia 25 de abril, diversas entidades e instituições ligadas ao Estado, ao setor patronal e de trabalhadores já tinham confirmado a participação. No jornal, era divulgada a programação a ser realizada por todo o mês de maio em alusão à festa dos trabalhadores, que constava de atividades voltadas essencialmente para a racionalidade e otimização do trabalho, ou para a Ideologia do Desenvolvimentismo, tais como palestras intituladas "Programa supletivo voltado para o trabalho" ou "direitos e deveres dos trabalhadores na Constituição"; concurso de redação, 'Por que industrializar"; cursos de datilografia; shows com artistas locais no Paulo Sarasate; inauguração da sede do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Óleos Vegetais e Animais de Fortaleza; e exibição de "slides" sobre "Higiene e Segurança do Trabalho", inauguração da Praça 1º. de maio, na Avenida Agunhambi, local de onde partiriam os desfiles do 7 de Setembro que estava por vir e jogos realizados pelo SESI. A festa de alienação se completava com o hasteamento da bandeira e a execução do Hino Nacional pela banda do 23º. Batalhão de Caça do Exército e da Polícia Militar do Estado, na abertura do que era, para o jornal[261], "a principal parte da programação", partida de futebol, com portões do Estádio Presidente Vargas abertos, entre o Ferroviário (identificado com as massas trabalhadoras[262]) e o Maguary, time, não por acaso, conhecido como "o time dos príncipes", pois era mantido por um dos clubes mais seletos da cidade de Fortaleza. Ou seja, o jogo era a própria expressão do sentido a ser dado pelas comemorações do 1º. de Maio, a harmonia entre as classes patronais e trabalhadoras.[263]

---

[261] Idem.

[262] O time surgiu nas oficinas do Urubu, especializada em reparar vagões, carros e locomotivas da Rede viação Cearense. Em maio, de 1933, os operários da oficina que aproveitavam as horas de descanso para a prática do futebol, fundaram o time na Barra do Ceará, Fortaleza (http://www.ferrao.com.br/)

[263] A programação em alusão ao 1º. de Maio foi divulgada no Tribuna do Ceará de 25 de abril de 1972 com as respectivas entidades participantes, dentre elas Governo do Estado, Departamento Regional do Trabalho, FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS DO CEARÁ [foi o próprio jornal que colocou com letras destacadas, o que

Em julho, foi a vez de receber os restos mortais do presidente Castello Branco e a visita dos restos mortais de D. Pedro I. Quanto às escolas, o Dia do Estudante, 11 de agosto, marcou o início das atividades para o desfile do Sete de Setembro. No mês, ainda se comemorava o Dia do Soldado, com atividades que duravam toda a semana. Às comemorações locais somavam-se as de âmbito nacional, que culminaram com a fala do Ministro do Trabalho, Júlio Barata, em cadeia nacional de rádio e televisão, lendo o discurso do General-Presidente Médici, em que ressaltava a importância da valorização do que ele chamou de autêntico sindicato,

> "sem recorrer aos artifícios da demagogia e atitudes paternalistas, o Governo procura fortalecer os órgãos sindicais, (...) que através do Plano de Valorização da Ação Sindical, o governo federal ajuda no estabelecimento de ambulatórios médicos, construção de sedes, centros esportivos e de cultura dos sindicatos, instrumentos úteis a coletividade que representam e à qual devem prestar serviço"[264].

O general-presidente demonstrou qual papel esperava dos sindicatos, na prática, aqueles que se aliassem ao governo da ditadura no papel de cooperação no projeto desenvolvimentista e ao mesmo tempo em que deveria satisfazer-se com os "benefícios concedidos pelo Estado". O sindicato deveria se transformar num local de promoção de lazer, de saúde e educação, e não de luta e reivindicação.

Por último, o general-presidente fez questão de frisar o sesquicentenário da independência, ressaltando que agora os trabalhadores do campo poderiam festejar com o restante dos trabalhadores o progresso nacional, pois "conquistaram o direito à aposentadoria e pensão" e finalizava:

> "Nada mais próprio nem mais significativo, para assinalar, no sesquicentenário da Independência, nossa decisão de fazer do Brasil Soberano e livre uma Pátria digna de todos os seus filhos, do que esse fato eloqüente, que incorpora definitivamente o operário rural à comunidade de todos os brasileiros."[265]

---

demonstra a preocupação em legitimar a festa com a participação dos trabalhadores, o que passava a idéia de harmonia para a sociedade], Sindicatos dos Trabalhadores das Indústria Metalúrgicas, Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Extração de óleos vegetais e animais, SESI (Serviço Social da Indústria), SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE FORTALEZA [idem para o destaque], Federação dos Trabalhadores no Comércio dos Estados do Piauí e Ceará, .

[264] Presidente Médici, apud: Tribuna do Ceará, 02 de maio de 1972, p. 6. Este mesmo discurso seria reproduzido no livro Médici, Emílio Garrastazu (D.D. Presidente da República) **Tarefa de Todos Nós**, Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1970, p. 90-91.

[265] Idem.

Em seguida ao dia do Trabalho, 1º. de maio, vieram as festividades de recebimento dos restos mortais do cearense que chegara a general e se tornara presidente da República, o herói local, símbolo do orgulho de Estado, merecedor do mausoléu da abolição. Depois veio a passagem dos restos mortais de D. Pedro I no mês de julho. O mês de agosto ficou por conta do dia do Estudante, 11 de agosto, comemorado com o início dos treinos para os desfiles do mês seguinte.

Amar a Pátria, Idealizar o Progresso e Vender os Produtos

O rádio, os jornais e a televisão foram os principais veículos de elaboração e divulgação da tradição de continuidade entre a independência e o regime militar por meio de uma educação cívica que extrapolava os muros escolares. Na primeira semana de setembro, os jornais locais traziam as informações de onde, como e quando seriam as festividades. As notícias sobre as atividades realizadas e por realizar ganharam lugar de destaque nas reportagens de capa dos periódicos. As colunas sobre os municípios tornaram-se pequenas para as informações mandadas pelos correspondentes, e, nas colunas sobre os bairros da capital, a situação não era diferente.

Com isso, elaborou-se um imaginário que legitimasse o regime militar identificando-o com a Independência do Brasil, como se fosse um *continuum* que não poderia ser quebrado por forças estranhas à harmonia nacional. E isso deveria ocorrer com festas, mitos, alegorias, símbolos e rituais, porque "é por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um

Semana da Pátria

Com uma revoada de jatos foi aberta hoje a programação da Semana da Pátria, cujo encerramento será no dia 7, data máxima da Nacionalidade Brasileira. Às 8 h. houve hasteamento dos flandares (foto), pelo governador em exercício Humberto Bezerra e gen. Oscar Jansen Barroso, Comandante da Décima Região Militar. Serão proferidas palestras pelas autoridades durante o dia de hoje, nas emissoras de rádio e a Assembléia Legislativa e Câmara Municipal realizarão sessões solenes. Programação na última página.

povo[266]". Observe-se, por exemplo, o jornal Tribuna do Ceará de 1º. de setembro de 1972, o qual trazia na capa[267] o anúncio da abertura das comemorações alusivas ao sesquicentenário com uma foto do hasteamento das bandeiras pelo governador em exercício, outro coronel, Adauto Bezerra, e pelo comandante da 10ª. Região Militar na Praça do Ferreira. A pessoa em destaque na foto não é o governador, e sim o comandante, general Oscar Jansen Barroso, explicitando a importância dada aos militares, uma vez que, no momento, eram os mesmos que se encontravam no poder, e pela evidente relação feita nas comemorações patrióticas entre patriotismo e militarismo.

Segundo a programação anunciada no dia primeiro de setembro, as comemorações foram oficialmente aberta às 6 horas da manhã, com uma revoada de jatos da Base Aérea de Fortaleza, o pronunciamento do vice-governador em exercício, coronel Adauto Bezerra, e a execução do Hino Nacional a ser transmitido por todas as emissoras de rádio[268]. O público ia invadindo o espaço privado numa tentativa de unificação em torno dos rituais de culto à nação. O objetivo de envolver as pessoas nas comemorações em suas próprias casas, em suas vidas cotidianas, era uma forma de invadir o espaço privado, segundo Del Priore, o espaço "da imunidade, do aconchego e da proteção dos indivíduos, na área 'familiar" e doméstica"[269]. A interação entre o público e o privado pode ser percebida, também, nos mais variados tipos de propagandas e comerciais exibidos nos jornais. Por exemplo, nas propagandas oficiais do governo, como a que aparece de página inteira no Jornal O Povo de 6 de setembro de 1972, véspera do sesquicentenário, em que pombas, lembrando o símbolo do "divino espírito santo" da Igreja Católica, revoam em direção ao sol nascente, com a inscrição em letras de destaque: "BRASIL: PAZ, AMOR E LIBERDADE"[270], percebe-se a intenção de inter-relacionar patriotismo e catolicismo, e, logo abaixo, o ícone do sesquicentenário ao lado do símbolo do governo com a inscrição: "governo da confiança", slogan do governo do Coronel César Cals, nomeado pelo governo militar para o exercício estadual entre 15/03/1971 e 15/03/1975.

---

[266] CARVALHO, op.cit. p. 10
[267] Jornal Tribuna do Ceará, 01 de setembro de 1972, capa
[268] Jornal O POVO, 01 de setembro de 1972, p. 4.
[269] DEL PRIORI Mary. "História do Cotidiano e da Vida Privada" IN: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. op. cit, p. 263.

As empresasparticulares também aproveitavam o momento para vincularem suas propagandas ao patriotismo. Numa época em que a compra do automóvel era o sonho de consumo da classe média, a Ceará Motor, empresa revendedora de veículos da Volkswagen em Fortaleza, mostrava no jornal sua logomarca ladeada pelo ícone do sesquicentenário e pela bandeira do Brasil com a inscrição: “o seu amigo revendedor presente nas comemorações do sesquicentenário”[271]. Ninguém queria perder a oportunidade de se fazer amigo e se manifestar patriota, era uma forma de se identificar com os potenciais consumidores. A Mesbla, à época, uma das principais lojas do centro da cidade de Fortaleza que fazia parte de uma rede

[270] Jornal O Povo, 06 de setembro de 1972, p. 8.
[271] Idem, p. 5

nacional de magazines, fazia questão de divulgar nos jornais que patrocinava uma das equipes, composta de um fusca e um corcel cupê, participantes do Raly da Independência entre os Estados do Ceará e Piauí, organizado pelo governo do Estado[272]. No outro dia, a mesma Mesbla afirmava em uma de suas propagandas que "é lutando pelo progresso que se constrói o brasil (sic)"[273].

A mitificação do progresso era também marca registrada nas propagandas das empresas privadas e do Estado, era uma forma de se identificar com o "país que vai prá frente[274]" referendado pelas obras faraônicas, como a transamazônica, ou ponte Rio-Niterói. O Ceará também tinha suas grandes obras, como a construção dos viadutos da BR-116, transformados em local de passeio aos sábados à tarde, deixando as crianças encantadas com o que o brasileiro era capaz de fazer. Esses viadutos, que permitiam a entrada dos veículos que vinham do Sul do País a Fortaleza, era um dos símbolos do progresso e da "integração nacional" – "integrar para não entregar", esse era o lema. A chegada da BR-116 coincidia com a Av. Aguanhambi, palco dos grandes desfiles estudantis dos anos de 1970, com a Av. Bezerra de Meneses, outros grandes símbolos da modernidade e do progresso, com suas avenidas com 3 e 4 pistas de cada lado. As escolas deveriam elaborar desfiles à altura de espetaculares símbolos. Outra grande obra era "a moderna praça de esportes[275]", o Estádio Plácido Aderaldo Castelo (o Castelão), a ser inaugurado para o Campeonato Nacional de 1973, outro símbolo de progresso e de modernidade. Também no esporte mais popular do País, era preciso fazer jus ao lema da bandeira nacional "ordem e progresso".

Para Terence Ranger, um dos aspectos a se considerar para identificar o significado dos rituais e cerimoniais é a exploração comercial das

---

[272] Jornal Tribuna do Ceará, 05 de setembro de 1972, p. 4.
[273] Jornal Tribuna do Ceará, 06 de setembro de 1972, p. 8.
[274] Alusão a um dos hinos da Ditadura Militar: Este é um país que vai pra frente/ Rô, Rô, Rô, Rô, Rô/ De uma gente amiga e tão contente/ Rô, Rô, Rô, Rô, Rô/ Este é um país que vai pra frente/ Rô, Rô, Rô, Rô, Rô/ É um país que canta, trabalha e se agiganta,/ É o Brasil de nosso amor. (http://pt.wikpedia.rg./wiki/ufanismo). "Nos cartazes dessa campanha apareciam alguns desenhos infantis representando figuras de crianças brancas, negras e indígenas de mãos dadas. (Maria José de Rezende, Revista Espaço Acadêmico, no. 41, outubro de 2004, http//www.espacoacademico.com.br/041/41crezende.htm#_ftn3)
[275] Jornal O Povo, 01 de setembro de 1972, p. 19. (O Estádio só fio inaugurado no dia 11 de novembro de 1973, no final já do campeonato)

empresas que visam a angariar lucros com as comemorações[276]. Hoje, seria difícil mensurar a quantidade de fitas verde-amarelas, cata-ventos, chapéus, broches, bandeirinhas, balões, adesivos, que foram vendidos e distribuídos em setembro de 1972, mas os jornais dão conta da preocupação das empresas em vincular suas propagandas com a confiança do povo na nação grande, coesa e voltada para o progresso, referindo-se ora ao País ora ao Estado, como na propaganda da indústria de azulejo IASA, na página do jornal que traz a reportagem sobre os desfiles do dia anterior, que conclamava o cliente para encher "o Brasil de amor e a casa de azulejos IASA" junto ao ícone do sesquicentenário e assinalava o seu nascimento "no ano do sesquicentenário para o engrandecimento do Estado[277]".

A idéia de grandiosidade se fazia presente também nos espaços ocupados pelos anúncios de empresas nos jornais, como fez a Varig, empresa de aviação brasileira mais antiga em operação, que trazia uma nota de agradecimento ocupando a metade de duas páginas abertas do jornal aos 150 anos de liberdade, graças a uma lista de 28 personagens que incluía inconfidentes, padres, poetas, abolicionistas, republicanos, monarquistas, pessoas ligadas à Independência: Joaquim José da Silva Xavier, Tomaz Antonio Gonzaga, os poetas Cláudio Manoel da Costa e Joaquim Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa, José Bonifácio de Andrada e Silva, José Joaquim da Rocha, José Clemente Pereira, Joaquim Xavier Curado, D. Leopoldina, D. Pedro I, Lord Cocrane, José Joaquim de Lima e Silva, Felisberto Gomes Caldeira, Pedro de Araújo Lima, Nogueira da Gama, Estevão Ribeiro de Rezende, Márquez de Valença, Barão de Porto Alegre, Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, José Joaquim Carneiro de Campos, Hipólito José da Costa, Nicolau de Campos Vergueiro, Diogo Antonio Feijó, José Lino Coutinho, Francisco de Paulo Souza, Visconde de Pirajá, Visconde de Cairú[278]". Observe-se a visão de História do Brasil única, linear, factual e personificada nos heróis. Observe-se também a preocupação em atingir os diversos setores da sociedade – para fazer valer a influência feminina, colocam D. Leopoldina – mas, em nenhum momento, pessoas ligadas às

[276] HOBSBAWM Eric e RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, pp. 116-117.
[277] Jornal Tribuna do Ceará, 06 de setembro de 1972, p 10.

camadas populares, exceto Tiradentes, o herói já consagrado pelos republicanos a partir do final do século XIX. Por outra, não apareciam os republicanos, o que confirma a preocupação em evitar as divergências entre os militares. Festejava-se a Independência monárquica em plena República.

A escola não é o único espaço de ensino de História, os jornais, a emissora de televisão, o Estado, a Igreja, empresas privadas se transformam em instrumentos de educação e elaboram uma memória nacional que se constitui dentro e fora da sala de aula. Com vistas a justificar um presente como resultante de um passado, inventava-se uma tradição, tendo a história como legitimadora[279]. O Banco do Brasil, por exemplo, apropriava-se de um discurso de Rezende Costa na Câmara de Deputados, em 12 de setembro de 1828, no qual afirmava "Com os suprimentos do Banco do Brasil, principalmente, conseguimos a nossa independência", para mostrar que "150 anos depois, o Banco do Brasil continua a ser um dos principais fatores do desenvolvimento nacional" e que "Como ontem na luta pela independência política, o Banco do Brasil de hoje, no ano do sesquicentenário, contribui para consolidar definitivamente a nossa independência econômica[280]". De acordo com a propaganda do Banco do Brasil, uma empresa ligada diretamente ao governo federal, era preciso se apropriar do passado como justificativa para as ações do presente, que deveria aparecer sem rupturas e sem contradições, como um *continum* do passado. Por isso, as propagandas, assim como os desfiles das festas do Sete de Setembro, deveriam reproduzir uma espécie de "teatro" da história nacional. Era como se cada herói de uma época passasse o bastão de dedicação à nação ao próximo herói, e assim por diante até chegar aos militares, verdadeiros defensores das tradições brasileiras.

O mesmo caso se percebe na apelação que o Governo do Estado do Ceará faz no dia 2 de setembro, numa propaganda de página inteira anunciando com letras em destaque, Independência e confiança, para, em seguida, afirmar que "A independência do Brasil iniciou-se no idealismo de Tiradentes e José Bonifácio e de outros grandes brasileiros, consolidando-se no brado de 'Independência ou morte' de D. Pedro I, continuando hoje na

---

[278] Idem, p. 6 e 7.

[279] Sobre as tradições inventadas Ver: HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

confiança que os dirigentes do País inspiram ao seu povo.[281]" Segundo afirma Hobsbawm, o passado funciona, muitas vezes, enquanto um "tribunal de apelação para disputas e incertezas do presente"[282]. Esta era a função das propagandas e campanhas ligadas ao Sesquicentenário da Independência do Brasil.

A emissora local de televisão, TV Verdes Mares[283], aproveitava o momento para anunciar a "festa de todas as cores" de inauguração do sistema colorido de imagens, "nada melhor do que uma grande data, para se fazer uma grande festa", "Dia da Independência: a grande data! Canal 10 a cores, uma grande festa"[284]. A programação da "festa de todas as cores" no "Dia da Independência" iniciou-se com a entrega de Bandeiras do Brasil às escolas relacionadas pela Secretaria de Educação e diplomas às escolas participantes "do grande desfile estudantil na Avenida Aguanambi"[285]. Em seguida, das 9 às 12 horas, foi exibida a "parada militar da independência", segundo os jornais do dia anterior, "o momento mais esperado pela população da cidade"[286]; ao meio-dia "a hora da independência", programa apresentado pelo Colégio Sete de Setembro; a partir das 13 horas, uma série de filmes, todos em tape; às 17 horas, o clássico nacional, ao vivo, via Embratel, Flamengo X Fluminense; depois, a novelas das sete, em tape, "O Primeiro Amor"; e, às 19horas e 30 minutos, a programação especial, com o show de inauguração do sistema colorido, em que foram apresentados artistas da terra e, logo após, show com o "homem que mais fazia rir na televisão brasileira,"[287] Ronald Golias, que o povo poderia acompanhar na "praça do canal 10" em frente à emissora de rádio e televisão e que mereceu diversos destaques nos

---

[280] Jornal Tribuna do Ceará, 06 de setembro de 1972, p. 9.
[281] Ver anexo 2.
[282] HOBSBAWM Eric. **Sobre História**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 23.
[283] Vale ressaltar que a televisão Verdes Mares, pertencente ao empresário Edson Queiroz, era, e ainda é, uma afiliada da Rede Globo de Televisão, um verdadeiro Império jornalísitco que ascendeu na década de 1970, segundo seus críticos, "pela defesa dos interesses oficiais pela programação durante o governo Médici". SKIDMORE, Thomas. Op. cit. p. 222. O caminho seguido pela Verdes Mares não foi diferente, o grupo Edson Queiroz é atualmente um dos principais grupos empresariais do Ceará, tendo atuação em diversos setores da economia (eletrodomésticos, telecomunicação, rádio e jornalismo, imobiliário, água, gás etc.) Sobre as relações da Rede Globo de Televisão com o Regime Militar e o grupo estrangeiro Time Life, ver HERZ, Daniel. **A História Secreta da Rede Globo – sim eu uso o poder**. Porto Alegre, RS: Editora Tchê. s/d.
[284] Jornal Tribuna do Ceara, 06 de setembro de 1972, p. 8.
[285] Tribuna do Ceará, 06 de setembro de 1972, p s/n.
[286] Idem.

jornais locais. O momento maior ficaria com a palavra do presidente da República às 20:30, transmitida ao vivo e a cores.

A televisão se tornara um dos principais veículos da propaganda do Regime Militar, o que se explica pelo grande crescimento do setor por meio dos investimentos estatais no setor de transmissão e do setor privado em equipamentos. Na outra ponta, as facilidades das linhas de crédito permitiam que as pessoas adquirissem os aparelhos com relativa facilidade. Segundo Skidmore, entre 1960 e 1970, a população urbana que possuía os aparelhos de TV pulou de 9,5% para 40%, Médici aumentou de 45 emissoras que tinham recebido concessão estatal para funcionarem para 65[288]. Apesar dos avanços no setor, em Fortaleza, as cores ficariam restritas aos poucos aparelhos adquiridos pelo Clube Náutico Atlético Cearense, freqüentado por seletos representantes das elites locais.

A população em geral poderia se contentar em assistir à programação em preto e branco. Restavam, ainda, as atividades programadas pela Casa Civil do Governo do Estado e pela Polícia Militar do Estado sob a coordenação da Comissão Especial designada pelo Governador, que incluía, às 8 horas, o hasteamento de uma bandeira gigante na sede do Touring Club do Brasil, na Avenida 13 de maio, com a presença de militares e estudantes. Na mesma hora, solenidade semelhante deveria ocorrer no Náutico Atlético Cearense, clube que costumava reunir as elites sociais da cidade. Haveria duas festas, portanto, uma pública e uma privada, devendo a segunda parecer pública, ao hastear outra bandeira gigante no ponto mais alto do clube. A idéia de grandiosidade foi uma marca registrada das comemorações, o que ia ao encontro do ideário do Brasil Grande, típico da ideologia desenvolvimentista.

A partir das 9 horas do dia primeiro de setembro, todos os dias, deveriam ser realizadas palestras sobre temas patrióticos nas escolas e colégios de Fortaleza, a mesma situação devendo ocorrer “nas rádios, Associações de Classes, Federações, SENAC. Clubes e Sindicatos”.[289] As palestras foram proferidas diariamente. A cada dia um herói diferente: Felipe dos Santos, Tiradentes, José Bonifácio e D. Pedro I, sempre comparados aos

---

[287] Idem.
[288] SKIDMORE, op. cit. p. 222.
[289] O Povo, 01 de setembro de 1972.

enaltecidos heróis vivos da "Revolução de 1964" como afirmavam quase sempre os palestrantes. As reformas curriculares nacionais e estaduais tinham institucionalizado um ensino de História e de Educação Moral e Cívica em consonância com o ensino de Estudos Sociais que se efetivava pelas diversas práticas escolares, com intensa valorização dos símbolos nacionais, do culto à Pátria e à Nação e aos heróis nacionais, de Tiradentes a Médici. Todas essas práticas deveriam, agora, extrapolar os muros das escolas através das horas cívicas e do hasteamento de bandeiras ou nos trabalhos e cartazes referentes às datas cívicas e aos heróis da Pátria, como o 21 de abril de Tiradentes, o 13 de maio e a abolição da escravidão da Princesa Isabel, o 15 de novembro e a proclamação da República por Deodoro e, principalmente, os cento e cinqüenta anos do grito do Ipiranga que proclamou a independência.

Os desfiles, comemorações, hinos, dobrados, marchinhas encomendadas funcionavam como verdadeiros rituais formadores da cultura cívica, não como simples reflexos dos interesses econômicos – como poderiam afirmar alguns estudiosos da tradição marxista althusseriana –, pois "a influência, o 'reflexo' ou determinação é mediada em alto grau pelas formas de ação humana. É mediada pelas atividades, contradições e relações específicas entre homens e mulheres concretos, como nós mesmos"[290]. Na perspectiva de McLaren, os rituais escolares auxiliam a organização de uma realidade, portanto a análise desses rituais deve levar em consideração "os conceitos de poder e dominação, que considera o ritual como uma produção cultural construída como uma referência coletiva ao simbólico e à experiência localizada da classe social[291]", identificando-os como sendo uma elaboração histórica que extrapola os limites da determinação curricular e ganha os diversos recantos da sociedade.

A mobilização em torno da festa do sesquicentenário ia além das escolas, o SESI (Serviço Social da Indústria), no dia 2 de setembro, realizou uma palestra com o tema "O SESI e a integração nacional" em sua sede na Barra do Ceará, desfile das equipes esportivas das indústrias na Avenida Francisco Sá, próximo a sua sede principal e, na época, um verdadeiro

[290] APLLE, Michael W.. **Ideologia e Currículo**. São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 13.

corredor industrial da cidade, além de um torneio de futebol de salão. O SESC (Serviço Social do Comércio) apresentou uma série de atividades artísticas, o Lions Club de Fortaleza e os clubes do Maguary e Regatas do Ceará, jantar e festa dançante. Tudo isso, além das palestras Cívicas nas lojas maçônicas, foram algumas das muitas atividades programadas para a "Semana da Pátria". A programação envolvia, inclusive, alguns sindicatos de trabalhadores, a exemplo do que ocorrera no Tiradentes e 1º. de Maio. Na programação para o dia 2 de setembro, constava a "Solenidade na Sede do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem, com distribuição de prêmios aos bolsistas do Sindicato que apresentassem trabalhos sobre os Vultos da Independência"[292]. Assim, não era somente a escola a responsável pelo ensino de História, as práticas educacionais da cultura cívica e patriótica estavam muito além dos muros escolares, cada instituição deveria cumprir o seu papel de legitimadora de uma determinada memória nacional, desde o Estado aos conselhos de moradores dos bairros periféricos.

As festividades não se restringiram ao centro da cidade e aos desfiles estudantis do dia cinco de setembro, na Avenida Aguanhambi e Bezerra de Menezes, e militares do dia sete na Avenida Duque de Caxias. Nos bairros da periferia, não foi diferente. No Bairro João XXIII, o Conselho de Moradores do Bairro organizou uma série de atividades, "segundo o presidente da entidade, José Maurílio Assêncio de Araújo, com a ajuda dos moradores, estabelecimentos de ensino, entidades esportivas e da paróquia local[293]". Na Barra do Ceará, as festividades ficaram por conta do SESI, o que se explica pela forte presença das indústrias naquele bairro. Nas cidades do interior do Estado, as prefeituras eram as promotoras das festas cívicas, procurando envolver a população local. Segundo o jornal O Povo de 2 de setembro de 1972, em seu editorial, as festividades da Semana da Pátria antes ficavam restritas à capital, mas, desde 1971, as comunidades do interior organizavam programação própria. Em 1972, diversos municípios faziam questão de divulgar suas festividades em torno do sesquicentenário. Os rituais repetiam

---

[291] MACLAREN Peter McLaren, Rituais na escola: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação; tradução Juracy C. Marques, Ângela M. B. Biaggio; Petrópolis, RJ; Vozes, 1991, p. 30.

[292] Jornal O Povo, 01 de setembro de 1972, p. 4.

[293] Jornal O Povo, 01 de setembro de 1972, Coluna Aqui Cidade, p. 6.

as mesmas características das festas de Fortaleza, com encenações, festas nos clubes, fundação de Centros Cívicos escolares, desfiles, pronunciamentos, competições esportivas e inaugurações.

Em Redenção, cidade que ganha destaque nesses momentos, considerando toda uma simbologia que a circunda por ter sido a primeira cidade a abolir oficialmente a escravidão no Ceará, as comemorações tinham, como principais instrumentos, as fábricas, as escolas, igrejas, o Sindicato Rural e repartições públicas. Segundo a programação apresentada, a cidade despertava durante toda a Semana da Pátria, com o repicar dos sinos, as sirenes das fábricas e as buzinas dos carros, às seis horas da manhã. Todos os dias, pela manhã, seria hasteada a bandeira, com a presença de estudantes e militares. Não faltaram as competições esportivas, missas solenes e os desfiles estudantis. Por fim, toda a cidade se mobilizaria para assistir à palavra do Presidente da República, transmitida pela televisão, no dia sete, para, em seguida participar do Baile do Sesquicentenário no Clube 1º. de Janeiro. Evidentemente, essa última atividade se restringiu às autoridades e figuras ilustres da cidade.

Nesse caso, chama atenção o fato de que, no dia 25 de março de 1972, em alusão às comemorações da abolição da escravidão no Ceará, com a presença dos diretores do Náutico Atlético Cearense e de seus atletas, foram abertas as festividades da Independência, quando foi aceso o fogo olímpico. No dia 20 de abril, o mesmo fogo foi conduzido a Fortaleza em carro aberto dos bombeiros, para acender a pira olímpica no Palácio da Abolição, e, mais uma vez, conduzido à sede do Clube, no dia 21 de abril, dia de Tiradentes, às 18horas e 15 minutos, para abertura dos Jogos da Independência daquele Clube, devendo ali permanecer aceso até a finalização das comemorações do Sete de Setembro. Observe-se toda uma trama que se construía em torno das datas e locais, fazendo-se sempre alusão à idéia de liberdade a partir das diversas datas e mitos da história que se elaborava como nacional e única. Tecia-se um tapete entre o nacional e local. Sempre na perspectiva de que estes fatos e heróis, Tiradentes, Abolição, D. Pedro I, Médici, vão construindo a nação e que o sesquicentenário é uma espécie de culminância de todo esse processo. O Brasil chegava ao topo de sua história, assim como a “bandeira gigante” chegava ao topo do clube mais importante da

cidade, que agora poderia assistir ao pronunciamento da pessoa mais importante da nação, o general Médici, nos equipamentos mais avançados do mundo em termos de transmissão de imagens em cores.

Em Ipaumirim, município do Centro-Sul do Estado, "a data máxima da Pátria" seria comemorada com desfiles, o discurso do prefeito, concentração cívica e jogos esportivos promovidos pela Casa do Estudante de Ipaumirim em Fortaleza[294]. Todas as administrações municipais deveriam identificar-se e serem identificada com as festas cívicas. Em Itapipoca, não foi diferente. Ainda no mês de agosto, os professores se reuniram para dar início às atividades e ensaios do desfile. Nesse caso, merece destaque a preocupação em ressaltar a participação dos alunos do Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) de Amontada, distrito daquele município, "a exemplo do ano anterior"[295]. Ou seja, o Movimento não era só de alfabetização, mas também espaço de elaboração e divulgação da cultura cívica nacionalista e de uma memória nacional. Maracanaú foi exemplificado na capa do jornal O Povo de 4 de setembro de 1972, destacando o desfile dos estudantes em frente ao Sanatório da cidade[296], hospital para onde iam os tuberculosos do Estado, no dia, com 386 internos, com "o ensejo de comungar com o clima de vibração cívica que vem caracterizando em todos os recantos do País a Semana da Pátria[297]". Embora fosse comum, na época, os tuberculosos ficarem no completo isolamento, inclusive da família, eles não poderiam deixar de participar, de alguma maneira, das festividades, mesmo que fosse a distância.

No mesmo editorial de 2 de setembro de 1972, exemplificava-se o nível de envolvimento da população nas festividades, depois de 1964 e, especialmente, naquele ano, quando a Semana da Pátria se transformou numa "verdadeira festa pública". Segundo o Jornal, nos anos anteriores, "as comemorações se limitavam aos desfiles militares e estudantis, enquanto a população era simples espectadora" ao mesmo tempo em que "os governos que vieram pós-1964 estimularam a participação popular" e agora, além dos desfiles das corporações, havia também "a parada da produção integrando trabalhadores e empresas, festas populares em clubes, competições

[294] Jornal O Povo, 01 de setembro de 1972, segundo caderno, p. 3.
[295] Idem
[296] Anexo 03.

esportivas, e muitas famílias começam a fazer em casa comemorações íntimas ao estilo dos festejos natalinos"[298]. Ou seja, o povo era chamado a participar bem ao estilo do autoritarismo de Estado, que se consubstanciava na idéia de Deus, Pátria e Família. As festas cívicas deveriam assumir um caráter divino a ser comemorado no seio da família numa busca de unificação entre o público e o privado.

Um momento marcante das comemorações do Sete de Setembro de 1972 foi o "desfile da produção", como foi chamada a grande carreata realizada na manhã de domingo do dia 3 de setembro, quando as diversas indústrias mostravam os seus veículos desfilando por várias avenidas da cidade portando faixas alusivas ao progresso do Estado e à Independência, bem na ideologia do desenvolvimentismo militarista.[299] Destacava-se, na fotografia do jornal, o carro à frente das escadarias do Palácio da Abolição, com a inscrição do Cotonifício Leite Barbosa, à época, um dos principais grupos da Indústria Têxtil local, proprietário da Fábrica Santa Cecília[300]). Segundo o editorial, o desfile unia empresas e trabalhadores num grande desfile com trezentos e trinta e quatro carros de mais de trinta empresas privadas, do Touring Club do Brasil, dos bombeiros e do batalhão de trânsito do Estado, na Avenida Bezerra de Menezes, com alegorias referentes à Independência e ao desenvolvimento do "novo Ceará na festa do sesquicentenário[301]". A burguesia local também sabia invadir os espaços públicos. O desfile foi organizado pela Federação das Indústrias Cearenses e começou na Avenida Bezerra de Menezes, no bairro de São Gerardo – Oeste da cidade, seguiu em direção ao perímetro do central da cidade pela rua Padre Mororó, até a avenida Heráclito Graça, para pegar a avenida Barão de Studart, de onde seguiu para o Palácio da Abolição – Leste da cidade, para homenagear o Governador Coronel César Cals. A finalização do desfile da produção representava uma simbologia da aliança entre o poder político e a burguesia local no processo de industrialização do Estado, uma espécie de

---

[297] Jornal O Povo, 04 de setembro de 1972, capa.
[298] Idem, p. 3.
[299] Desfile da Produção, Jornal O Povo, 06 de setembro de 1972.
[300] A Fábrica Santa Cecília foi uma das principais indústrias têxteis do Ceará, empregava centenas de operários e estava localizada na Rua 15 de novembro, no Bairro Montese, em Fortaleza.
[301] Jornal O Povo, 02 de setembro de 1972, p. 10.

agradecimento pelos benefícios concedidos pelo Estado para as grandes indústrias locais. Não por acaso, o ano seguinte foi designado por César Cals como "O Ano da Indústria"[302].

A festa da independência foi um bom momento para exaltar os feitos do regime militar, ao ressaltar, a partir de uma relação entre passado e presente, o progresso e o desenvolvimento como marca dos governos pós-64. Ao mesmo tempo, faziam-se projeções otimistas para o futuro como forma de legitimar a Ditadura Militar. Os jornais assumiam um papel didático no ensino de História do Brasil. Para tanto, era contada uma História de passado, presente e futuro, da forma mais pedagógica possível, como a encontrada nos encartes que circularam durante a primeira semana de setembro de 1972. O jornal Tribuna do Ceará do dia 6 de setembro, por exemplo, circulou com um encarte como se fosse um tablóide da época da independência, trazendo, assim, as notícias do passado para o tempo presente. Na capa, o carimbo do Governo do Estado do Ceará, Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, concluindo-se que foi aquele órgão o responsável por sua circulação. A edição do Jornal ficou sob os auspícios da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, chegando-se à conclusão de que sua circulação foi de âmbito nacional. A Assessoria Histórica era composta por Pedro Calmon (Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que recebera, poucos dias antes do Presidente General Médici, a nova sede do Instituto) Vicente Tapajós (professor do Colégio Pedro II e colaborador da revista Escola Secundária, dentre outras colaborações, escreveu "Vinte Maneiras de Ensinar o Descobrimento do Brasil"[303]) e Claude Soares, sob a Direção de Amaral Neto, conhecido pela sua fidelidade à ditadura, que chegou a ter um programa na Rede Globo de Televisão (Amaral Neto, O Repórter) para exaltar o ufanismo brasileiro.

---

[302] Dentre outras medidas industrializantes, César Cals retomou o Projeto Azimov do governo de Virgílio Távora, montou a infra-estrutura para o Distrito Industrial de Fortaleza. Sobre o governo César Cals, ainda são parcos os estudos, merecendo destaque a obra de Helio Passos, mais pelos dados e informações, pois é uma apologia ao governador. PASSOS, Hélio. **César Cals: sua vida outras vidas**. Fortaleza: Folha do Ceará, 1997.

[303] FONSECA, Silvia Asan da. "O Ensino de História nas Páginas da Revista Escola Secundária" IN: ARIAS NETO, José Miguel (org.). **Dez Anos de Pesquisas em Ensino de História – VI Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História**. Londrina: AtritoArt, 2005, p. 557.

A cada página do Jornal da Independência, metade eram notícias referentes ao processo de independência e aos fatos que ocorriam no mundo, enquanto a outra metade se referia às realizações dos governos militares. Na capa, ao lado do famoso quadro de Pedro Américo, a manchete "Proclamada a independência do Brasil" e uma chamada "São Paulo, urgente", para, em seguida, noticiar a "hora exata" do grito do Ipiranga, 4h30min da tarde. Havia ainda trechos da carta de Dona Leopoldina enviada a D. João VI avisando que ela e D. Pedro não iriam a Portugal, sob a manchete: "Ditaremos Leis ao Mundo". Um pequeno quadro chama atenção para o fato de que o Brasil é a "Oitava Emancipação nas Américas", mas, no afã de fazer do Brasil o mais pioneiro possível, ressalta que "de fato, trata-se da segunda, uma vez que desde 1808 o Rio de Janeiro é a sede da monarquia Luso-Brasileira". Na mesma página, ao lado, a manchete "Brasil 150 Anos depois" com a logomarca do sesquicentenário e a frase "... E todo mundo fala do 'milagre brasileiro'" em alusão às fotografias de tratores desmatando a floresta amazônica na construção da Transamazônica, uma rodovia "em quilômetros maior do que a distância entre Moscou e Lisboa", uma antena de Telecomunicações, um dos setores que mais cresceram durante o período, e a construção do prédio de uma Universidade[304].

Na página seguinte, o Jornal da Independência conta com detalhes como foi a independência, como se um repórter tivesse presenciado tudo:

> "'- Amigos! Estão para sempre quebrados os laços que nos ligam ao governo português!' Em seguida o Príncipe Regente, D. Pedro, espada desembainhada, arrancou do chapéu a fita com as cores lusas. Atirou-a ao chão, ordenando igual procedimento à sua comitiva.
> - Viva o Brasil livre e independente – bradou ele. E todos, desembainhando também as espadas, responderam de imediato: 'Viva D. Pedro, seu defensor perpétuo!' Ato contínuo, novo brado do Príncipe Regente, que todos repetiram:
> - Será nossa divisa de ora em diante: Independência ou Morte!"

Para mostrar a "atualidade" do jornal, vem uma reportagem sobre a morte do poeta Shelley e sua cremação e fala dos laços de parentesco de D. Pedro com Napoleão Bonaparte, no que leva o leitor a uma certa idéia de herança genética de coragem e firmeza do Príncipe. O jornal traz, ainda, uma gravura da Rua Direita, "uma das mais movimentadas no Rio de Janeiro", e

[304] Jornal Tribuna do Ceará, 6 de setembro de 1972. Ver ANEXO 04.

uma reportagem descritiva da capital da Corte e do Brasil (número de províncias, população, etc). Ao lado, mais ilustrações do presente (1972): elevados prédios residenciais, em alusão aos programas de habitação, usinas elétricas com a previsão para gerar "30 milhões de quilowatts em 1980 e a frase: "Se governar é abrir estradas, hoje estamos no caminho certo: de 25 mil quilômetros de estradas pavimentadas em 1964, teremos mais de 80 mil quilômetros (...) nos próximos dois anos"[305].

Na terceira página, a manchete é "O Grito do Ipiranga: um eco de 150 anos". O jornal faz previsões para o futuro em que Tiradentes e D. Pedro I serão lembrados como os heróis nacionais. Ao lado uma reportagem sobre a Inconfidência Mineira como "Tiradentes, o precursor" e, na metade da página, mais uma vez, 'os feitos' da Ditadura: uma plataforma de extração de petróleo em alto mar, um pátio de uma indústria automobilística e uma previsão para o setor educacional, que não aconteceu: "MAIS BRASILEIROS ESTUDANDO DO QUE A POPULAÇÃO DO CANADÁ: Antes de 1974, será duplicada a oferta de matrícula em todos os níveis de ensino (...). 75% de todos os analfabetos entre 15 e 35 anos de idade serão alfabetizados".[306] Na Página seguinte, além de receitas culinárias da época, uma pequena notícia sobre o acordo entre Simon Bolívar e José de San Mártir e uma reportagem sobre o apoio incondicional dos Estados Unidos à Independência do Brasil, várias ilustrações mostrando a produção de 89 novos navios no Brasil, em 1971[307]. Na quarta página do encarte, uma cronologia da independência, sempre centrada na figura de D. Pedro, uma reportagem e uma ilustração de D. Pedro compondo o Hino da Independência e outras mostrando a "viagem divertida" do Príncipe a São Paulo. Todas as ilustrações que aparecem da época repetem a prática típica dos livros didáticos de então, que levavam a confundir as cenas idealizadas pelos pintores com os fatos reais ocorridos. Como não aparecia qualquer referência sobre quem fez a ilustração e em qual época, acabava-se reforçando o mito do herói D. Pedro I como o fundador da nação, gerando um senso comum histórico em que as imagens representam a realidade tal qual o acontecido. Nas imagens do Brasil "150 anos depois", uma

[305] Jornal Tribuna do Ceará, encarte, 6 de setembro de 1972. Ver ANEXO 05.
[306] Idem, p. 3. Ver ANEXO 06.
[307] Idem, p. 4. Ver ANEXO 07.

pequena referência a Brasília, mas apenas uma imagem da catedral, no canto superior esquerdo. O destaque fica por conta das refinarias de petróleo e da produção siderúrgica e os dados sobre o crescimento econômico:

> Hoje o Brasil já é recordista mundial de desenvolvimento. O Produto Interno Bruto, que, em 1963, cresceu apenas 1,5 %, teve, no ano passado, uma expansão de 11,3%. Até dezembro próximo, nossa população irá além de 100 milhões de brasileiros. E apenas 3 anos, de 1972 a 74, o governo programou investimentos superiores a Cr$ 100 trilhões antigos para acelerar ainda mais o nosso ritmo de progresso vertiginoso em todos os setores de atividades.[308]"

O sesquicentenário também foi usado para elaborar a imagem de unidade em torno das comemorações, numa verdadeira harmonia entre trabalhadores e empregados, com vistas a anular a idéia da luta de classes inspiradora de alguns movimentos contrários ao Regime Militar. Na mesma página em que era divulgado o desfile da produção organizado pelas indústrias cearenses, ressaltado anteriormente, havia uma intensa programação ligada aos sindicatos, com a manchete "Área Sindical Integrada nas Festas da Independência". A observação mais atenta da programação identifica que as comemorações voltadas para os trabalhadores eram organizadas muito mais por órgãos patronais, como o SESI (Serviço Social da Indústria) e o SESC (Serviço Social do Comércio), embora contasse com a participação da Federação dos Trabalhadores das Indústrias no Ceará, que realizaria um baile no Cotonifício Leite Barbosa, clube fundado por uma indústria algodoeira, para escolher a "mais bela industriária", Sindicatos da Orla Marítima e Sindicato da Construção Civil de Fortaleza, que realizariam posse de diretorias, torneios femininos e palestras sobre "Integração Social e o Plano Nacional de Valorização do Trabalhador" e uma "conferência proferida por uma autoridade" no SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem comercial) e projeção de Slides de lançamento da Campanha "Vamos Ler[309]".

A cinematografia também foi utilizada como instrumento de elaboração do imaginário da Independência e de D. Pedro I. Foi com muito alarde que o filme "Independência ou Morte", encenado por Glória Menezes e Tarcísio Meira, estreou no cine Diogo de Fortaleza. Os jornais consideravam o filme um

[308] Idem, p. 5, Ver ANEXO 08.
[309] Jornal O Povo, 02 de setembro de 1972, p. 10.

verdadeiro colosso de interpretação e fidelidade aos diálogos e à ostentação da época do Império e fizeram questão de divulgar a recepção que o Presidente General Médici fez ao casal de atores. De fato, o filme é uma visão romântica de um D. Pedro elevado à condição de herói nacional, uma verdadeira exaltação feita sob encomenda para as comemorações do Sete de Setembro. O jornal O Povo salientava a importância da ausência de "diálogos bobos e ridículos[310]" provavelmente se referindo à produção cinematográfica do cinema novo, que contava com obras, como *Deus e o Diabo na Terra do Sol* e *Terra em Transe*, de Glauber Rocha, para ficar nos mais conhecidos, "um cinema que buscava não apenas pensar a realidade nacional, mas fazê-lo de maneira original com uma gramática e uma sintaxe que lhes fossem próprias[311]", ou em alusão ao filme "Antecedentes da nossa Independência", de Rubens José Carneiro da Silva, censurado em abril de 1971, às vésperas das festas da Inconfidência, durante as festividades da Inconfidência Mineira.

Sempre que possível, o jornal O Povo divulgava algo que estabelecesse relações entre o passado e o presente como forma de legitimação do regime militar. No dia 4 de setembro de 1972, um dia após a estréia do filme *Independência ou Morte*, o jornal publicava uma reportagem tendo como foto de destaque o presidente Médici ladeado por Glória Menezes e Tarcísio Meira, em que se reproduzia um comentário que supostamente alguém teria dito ao fazer uma comparação entre D. Pedro I e o general Médici: "enquanto D. Pedro I se deslocou até Minas a fim de conhecer os problemas daquele Estado, ele fez questão de ir ao Nordeste em 1970, para conhecer de perto o drama da seca[312]". Isso é de estranhar, tendo em vista que a solenidade, segundo o próprio jornal, contou com a presença de artistas, do diretor do filme e de parlamentares dos Estados de Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, não havendo nenhum do Nordeste. O comentário seria sem propósito, pelo menos na solenidade, mas não no maior jornal de circulação do Estado do Ceará. A reportagem destacava, ainda, a promessa do general Médici de reduzir a censura do filme de 10 anos para

[310] Idem, p. 17.
[311] ZANIN Luiz, "Cinema Brasileiro" IN: Gunter Axt e Fernando Schüler. **4Xs Brasil**. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2005, p. 205.
[312] Jornal O Povo, 04 de setembro de 1972, p. 3.

livre, o que seria importante, pois a conotação ideológica do filme interessava aos que estavam no poder.

Cada instante, cada comemoração era um reforço ao "mito fundador" da nação brasileira. Segundo Chauí,

> "O mito fundador oferece um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (isto é, qual o elemento principal que comanda os outros) como da ampliação de seu sentido (isto é, novos elementos vêm se acrescentar ao significado primitivo)[313]".

A festa do sesquicentenário se consubstanciava nesse conjunto de representações que tinha como elemento principal o grito do Ipiranga de D. Pedro I, no sete de setembro de 1822, como uma estrela *mater* em torno da qual giravam os outros diversos fatos e personagens, de Tiradentes ao presidente Médici, representante maior da então "Revolução de 1964". A imagem do movimento de 64, enquanto revolução[314], era uma constante preocupação ressaltada, a todos os momentos, pelos partidários do regime militar, em especial, durante as festividades comemorativas das datas cívicas. Essa preocupação constava inclusive no programa do partido que dava sustentáculo ao poder militar, a Arena. Segundo noticiava o jornal Tribuna do Ceará de 25 de abril de 1972, a convenção do partido havia aprovado em sua "carta de princípios" que a "Arena era o partido integrado na Revolução" e ressaltava o fato de que muitos presentes haviam enaltecido

> "os presidentes revolucionários – Castelo Branco, Costa e Silva e Garrastazu Médici e a obra revolucionária. O senador José Sarney a certa altura aplaudiu de pé a citação do nome do Marechal Castelo Branco (...). Já o Senador Dinarte Mariz pediu que todos os arenistas pronunciassem a "toda hora sem receio ou constrangimento a palavra mágica revolução."[315]

O mito de fundação consistia em, a partir do Sete de Setembro, identificar a relação de continuidade entre o passado remoto da Independência e o movimento militar de 1964, que tinha feito a "revolução" capaz de unificar a sociedade em torno da nação, o que pode ser percebido em várias passagens

---

[313] CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p.10.

[314] Isso fica evidente nos discursos do Presidente Médici reproduzidos em livros pela Imprensa Nacional e nos livros didáticos de Educação Moral e Cívica.

[315] jornal Tribuna do Ceará de 25 de abril de 1972, p. 6.

do discurso do Presidente, General Emílio Garrastasu Médici, durante o encerramento das festividades do sesquicentenário, quando foram depositados os restos mortais de D. Pedro I no Monumento do Ipiranga, trazidos de Portugal e percorreram várias cidades do País entre 21 de abril e sete de setembro:

> "Recolhidos os restos mortais do fundador do Estado Brasileiro...
> Naquele imenso encontro cívico nacional, na reverência Tiradentes, o guia iluminado e consciente, o herói popular que a revolução de março consagrou como o patrono da Nação brasileira.
> O país inteiro viveu o sesquicentenário...
> Com dignidade, entusiasmo e amor, os brasileiros viveram emoções simples e justas...
> A luz do passado iluminou estes dias de celebração...."[316]

Em seguida, no mesmo discurso, o General chamava os brasileiros a darem o seu sacrifício no presente para, na construção do Brasil Grande, darem continuidade à obra iniciada pelos heróis nacionais:

> "O que fazemos agora e o que havemos ainda de fazer, nosso trabalho, nossos sacrifícios, influindo nas gerações de hoje, influirão, ainda, com maior intensidade, nas gerações futuras."[317]

O mito fundador não servia apenas para referendar o presente a partir do passado, também buscava uma definição das gerações do presente, diante do futuro e das gerações que estão por vir. Observe-se mais uma vez o discurso do General Médici:

> "nossos sacrifícios, influindo nas gerações de hoje, influirão, ainda, com maior intensidade, nas gerações futuras.
> Assim como fomos beneficiados do patriotismo daqueles que fizeram a Independência para que fôssemos hoje uma nação soberana, de nós depende, que a multidão incalculável dos compatriotas que nos há de suceder encontre um país amadurecido e poderoso, capaz de contribuir para a solução dos grandes problemas que afligem o mundo."[318]

O sepultamento do "fundador do Estado Brasileiro" foi acompanhado de toda uma simbologia, de todo um ritual, cheio de alegorias que não dispensaram sequer a marcha fúnebre de Chopin. Assim, o funeral de D. Pedro I assumia um paralelo com os rituais das tradições monárquicas

---

[316] Discurso do General Médici, em São Paulo, no dia sete de setembro e reproduzido pelos jornais do dia oito de setembro de 1972. Jornal, Tribuna do Ceará, 8 de setembro de 1972.
[317] Idem.

britânicas analisadas por Terence Ranger, "como uma reafirmação simbólica da grandeza nacional, ou como um desejo coletivo de reviver as glórias do passado, ou ainda como réquiem para o país como uma grande potência[319]". O passado era o elemento essencial do mito fundador da nação, diante do regime militar, onde as liberdades eram suplantadas e de um passado sem grandes glórias a comemorar, melhor inventar um passado que legitimasse o presente. Como afirma Hobsbawm: "O passado legitima. O passado fornece um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito o que comemorar[320]".

O mito da fundação buscava legitimar uma suporta harmonia social que não existia. Até mesmo a diagramação do jornal era também pensada a partir de uma harmonia patriótica divinizada, como em um artigo de Pedro Calmon publicado no jornal O Povo com o título "Bandeiras do Brasil" abaixo do famoso quadro "O Grito do Ipiranga" de Pedro Américo, tendo, na página seguinte, ofertada pela AGROVALE (Companhia Agro-Industrial Vale do Curu) de uma bandeira colorida frente e verso, a ser recortada e utilizada nas comemorações. Quanto ao artigo, Calmon, em busca de um passado de origem do Brasil, apegava-se à história das bandeiras, nelas identificando a presença da cruz de Jesus Cristo. Havia uma preocupação em eternizar a pátria e a nação a partir da religiosidade, da crença. Segundo Calmon, a cruz é um "compromisso de eternidade transferido da religião para a pátria[321]" que se manifesta desde as bandeiras do descobrimento e da reconquista, passando pela bandeira do Império à bandeira da República, onde se encontra o cruzeiro do sul, como um legado moral do passado a ser preservado. Ou seja, havia uma preocupação em inventar não só o passado, mas tal passado deveria perpetuar-se no futuro.

Mas, o momento de maior significado nos rituais de elaboração da tradição da Independência eram os desfiles, e o do sesquicentenário deveria ser bombástico. Os jornais de véspera traziam cadernos inteiros dedicados à

---

[318] Idem.
[319] RANGER, Terence. "Contexto, Execução e Sginificado do Ritual: a monarquia britânica e a 'Invenção da Tradição'". IN: HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997, 115.
[320] HOBSBAWM, Eric. "Sobre História" IN: **Sobre História**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 23.
[321] Jornal O Povo, 02 de setembro de 1972, segundo caderno, p. 20.

festa do sesquicentenário com textos sobre a Independência, verdadeiras "aulas de História" sobre a bandeira e os hinos, verdadeiras aulas de civismo. Era preciso preparar o espírito cívico do povo. Segundo reportagem do Jornal O Povo de 2 de setembro de 1972, intitulada "Preparativos para a Grande Festa", os desfiles se concentrariam em três momentos: no dia dois de setembro, seriam os 2.500 alunos das 20 escolas do ensino de primeiro grau, na Avenida Bezerra de Menezes, no dia cinco, seriam as escolas de segundo grau, na Avenida Aguanhambi, e, por último, no dia sete, era a vez dos militares na Avenida Duque de Caxias. "O desfile do dia cinco contaria com a participação de 15 mil estudantes de 49 escolas estaduais, municipais e particulares"[322].

Não por acaso, esse desfile trazia uma inovação capaz de lembrar as grandes festas cívicas nazi-fascistas[323]: o desfile seria realizado à noite, momento em que seria mais apropriado utilizar os avanços tecnológicos como jogo de luzes para dar mais cor, brilho, esplendor e grandiosidade, dignas da autoconfiança da nação, diante dos bons índices econômicos, da recente conquista do tricampeonato, da transamazônica, da Avenida Aguanhambi e do Estádio do Castelão. A abertura do desfile caberia ao Colégio Militar de Fortaleza. Em seguida, desfilariam os alunos dos Institutos de Surdos e Cegos, e o encerramento ficaria por conta dos projetos Minerva, Mobral e Televisão Educativa. A idéia de unidade nacional não poderia ser melhor representada ao mostrar um desfile que trazia pessoas com deficiências físicas e visuais, que não seriam esquecidas nas datas importantes da nação. E nada melhor do que encerrar com grandes projetos governamentais de educação e alfabetização.

Os desfiles eram acompanhados por demonstrações de ginásticas e uma série de alegorias voltadas para a História do Brasil, como no desfile de Maracanaú [324], a alusão à Princesa Isabel e à Abolição da Escravidão. O esforço das escolas era significativo, incentivadas pelas premiações que seriam atribuídas às escolas que melhor desfilassem. No caso do desfile da Bezerra de Menezes, a escola campeã foi o Centro Educacional 15 de

[322] Idem, p. 12.
[323] Sobre a propaganda nazista ver LENHARO, Alcir. **Nazismo: O triunfo da verdade**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

Novembro, recebendo uma taça das mãos do Coronel Torres de Melo, comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), significativo o nome do colégio em alusão à Proclamação da República, e, em segundo lugar, o Grupo Escolar Capitão Correia Lima, que funcionava dentro do CPOR, típico da atuação direta dos militares na educação escolar.

O espírito militarista era marca básica nos preparativos de véspera. Ônibus com militares comandados por alunos do CPOR levavam e traziam diariamente alunos e professores para assistirem a palestras e participarem de recreações relacionadas à independência e receberem "treinamento para a parada[325]". A banda do CPOR atravessava a Avenida Bezerra de Menezes para treinar os membros do Instituto dos Cegos, cujo desfile ficaria sob a responsabilidade daquela escola militar. Enquanto isso, as notícias funcionavam como verdadeiras chamadas para o espetáculo, fazendo propaganda principalmente das atrações militares, como a bateria de tiros do 10º. GO (Grupo de Obuzes), "um dos pontos máximos das paradas que se realizam anualmente no sete de setembro[326]". No dia sete, todo o efetivo do GO e seu armamento disponível se fariam presentes no desfile da Av. Duque de Caxias. O envolvimento com a cultura militar era tal que até o vocabulário dos jornais acabava sendo seduzido. A mesma reportagem, anteriormente mencionada, do jornal O Povo, ao falar sobre o Colégio Sete de Setembro, verdadeira referência cívica da época, afirmou que o colégio se faria presente aos desfiles do dia cinco com um "grupamento de 300 alunos" que diariamente "treinam para a marcha".

A cultura cívica militarista era reforçada pelas reportagens e artigos divulgados para convencer a população de que o Exército era uma instituição voltada para os interesses do povo brasileiro desde seu início. Para tanto, "verdadeiras aulas de história" eram dadas pelos jornais, em artigos como o de Francisco Porfírio Sampaio, presidente da junta do Serviço Militar de Fortaleza, que usava o passado histórico do Exército como justificava para a sua presença no poder do presente, "afastando do seu amigo (o povo) a demagogia, a corrupção, o paternalismo, a violência, a vingança, o ódio e má

---

[324] Jornal O Povo, 04 de se setembro de 1972 (CAPA).
[325] Idem, 02 de setembro de 1972, segundo caderno, p. 12.
[326] Idem, idem.

fé[327]", evidentemente numa alusão às oposições ao regime militar. O artigo de Porfírio Sampaio é bastante significativo para evidenciar a história que se contava por intermédio dos meios de comunicação. Começa exaltando o passado honroso de preservar a integridade e a soberania nacional, desde a Guerra da Cisplatina – sem dizer que o Brasil perdeu a guerra – e as guerras contra Oribe e Rosas e, evidentemente, contra Solano, mito maior da origem do Exército Brasileiro, a Guerra do Paraguai. Em seguida, Porfírio Sampaio reverencia Benjamim Constant, o "Soldado Cidadão", e o Marechal Deodoro da Fonseca na Proclamação da República, que nem de longe, representavam um consenso republicano. Não poderia deixar de mencionar a atuação do Exército "contra o esquerdismo comunista de 1935" e sua atuação após a "Revolução de 1964 no combate à corrupção na construção da grandeza e prosperidade nacional[328]". Assim, Porfírio bem como diversos outros artigos de intelectuais ligados às forças armadas justificavam a importância militar na continuidade de construção da obra nacional.

Na mesma linha de Porfírio Sampaio, foi a mensagem do comandante da 10ª. Região Militar, General Oscar Jansen Barroso, no dia 4 de setembro de 1972, dirigida à população por meio de uma cadeia de emissoras de televisão e reproduzida no jornal O Povo do dia seguinte. Após recorrer ao passado do Grito do Ipiranga enquanto um ato heróico de D. Pedro I e ressaltar a importância do "sangue generoso dos nossos antepassados que umedeceu o solo pátrio contra os que, nascidos em outras terras, tentaram atrelar nossos destinos", o General Oscar Jansen faz questão de ressaltar a importância do Exército e "dos verdadeiros filhos do Brasil", que "saíram de arma em punho para defender a nossa crença, o nosso Deus, o nosso lar" na luta contra "o tacão da bola vermelha", ou seja, contra os comunistas:

> "Não faz muito, maus brasileiros, tudo envidaram para que as forças do mal, impelidas de ventos sinistros, seriamente, ameaçassem os fundamentos mestres de nossa liberdade. Seria a nação dividida, aniquilada, a sua gleba manchada do sangue de irmãos, cidades arrasadas, seus campos devastados. É que os vendilhões da Pátria, a serviço das potências da foice e do martelo, urdiram, às ocultas, a trama da nossa escravidão"[329].

---

[327] Idem, p. 13.
[328] Jornal O Povo, 02 de setembro de 1972, segundo caderno, p. 13.
[329] Idem, 05 de setembro de 1972, p. 10.

E continua o General, elaborando um discurso de medo, pânico e terror, usando, como exemplo, as imagens e notícias que chegavam do Oriente, numa alusão à Guerra do Vietnã, amplamente divulgada pelos jornais locais, como uma catástrofe causada pelos comunistas:

> "crianças que choram à procura dos pais entre os escombros; Pais recurvos sobre os corpos dos filhos sem vida; fuga de famílias esquálidas sobraçando o que sobrou da casa em que viviam; a miséria, a fome, a degradação moral."[330]

Essa catástrofe deveria ser combatida pelo Exército, segundo o General, a pedido da própria família. Ao mesmo tempo, o General aproveita para justificar o golpe, como uma ação anticomunista. "Assim, estaríamos nós se, a tempo, as mães brasileiras não acorressem aos quartéis, exigindo o expurgo dos que, acobertados da força e do poder, tramavam o aniquilamento das nossas tradições e do nosso destino de povo livre"[331].

Mas nem tudo era consenso. O editorial do jornal O Povo de 2 de setembro de 1972, já citado, chamava atenção para o fato de que as palestras e conferências se tornavam enfadonhas e desinteressantes, "não atingindo os objetivos desejados[332]", ao mesmo tempo em que defendia mais encenações capazes de atingir os diversos níveis intelectuais e de idade. Isso ocorreu porque os discursos continuavam restritos ao mundo das elites educadas. O autor do editorial tinha claro que o baixo nível de educação escolar exigia mais investimentos nos mitos, nas imagens, alegorias, nas fantasias e menos nos discursos. Era preciso transformar a história nacional num grande teatro. Também não havia consenso sobre o heroísmo dos militares. Veja a piada da época,

> "Como se conhece um cavalo?
> Mede-se da cabeça aos pés".

Na piada, Médici, soava como Mede-se. Essa era uma piada comum contada aos cantos das paredes das escolas na década de setenta, o que demonstra que o poder militar do general não era um consenso, como normalmente se divulgava na época, mas respeitado por uns e detestado ou

---

[330] Idem, ibdem.
[331] Idem, ibdem.
[332] Jornal O Povo, 01 de setembro de 1972, segundo caderno, p. 3.

insultado por outros. Não por acaso, aproveitando-se do mito do Grito do Ipiranga, as comemorações acabaram se concentrando muito mais em São Paulo do que no Rio de Janeiro, centro dos grandes debates políticos em torno do rompimento com Portugal em 1822, ou em Brasília, capital da República, o que emprestaria uma maior simbologia para o imaginário do desenvolvimento. Porém, a cidade do Rio de Janeiro era também o principal palco de resistência ao movimento de 1964, divulgada pelos jornais de Fortaleza como uma cidade insegura. Caso Brasília fosse o palco das festas dos 150 da Independência, o que seria um cenário perfeito, diante de sua magnificência e imponência, possibilitaria o fortalecimento simbólico do poder do Estado, mas não possibilitaria uma "participação" maior da população, que se restringiria a ver os rituais pela televisão, o que também não era interessante, pois era preciso botar o povo nas ruas para ele se sentir partícipe do evento. Além disso, poucos ainda tinham acesso à televisão, apesar do crescimento desse setor, como apontamos anteriormente. Some-se a isso o fato de Brasília lembrar Juscelino, o que seria desagradável para a Ditadura exaltar a obra símbolo do ex-presidente que tivera seus direitos políticos cassados.

A falta de consenso também pode ser encontrada em críticas feitas ao governo federal com relação ao excesso de propaganda, como a que foi feita pelo deputado Dalton Canabrava, da Assembléia de Minas Gerais. Segundo o deputado, não havia uma semana em que o governo não fizesse uma festa para sua autopromoção e exemplifica, sem disfarçar a admiração pela seleção tricampeã mundial de futebol:

> "A última a que assistimos foi a reputação dos campeões do mundo ser posta em cheque numa partida despreparada e com uma representação de segunda categoria de um país vizinho, como a finalidade promocional pura e simplesmente."[333]

Em seguida, cita o cantor Roberto Carlos, segundo ele, intimado com outros cantores populares a fazerem a propaganda governamental. Depois fala dos intelectuais que antes a própria revolução – observe-se que, mesmo os que criticavam o regime, se referiam ao golpe de 1964 como Revolução – criticava, agora faziam parte da AERP (Assessoria Especial de Relações

Públicas)[334]. Quanto aos heróis utilizados pela propaganda do governo militar, o deputado chama atenção para a contradição em utilizar a figura de Getúlio Vargas:

> "(...) o atual governo, não tendo um brasileiro que viveu com as gerações presentes para explorar a popularidade, fica usando o nome de figuras proeminentes de nossa história, como que essas personalidades estivessem, se fossem vivas, de acordo com o que está acontecendo no Brasil".

E, por último, critica a utilização das principais figuras da festa do sesquicentenário, Tiradentes e D. Pedro I. Tiradentes porque, por haver lutado "pela liberdade e contra o excesso de tributos", estaria agora também em desacordo, e a exploração da figura de D. Pedro I, conclui o deputado, "está chegando ao clima de desrespeito à opinião pública, fazendo crer que ele, que apenas proclamou a independência que o povo já havia conquistado, estivesse agora do lado do governo, quando tudo indica que o seu comportamento seria outro."[335]

---

[333] Tribuna do Ceará, 02 de maio de 1972, p. 6.

[334] "Uma das técnicas mais eficientes da AERP consistiu em associar futebol, música popular, presidente Médici e progresso brasileiro." SKIDMORE, op. cit. p. 223.

[335] Tribuna do Ceará, 02 de maio de 1972, p. 6.

CAPÍTULO 3 – A Escola: espaço de resistência, de moral e de civismo

Há 500 anos propalamos:
este é o país do futuro,
antes tarde do que nunca,
mais vale quem Deus ajuda
e a Europa ainda se curva.

Há 500 anos
somos raposas verdes
colhendo uvas com os olhos,

Este é um país de síndicos em geral,
Este é um país de cínicos em geral,
Este é um país de civis e generais.
(Afonso Romano de Sant'Ana)

Entre o Civismo e a Indisciplina

Ao cruzarmos a legislação escolar com a documentação escolar encontrada nos arquivos do Colégio Liceu do Ceará, Colégio Municipal e Escola Técnica Federal do Ceará (ETFCE[336]), entre 1964 e 1972, nota-se que as escolas foram importantes espaços de elaboração da cultura cívica nacionalista a ser ampliada para toda a sociedade com vistas à manutenção de uma ordem econômica baseada no binômio Segurança-Desenvolvimento. Assim, o ano do sesquicentenário seria marcante na história dessas escolas, e não foram somente as disciplinas de Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil que foram determinadas para exercer esse papel. A intenção do Estado era que todas as práticas escolares, de alguma maneira, se envolvessem nessas atividades, como se pode observar no parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) de 1971

> "A Educação Moral e Cívica deverá constituir uma preocupação básica, permanente e geral de todas as escolas do Brasil, merecendo o cuidado de todos os professores, especialmente daqueles cuja área esteja com ela em mais estreita conexão".[337]

---

[336] As Escolas Técnicas Federais, dentre elas a do Ceará, hoje recebem o nome de Centros Federais de Ensino Tecnológico (CEFET).

[337] Parecer CFE nO. 94/71 – aprovado em 4/2/71, "Educação Moral e Cívica, currículos e programas". IN: Brasil. **Do ensino de 1º. Grau – Legislação e Pareceres**. Brasília, Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, p. 100.

É interessante observar que, dentre as disciplinas consideradas em "conexão" com a Educação Moral e Cívica, não constam a História, nem os Estudos Sociais[338], concluindo-se que isso já era evidente para os Membros do Conselho Federal de Educação e para os Membros da Comissão Nacional de Educação Moral e Cívica. Segundo o Decreto-lei, as disciplinas consideradas em conexão com a Educação Moral e Cívica eram Religião, Filosofia, Português e Literatura, Geografia, Música, Educação Física e Desportos, Artes Plásticas, Artes Industriais, Teatro Escolar, Recreação e Jornalismo[339]. No entanto, em parecer de 1976, o Conselho Federal de Educação afirmava que "a História, a Geografia e a OSPB deverão ser envolvidas pelos valores que a Educação Moral e Cívica pressupõe. (...) Desta forma a atualização da escola deve se voltar para a formação moral e cívica dos estudantes."[340]

É possível encontrar, por exemplo, em alguns diários do Colégio Liceu do Ceará, registros nas aulas de Educação Artística em que aparecem, durante três semanas seguidas, registrados o "Hino do Liceu", o "Hino da Cidade" e o "Hino Nacional", isso nos faz concluir que, a cada aula por semana, os alunos eram colocados para aprenderem os hinos citados, que deveriam ser cantados durante os rituais cívicos de reforço ao nacionalismo, que se expressaria no amor à pátria a partir do amor ao próprio colégio, em especial durante as festividades do Sete de Setembro, uma vez que esses registros são típicos do início do segundo semestre. Também é comum encontrar nos diários da quarta-feira, independente da disciplina, registros de "solenidade de hasteamento da bandeira", concluindo-se que todas as turmas participavam das solenidades cívicas, independente da disciplina do momento.

Embora não seja nossa intenção entrar no mérito da questão sobre até que ponto o que era registrado era aplicado, vale ressaltar que outros

---

338 Decreto No. 68.065 – 14 de Janeiro de 1971, Lei que inclui a Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País.

339 Idem.

340 Parecer CFE No. 540/77-CE de 1º. E 2º. Graus – Aprovado em 10/2/77. IN: Brasil. **Do ensino de 1º. Grau – Legislação e Pareceres**. Brasília, Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, p. 194.

estudos têm revelado que alguns professores, mas não necessariamente todos, registravam os conteúdos de acordo com o exigido, mas ensinavam outros conteúdos,

> "conseguia-se, pelas mais variadas razões, lecionar história do Brasil em vez de EMC e até de OSPB. E grande parte dos poucos professores que conscientemente se especializaram em EMC, e particularmente em OSPB as utilizava [sic] muito mais para fornecer ao alunado um transitável instrumento de crítica ao regime autoritário do que para justificá-lo "[341].

Os próprios documentos da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC[342]) e do Conselho Federal de Educação (CFE) demonstram a resistência à implantação da obrigatoriedade da Educação Moral e Cívica no ensino de Primeiro e Segundo Graus, como se observa a seguir:

> "Uma das tentações da Educação Moral e Cívica, na sua história internacional, foi a da neutralidade. Ao professor, caberia, apenas, apresentar aos alunos as várias possibilidades de opção. Diante de múltiplas alternativas, o aluno escolheria, por si mesmo e sem alheias influências, a estrada de seus passos.
> Esta vertigem é um culto hiperbólico e distorcido à liberdade."[343]

Essa idéia de distorção que a Educação Moral e Cívica poderia causar não era uma preocupação com "sua história Internacional", como afirma o parecer citado. O problema estava dentro do próprio País. Veja-se o que afirmam as considerações iniciais de um dos livros da época:

> "Aspectos deficientes da Educação Moral e Cívica, nas últimas décadas, devem ser atribuídas à aceitação do neutralismo no campo moral. Disso resultou o avanço do materialismo, impulsionado por ideologias estranhas às aspirações brasileiras e aos interesses da Nação."[344]

Observe-se ainda no Parecer 94/71 tal preocupação no próprio Conselho Federal de educação:

---

[341] SILVA, Wernewck APUD: CORDEIRO, Jaime Francisco P. **A História no Centro do Debate: as propostas de História nas décadas de setenta e oitenta**. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/ UNESP: São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000, p. 37-38.

[342] A CNMC foi criada pelo Decreto-Lei no. 869/69, o mesmo que estabeleceu a obrigatoriedade da inclusão da Educação Moral e Cívica "nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino do País". Tinha a função de definir tudo que estivesse ligado às práticas escolares daquela disciplina, desde o estabelecimento dos conteúdos à aprovação dos livros didáticos.

[343] Parecer CFE No. 94/71, aprovado em 4/2/71. IN: Brasil. **Do ensino de 1º. Grau – Legislação e Pareceres**. Brasília, Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, p. 110-111.

[344] ANDRADE, Benedicto. **Educação Moral e Cívica**. Editora Ática, s/d., p. 19.

> "A vigência da Educação Moral e Cívica, dentro da obrigatoriedade estabelecida (...) conta agora, um ano. Juntamente com ecos positivos, têm chegado ao Conselho Federal de Educação rumores de reações negativas, que geram sérias apreensões."[345]

Essa preocupação foi uma constante durante toda a vigência da obrigatoriedade da Educação Moral e Cívica associada a outras disciplinas de caráter obrigatório, como se observa num parecer de 1977: "Na prática, é preciso que os educadores tenham a humildade de reconhecê-lo – os objetivos da Educação Artística, da Educação Moral e Cívica, da Educação Religiosa e dos Programas de Saúde têm sido assiduamente distorcidos"[346].

Apesar desses focos de resistência, as práticas cívicas escolares eram cotidianas, em especial quando se aproximavam as comemorações da Semana da Pátria (Sete de Setembro). Todo o mês de agosto era dedicado aos rituais do Sete de Setembro. Às quartas-feiras, a bandeira nacional era hasteada com a do colégio, impreterivelmente, às oito horas da manhã. Era comum que algum professor lesse ou comentasse algum "vulto nacional" como o exemplo a ser seguido pelos alunos, seres comuns que poderiam vir a ser heróis como os demais. Em filas, os alunos se deslocavam de cada sala, sob o olhar do professor atento, que também se sentia vigiado pela direção escolar. Uma a uma, as salas iam ficando vazias; e o pátio, lotado. O sistema de som era ligado, e começava a execução de dobrados e marchas. Na radiola, o LP distribuído pelo governo federal com as músicas especialmente selecionadas para o Sete de Setembro era preparado para o grande momento. Em outras escolas, onde existiam as bandas de música, como era o caso do Colégio Piamarta, no bairro do Montese, em Fortaleza, eram os próprios alunos da banda que executavam as músicas.

Após os rituais de abertura da manhã, era a vez de se deslocar para as ruas para treinar o desfile do Sete de Setembro. Os estudantes não poderiam medir esforços, deveriam se submeter a todo tido de sacrifício. O Jornal o Povo de 19 de agosto de 1972 faz diversas alusões à Semana do Exército, ou do Soldado. No mesmo jornal, é possível identificar uma foto dos

---

[345] Parecer CFE No. 94/71, aprovado em 4/2/71. IN: Brasil. **Do ensino de 1º. Grau – Legislação e Pareceres**. Brasília, Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, p. 115.

estudantes do Colégio Humberto de Alencar Castelo Branco, localizado na Itaoca, hoje bairro do Montese, os estudantes em marcha sendo obrigados a pular os córregos que cortavam as ruas por onde passavam. O bairro era um dos piores, que crescera demasiadamente, durante as duas décadas anteriores, sem que tivesse infra-estrutura adequada. Quando o Colégio Castelo Branco foi inaugurado, era comum muitos estudantes ficarem sem aulas porque o Colégio ficava completamente ilhado em dias de chuva. Mas a reportagem viu no desfile uma demonstração de como com "garbo característico das paradas de civismo, as alunas, ciosas de seus deveres observam bem os ensinamentos de seus professores, a fim de acertarem bem o passo na cadência dos tambores"[347]. Mesmo quando a rua se estreita para dar passagem ao córrego, os estudantes, em seus uniformes impecáveis, preocupam-se em manter o alinhamento, afinal era preciso garantir os pontinhos a mais no final da etapa. Muitas vezes, os desfiles acabavam sendo a salvação da reprovação para os que estavam com dificuldades nas notas.

CIVISMO JUVENIL

Na modesta rua suburbana, os alunos do Colégio Castelo Branco Itaóca fazem os seus primeiros exercicios com vistas á parada civica do próximo dia 7 de Setembro. Com o garbo caracteristico das paradas de civismos, as alunas, ciosas de seus deveres observam bem os ensinamentos dos professores, a fim de acertarem bem o passo na cadência dos tambores.

346 Parecer CFE No. 540/77-CE de 1º. E 2º. Graus – Aprovado em 10/2/77. IN: Brasil. **Do ensino de 1º. Grau – Legislação e Pareceres**. Brasília, Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, p. 195.

Os rituais do sesquicentenário foram antecipados por outras atividades que não necessariamente os desfiles. No Colégio Estadual Justiniano de Serpa, um dos mais tradicionais do Estado, o professor João Hipólito Campos de Oliveira realizou um concurso de frases patrióticas, entre suas alunas, todas do que corresponderia atualmente ao Ensino Médio. No dia 31 de agosto de 1972, fez publicar, no Jornal O Povo, quarenta delas, segundo o jornal, todas elaboradas "por jovens que demonstram acendrado amor à Pátria". Observem-se algumas delas e veja-se como, na prática, elas reproduzem os discursos já amplamente divulgados pelos meios de comunicação (jornal, rádio e televisão) e pelas escolas, em campanhas como "Brasil: ame-o ou deixe-o", ou "Eu te amo meu Brasil" e "Este é um país que vai pra frente", etc. senão vejamos:

> Muitas se preocupam em ressaltar o orgulho pelo passado e sua relação com o presente numa perspectiva de um futuro grandioso:
> "Brasil, de Tiradentes a Médici, um só ideal duradouro: a Liberdade" (Ana Maria Paz Lima);
> "Brasil, símbolo do presente, lembrança do passado, esperança do futuro" (Mary Pereira Maria);
> "Brasil, ontem uma pergunta, hoje, uma resposta" (Fátima Duarte);

A maioria ressalta a idéia de progresso, sacrifício pela pátria e ufanismo, bem na linha de Olavo Bilac:

> "Pulsando em ritmo de trabalho e desenvolvimento, o coração do Brasil se abrasa na chama da Integridade Nacional" (Isabel de Alencar Barros);
> "O Progresso do Brasil depende de nós" (Vera Lúcia Bezerra Farias);
> "Teu futuro brilhante depende de nós, homens de amanhã" (Maria José Neponuceno);
> "Brasil amo-te não pelo que vais ser, mas pelo que és" (Maria Brito Feitosa);

Outras ainda estabelecem uma relação de afetividade, de dependência, de família, como se ela e a "Pátria" formassem um só corpo:

> "Eu sou uma gota de sangue que corre em teu corpo" (Maria da Conceição Aires);
> "Brasil tua maior riqueza são teus filhos, pois eles farão de ti um grande país" (Estela Macedo);
> "A Pátria é para nós como se fosse a nossa própria mãe, pois nos abre o seu seio e nos protege como se fosse uma continuação de nossos lares" (Maria Fátima Santos);

---

[347] Jornal O Povo, 19 de agosto de 1972 .

E, por último, aquelas que ressaltam os valores mais cultuados na escola de então,como a que segue:

> "O Brasil é tudo porque é a nossa escola, o nosso quartel, a nossa fábrica e também o nosso lar" (Eliane Távora Freire)

A partir do golpe de 1964, os rituais cívicos foram se tornando comuns nas escolas, repetindo, quase sempre, as mesmas atividades, normalmente aperfeiçoadas a cada ano, até culminar com o Sete de Setembro de 1972. Inicialmente, tocavam-se os dobrados e marchas, músicas preparativas para os momentos seguintes. Quando o clima de tranqüilidade já se estabilizava, todos, perfilados, se preparavam para cantar o Hino Nacional. Olhos atentos e corações emocionados acompanhavam a subida da bandeira no mastro colocado na quadra principal do colégio. Ao final do dia, nova solenidade se realizava, agora com os alunos do turno da tarde. Mas, nem todos se rendiam aos apelos patrióticos, muitos adoravam aquele momento por outras razões, pois era uma possibilidade de fuga, de fazer algo diferente da sala de aula.

Considerando as Atas de Reuniões de professores e diretoria do Colégio Municipal Filgueiras Lima entre 30 de dezembro de 1964 e 31 de março de 1973[348], a escola não era somente o espaço da disciplina patriótica e cívica, o que descarta um certo senso comum de que, naquele período, os alunos eram bem-comportados, obedientes às normas e submissos aos ditames da Legislação Escolar. A escola era, também, o espaço da indisciplina. Nas solenidades cívicas, era possível empurrar os outros e dar "cascudos" nos menores, sempre que os olhares dos supervisores eram desviados da vigilância. Era possível apagar as luzes e ter alguns minutos de clandestinidade para efetivar algum ato de indisciplina, o que, por outro lado, não chegava a ser generalizado. Muitas vezes, as reclamações vinham dos próprios alunos, e os pedidos de punições severas eram constantes por parte dos professores .

Na Ata de Reunião do dia 25 de junho de 1966, por exemplo, o diretor do Colégio Municipal declarou

[348] Estas Atas foram encontradas nos arquivos do Colégio Municipal Filgueiras Lima em meio aos documentos do arquivo completamente desorganizado

> "ter recebido várias cartas dos alunos do 3º. Colegial, das quais uma foi lida nesta reunião, dando ciência de que havia alunos desligando lâmpadas, subindo nas carteiras e outras indisciplinas. O Sr. Diretor alegou que iria tomar providências enérgicas. (...) Sobre o assunto o Prof. Lauro Araújo Almeida solicitou que seria de bom alvitre transferir os indisciplinados."

As Atas dão conta, ainda, de permanentes problemas considerados atos de indisciplina, como o registrado na Ata de 15 de fevereiro de 1967, em que um estudante foi proibido de fazer prova por estar com os cabelos compridos e o fato foi parar na Câmara de Vereadores. Segundo o Diretor, sr. Rubem Brandão, apenas havia "reunido os candidatos e advertiu que os candidatos que se 'encontravam 'cabeludos' não fariam a próxima prova". A ação do Diretor do Colégio Municipal era a expressão daqueles tempos, em que diversas disciplinas foram tornadas obrigatórias como forma de disciplinar corpos e mentes, tais como Educação Física, Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil, Estudos Sociais e Programa de Saúde. Todas, de uma forma ou outra, tinham uma forte conotação de caráter moral e cívico como é assinalado no Decreto que regulamenta a Educação Física enquanto

> "atividade que, por seus meios, processos e técnicas, desperta, desenvolve e aprimora forças físicas, **morais, cívicas**, psíquicas e sociais, do educando."

E na caracterização dos objetivos:

> "O ensino primário, pro atividades físicas de caráter recreativo, de preferência as que favoreçam a consolidação de hábitos higiênicos, o desenvolvimento corporal e mental harmônico, a melhoria da aptidão física, o despertar do espírito comunitário, da criatividade, do **senso moral e cívico**, além de outras que concorram para completar a formação integral da personalidade."[349]

Mas o Sr, Rubens Brandão ainda não era o Diretor ideal para a prefeitura, que indicou um outro ainda mais enérgico, o Dr. Edmilson Pinheiro (o título é fruto de respeito à hierarquia), que deixou, como marca em suas falas registradas nas Atas, a palavra disciplina como uma constante. De imediato, reduziu o número de recreios para apenas 1 (eram 3) "a fim de evitar a indisciplina" como ele mesmo falou, finalizando a reunião do dia 22 de abril de 1967 e apelando para que professores e vice-diretores o ajudassem a cumprir sua meta: "Educação e Instrução, com fundamento na Disciplina,

visando acima de tudo o maior conceito do Colégio Municipal Filgueiras Lima"[350]. Em outra reunião, o Diretor Edmilson Pinheiro reclama do atraso dos professores para entrarem em sala de aula e da saída antecipada. Porém, sua preocupação não é com os prejuízos causados na aprendizagem, e sim porque "prejudicava frontalmente a disciplina"[351]. Ainda com relação à disciplina dos alunos, consta em Ata que o professor Tibério Lócio Botelho (professor da área de Estudos Sociais) aventou a possibilidade de as alunas da noite serem dispensadas do uso da farda, obtendo resposta negativa do Diretor, que já havia dispensado a farda das alunas grávidas e que isso bastava, segundo ele.

A estrutura autoritária e militarista das escolas dos anos de 1970, aqui identificada no Colégio Municipal Filgueiras Lima, evidencia-se a cada ação do Diretor Dr. Edmilson. Sua preocupação não era somente com os alunos, pois instituiu o uso da bata como obrigatória e que "a partir de setembro, nenhum professor poderia dar aula de *silaque*[352] e sim de paletó ou bata"[353]. A partir de então, houve uma redução considerável da presença de professores nas reuniões, o que era reclamado pelo Diretor, além do uso da bata que não era cumprido. As desavenças entre o Diretor e os professores tornaram-se mais constantes, e, em toda reunião, aquele reclamava do não uso da bata e da ausência dos professores nas reuniões e nas aulas do dia-a-dia (um professor chegou a faltar 100 vezes). Os professores justificavam tal atitude pelos baixos salários e reclamavam do fato de o Diretor expor em quadro negro, na sala dos professores, o nome dos faltosos. Por sua vez, o Diretor chamava atenção para o fato de que, mesmo depois dos reajustes salariais, eles continuavam faltosos.

---

[349] Decreto No. 69.450 de 1. de novembro de 1971. IN: Brasil. **Do ensino de 1º. Grau – Legislação e Pareceres**. Brasília, Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, p. 155. (Destaque nosso)

[350] Ata de Reunião do Colégio Municipal Filgueiras Lima, em 22 de abril de 1967.

[351] Ata de Reunião do Colégio Municipal Filgueiras Lima, em 19 de agosto de 1967.

[352] Silaque era o termo usado para denominar camisa esporte com botões e bolsos, ou camisas com mangas cumpridas com fleche na frente e elástico na parte inferior. Nos dois casos substituíam o paletó, uma afronta ao conservadorismo. Jornal O Povo 4 de janeiro de 1980. IN: http://opovo.com.br/opovo/ha75anos/627251.html.

[353] Ata de Reunião do Colégio Municipal Filgueiras Lima, em 19 de agosto de 1967.

Outras reclamações da Direção diziam respeito à ausência nas atividades extraclasse, típicas das práticas de Educação Moral e Cívica, como assinala o Decreto Lei No. 869/69:

> "A prática educativa da moral e do civismo nos estabelecimentos de ensino, através de todas as atividades escolares inclusive quanto ao desenvolvimento de hábitos democráticos, movimentos de juventude, estudos de problemas brasileiros, atos cívicos, promoções extraclasse e orientação dos pais."

Segundo o Diretor, a Semana da Normalista de 1968 fora um fracasso devido à falta de cooperação dos professores. Isso nos leva a concluir que nem sempre as festas de caráter cívico eram realizadas com sucesso. Mas, em 1969, na primeira reunião do segundo semestre, "Sr. Diretor teceu considerações sobre a Semana da Normalista que ocorreria entre 13 e 18 de outubro, e que seria elaborado um programa com a presença obrigatória de todas as professoras do curso normal". Por outro lado, a considerar a Ata de novembro de 1968, aquele ano foi de muitas agitações estudantis na cidade, característica marcante em todo o País, mas os estudantes do Colégio Municipal não chegaram a se envolver. No discurso do Diretor Edmilson, é possível perceber o seu conservadorismo ao classificar as agitações estudantis como ato de baderneiros:

> "Felizmente, o Colégio Municipal atravessou o ano de 1968, sem nenhum caso grave, não tomando parte em passeatas, greves e badernas, apesar da pressão do CESC que chegou a lançar alguns boletins subversivos entre os alunos"[354]

O Diretor não percebia que havia uma resistência silenciosa de alunos e professores contra seus atos. Ainda que não houvesse um engajamento político, os atos de boicote às atividades eram uma demonstração de resistência contra o autoritarismo do Diretor que se expressava a cada reunião. Observe-se que, nas Atas, aparece basicamente a fala do Diretor, isso demonstra o seu autoritarismo, e as palavras dos professores não eram registradas, uma vez que o registro era feito pelo Secretário indicado pelo Diretor, o Dr. Raimundo Alexandre (título, semelhante ao do diretor, mais de origem hierárquico do que de fato). Por fim, os professores moveram um

movimento que não chega a ser especificado na Ata, mas o Diretor salienta que envolvia denúncias na Câmara de Vereadores. Ele ainda reclama de uma campanha, por meio de "um pasquim indecoroso envolvendo o Sr. Prefeito, o Sr. Secretário de Educação, o Sr. Diretor, professores, funcionários, membros do Grêmio e alunas deste estabelecimento, inclusive o nome da sua esposa"[355].

Em 1970, o Sr. Edmilson, que fora nomeado sem a aprovação ou consulta dos professores e já fora Diretor da escola por cinco vezes, foi substituído por Jeová Barbosa Lima, sendo elaborado um novo regimento interno para o Colégio, e, em 4 de janeiro de 1971, foram realizadas as eleições. O diretor seria eleito em lista tríplice pelos professores, tendo ainda a participação do presidente do Grêmio Literário, o que foi posteriormente revisto. Foram oito candidatos dos quais os nomes dos quatro mais votados foram enviados para apreciação do Prefeito. O novo Diretor nomeado foi o mais votado, o professor Tibério Lóssio Botelho, que, por sua vez, nomeou os três seguintes vice-diretores[356].

Pode-se falar também de formas de resistência mais contundentes do pondo de vista do engajamento político, como o fato de se encontrar nos arquivos do Colégio Liceu do Ceará, dentre os poucos documentos da época encontrados, um documento com o carimbo de SECRETO, do IV Exército, 10ª. Região Militar, com o assunto "Estudante Suspeito", pedindo uma série de informações sobre ele e que seja acompanhado em suas atividades e a 10 RM seja informada de qualquer atividade suspeita. A partir de então, ocorre uma troca de correspondências entre os órgãos militares do Ceará e Pernambuco sobre o aluno. Isso que demonstra a resistência dos alunos ao Regime Militar e a vigilância dentro dos muros escolares pelos órgãos repressores. Mesmo porque, segundo os jornais da época , desde abril, "A ação terrorista volta-se para o Nordeste"[357], assim como as prisões que eram efetivadas, como a que

---

354 Idem, 16 de novembro de 1968

355 Idem, 10 de agosto de 1968.

356 Foram criados vários departamentos, dentre eles o Departamento de Ciências Sociais, e não Estudos Sociais, como seria o mais lógico, de acordo com a Legislação, tendo como participante a Professora Simone Simão, atualmente professora da Universidade Federal do Ceará, que teve importante papel na luta local contra o ensino de Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, e por várias vezes, diretora da ANPUH.

357 Jornal Tribuna do Ceará, 22 de abril de 1972.

foi anunciada em manchete principal do Jornal Tribuna do Ceará no dia 20 de abril, no mesmo jornal que trazia dois pôsteres de Tiradentes, um com a propaganda da Petrobrás. Segundo Skidmore, "a repressão foi especialmente no Nordeste, pois ali atuavam muitos líderes considerados perigosos, como (...) o especialista em alfabetização Paulo Freire"[358]

A manchete citada anteriormente era "Federais prendem participantes do assalto ao Banco Mercantil". Aparentemente, tratava-se de um assalto comum. Somente quando se lê a reportagem toda é que se descobre tratar-se da prisão de "terroristas" membros da ALN (Ação Libertadora Nacional), que vinham sendo perseguidos desde 1969, quando do assalto ao banco citado. Os prisioneiros eram José Calistrato Cardoso Filho e José Everardo Arrais de Alencar Norões e foram encaminhados, segundo o jornal, para a 10ª. Região Militar para serem enquadrados na Lei de Segurança Nacional. A reportagem ainda fala de um terceiro perseguido foragido (Valdenor Arrais de Farias) e que as prisões foram possíveis graças às delações de outros membros presos anteriormente[359], o que era uma tática comum dos órgãos de repressão.

Enquanto isso, no Colégio Municipal, na reunião de 13 de agosto de 1971, foi apresentado o calendário para os ensaios do desfile de 3 de setembro. É a primeira vez que o desfile do Sete de Setembro aparece nas reuniões, seguindo uma característica dos jornais analisados anteriormente. De fato, os desfiles já aconteciam antes, mas o de 1971 já ganhava uma maior importância, considerando que seria uma prévia do ano seguinte, o ano do Sesquicentenário da Independência. Não por acaso, o Colégio Municipal recebeu uma verba da prefeitura liberada diretamente para o Grêmio Literário, que fazia ali o papel do Centro Cívico. Cabia aos Centros Cívicos, segundo a Comissão Nacional de Moral e Cívica:

> "Considerar o civismo, nos três aspectos fundamentais: *caráter*, com base na moral, tendo como fonte Deus, nos termos do preâmbulo da Constituição do Brasil; *amor à Pátria* e às suas tradições, com capacidade de renúncia; *ação* intensa e permanente em benefício do Brasil"[360]

---

[358] SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 56-57.

[359] Jornal Tribuna do Ceará, 20 de abril de 1972, capa.

[360] Decreto No. 68.065 de 14 de janeiro de 1971. IN: IN: Brasil. **Do ensino de 1º. Grau – Legislação e Pareceres**. Brasília, Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, p. 106.

O mês de agosto de 1972 iniciou o segundo semestre escolar do ano, mobilizando todos os que faziam as escolas para os desfiles. Aos professores

de Educação Física, Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política se uniram os de Educação Artística e Programa de Saúde, em especial. Mas não só estes, todos os professores deveriam, de alguma forma, contribuir para a disciplina e ordem nas horas de apresentações da Semana da Pátria. Também eram importantes as fantasias dos vultos nacionais, como as dos garotos Jarbas e André destacados pelo jornal O Povo do dia 6 de setembro fantasiados de José Bonifácio e D. Pedro I, após o desfile das escolas infantis, no dia anterior, na Avenida Bezerra de Menezes (foto acima) ou para as encenações do Colégio São José, onde aparece "a professora Zeneide Feitosa com sua equipe 'Padre Anchieta'. Ao final foi cantado o Hino Nacional. (...) Professores e alunos fantasiados com personagens que se destacaram na Independência do Brasil"[361].

[361] Jornal O Povo, 6 de setembro de 1972.

Os personagens que apareciam nos desfiles e encenações eram os mesmo reproduzidos nos livros didáticos. A História era representada, nos livros e nos desfiles, como um grande cortejo dos vultos nacionais. Nos desfiles, os vultos que "ajudaram a construir nossa História"[362] – a História pautada nos heróis – se tornavam num espécie de mural vivo, como sugeria o Parecer 853/71, que fixava os objetivos estabelecidos para as disciplinas: "Elaborar quadros murais relativos aos diferentes vultos nacionais e seu papel na vida política social brasileira".

Os desfiles se transformavam não só em lições de patriotismo mas também em lições de História. Uma História baseada nos exemplos históricos a serem seguidos. Cada vulto, cada personagem se transformavam numa

espécie de referencial a ser seguido. Era preciso "preparar,hoje, o Brasil de amanhã, educar o brasileiro de agora para lhe dar a consciência de si e, portanto, dar a todos uma consciência nacional. Era necessário contar-lhe a sua história para que do passado algum bem possa colher e aplicar, com proveito, no presente e, por prevenção, no futuro"[363]. Os desfiles reproduziam o que se aprendia nos livros. Nos livros analisados, todos produzidos no início dos anos setenta do século passado, as biografias dos "vultos históricos" era uma marca comum. Geralmente começava com Tiradentes, passando por José Bonifácio e D. Pedro I e chegando a Deodoro e Duque de Caxias. Alguns traziam pequenas biografias carregadas por expressões de exaltação do caráter, da personalidade e da bravura.

[362] Parecer do CFE, No. 853/71.
[363] ANDRADE, op. cit. p. 76.

Vejam-se alguns exemplos:

> "Duque de Caxias: Patrono do Exército Brasileiro – 'o grande propagador do patriotismo brasileiro. Morreu com a simplicidade dos grandes homens. Primou pela execução perfeita de todas as suas missões, fora e dentro do território nacional. Galgou honrosa e merecidamente todos os degraus da carreira militar. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.
> Santos Dumont: De inteligência brilhante, de vontade persistente, pesquisador incansável.
> Rui Barbosa: Dotado de inteligência brilhante e de vontade férrea. Em Haya, sua atenção foi tão que foi cognominado a 'Águia de Haya'. Jurista ímpar.
> José Bonifácio: cognominado o 'Patriarca da Independência'. Distinguiu-se por seu civismo exemplar, por sua capacidade no campo político e como estadista.
> Olavo Bilac: nasceu na época da Guerra do Paraguai, da qual seu pai fez parte por cinco anos. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Sua exaltação do Serviço Militar chamou a atenção de todos para os valores imutáveis encarnados no verdadeiro civismo."[364]

Todos eram apontados como heróis nacionais. Era uma verdadeira mitificação, é como se não fossem pessoas comuns, eles não tinham defeitos, eram seres perfeitos. Observe-se que cada um recebia um cognome de acordo com suas qualidades a serem lembradas. O Duque de Caxias é lembrado por seus 'sacrifícios', era uma espécie de chamado aos jovens para que fizesse o mesmo. Santos Dumont, o "pai da aviação", assim como o Duque de Caxias era também exemplo de persistência, de pessoas destemidas, de coragem, que não se rendiam frente às dificuldades. Mas o maior exemplo é Olavo Bilac, até o espaço a ele dedicado no livro é maior. Em todos os livros pesquisados, aparece a reprodução de seus textos. A reabilitação de Olavo Bilac é interessante porque isso já ocorrera na década de 1930, durante a Ditadura de Vargas. Em 19 de abril de 1966, foi instituído "Patrono do Serviço Militar" (Decreto-Lei 58.222).

A relação entre educação, militarismo e nação era uma evidência desde o início do século XX e, na compreensão de mentores intelectuais republicanos do nacionalismo e do patriotismo como Olavo Bilac, personagem decisiva no fortalecimento do Exército e na implantação do serviço militar obrigatório, tantas vezes retomada, era preciso

> "formar o cidadão-soldado através da interpenetração cada vez mais estreita entre o Exército e o povo, e que tinha o serviço militar como

[364] Livro de Educação Moral Cívica. São Paulo: publicação do Itamaraty, s/autor, 1971. p.104-106.

> principal instrumento. Era desta forma que seria possível estabelecer o 'triunfo' da democracia; o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo. E a instrução primária obrigatória; é a educação cívica obrigatória; é o asseio obrigatório, a higiene obrigatória, a regeneração muscular e física obrigatórias"[365].

Tais idéias como as de Olavo Bilac eram divulgadas nos livros didáticos e reforçadas nos jornais, em especial, na semana do sesquicentenário. As idéias de Olavo Bilac marcaram e influenciaram idéias posteriores, como na coluna Cidade Amada, de Otacílio Colares, divulgada pelo jornal O Povo em setembro de 1972, ao relembrar o que aprendera nos livros didáticos quando era criança que "as páginas mais inflamadas de espírito patriótico escritas por penas privilegiadas como a de Olavo Bilac e Coelho Neto, que instilavam em nossas almas o amor à terra do berço". Otacílio se revela maravilhado com as comemorações diante do "ardor patriótico que sentia voltar, felizmente, à alma da juventude nacional", fruto da ação de um "governo revolucionário, um regime de austeridade, mas que planejou e estabeleceu um regime rígido e ao mesmo tempo ousado para o desenvolvimento da nacionalidade".[366] Otacílio Colares não era o único, é de se concluir que muitos dos arquitetos do golpe civil-militar de 1964 e do regime de exceção que se instaurou posteriormente se inspiraram nos livros didáticos e professores que os educaram anteriormente.

Além dos textos de Olavo Bilac, eram comuns nos livros didáticos textos de Rui Barbosa, Colho Neto e, principalmente, do próprio general presidente Médici, sempre apelando para a tríade Deus, Pátria e Família,

> "Quero dizer ao muitos iguais a mim a minha compreensão de que a família é o universo onde se realizam e se sublimam as formas essenciais do amor: amor entre o homem e a mulher, o amor pelos filhos, o amor dos filhos, o amor dos irmão, o amor de Deus."[367]

e para a aliança de classes, como se segue:

---

[365] Discurso de Olavo Bilac em 1917, na Edição da Liga de Defesa Nacional, reproduzido por SCHWARTYMAN, Simon, BOMENZ Helena Bomeny e COSTA Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984. Coleção Estudos Brasileiros, v. 81, p. 67.

[366] Jornal O Povo 05 de setembro de 1972.

[367] Pronunciamento feito pelo general presidente Médici em cadeia nacional de rádio e televisão em 8 de dezembro de 1970 (Dia de Nossa Senhora da Conceição – instituído como o Dia da Família).

> "É assim que a Revolução de Março vai, a pouco e pouco, atingindo seu ideal humanista, criando novas estruturas e erguendo, pela concórdia entre empregados e patrões, pelo equilíbrio entre capital e trabalho, pela promoção social do trabalhador, um Brasil diferente do passado."[368]

Médici foi, talvez, dentre os presidentes da Ditadura, o que melhor soube trabalhar com a mídia, usava desde os meios de comunicação de massa à reprodução de seus discursos nos livros didáticos de Educação Moral e Cívica. Segundo Skidmore, "a face do presidente tornou-se rapidamente conhecida dos brasileiros como peça central de uma astuta estratégia de relações públicas"[369]. Não poderia ser diferente, pois eram comuns seus pronunciamentos em cadeia nacional, em especial nas datas cívicas, e eram muitas datas cívicas,

o que se percebe no calendário cívico trazido no final dos livros de Educação Moral e Cívica. Além disso, Médici transformava todos os seus discursos em livros publicados pelo Departamento de Imprensa Nacional. Médici passava a idéia, como afirma Skidmore, "de que o Brasil estava velozmente se transformando em potência mundial, graças aos seus 10 por cento anuais de crescimento econômico e à intensa vigilância do governo contra os negativistas e terroristas"[370].

Nos desfiles estudantis, contava-se uma história que reforçava os objetivos dos Estudos Sociais e da Educação Moral e Cívica, dentre eles, "o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história[371]". As bandeiras eram levadas pelos rapazes e moças com uniformes de Educação Física, para as exibições de ginástica rítmica(foto a seguir[372]), e roupas de gala da guarda de honra deveriam estar impecáveis, rigorosamente engomados e preparados para aquele momento, uma vez que os desfiles eram acompanhados por comissões julgadoras que elegiam os colégios que melhor desfilavam. Aquele momento era o coroamento de vários dias em que a Moral e Cívica, enquanto prática escolar, efetivava seu objetivo

---

[368] Pronunciamento feito pelo general presidente Médici em cadeia nacional de rádio e televisão em 1º. de maio de 1972 (Dia do Trabalhador).

[369] SKIDMORE, op. cit. p. 221.

[370] Idem.

[371] Decreto-Lei No. 869/69 Art, 2º. alínea d. IN: IN: Brasil. **Do ensino de 1º. Grau – Legislação e Pareceres**. Brasília, Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, p. 106.

voltado para o futuro: preparar o aluno enquanto "cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum"[373].

Nas escolas, as preliminares das competições cívicas se davam por meio de concursos de poesia e de redação, e um dos critérios era o conteúdo patriótico avaliado pelos professores de redação. Mas, mais do que convencidos pelo patriotismo, os alunos eram obrigados a participar, ao mesmo tempo em que eram recompensados com notas, pontos na média ou destaques nos quadros de honra da escola. Alguns poderiam ser premiados pelo governador ou pelo prefeito da cidade, o que deixava os pais orgulhosos por seus filhos serem alunos exemplares para o resto da comunidade. Premiações e quadros de honra era uma forma de reproduzir a legislação federal que criara a "Cruz do Mérito de Educação Moral e Cívica a ser conferida pelo Ministério da Educação e Cultura"[374].

Na Escola Técnica Federal do Ceará, por exemplo, realizou-se uma semana de vigília cívica por meio de um revezamento entre os alunos em torno do Fogo Simbólico que fora transportado pelos alunos-atleta de sua

---

[372] Jornal O Povo, 5 de setembro de 1972..

[373] Decreto-Lei No. 869/69. Art. 2º. Alínea g. IN: IN: Brasil. **Do ensino de 1º. Grau – Legislação e Pareceres**. Brasília, Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, p. 106.

antiga sede, na Escola de Aprendizes de Marinheiros, para a nova, na Avenida Treze de Maio, vizinho ao quartel do 23º. Batalhão de Caça do Exército, desde o dia 1º. de Setembro. As atividades foram organizadas com a participação do Conselho de Representantes de Professores e alunos. Os cursos que compunham a Escola – construção, mecânica, educação, mecânica, transporte, eletricidade e química – montaram um imenso painel na frente do prédio. Seguindo a ideologia do desenvolvimentismo, "cada curso mostrava painéis sobre o desenvolvimento do Brasil em sua área"[375]. A semana foi encerrada com palestra sobre "Planejamento e Desenvolvimento no Ceará", entrega de prêmios aos melhores trabalhos da gincana cultural realizada durante as festividades, a execução do Hino Nacional e o hasteamento da bandeira.

No Colégio Cearense, a direção da escola fez com que as Olimpíadas do Colégio coincidissem com as comemorações da Semana da Pátria, possibilitando que o vigor físico dos atletas fosse reforçado pela idéia de vigor da nação. Os apelos aos jovens atletas foi uma característica da educação escolar do período militar, no que se aproximava dos fascismos europeus do período entre-guerras (1914-1945), quando se cultuava o físico como elemento de formação do novo homem. Corpo são mente sadia era a máxima da educação física escolar. Nos desfiles do Colégio Cearense[376], ressaltava-se a idéia de liberdade como um fator de vida, embora se vivesse um momento em que ela era cerceada.

---

[374] Idem, p. 98.
[375] O povo, 6 de setembro de 1972.
[376] Ver anexo 09..

O Currículo de 1973: a elaboração de um passado heróico, bravo e retumbante

Já vimos como o civismo, o patriotismo e o nacionalismo se fizeram presentes nas práticas educacionais que extrapolavam os limites escolares a partir da instauração do autoritarismo do Estado com o Golpe de 1964. Nesse momento, o Estado se inseriu na escola com vistas a transformá-la em instrumento de construção da cultura cívica nacionalista a serviço dos projetos de sociedade preestabelecidos pelos seus dirigentes. Conseqüentemente, foram as disciplinas voltadas para a formação das consciências humanas as mais atingidas. Daí porque, em 1969, pelo decreto-lei no. 869, de 12 de setembro,

> "Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º. Do Ato Institucional no. 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o & 1º, do artigo 2º. Do Ato Institucional no. 5, de dezembro de 1968, decretam:
> Art 1º. – É instituída, em caráter obrigatório, como disciplina e, também, como prática educativa, a Educação Moral e Cívica, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País."[377]

A formalização desse projeto escolar pautado numa cultura cívica e nacionalista e a transformação da escola num espaço privilegiado para afirmação dos projetos de sociedade e de Estado intencionados pelas elites dirigentes deram origem às normas, currículos, decretos e portarias escolares para adaptar a escola de acordo com os objetivos a serem executados pelo Estado autoritário. Daí a preocupação do Estado Militar, por meio do Decreto n. 869/69, em tornar obrigatória a Educação Moral e Cívica, não só como disciplina, mas também enquanto práticas educativas, tendo em vista que todas as atividades escolares deveriam estar perpassadas por suas matrizes ideológicas.[378]

---

[377] Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Ensino Fundamental – CODEPES – *Do ensino de 1o. Grau, Legislação e Pareceres*. Compilação e elaboração Gilka Vincentini Ferreira de Azevedo, Brasília, DF, 1979.

[378] Segundo o parecer de D. Cândido Padin, em resposta à consulta do Conselheiro Valnir Chagas, "Costuma-se denominar disciplina às atividades escolares destinadas à assimilação do conjunto de prosseguimentos sistematizados e progressivamente dosados conforme certos endereços. (...) As práticas educativas, por outro lado, abrangendo as atividades que devem atender às necessidades do adolescente de ordem física, artística, cívica, moral e religiosa, colocam o acento principal na maturação da personalidade, com a formação dos hábitos correspondentes, embora necessitem também da assimilação de certos

Dando continuidade ao processo de elaboração da legislação escolar autoritária, a Lei 5692, de 11 de agosto de 1971, que fixava as Diretrizes e Bases da Educação, estabelecia que caberia ao Conselho Federal de Educação fixar *para cada grau as matérias relativas ao núcleo* comum, mas não delegava tal tarefa ao mesmo Conselho no que diz respeito à Educação Moral e Cívica, uma vez que, de imediato, já a estabelecia enquanto disciplina obrigatória, de acordo com o que estava disposto no Decreto 869/71.

Na mesma direção, a legislação do Regime Civil-Militar dava notoriedade ao ensino de História pela sua importância na construção da memória nacional dentro das escolas. Pela Resolução no. 8, de 1º. de dezembro de 1971, anexa ao Parecer no. 853/71, o ensino de História foi suprimido para dar lugar aos Estudos Sociais e Organização Social e Política do Brasil (OSPB)[379]. Naquele momento, nenhuma disciplina merecia mais atenção do que a história e matérias afins, o que culminou com a criação do ensino de Estudos Sociais, no ensino de 1º. Grau, em detrimento da História e da Geografia, além de criar o ensino de Organização Social e Política do Brasil (OSPB), no ensino de 2º. Grau – científico e profissionalizante – e tornar obrigatório o ensino de Educação Moral e Cívica, nos dois níveis. Assim, a escola deveria se enquadrar ao projeto que tinha agora como responsável o Estado Militar de uma sociedade fundamentada na ideologia Segurança Nacional.

A legislação educacional acentuava, em seus eixos, transformar as escolas e sua estrutura curricular num verdadeiro veículo de propaganda do sentimento nacionalista e do ideário desenvolvimentista a serem sustentados pelo Regime Civil-Militar. Para tanto, todas as práticas escolares e não só as ligadas aos Estudos Sociais, deveriam ser perpassadas pelo culto à nação e ao ideário desenvolvimentista, o que pode ser percebido em diversas passagens da legislação, como no parecer no. 853/71, ao afirmar que para a OSPB e para o Civismo devem convergir não apenas a Geografia e a História como também todas as demais matérias, com vistas a uma efetiva tomada de consciência da

---

conhecimentos. (Parecer No. 131/62 IN: Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Rio de Janeiro: coleção AEC, v. 12, p. 234).

[379] Resolução no. 8, de 1o. de Dezembro de 1971, Art. 1o. alínea c e Art. 1o. parágrafo 1o. alínea b.

cultura brasileira, nas suas manifestações mais dinâmicas, e do processo em marcha do desenvolvimento nacional.[380]

No Ceará, as reformas educacionais impostas pelo regime militar, fundamentadas na ideologia da Segurança Nacional, tendo como pano de fundo o culto à Pátria e à Nação, foram estabelecidas pelo currículo de 1º. Grau da Secretaria de Educação do Estado em abril de 1973, durante o governo do militar de carreira, Coronel César Cals de Oliveira Filho, eleito indiretamente para o mandato 1971-76. Foi o exemplo típico de como o golpe civil-militar se transformou numa ditadura militar. Sua indicação para o governo não foi fruto de uma vontade das elites conservadoras locais, mas, segundo PARENTE, da "pressão dos militares de Recife. (...) assumiu o governo do Ceará sem ser um político militante e sua filiação à ARENA se daria apenas em 1971, ano da sua nomeação para governador"[381]. Apesar de seu pai ter sido deputado constituinte em 1934, perdeu a eleição para o Senado em 1947, pelo PSD, e abandonou a vida política. César Cals Filho era um militar tecnocrata ligado à (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) SUDENE de Recife. Sua ascensão ao governo do Ceará com o vice-governador coronel Humberto Bezerra, irmão de Adauto Bezerra, outro coronel de patente do Exército, com o coronel Virgílio Távora, eleito para o Senado, significou a formação do "acordo dos coronéis", que dominaria a política local até o final do regime militar em 1985. Após o seu mandato no governo, César Cals foi nomeado pelo General-Presidente Ernesto Geisel para a presidência da Eletrobrás e, posteriormente, para Senador Biônico em 1978. Foi ministro das Minas e Energia no governo do General-Presidente Figueiredo. Em 1986, foi derrotado na eleição direta para o Senado pela coligação PFL-PDS-PTB[382].

Em consonância com o governo militar federal, César Cals nomeou para o seu governo burocratas pernambucanos e militares. A Secretaria de

---

[380] AZEVEDO, Gilka Vicentini Ferreira de. (compilação). *Do ensino de 1º. Grau; legislação e pareceres*. Brasília, Ministério da Educação e da Cultura; Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, p. 50.

[381] PARENTE, Francisco Josênio C. . "O Ceará dos 'Coronéis' (1945-1986). IN: IN: SOUZA, Simone de (org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p.402.

[382] (Partido da Frente Liberal-Partido Social Democrata-Partido Trabalhista Brasileiro – todos originários da antiga ARENA, partido que dava sustentáculo ao regime militar). PARENTE, Francisco Josênio C. . "O Ceará dos 'Coronéis' (1945-1986). IN: IN: SOUZA, Simone de (org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 403.

Educação ficou com o Coronel Murilo Waldeck Menezes de Serpa. Foi sob sua orientação que foi elaborado o Currículo de 1973, em que se fixavam os métodos, objetivos e conteúdos que deveriam ser trabalhados da 1ª. à 8ª série, em atendimento à Lei 5692/71. Mais uma vez, foi convocada uma "comissão de notáveis", agora com princípios educacionais completamente diferentes dos que embasaram o Livro da Professora, analisado anteriormente. Os professores não tiveram qualquer participação na elaboração do currículo, apesar dos diversos seminários e encontros realizados ao longo do ano de 1971, após a promulgação da Lei 5692/71, mas

> "O professorado do Ceará, os verdadeiros executores de qualquer reforma no setor educativo, (...) convocado a aceitar mais este desafio – participar da implantação do Currículo de 1º. Grau, preparando cidadãos capazes de atuar eficientemente no processo de desenvolvimento do país, incorporando à Educação as conquistas da ciência e da tecnologia."[383]

Ou seja, aos professores caberia aceitarem o currículo elaborado e imposto pelo Secretário de Educação e desenvolverem suas práticas de acordo com as reformas voltadas às necessidades do desenvolvimentismo – já que o País deveria inserir-se nas conquistas da "ciência e da tecnologia" em evidente apelo ao sacrifício de cada um em benefício do País. O maior exemplo de inserção da educação escolar nos avanços tecnológicos de então foi a utilização do sistema de ensino através da rede de televisão[384].

No entanto, por mais que o Estado buscasse impor uma cultura escolar, a escola vivenciava uma relativa autonomia, o que impossibilitava a reprodução das intenções presentes na legislação, pois as ações escolares são mediadas por uma cultura escolar própria, capaz de dar uma resignificação aos conteúdos e objetivos, através de seus valores, práticas e metodologias cotidianas. Nessa perspectiva, foi importante, para esta pesquisa, seguir os caminhos de McLaren[385] e pensar a escola como uma parte que se articulava com uma realidade mais ampla, que era social e historicamente construída.

---

[383] Cel. Murilo Waldeck Menezes de Serpa. Texto de abertura do Currículo do 1º. Grau elaborado pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará, em abril de 1973.

[384] Sobre educação e telensino no Ceará ver: FARIAS, Isabel Sabino de. **Atividade docente no telensino**: um estudo acerca dos saberes mobilizados na prática pedagógica do orientador de aprendizagem. Fortaleza, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará; Idem: **Docência no Telensino: saberes e práticas**. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000.

Não bastava analisar a proposta curricular em si, mas tentar identificá-la como se realizava nos eventos cotidianos escolares que tinham uma moldura social ampla, de um Estado autoritário e voltado para os interesses do capital.

Os programas curriculares não se realizavam de acordo com o legalmente estabelecido, pois os sujeitos escolares que desenvolviam as práticas escolares traziam toda uma história individual que se somava às demais, não numa mera superposição, mas a partir de relações de poder, de teias de negociações, numa grande rede de complexidades, em que as partes só podem ser pensadas se levar em consideração o todo, ao mesmo tempo em que o todo leva em consideração as partes que o constituem. Assim como se estabelece uma relação permanente de conflitos, acomodações e resistências entre o Estado – responsável pela imposição de currículos, programas e conteúdos – e a cultura escolar, esta também se realiza a partir de relações conflituosas, uma vez que estudantes e professores interpretam, identificam, absorvem e resistem ao imposto, cada qual à sua maneira, de acordo com o seu lugar social de origem, que leva em consideração a história individual e da coletividade em que se insere.

> "(...) a cultura da sala de aula não se manifesta como uma unidade pura ou desencarnada, uma entidade homogênea, mas é, ao invés disso, descontinua, turva, e provocadora de competição e conflito; em uma coletividade cheia de 'competições' entre ideologias e disjunções entre condições de classe, cultura e símbolos".[386]

Ao mesmo tempo em analisamos evidências nas relações de conflito no espaço do cotidiano escolar, como demonstra o capítulo 2, aqui, procuramos mensurar, a partir da legislação educacional estadual, as intenções dos grupos que dirigiam e gerenciavam as estruturas educativas do Estado com relação ao ensino de História (inserido nos Estudos Sociais) e Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política durante o Regime Militar, pois, como afirma Circe Bittencourt,

> "Os programas curriculares e materiais didáticos são documentos que nos permitem analisar o saber a ser ensinado, mas o saber efetivamente ensinado e o aprendido pelos alunos é uma outra questão que exige a

---

[385] 1991 citar a obra.

[386] MCLAREN Peter, **Rituais na escola: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação**; tradução Juracy C. Marques, Ângela M. B. Biaggio; Petrópolis, RJ; Vozes, 1991, p.35.

> incorporação e a análise da atuação de outros agentes sociais: professores e alunos."[387]

Conclui-se, portanto, que, por mais que os objetivos e conteúdos fossem impostos, em última instância, era o professor o responsável por sua transposição, não de uma forma mecânica a partir do que é imposto, pois é o professor quem estabelece quais e como os conteúdos são trabalhados em sala de aula, também não o faz pelo seu livre-arbítrio, e sim a partir das condições de seu ambiente de trabalho em sala de aula, da cultura escolar, da cultura de seus alunos, de uma cultura nacional e de sua própria concepção de mundo, formando um conjunto de agentes que se estabelecem como mediadores no processo de ensino e aprendizagem.

Assim, Nesse momento, pensamos nas determinações curriculares da Secretaria de Educação do Estado do Ceará no contexto da Ditadura Militar, levando em consideração que a escola é uma instituição inserida, "situada", para usar a expressão de Michael Apple[388], num contexto econômico, social, político e cultural, que estabelecia relações muito mais amplas do que se pode imaginar *a priori*. Consideramos que a escola é uma instituição de produção e reprodução de capital econômico e cultural, e isso pode ser evidenciado na legislação escolar da época, preocupada em formar para o trabalho e desenvolver uma cultura cívica, nacionalista e patriótica. Buscamos identificar qual era o conteúdo ideológico presente nesses currículos? Quem os selecionou? Quais as intenções, na seleção e transmissão?

Por outro lado, ao pensarmos nessas relações, levamos em consideração que os aspectos econômicos e/ou culturais não são determinantes, mas se estabelecem dialeticamente entre si e com as práticas sociais do cotidiano escolar. Daí resultou a importância de se trabalhar o currículo a partir dos conceitos básicos de hegemonia, ideologia e tradição seletiva pensados por Aplle[389] a partir de Gramsci e Raymond Williams. Afinal, o que os grupos sociais dominantes que ocuparam o poder durante o regime civil-militar desejavam era constituir um pensamento que extrapolava o nível da

---

[387] BITTENCOURT, Circe Maria F.. "O Percurso acidentado do ensino de história na América" IN: Circe Maria F. BITTENCOURT e YOKOI, Zilda Maria Gricoli. **Educação na América Latina**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, São Paulo: EDUSP, 1996, p. 217.
[388] APLLE, Michael W.. **Ideologia e Currículo**. São Paulo, Brasiliense, 1982.
[389] Idem.

ideologia que não podemos analisar somente a partir da ideologia e da superestrutura. O que esses grupos buscavam era estabelecer uma hegemonia de pensamento que fosse vivenciada tão profundamente que saturasse o cotidiano de tal maneira que as pessoas a vivenciassem como se fosse a própria realidade social. Assim, tornar-se-ia natural à escola elaborar o sentimento cívico, pois seria apropriado, encarnado pelos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem como naturais, como sendo parte de uma tradição seletiva, já estabelecida e imutável.

Analisadas as determinantes curriculares nessa perspectiva é que identificamos a exagerada preocupação do Estado autoritário com o ensino de História. Nenhuma outra disciplina foi tão atingida como ela nas reformas curriculares daquele momento, pois ela é responsável pela construção de um passado que assume um significado no momento presente de forma homogeneizadora. E, segundo Raymond Williams, essa hegemonia se estabelece como sendo um processo de tradição seletiva:

> "o qual, nos termos de uma cultura dominante efetiva, é sempre dissimulado como "a tradição", o passado significativo. Mas a questão é sempre a seletividade, a forma em que, de todo um campo possível de passado e presente, escolhem-se determinados significados e práticas, ao passo que outros são negligenciados e excluídos"[390].

Era em busca dessa hegemonia que se justificava, a partir de um passado histórico, que os ocupantes dos poderes locais, atrelados aos governos militares elaboravam um presente justificando-se a partir de um passado fundado numa seletividade que valorizava os heróis, as datas e os fatos, uma vez que, assim, se excluíam os outros sujeitos da história, deixando-a entregue aos que foram eleitos a partir de determinados significados intencionados para o presente. Ao mesmo tempo, esse tipo de história buscava evitar os conflitos de classe, estabelecendo uma cultura de harmonia em contraposição a uma realidade contraditória e de conflitos.

A observação do currículo escolar estabelecido para o Estado do Ceará em 1973, com base na lei 5692/71, evidencia claramente o que se discutiu até

---

[390] WILLIAMS Raymond, apud: APLLE, Michael W.. **Ideologia e Currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 15.

agora e pode forjar indícios para responder a uma pergunta básica, porém sempre incômoda feita por Apple[391]: Para quem as escolas trabalham?

O currículo escolar do Estado do Ceará de 1973 foi elaborado em atendimento à lei 5692/71. Assim, procurava, ao mesmo tempo, dar continuidade ao projeto de desenvolvimentismo e valorizar a ideologia da Segurança Nacional, o que pode ser observado em seus objetivos gerais:

> "Ao terminar as oito séries do 1º. Grau, o aluno deve ser capaz de:
> Integrar-se à sua Comunidade, sentindo-se um elemento responsável e participante no desenvolvimento do Estado, do País e do Mundo, tendo em vista os princípios da solidariedade humana."[392]

Assim, seguindo a determinação da legislação nacional, estabeleciam-se os Estudos Sociais, em substituição à História e Geografia. Porém, como salientemos, o estabelecido não era o ensinado e, nem mesmo, a legislação autoritária foi capaz de romper com isso, uma vez que o próprio currículo estabelecia o que ensinar mas não o como, ficando o segundo momento a critério do professor. A tendência foi os Estudos Sociais não acontecerem, ora o professor trabalhava com História, ora com Geografia. E isso vai de encontro à hegemonia curricular nacional buscada. Na prática, isso não acontecia. A própria grade curricular já deixava isso evidente ao estabelecer conteúdos estanques ora de história, ora de geografia. E mais, os próprios conteúdos de cada área dos conhecimentos que deveriam envolver os Estudos Sociais (História, Geografia, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política) não se interligavam. Na 5ª série, por exemplo, o aluno trabalhava com a Região Nordeste. Para começar, não há qualquer referência ao conceito de região e sua historicidade, ou sobre o conceito de Região Nordeste, mas uma preocupação em valorizar a região na linha ufanista tão comum da época, ao estabelecer que o aluno deveria "Confrontar a Região Nordeste com outras Regiões, localizando-a no mapa do Brasil, para sentir a importância de nossa região no desenvolvimento do país"[393].

---

[391] Currículo de 1º. Grau elaborado pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará em abril de 1973, p. 123.

[392] Idem, p. 57

[393] Currículo de 1º. Grau elaborado pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará em abril de 1973, p. 65.

Ao lado, vinham os conteúdos a serem trabalhados:

> "1 – O Nordeste e outras Regiões do Brasil (Quadro Comparativo):
> 1.1 – Diferenças climáticas;
> 1.2 – extensão;
> 1.3 – superfície, principais cidades.
> 2 – Atividades humanas características de cada região:
> 2.1 – jangadeiro
> 2.2 – seringueiro
> 2.3 – garimpeiro
> 2.4 – vaqueiro
> 2.5 – outras"[394]

Observe-se que não há margem para qualquer análise histórica nesses conteúdos. São estanques, sem qualquer relação entre eles e as demais áreas que os Estudos Sociais deveriam unificar. Por outra, não só os conteúdos de História eram um conjunto de dados a serem decorados, pois a mesma situação ocorria com o ensino de Geografia. Era como se o aluno tivesse que memorizar uma fotografia de cada uma das regiões a serem teoricamente comparadas. Não há espaço, por exemplo, para se questionar o porquê das diferenças. Quanto às "Atividades Humanas", inicialmente, observe-se a preocupação em caracterizar o homem como um ser voltado para o trabalho, portanto, melhor seria falar em atividades econômicas de cada região. Em segundo lugar, veja-se que tais atividades desprezam outras que certamente ocorriam. Ao mesmo tempo, é interessante observar que, apesar da preocupação dos governos do período em usar a industrialização como um reforço à ideologia do desenvolvimentismo, as atividades industriais não aparecem nas características de cada região, o olhar dos elaboradores do currículo parte de uma visão local presa às Regiões Norte e Nordeste. É fato, no entanto, que as atividades eram apresentadas quase como exóticas ou folclóricas.

Após essa visão geográfica, o segundo item dos objetivos da 5ª série era completamente desconexo do primeiro, ao ir para o ensino de história, e estava diretamente ligado ao sétimo:

> "II – Situar os fatos históricos de repercussão nacional – política, econômica, social, antropológica e geográfica – que influíram em nossa formação sócio-econômica e cultural.
> (...)

[394] Idem.

> VII – Coligir dados bibliográficos de personalidades da nossa História, ressaltando suas contribuições no processo democrático."[395]

Ao lado desses objetivos, vinham os conteúdos a serem trabalhados. Era um desfile de fatos (item II) e heróis (item VII) escolhidos com vistas à valorização dos grandes feitos numa linha imaginária que culminava com o golpe de 1964, a começar pela Invasão francesa, no Rio de Janeiro, o que dava margem para evidenciar a primeira resistência e vitória de um suposto povo que se formava, mas não sugeria falar do genocídio dos índios tamoios. Em seguida, vinham os bandeirantes com suas entradas e bandeiras, era o reforço da idéia do povo desbravador e conquistador, o que caberia muito bem no momento em que se 'rasgava' a floresta, como a Transamazônica, mas esquecia o grande número de índios aprisionados e mortos pela ação dos Borba Gatos, do período colonial, e dos que estavam perdendo suas terras naquele momento. Depois, vinha a Conjuração Mineira, referencial fundamental do civismo da época, pois possibilitava a valorização do mártir Tiradentes. Em nenhum momento, fala-se, em todo o currículo, da Conjuração Baiana e do negro Luís Gonzaga das Virgens ou de Manuel Faustino. No Império, ressalta a figura de D. Pedro I e D. Pedro II, mas não dos revoltosos da Cabanagem ou da Balaiada, ou da política autoritária com a qual os dois formaram o Estado Nacional Brasileiro. No item VII, exalta-se a figura da Princesa Isabel, correspondendo à abolição do item II, mas, em nenhum momento, fala-se do Quilombo de Palmares ou das diversas formas de resistência dos negros à escravidão. Em síntese, nada que pudesse suscitar a participação popular aparecia no currículo de 1972, certamente não seria um bom exemplo.

Por outra, tanto nos Estudos Sociais, como na Educação Moral e Cívica, há uma supervalorização dos heróis, notadamente os militares. Há um incentivo ao estudo das biografias dos "heróis nacionais", de Tiradentes a Médici. Das "personagens que fizeram nossa história", só escapa a Família Real, os demais são todos militares: Duque de Caxias e Deodoro, Humberto de Alencar Castelo Branco, este herói nacional e local, já que era cearense. Embora o item II fale da "Revolução de 30", o currículo não cita, por exemplo, Getúlio Vargas, figura de destaque naquele movimento. Era o passado como

[395] Currículo de 1º. Grau elaborado pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará em abril de 1973, p. 65 -66.

justificativa do presente em busca de uma hegemonia da cultural cívica nacional, militarista e harmônica. O último acontecimento citado da História do Brasil não poderia ser diferente, era a "Revolução de 1964", expressão que os jornais faziam questão de exaltar, sempre que possível, como uma retomada ao natural processo histórico harmônico como se fosse a vocação natural do povo brasileiro. Essa educação histórica escolar enfatizava a mesma história que ressaltamos no capítulo anterior, veiculado por intermédio dos meios de comunicações, das empresas públicas e privadas, com intuito de fazer a propaganda do Regime Civil-Militar, chegando a receber críticas de parlamentares, como anuncia o jornal Tribuna do Ceará do dia 2 de maio de 1972, sobre a excessiva propaganda em torno de Tiradentes.

Em seus objetivos, o currículo resume o ensino de História a um conjunto de fatos e heróis do passado e do presente como um verdadeiro desfile de personagens e heróis do passado e do presente. Os dirigentes da época são os heróis do presente que contribuíam para a democracia. Numa inversão conceitual de democracia, apesar do autoritarismo da época, falava-se em "identificar o Brasil como um país de regime democrático"[396] no presente como resultante da contribuição de personagens que marcaram a História Nacional, esquecendo-se do autoritarismo "Pulsando em ritmo de trabalho e desenvolvimento, o coração do Brasil se abrasa na chama da Integridade Nacional" (Isabel de Alencar Barros); o de um Dom Pedro I, Duque de Caxias, Deodoro da Fonseca e de um Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Ao mesmo tempo, a proposta se apropriava de conceitos típicos das propostas alternativas fundadas na Pedagogia Libertadora como crítico e construtivo e utilizava o Livro da Professora, analisado anteriormente, para justificar e valorizar a atuação dos dirigentes do governo autoritário pautado no combate ao pensamento crítico e criativo e na Ideologia da Segurança Nacional.

> "Reconhecer a atuação de nossos atuais dirigentes, para formar um pensamento crítico e construtivo a respeito da Nação Brasileira – Dirigentes Nacionais: Governo Médici; Ministros brasileiros.

[396]. Currículo de 1º. Grau elaborado pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará em abril de 1973, p. 66.

> Reconhecer a responsabilidade das Forças Armadas na defesa de nossas fronteiras e na garantia da integridade nacional"[397].

A proposta era ainda influenciada pela visão eurocêntrica e evolucionista, ao estabelecer o mundo europeu como determinante para a construção da nossa "história e o nosso povo", o que não deixa de ser um fato, se não determinante, pelo menos, fundamental. Porém, em fazendo isso, negar as contribuições das culturas africanas e indígenas, corremos o risco de atribuir ao europeu a exclusividade na cultura brasileira. Reforçava, ainda, a idéia do brasileiro como um povo pacato e ordeiro ao propor: "Comparar o aspecto histórico do Brasil em relação ao Mundo Oriental, ressaltando a pacífica contribuição do povo brasileiro".[398] Isso, evidentemente, O que era bastante promissor para a manutenção do "status quo". Quanto mais os estudantes se sentissem como herdeiros dessa passividade, mais eles seriam pacíficos e aceitariam a ordem e a disciplina sob a responsabilidade "das Forças Armadas na defesa de nossas fronteiras e na garantia da Integridade Nacional"[399].

Nem mesmo a bibliografia utilizada para a elaboração do programa escapava do autoritarismo da Ditadura Civil-Militar. Dos 35 livros utilizados no programa de Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica, cinco são de autoria do então Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici. No ensino de Educação Moral e Cívica, além das atividades sugeridas pelo Conselho Federal de Educação, a disciplina tinha por objetivo preparar "para a obediência à Lei, a fidelidade ao trabalho e a integração na comunidade"[400]. Ressaltava-se, ainda, a importância da hierarquia e de instituições que extrapolavam os limites da escola, como instrumentos de construção da moral e do civismo e o culto aos símbolos, sempre recorrendo ao passado histórico como forma de justificar o presente e de combater as prováveis cisões capazes de confrontar-se com uma falsa unidade social e nacional, ao propor no ensino de Educação Moral e Cívica que os alunos deveriam

---

[397] Currículo de 1º. Grau elaborado pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará em abril de 1973 p. 66-67.

[398] Idem, 67-68.

[399] Idem, 67.

[400] Currículo de 1º. Grau elaborado pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará em abril de 1973, p. 72.

> "Identificar os sistemas hierárquicos comuns à nossa vida, ressaltando a importância da Família, Escola e Igreja, como agentes formadores de princípios morais para fortalecer nosso caráter.
> Reconhecer a atuação dos vultos nacionais que participaram na nossa formação histórica para concluir que nos possibilitaram melhores condições de vida. Reconhecer a importância da Integridade Nacional, valorizando os objetivos e aspirações de nossos governantes em prol da paz e prosperidade do país; identificar os símbolos nacionais, reconhecendo e adotando perante eles uma atitude de respeito"[401].

Observe-se a importância dada ao culto aos símbolos nacionais, o que ia ao encontro das festas cívicas analisadas no capítulo anterior, notadamente a do sesquicentenário. Para fazer valer todos esses princípios fundados na cultura cívica que se vinha constituindo nos anos anteriores, desde o golpe de 1964, como discutimos anteriormente, fez-se necessário qualificar melhor o quadro de professores para tanto. Seguindo o padrão nacional de criação das licenciaturas curtas, "pobres em conteúdos científico, aligeirado e polivalente"[402], a Universidade Estadual do Ceará passou a oferecer o curso de Estudos Sociais a ser ministrado basicamente por padres e militares. Todo professor de História, assim como todos os homens, traz dentro de si suas "representações, suas concepções de mundo e de homem e, a partir destas concepções assume posturas diante da realidade vivida, podendo tornar-se crítico, consciente ou acrítico, dependendo das suas relações com o mundo, com os outros e com as diferentes formas de ver e pensar a sociedade. Ao defender certas crenças, certos princípios e valores socioculturais, o homem está construindo suas concepções de mundo"[403]. Os mentores educacionais sabiam de tudo isso e buscaram, de todas as formas, cercear as possibilidades de qualquer projeto alternativo diferente daqueles que fundavam na Cultura Cívica voltada para a Ideologia da Segurança Nacional.

---

[401] Currículo de 1º. Grau elaborado pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará em abril de 1973, p. 72 e 73.

[402] NADAI, Elza. **O ensino de História no Brasil: trajetórias e perspectivas**. IN: Revista Brasileira de História, São Paulo: v. 13, No. 25/26, set/92/ago/93, p. 157.

[403] NUNES, Silma de. **Concepções de mundo no ensino de História**. Campinas, SP: Papirus,

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Ora, esse tempo verdadeiro é por natureza, um continum. É também perpétua mudança. Da antítese desses dois atributos provêm os grandes problemas da pesquisa histórica[404].
> (Marc Bloch)

Foi a partir da preocupação de Bloch que procuramos analisar dois momentos históricos educacionais em Fortaleza, que se evidenciavam em dois projetos para a educação cearense: O "Livro da Professora", publicado em 1964, dois dias antes do Golpe Civil-Militar que deu origem à Ditadura Militar, e o Currículo de 1º. Grau, publicado em abril de 1973 pela Secretaria de Educação do Ceará. O primeiro foi elaborado num momento em que diversos projetos eram apresentados para o Brasil, dentre elas, as propostas de conciliação do Pacto Social de João Goulart, nacionalismo reformista dos sindicalistas[405] e o capitalismo associado dos golpistas do grupo IPES-IBAD (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais- Instituto Brasileiro de Ação Democrática). O segundo foi elaborado quando o regime militar já se estabelecera enquanto projeto vitorioso de organização do Estado, impondo para a sociedade uma estrutura escolar fundamentada na Ideologia da Segurança Nacional e de preparação de mão-de-obra para o trabalho.

O "Livro da Professora" merece destaque por evidenciar a tentativa de estabelecer uma educação fundamentada nos princípios básicos de Paulo Freire e Jean Piaget, por parte de alguns educadores de Fortaleza, aproveitando os espaços que lhes foram abertos pelo governo local de caráter reformista-conservador do Coronel Virgílio Távora. Naquele momento, o coronel convidou uma equipe de técnicos e políticos para elaborar o Plano de Metas Governamentais (PLAMEG), dentre eles, o educador Valnir Chagas e para área de educação convidou outros professores, entre eles, Luisa de Teodoro e Edgar Linhares, no que resultou no "Livro da Professora". É interessante observar como os trabalhos das duas equipes resultaram em

---

1996, p. 252.

404 BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, o ofício da História**.Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 55.

405 FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 364. V. 4.

projetos que, apesar de díspares, se associaram. Enquanto o PLAMEG apontava para os interesses do governador de enquadrar o Ceará no desenvolvimentismo racionalizado, que via as pessoas enquanto capital humano, o "Livro da Professora" tinha uma preocupação mais voltada para a formação de seres humanos conscientes e críticos de seu papel enquanto membros de uma determinada comunidade. Numa perspectiva freireana, "uma era 'bancaria' e negava a dialogicidade como essência da educação e se fazia antidialógica a outra problematizadora baseada na dialogicidade e se fazia dialógica"[406].

É Interessante observar como O "livro da Professora" é perpassado pelas influências de vida de seus elaboradores, em especial, a professora Luisa de Teodoro, coordenadora dos trabalhos, o que pode ser percebido a partir do cruzamento das entrevistas analisadas ao longo da pesquisa e o projeto educacional. Essas influências foram percebidas, por exemplo, pela presença marcante de princípios de uma certa concepção cristã, os quais Guiraldelli chama de "solidarismo cristão"[407], fruto da militância dos membros da equipe elaboradora do "livro" na JUC (Juventude Universitária Católica) e AP (Ação Popular) e da participação no MEB (Movimento de Educação Popular – fundamentado no método Paulo Freire de alfabetização). Semelhante ao que ocorreu com muitos outros educadores do Nordeste, inclusive o próprio Paulo Freire, os autores da proposta inovadora de educação foram perseguidos pelo regime militar como subversivos, mas receberam ajuda do governador, que aderiu ao regime.

A partir de então, desenvolveu-se uma ampla ação do Estado e de instituições empresariais por intermédio dos meios de comunicação, elaborando-se novos saberes e práticas escolares em detrimento de outros em nome do redimensionamento das relações de poder que se estabelecem no pós-64. Tal reelaboração se evidenciava a partir das determinações da Comissão Nacional de Educação Moral e Cívica (CNMC), que agia nos diversos setores da sociedade em cumprimento do Decreto-Lei 869/69 influenciando e convocando a cooperação

---

406 FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 68.

> "para servir aos objetivos da Educação Moral e Cívica, as instituições e órgãos formadores de opinião pública e de difusão cultural, inclusive jornais, revistas, teatros, cinemas, estações de rádio e televisão, entidades esportivas, de recreação de classe e de órgãos profissionais"[408].

Essas campanhas também aconteciam nas escolas sob a influência da Educação Moral e Cívica, enquanto disciplina e práticas escolares. Por meio de festas, rituais, desfiles e outros exercícios escolares que envolviam todas as disciplinas em especial, as que passaram a ser obrigatórias, Programa de Saúde, Educação Física, Educação Artística e Estudos Sócias, além de Religião, que, mesmo não sendo obrigatória, era comum, "inventava-se" uma "tradição"[409] histórica por meio do mito fundador que exaltava heróis, como Tiradentes e D. Pedro I. Montava-se, assim, uma verdadeira teia de poderes e saberes que iniciavam no gabinete do Presidente da República, em especial a partir do governo Médici, e terminava nas salas de aula das escolas aqui analisadas. Percebemos que nem todos se renderam aos apelos ufanistas, cívicos e patrióticos. Alunos e professores, de uma forma ou de outra, não se enquadravam plenamente nas práticas e na disciplina do moral e do civismo. Mas, evidencia-se uma certa hegemonia, que seria quebrada bem depois. Afinal, o controle sobre as diversas atividades escolares era intenso. Por exemplo, todos os livros didáticos analisados tinham que passar pela aprovação da CNMC.

Os livros didáticos, o principal e praticamente o único instrumento de trabalho dos professores[410], reproduziam as determinações do Conselho Federal de Educação e da Comissão Nacional de Moral e Cívica, mesmo

---

407 GHIRALDELLI Jr. Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 2001, 2ª. Ed., Coleção magistério, p. 120.

408 Decreto-Lei 869/69, de 12 de setembro de 1969.

409 Como referência, utilizamos HOBSBAWM, Eric A **Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, em especial. "Introdução: A Invenção das Tradições" (p. 9-24) e "A Produção em Massa de Tradições: Europa, 1879 a 1914" (p. 271-316); CANNADINE, David. "Contexto, Execução e Significado do Ritual: a Monarquia Britânica e a 'Invenção da Tradição", 1820 a 1977. (p. 111-174) e CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

410 FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. Campinas, SP: Papirus, 1993; **Ser professor no Brasil: história oral e vida**. Campinas, SP: Papirus, 1997; **Didática e prática de ensino de história experiências, reflexões e aprendizagens**. Campinas, SP: Papirus, 2003; ver também: BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004. E, ainda, GUAZZELLI, Cear Augusto e outros (org.): **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000, em especial o capítulo 5 "O Livro Didático, outras experiências e as referências teórico-metodológicas que comparecem em seus conteúdos".

porque todos deveriam passar pela sua aprovação. Muitos deles repetiam, no índice, tal e qual os mesmos conteúdos determinados. Não passavam de instrumentos de elaboração da cultura cívica escolar, recheados de textos de "vultos nacionais", muitos deles discursos do Presidente General Médici. Ao final, traziam apêndices com os diversos hinos, marchinhas e poemas nacionalistas, um calendário cívico com uma explicação de cada data, sendo que, em algumas, a explicação não ia além do número da lei que a criara, como o dia do trabalho e não do trabalhador, enquanto, para explicar o dia das mães, utilizavam-se duas páginas inteiras para elaborar a imagem da mãe semelhante à "*Maria, mãe de Deus, a mãe por excelência*"[411] . Nas ilustrações, mostravam sempre crianças alegres e felizes de cabelos curtos como exigia o diretor do Colégio Municipal destacado no capítulo 2, ou os símbolos nacionais com as devidas explicações longas e exaustivas. Havia, ainda, intensos apelos religiosos e para a família, considerada, assim como a Igreja, as Forças Armadas e a Justiça, uma instituição imutável, como assinalava o título de um dos livros de Educação Moral e Cívica[412].

Aos apelos das práticas escolares somavam-se as campanhas cívicas patrocinadas pelos jornais, rádio e televisão, que culminaram com as comemorações do sesquicentenário da Independência, durante um ano , entre setembro de 1971 e setembro de 1972, mobilizando empresas, sindicatos, colégios e entidades de bairros. A partir de sete de setembro de 1971, foram organizadas diversas campanhas com o objetivo de envolver todo o País nas festas cívicas dos 150 de Independência. Um ano depois, era publicado o currículo escolar da Secretaria de Educação do Ceará, que, em alguns aspectos, chegava a superar as propostas do Ministério da Educação e Cultura, uma vez que incluía, como heróis nacionais, os presidentes pós-64 (Castello Branco, Costa e Silva e Médici, todos generais ditadores).

Os currículos, leis, pareceres, livros não são "coisas" separadas de seus organizadores, elaboradores ou escritores, pois expressam os valores e concepções das pessoas que os elaboraram. É interessante perceber as posições que assumiram as diversas pessoas que se inseriam na elaboração

---

[411] ANDRADE, Benedicto de (General- professor). **Educação Moral e Cívica**, São Paulo: Edtora Atlas s/d, p. 228-229. A referência à patente é feita na contracapa do livro.
[412] Idem, p. 78.

dos projetos educacionais cearenses e na mídia da sociedade cearense, após o golpe. Por exemplo, Antonieta Cals, irmã do governador César Cals (exemplo de civismo e patriotismo e aliada incondicional do regime militar[413]), e exaltada por Luisa de Teodoro, foi assessora do governo na elaboração do currículo conservador e autoritário de 1972. Valnir Chagas, que participara da Comissão de Virgílio Távora na elaboração do (Planos de Metas do Governo) PLAMEG, que dera origem ao "Livro da Professora", participou da elaboração da Lei 5692/71, que fixava as diretrizes e bases da educação e foi relator dos diversos pareceres durante o período do presidente general Médici, dentre eles, o que fixava os conteúdos das disciplinas e os que legislavam sobre os conteúdos de Educação Moral e Cívica, enquanto disciplina obrigatória, e a Comissão Nacional de Educação Cívica.

Dois outros cearenses seriam destaques na formação da cultura cívica em âmbito nacional: o professor Martins Filho, durante muito tempo, reitor da Universidade Federal do Ceará e conselheiro do Conselho Federal de Educação nos anos da ditadura, e Rachel de Queirós, que se declara socialista em 1956:

> "Será esta a democracia, que temos de praticar dentro dos padrões liberais-burgueses, a forma ideal de governo? Para mim, que sou socialista, não o é. O ideal de governo segundo penso, é a sociedade sem classes. Com distribuição igual de riquezas e oportunidades. (Rio, 1956)"[414]

Em 1964, afirma ter conspirado para o golpe, mas não foi além disso. No entanto, pouco tempo depois, foi indicada para representar o Brasil na ONU pelo presidente e seu amigo particular Castello Branco. E mais, no início da década de setenta, escreveu vários livros de Educação Moral e Cívica e várias crônicas cívicas, ao estilo do Estado Militar. Dentre elas crônicas, merece destaque uma, escrita em 1973, sobre o dia 7 de Setembro, enaltecendo as comemorações da Independência, reforçando o mito de origem e fazendo referência à união dos noventa milhões de brasileiros, exaltados desde a conquista do tricampeonato na Copa de 1970, usada incansavelmente nas propagandas do governo Médici. Segundo Rachel de Queiroz, o Sete de Setembro era um dia

[413] PASSOS, Hélio. **César Cals: sua vida outras vidas**. Fortaleza: Folha do Ceará, 1997

> "bom porque tem parada e é feriado, duas coisas que não é só criança que gosta, mas gente grande também. (...) se assiste aos desfiles dos soldados, os canhões, os jipes e os cavalos, e os lindos fuzileiros e os soldados da AMAN. (...) O Sete de Setembro é o aniversário de 90 milhões de pessoas que são os noventa milhões de brasileiros"[415].

Assim, as contradições representam o que nos propusemos no início desta pesquisa, observar as continuidades e mudanças educacionais a partir de dois momentos históricos e de duas propostas educacionais, que, elaboradas em ambientes históricos diferentes, expressavam o lugar social de seus elaboradores e, diante da relativa autonomia escolar, não foram realizados de acordo com o que determinavam. Mesmo quando as leis estavam sendo impostas, havia resistências, o que foi possível perceber nas falas dos próprios legisladores em seus pareceres. A partir da década de 1980, diversos movimentos intensificaram os debates em torno da questão dos Estudos Sociais e da Educação Moral e Cívica, que levaram ao restabelecimento do ensino de História e o fim da EMC, OSPB e EPB.

Esperamos que esta pesquisa contribua para que esses debates sobre o que, como e para quem ensinar História sejam mantidos. No Ceará, essa preocupação com o saber histórico escolar começou a alçar vôos nos últimos anos, mas ainda temos muito a caminhar. Observa-se que, apesar do crescimento do número de pesquisas sobre o ensino de História e a História da Educação entre os historiadores brasileiros e a organização de diversos fóruns nacionais de debate[416], em termos locais, ainda há muito por fazer. Não temos apenas a intenção de contribuirmos para melhorar as estatísticas locais destas pesquisas, esperamos contribuir para repensar as práticas escolares e sua relação com a formação da autonomia de todos que labutam no dia-a-dia escolar, espaço de resistências nem sempre percebidas, mas praticadas na

---

[414] QUEIROZ, Rachel. "Democracia" **100 crônicas escolhidas**. Rio de Janeiro: 1973. Livraria José Olympio Editora p. 214-215 (Coleção Sagarana – crônica de 1956).

[415] QUEIROZ, Rachel. "O Sete de Setembro (notícia para Daniel, meu neto)" IN: **Seleta**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976, p. 110-112 (Coleção Sagarana – crônica de 1956).

[416] Dentre os fóruns especializados no ensino de História e a História da Educação, merecem destaque o Seminário Nacional Perspectivas do Ensino de História, o Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História, Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Congresso Brasileiro de História da Educação, Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação e o Congresso de Pesquisa e Ensino em história da Educação.

busca da cidadania. Revisitar as práticas escolares no passado é uma forma de repensá-las no momento atual, buscando identificar nos atos cotidianos escolares as intencionalidades dos conteúdos e objetivos, sempre carregados de valores, angústias e sensibilidades, que, muitas vezes, passam despercebidos, por quem os praticam, é criar possibilidades de um refazer-se do professor-pesquisador-professor que ensina, pesquisa e aprende no seu presente, com vistas ao que se espera da educação escolar brasileira e, em especial, do ensino de História.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Martha e SOIHER, Rachel (org.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

ACIOLI, Socorro. **Rachel de Queiroz**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

ADRIANO, Luís Duarte, *Cidadania e Reflexão: Brasil 1937-1945.* Florianópolis, Ed. Da UFSC, 1999.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras faces**. Recife, FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999

AMORA, Zenilda Baima. IN: SOUZA, Simone (org.). **História do Ceará**. Fortaleza. UFC/FDR, Stylus. Comunicações, 1989, p. 121.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez, Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 2002, 8ª. Edição.

_____, **Os Sentidos do Trabalho**: **Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2003, 6ª. Edição.

APLLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ARIAS NETO, José Miguel (org.). **Dez Anos de Pesquisas em Ensino de História – VI Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História**. Londrina: AtritoArt, 2005.

AZEVEDO, Gilka Vicentini Ferreira de. (compilação). *Do ensino de 1º. Grau; legislação e pareceres*. Brasília, Ministério da Educação e da Cultura; Departamento de Documentação e Divulgação, 1979.

BASTOS, Maria Helena Câmara. "A Educação como Espetáculo". IN: BASTOS, Maria Helena Câmara e STHEPHANOU, Maria (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasi**l. Petrópolis RJ: Vozes, 2005, Vol II – Século XIX.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas, v.1)

BITTENCOURT, Circe. “Identidade nacional e ensino de história do Brasil”. IN: KARNAL, Leandro (org.). **História em sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____, Circe Maria F.. “O Percurso acidentado do ensino de história na América” IN: BITTENCOURT, Circe Maria F. e IOKOI, Zilda Maria Gricoli (org.). **Educação na América Latina**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, São Paulo: EDUSP, 1996.

_____, Circe Maria F, Circe (org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1988.

_____, **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004, (Coleção Docência em formação, org. Selma Garrido Pimenta).

BLOCH, Marc. **Apologia da História: ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

BOTO, Carlota. **A Escola do Homem Novo – entre o Iluminismo e a Revolução Francesa**. São Paulo, Editora da Universidade Paulista, 1996.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude. **A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1992.

BORGES, Nilson. “A doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. IN: IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.) **O Brasil Republicano – o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4.

BRIGGS, Asa. Entrevista a PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **As muitas faces da história – nove entrevistas.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2005.

CABRINI, Conceição et ali. **O Ensino de história: revisão urgente**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARDOSO Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, José Murilo. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. "A Configuração da historiografia Educacional Brasileira" IN: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva.** 4ª ed. – São Paulo: Contexto, 2001.

CATROGRA, Fernando. **Nação, Mito e Rito – religião civil e comemoracionismo**. Fortaleza: Edições NUDOC/Museu do Ceará, 2005.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia, **História e memória da educação no Ceará** (org.). Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002.

CERRY, Luís Fernando. "Festas Nacionais e didatização do saber histórico nas pedagogias do cidadão". IN: **História & Ensino**: Revista do Laboratório de Ensino de História. Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina – vol, 1 (abril 1995) Londrina: Ed. UEL, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

_____ Michel de. **A escrita da História**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. 2ª. edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CEZAR, Temístocles. "Presenteísmo, memória e poesia. Noções da escrita da História no Brasil Oitocentista". IN: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **Escrita, Linguagem, Objetos**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

CHAGAS, Valnir. **O ensino de 1o. e 2º. Graus – antes, agora e depois?**. São Paulo: Saraiva, 1978.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

CIAMPI, Helenice. A História Pensada e Ensinada: da geração das certezas à geração das incertezas. São Paulo: Educ, 2000.

CONTRERAS, José. **Autonomia de Professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

CORDEIRO, Jaime Francisco P. **A História no centro de debate: as propostas de renovação do ensino de História nas décadas de setenta e oitenta**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000.

_____, Jaime Francisco P. "Ensino de História e Identidade Nacional: desmontando o século dezenove". IN: **História & Ensino: Revista do Laboratório de Ensino de História**/ Publicação do Departamento de História. Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina – vol 1 (Abril, 1995). Londrina Ed. UEL, 1995.

COUTO, Ronaldo Costa. **Brasília Kubitschek de Oliveira**. Rio de Janeiro, Record, 2006.

CUNHA, Luís Antonio e GÓES Moacyr de. **O Golpe na educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1997, 8ª. Edição.

DAVIES Nicholas (org.). **Para além dos conteúdos no ensino de História.** Rio de Janeiro: Access, 2001.

DIAS, Margarida Maria de Oliveira (coord.). **Livro Resumo – XXII Simpósio Nacional de História – História, acontecimento e narrativa.** João Pessoa: UFPB, 2003.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006, p. 92.

DUARTE Adriano, **Cidadania e exclusão: Brasil 1937-1945**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v 1.

_____, Norbert. **O Processo Civilizador: a formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v. 2.

FARIA Filho, Luciano Mendes. "O processo de escolarização em Minas Gerais". IN: VEIGA, Cynthia Greive e FONSECA, Thaís Nívia Lima. **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FARIAS, José Aírton de. **História da Sociedade Cearense**. Fortaleza, Edições Livro Técnico, 2004.

FENELON, Déa Ribeiro. "A Questão dos Estudos Sociais" IN: **Cadernos CEDES, No. 10 – a prática do ensino de história**. São Paulo: Cortez, novembro de 1985.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.) **O Brasil Republicano – o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4.

FICO Carlos. "Espionagem, polícia política , censura e propaganda: os pilares básicos da repressão" IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.) **O Brasil Republicano – o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4.

_____ **Além do Golpe, a tomada de poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar**. Rio do Janeiro, Record, 2004.

FILIZOLA NETO, Júlio. **O Liceu do Ceará e as Políticas Educacionais**. CAVALCANTE, Maria Juraci Maia, **História e memória da educação no Ceará** (org.). Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. Campinas, SP: Papirus, 1993.

_____ **Ser professor no Brasil: história oral e vida**. Campinas, SP: Papirus, 1997, (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

_____ **Didática e prática de ensino de história experiências, reflexões e aprendizagens**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

FONSECA, Thaís Nívia Lima de e. **História & ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____, Thaís Nivia de Lima e, VEIGA, Cynthia Greive (org.). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____, "Festas Cívicas e Universo Cultural: Minas Gerais no século XIX". IN: PAIVA, Eduardo França & ANASTÁSIA, Carla Maria Junho (Orgs). **O Trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI e XIX**. São Paulo: Annblume, PPGH/UFMG, 2002;

FONSECA, Silvia Asan da. "O Ensino de História nas Páginas da Revista Escola Secundária" IN: ARIAS NETO, José Miguel (org.). **Dez Anos de Pesquisas em Ensino de História – VI Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História**. Londrina: AtritoArt, 2005.

FORTES, Alexandre e NEGRO, Antonio Luigi. “Historiografia, Trabalho e Cidadania no Brasil”. IN: **Trajetos**, Revista de História UFC, Fortaleza: vol. 1, No. 2, 2002, p. 33.

FRANÇA Vera Regina Veiga (org.), **Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver**. Belo Horizonte, Autêntica, 2002.

FRAGOSO João e FLORENTINO, Manolo. “História Econômica”. IN: CARDOSO Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____, **Medo ou Ousadia – o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____, **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

FREITAS, Marcos Cezar. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001.

GASPARELLO, Arlete Medeiros. “A Nação como modelo pedagógico”. ARIAS NETO, José Miguel (org.). **Dez Anos de pesquisa em ensino de História – V Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História**. Londrina: Atritoart, 2005.

GERMANO, José Willington. O Estado Militar e a **educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo, Cortez, 1994.

GHIRALDELLI Jr. Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 2001, 2ª. Ed., Coleção magistério.

GIROUX, Henry. **Teoria Crítica e Resistência em Educação – para além das teorias de reprodução. Petrópolis**, Vozes 1986.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989; 7ª. Edição.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos, PETTERSEN Silvia Regina Ferraz, SCHMIDT, Benito Bisso, XAVIER, Regina Célia Lima (orgs). **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão: memória, cultura e literatura no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2001.

HERZ, Daniel. **A História secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Tché, s/d.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (org.). **A Invenção das Tracições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.

KNAUS, Paulo. Sobre a norma e o óbvio: a sala de aula como lugar de pesquisa. In: NIKITIUK, Sônia L. (org.) **Repensando o Ensino de História**. São Paulo: Cortez, 1996.

KUNZER, Acácia Zeneida. **Ensino de 2o. grau: o trabalho como princípio educativo**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

LENHARO, Alcir. **Nazismo: O triunfo da verdade**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

MCLARE, Peter, **Rituais na escola: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação**; tradução Juracy C. Marques, Ângela M. B. Biaggio; Petrópolis, RJ; Vozes, 1991.

MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.). **Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador**. Rio de Janeiro: Access, 1998.

MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.). **Histórias do ensino de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Access, 1998.

MATTOS, Selma Rinaldi de. “Lições de Macedo, uma pedagogia do súdito-cidadão no Império do Brasil”. IN: MATTOS, Ilmar Rohloff de (Org.). **Histórias do ensino de História do Brasil**. Rio de Janeiro, Acces, 1998.

MAXWEEL, Kenneth. **A devassa da Devassa – A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808**. São Paulo: Paz e Terra, 1977

MELO, Egberto. **O Programa Magister: a concepção de seus alunos-professres sobre a História e o seu ensino**. Fortaleza/Universidade Estadual do Ceará – monografia de especialização em Metodologia do Ensino de História – Julho de 2003

MONTELATTO, CABRINI, CATELLI. **História Temática**, 5ª a 8ª série, São Paulo: Scipione, 2000 – (Coleção História Temática. v. 1, 2, 3, 4)

MORAES José Geraldo Vinci e REGO José Marcio, **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Ed. 34, 2002

MOREIRA, Vânia Maria Lôsada. "Os Anos JK: industrialização e modelo oligárquico" IN: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado (org.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 155 – 194 (O Brasil Republicano, v. 3).

MUNAKATA, Kazumi. "História que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil". IN: FREITAS, Marques Cezar de (Org.) **História brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, p. 271-296;

NADAI Elza. **O ensino de história no Brasil: trajetórias e perspectivas**. IN: Revista Brasileira de História, São Paulo: v. 13, No. 25/26, set/92/ago/93.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001;

NUNES, Silma. **Concepções de mundo no ensino de História**. Campinas, SP: Papirus, 1996.

NUNES Clarice. "Cultura Escolar, Modernidade Pedagógica e Política Educacional no Espaço Urbano Carioca" IN: NUNES e outros (org.). **Missionários do Progresso: Médicos, Engenheiros e Educadores no Rio de Janeiro (1870-1937)**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **As muitas faces da história: nove entrevistas**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PARENTE, Francisco Josênio C.. "O Ceará dos 'coronéis' (1945-1986)". IN: SOUZA, Simone de (org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____, "Tempos da História, tempos de mudança" IN: Gunter Axt e Fernando Schüler. **4Xs Brasil**. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2005.

PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. **Formação de professores: pesquisa, representações e poder**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: operários, mulheres prisioneiros**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1988.

PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. **Formação de professores: pesquisa, representações e poder**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi. “Por uma História prazerosa e conseqüente” IN: Leandro Karnal (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.

PRIORY Mary Del. “História do Cotidiano e da Vida Privada” IN: CARDOSO Ciro Flamarion e VAINFAS Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

RIDENTI Marcelo. “Cultura e Política: os anos 1960-1970 e sua herança”. IN: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (org.). **O Brasil Republicano: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol. 4.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: De Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1999.

ROCHA Ubiratan. **História currículo e cotidiano escolar**. São Paulo: Cortez, 2002.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo: 1970-80**. Paz e Terra, 1988.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica : primeiras aproximações**. 9ª. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005 (Coleção Educação Contemporânea).

SEFFNER, Fernando. “Teoria e metodologia do ensino de História”. IN: GAUZZELLI, César Augusto Barcelos, PETTERSON Silvia Regina Ferraz, SCHMIDT, Benito Bisso, XAVIER, Regina Célia Lima (orgs.). **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade, UFRGS, 2000.

SCHWARTZMAN Simon Schwartzman, BOMENY Helena Bousquet e COSTA Vanda Maria Ribeiro Costa. **Tempos de Campanema**. Rio de Janeiro:

Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984. Coleção Estudos Brasileiros, v. 81.

SKIDMORE, Thomas. **E. Brasil: de Castelo e Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, José Luiz Werneck da. **A deformação da História ou Para não esquecer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. (Coleção Brasil: os anos de autoritarismo).

SILVA, Marco Antonio. **História em quadro-negro: escola, ensino e aprendizagem**. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 9, no. 19, setembro de 1989.

SIMAN, Lana Mara de Castro & FONSECA, Thaís Nívia de Lima e (Orgs) **Inaugurando a História e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001;

SOUZA, Maria Inez Salgado de. **Os Empresários da Educação; o IPES e a Política Educacional Após 1964**. Petrópolis, Vozes, 1981.

SOUZA, Simone (org.). **Uma nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

SOUZA, Simone (org.). **História do Ceará**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Edições Demócrito Rocha/Stylus Comunicações, 1989.

THOMPSOM E. P. **A Miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____ **A Formação da Classe Operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 1.

_____ **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____ **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas SP: Editora Unicamp, 2001.

TIMBÓ, Isaíde Bandeira. **Memórias do ensino de História – experiências vividas na licenciatura da FICE/UECE (1966 a 1982): mitos, rótulos e contradições**. Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, programa de Pós-Gradução em História, dissertação defendida em outubro de 2004.

TOURAINE, Alain. **Palavra e Sangue: política e sociedade na América Latina**. Campinas/SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

VAINFAS, Ronaldo. **Os Protagonistas anônimos da história: micro-história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VEIGA, Cynthia Greive. "História Política e História da Educação". IN: VEIGA, Cynthia Greive e FONSECA, Thaís Nívia Lima. **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VIEIRA, Sofia Lecher. **História da educação no Ceará: sobre fatos e feitos**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

ZANIN, Luiz, "Cinema Brasileiro" IN: Gunter Axt e Fernando Schüler. **4Xs Brasil**. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2005.

ZARBONI, Ernesta. "Panorama das pesquisas no ensino de história". in: **Saeculum: revista de História**. No. 6/7 jan/dez, 2002/2001 – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB. 2002.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, Educação e Currículo no Brasil – dos jesuítas aos anos de 1980**. Campinas, SP: Autores Associados; Brasília, DF: Editora do Plano, 2004.

Fontes:

JORNAIS*:

Tribuna do Ceará, 04 de julho de 1963, p. 4.
Tribuna do Ceará, 08 de julho de 1963, p. 3.
Correio do Ceará, 13 de janeiro de 1964, p. 8
Tribuna do Ceará no dia 20 de abril de 1972, capa
Tribuna do Ceará, 22 de abril de 1972, p. 06
Tribuna do Ceará, 24 de abril de 1972, p. 3
Tribuna do Ceará, 25 de abril de 1972, p. 7.
Tribuna do Ceará do dia 2 de maio de 1972
O Jornal o Povo de 19 de agosto de 1972 p. s/n.
Tribuna do Ceará, 1º. de setembro de 1972, capa
O Povo, 02 de setembro de 1972, p. 12.
O Povo de 4 de setembro de 1972 p. s/n
O Povo 05 de setembro de 1972 p. s/n
Tribuna do Ceará, 05 de setembro de 1972, p. 4
O Povo de 6 de setembro de 1972
O Povo 4 de janeiro de 1980 p. s/n
O Povo, 8 de março de 2004, p. 5

* Todos podem ser encontrados na Biblioteca Pública Estadual Governador Menezes Pimentel.

LEGISLAÇÃO ESCOLAR: Leis e Pareceres

Brasil. **Do ensino de 1º. Grau – Legislação e Pareceres**. Brasília, Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Documentação e Divulgação, 1979:

Lei 5692/71: fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º. E 2º. graus, e dá outras providências*;

NÚCLEO COMUM

Parecer CFE no. 853/71: fixa o núcleo comum para os currículos do ensino de 1º. E 2º. Graus;

Resolução CFE no. 8/71: fixa o núcleo comum para os currículos de 1º. E 2º. Graus, definindo-lhes os objetivos e amplitude;

EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA

Decreto-Lei no. 869/69: dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica, como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências;

Decreto no. 68.065: Regulamenta o Decreto-Lei no. 869, de 12/9/96, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica, como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências;

Parecer CFE no. 94/71: A Educação Moral e Cívica, currículos e programas;

Parecer CFE no. 1.292/73: A Educação Moral e Cívica em face da Lei no. 5.692/71;

Parecer CFE no. 2.068/76: Projeto de Resolução contendo normas de aplicação da Educação Moral e Cívica (Aviso Ministerial no. 205/76)

EDUCAÇÃO FÍSICA

Decreto-Lei no. 69.450/71: dispõe o art. 22 da Lei no. 4.024, de 20/12/61, e a alínea *c* do art. 40 da Lei no. 5.540, de 28/11/68, e dá outras providências;

ESTUDOS SOCIAIS

Parecer CFE no. 2.264/74: Estudos Sociais no ensino de 1º. Grau;

PROGRAMA DE SAÚDE

Parecer CFE no. 1.471/72: Programa de Saúde no ensino de 1º. grau;

* Livro encontrado na Biblioteca Central do curso de Humanidades da Universidade Federal do Ceará.

Brasil, **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, Senado Federal, 1988.

Brasil. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Rio de Janeiro: coleção AEC, v. 12. Secretaria de Educação e Cultura do Governo de Estado do Ceará Projeto Educacional de 25 de março de 1964, reeditado em 1966.

Brasil. Depoimento de professora **Luiza de Teodoro.** IN: FONSECA, Selva Guimarães. **Ser Professor no Brasil: História oral de vida**. Campinas, SP: Papirus, 1997, p. 124-136.

Brasil. **Livro Resumo – XXII Simpósio Nacional de História**, João Pessoa-PB, 2003.

Brasil. **Livro Resumo – XXIII Simpósio Nacional de História**, Londrina-PR, 2005.

Brasil. **Caderno de Resumos – VIII Encontro Estadual de História**, Limoeiro do Norte-CE, 2005.

Brasil. Médici - (Livros contendo discursos que eram reproduzidos nos livros de Educação Moral e Cívica*)

MÉDICI, Emílio Garrastazu (D. D. Presidente da República do Brasil) – A Verdadeira Paz.. Departamento de Imprensa Nacional.

MÉDICI, Emílio Garrastazu (D. D. Presidente da República do Brasil) – Nova Consciência do Brasil. Departamento de Imprensa Nacional.

MÉDICI, Emílio Garrastazu (D. D. Presidente da República do Brasil) – O Jogo da Verdade. Departamento de Imprensa Nacional.

MÉDICI, Emílio Garrastazu (D. D. Presidente da República do Brasil) – O Povo Não Está Só. Departamento de Imprensa Nacional.

* Todos podem ser encontrados na Biblioteca Pública Menezes Pimentel.

Ceará. Secretaria de Educação do Ceará. **Currículo do 1º. Grau**, volume 1, educação geral, p. 72, abril de 1973 (cedido, gentilmente, pela professora Simone Sousa – UFC-CE).

Ceará. **Luiza de Teodoro em entrevista publicada em 11/11/1993 à Revista *Entrevista***. 11/11/1993, p. 25-39. Imprensa Universitária, Fortaleza: fevereiro de 1994, no. 4.Biblioteca do NUDOC/UFC Departamento de Pós-Graduação de História.

Ceará. **Leis do Estado do Ceará (Leis números 6229 a 7074), 1963, Volume XVII –** Tomo III – Editora Jurídica, LTDD. Fortaleza, Ceará, s/d. Biblioteca Pública Menezes Pimentel.

Ceará. **Livro da Professora**. Projeto educacional do Governo do Estado do Ceará através de sua Assessoria Técnica da Secretaria de Educação e Cultura, publicado em 24 de março de 1964 e reeditado em 1966. Um dos poucos exemplares que restaram pode ser encontrado na Biblioteca do Colégio Municipal Filgueiras Lima.

Ceará. Secretaria de Educação da Cultura/Arquivo Público do Estado do Ceará. **Inventário do Acervo Virgílio Távora**. Fortaleza, SECULT, 2003.

Ceará, **Acervo Virgílio Távora**, Arquivo Público do Ceará.

Série – Correspondência Geral:

Cartas expedidas: Pedidos e nomeações;

Cartas recebidas: Pedidos e nomeações;

Cartas recebidas do exterior: Acordos internacionais;

Telegramas recebidos do exterior: Projetos, Financiamentos e empréstimos; Agradecimentos e cumprimentos; Assuntos diplomáticos.

Série Produção Intelectual:

Entrevistas, palestras, declarações e depoimentos

Série Secretarias do Poder Executivo do Estado do Ceará:

Subsérie: Secretaria de Educação – Relatórios de instalação de escolas públicas em Fortaleza; dossiê – funcionamento da Secretaria de Educação na gestão 1963-1966; Convênios; Boletins informativos. Requerimentos. Projetos.

Ceará. **Plano de Metas do Governo (PLAMEG) – Virgílio Távora** 1963-1966 (Biblioteca Pública Menezes Pimentel/Arquivo Público do Estado do Ceará).

PASSOS, Hélio. **César Cals: sua vida outras vidas**. Fortaleza: Folha do Ceará, 1997.

Vaticano. **Encíclica Divini Illus Magistri**, Roma, 31 de dezembro de 1929.

LIVROS DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA E ESTUDOS DE PROBLEMAS BRASILEIROS* :

ANDRADE, Benedicto. **Educação Moral e Cívica**. Editora Ática, s/d (Pelas informações contidas no livro, foram publicados dois volumes: um em 1971 e outro em 1972)

BORTOLI, Lurdes de. **Educação Moral e Cívica – adaptado aos objetivos profissionalizantes**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979;

Brasil, **Educação Moral Cívica**. São Paulo: Itamaraty, 1971.

COSTA, Otto, MOSCHINI, Felipe N. PAIXÃO, José C. **Educação Moral e Cívica**. Editora do Brasil, São Paulo:s/d;

SCANIMBURGO, João de. **Tratado Geral do** Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1971;

* Todos podem ser encontrados na Biblioteca Pública Menezes Pimentel.

QUEIROZ, Rachel. "Democracia" **100 crônicas escolhidas**. Rio de Janeiro: 1973. Livraria José Olympio Editora p. 214-215 (Coleção Sagarana – crônica de 1956).

QUEIROZ, Rachel. "O Sete de Setembro (notícia para Daniel, meu neto)" IN: **Seleta**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976, p. 110-112 (Coleção Sagarana – crônica de 1956).

ATAS DE REUNIÕES DO COLÉGIO MUNICIPAL FILGUEIRAS LIMA

30 de Dezembro de 1964;

19 de Agosto de 1967;

2 de Março de 1962;

10 de Agosto de 1968;

16 de Novembro de 1968;

15 de Março de 1969;

27 de Setembro de 1969;

4 de Janeiro de 1971;

4 de Março de 1971;

6 de Novembro de 1971;

22 de Fevereiro de 1972;

10 de Novembro de 1972.

FONTES ELETRÔNICAS:

http://vatican.mondosearch.com;
http://www.presidencia.gov.br/c.civil;
Brasil. Constituição da República dos Estados do Brasil de 16 de julho de 1934.
http://portal.mec.gov. Br/arquivos/pdf/pne.pdf;
http://www.presidencia.gov.br/c.civil;
Pt.wikipedia.org/wiki/MEC-Usaid;
www.
universia.com.br/htm/notícia_dentrodocampus_cajj+maria+antonieta+cals;
http//www.cec.ce.gov.br/curric.htm;
www. senado. gov. br/sf/senadores_biografias.asp?;
http://www.sbhm.org.br/index.asp?p=medicos_view&codigo=152;
www.prossiga.br/anisioteixeira/fran/artigos;
http//www.senado.gov.br/web/cegraf/pdf/11122003/40956.pdf;
http://www.mestradoletras.ufjf.br/profs/textomc2.pdf;
http://test.scielo.br/scielo.pht?script=sci_arttext&pid=S1517-9702200500100009&lng=es&nrm=ios;
www.releituras.com/racheldequeiroz_bio.asp+Raquel+de+Queiroz;
www.jornaldosamigos.com.br/rachel_de_queiroz;
http:/www. planejamento.gov.br/conheca_mp/conteúdo/historico.htm;
www.infanttv.com.br/camilo;
www.mondoguareschi.com/roncole.php;
http://www.ferrao.com.br/;

ANEXO 1

Sugestões de trabalhos que ajudam a atender a cultura cívica escolar.

CEZAR, Temístocles. “Presenteísmo, memória e poesia. Noções da escrita da História no Brasil Oitocentista”. IN: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **Escrita, Linguagem, Objetos**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

CERRY, Luís Fernando. “Festas Nacionais e didatização do saber histórico nas pedagogias do cidadão”. IN: **História & Ensino**: Revista do Laboratório de Ensino de História. Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina – vol, 1 (abril 1995) Londrina: Ed. UEL, 1995.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. **Da infância ao altar da pátria: memória e representações da Inconfidência Mineira e Tiradentes**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001 (Tese de Doutorado);

_____, “Festas Cívicas e Universo Cultural: Minas Gerais no século XIX”. IN: PAIVA, Eduardo França & ANASTÁSIA, Carla Maria Junho (Orgs). **O Trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI e XIX**. São Paulo: Annblume, PPGH/UFMG, 2002;

FRANÇA Vera Regina Veiga (org.), **Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver**. Belo Horizonte, Autêntica, 2002.

GASPARELLO, Arlete Medeiros. “A Nação como modelo pedagógico”. ARIAS NETO, José Miguel (org.). **Dez Anos de pesquisa em ensino de História – V Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História**. Londrina: Atritoart, 2005.

LIMA, Ivana Stole. “História e Imprensa: com a palavra a cidade mestiça. Imprensa, política e identidade no Rio de Janeiro, 1831-1833”. IN: MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.). **Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador**. Rio de Janeiro: Access, 1998.

MADER, Maria Elisa Noronha de Sá. “História, Cronistas e Viajantes: a carta de Pero Vaz de Caminha como memória fundadora”. IN: MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.). **Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador**. Rio de Janeiro: Access, 1998.

MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.). **Histórias do ensino de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Access, 1998.

MUNAKATA, Kazumi. “História que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil”. IN: FREITAS, Marques Cezar de (Org.) **História brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, p. 271-296;

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: De Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1999.

SIMAN, Lana Mara de Castro & FONSECA, Thaís Nívia de Lima e (Orgs) *Inaugurando a História e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001;

VAZ Aline Choucair. **Festas Cívicas no Estado Novo: rituais de poder no imaginário mineiro (1937-1945).** Revista de Iniciação Científica 2000/2001. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, 2002.

VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985;

ZAMBONI, Ernesta. “Projeto pedagógico dos parâmetros curriculares nacionais: identidade nacional e consciência histórica”. IN: **História & Ensino**: Revista do Laboratório de Ensino de História. Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina – vol, 1 (abril 1995) Londrina: Ed. UEL, 1995.

Sugestões de obras que contribuíram para o início da elaboração da cultura cívica escolar.

POMBO, Rocha. **História do Brasil para o ensino secundário**. 19. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos, s/d. (A primeira edição é de 1918)

ROCHA PITA, Sebastião da. **História da América Portuguesa**. São Paulo: Edição Panorama s/d;

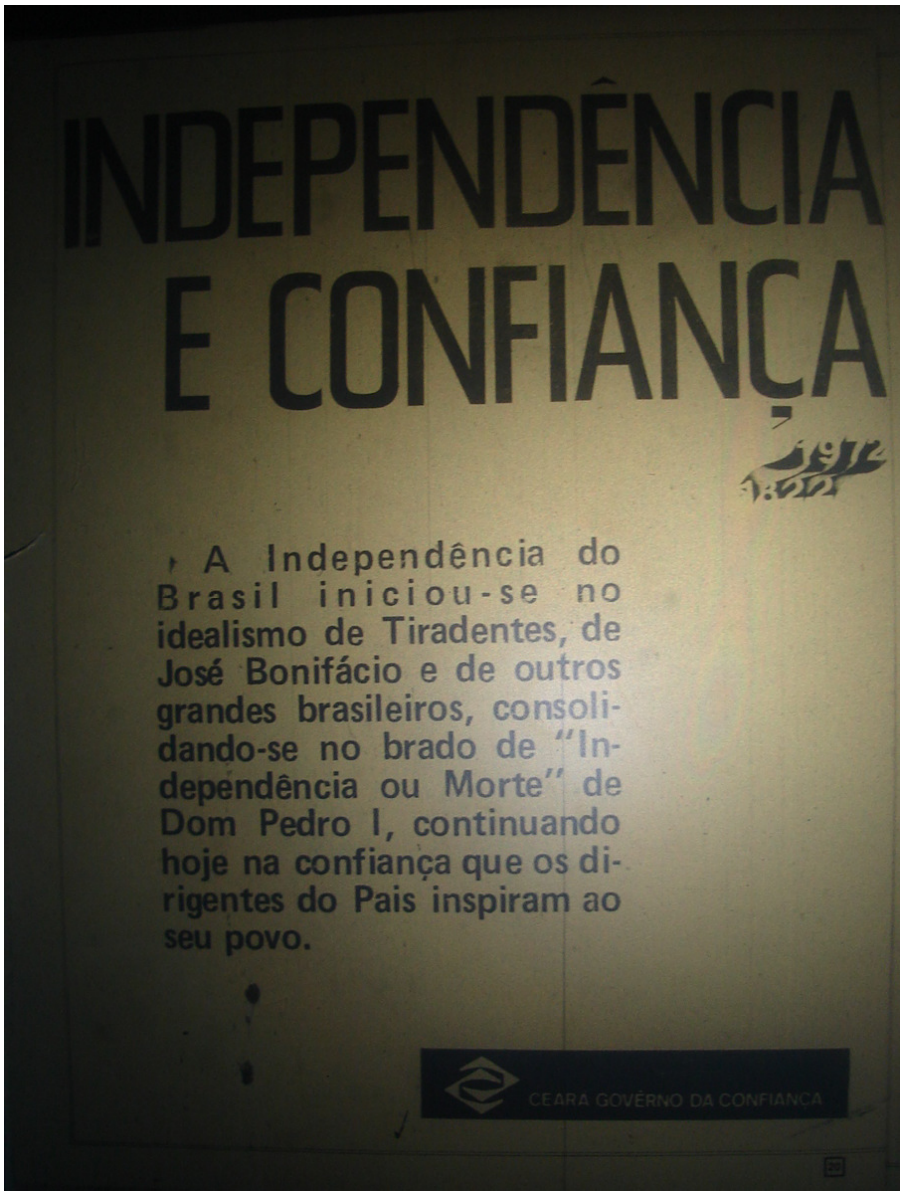
MARTIUS, Karl Friedrich Philip Von. **Como se deve escrever a história do Brasil**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, janeiro de 1984, N. 24.

VARNHAGEN, F. A. **História da Independência do Brasil**. 7ª. Ed. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

_____, **História Geral do Brasil**, Madrid: Imprensa da V. Domingues, 1854[417].

[417] Segundo GASPARELLO, Antes de Varnhagen "autores estrangeiros publicaram histórias do Brasil, como *History of Brazil*, publicado em três volumes (1810, 1817, 1819), de Robert Southey, marco historiográfico para os estudos nacionais. Foram publicadas mais duas obras de autores ingleses sobre a história brasileira: uma, anterior à de Southey, *History of Brazil* por Andrew Grant, em 1809, outra em 1821, de James Henderson, ambas sem a qualidade da obra de Southey." (GASPARELLO, Arlete Medeiros. "A Nação como modelo pedagógico". ARIAS NETO, José Miguel (org.). **Dez Anos de pesquisa em ensino de História – V Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História**. Londrina: Atritoart, 2005, p. 577.

ANEXO 02



(JORNAL O POVO, 02 DE SETEMBRO DE 1972, P.20)

ANEXO 03

(JORNAL O POVO, 04 DE SETEMBRO DE 1972, CAPA)

ANEXO 04

JORNAL DA INDEPENDÊNCIA

BRASIL 1972

BRASIL 150 ANOS DEPOIS

...E todo mundo fala no "milagre brasileiro"

Nossos centros de ensino já nos permitem dominar o átomo e implantar novos setores, como a vitoriosa indústria aeronáutica brasileira

Os brasileiros falam entre si e com o mundo, através das torres de microondas que hoje ligam nosso território

A Transamazônica equivale em quilômetros à distância entre Lisboa e Moscou. É a obra do século, integrando definitivamente a Amazônia ao contexto de nossa realidade

EXTRA

PROCLAMADA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

São Paulo, 7 de setembro de 1822 (Urgente) — Um moço de 24 anos, nascido em Portugal, acaba de declarar o Brasil independente de sua pátria de origem.

Ele é D. Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon, Príncipe Regente do Reino do Brasil.

O gesto histórico se deu às margens de um pequeno riacho, o Ipiranga, na colina do mesmo nome, às 4h30min da tarde de hoje, sábado, 7 de setembro de 1822.

A íntegra do noticiário sobre o importante acontecimento vai publicada na página 2.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE CULTURA, DESPORTO E PROMOÇÃO SOCIAL
(PALÁCIO DA LUZ)
FORTALEZA — CEARÁ

O grito da independência foi surpresa para a comitiva do Príncipe

JORNAL DA INDEPENDÊNCIA

BRASIL 1822

VAMOS DITAR LEIS AO MUNDO

Podemos finalmente divulgar trechos da carta que a Princesa Leopoldina, há exatamente um mês, enviou a seu pai, Imperador da Austria, anunciando-lhe que ela e D. Pedro não mais viajariam para a Europa.

"A nossa viagem torna-se impossível porque excitaria o nobre espírito do povo brasileiro, sendo ainda a maior ingratidão e o mais grosseiro erro político se todos os nossos esforços não tendessem a garantir uma justa liberdade, conscientes da força e grandeza deste belo e florescente Império.

"Ele, que nunca se submeterá ao jugo da Europa, poderá entretanto, com o tempo, ditar leis. Estou certa, meu digno pai, de que vós me desejais o que é bom e nobre e não deixareis de nos dar o auxílio do vosso poder e força, nesta emergência."

Somos quase 4 milhões

Os que habitam este país na data da proclamação. — (Noticiário na página 2)

NOTA DO EDITOR

Leia este jornal, até a 11ª página, como se você o ele estivessem viendo, de fato, os idos de 1822.

Uma equipe de historiadores, supervisionada pela acadêmica Pedro Calmon e tendo a colaboração dos professores Vicente Tapajós e Cláudio Soares, foi secundada por redatores especializados, sob a chefia de Severino Carneiro, para fazer este trabalho dedicado a você e a seus filhos.

Um trabalho que confirma Albert Camus: "o jornalista é o historiador do momento". E aqui está o Brasil. O Brasil de 150 anos e o mundo em que ele nasceu.

Amaral Neto

Suicidou-se ministro inglês: foi canivete

LONDRES, 12 de agosto (do correspondente) — Cortando a garganta com um canivete, pôs fim à própria vida o Ministro das Relações Exteriores do Reino Unido, Lord Castlereagh. Atribui-se o fato a uma crise de depressão nervosa.

De grande prestígio em seu país e pertencendo ao Partido Tory (conservador), Lord Castlereagh apoiava a política intervencionista de Metternich, contra o surto liberal e o nacionalismo no mundo.

CANNING

Lord Canning, seu substituto já escolhido, deverá mudar totalmente a política externa do Reino Unido, uma vez que há tempos se declara favorável às jovens nações americanas em luta pela independência.

Quanto a Castlereagh, sabe-se que ultimamente vinha tendo problemas nervosos, a tal ponto que o Duque de Wellington — general vencedor de Napoleão em Waterloo — chamou a atenção do Dr. Bankhead, médico do ministro, para seus problemas.

O Dr. Bankhead procurou cercar o paciente das devidas precauções, inclusive retirando de sua casa todas as facas e navalhas. Foi esquecido, no entanto, o canivete com que Lord Castlereagh cometeu o suicídio.

Shelley: morto no "D. Juan"

Poeta cremado na praia

(Ver página 2)

Oitava emancipação nas Américas

(Do Departamento de Pesquisa do "Jornal da Independência") — O Brasil, com os acontecimentos de 7 de setembro, é o oitavo país das Américas a proclamar sua independência, libertando-se da tutela européia. Esse processo emancipador, iniciado no século dezoito, tem até o presente momento as seguintes protagonistas:

1776 — Estados Unidos da América
1810 — Províncias Unidas do Rio da Prata
1811 — Paraguai
1818 — Chile
1819 — Gran-Colômbia
1821 — Peru
1821 — México
1822 — BRASIL

Esclareça-se que o Brasil é o oitavo país independente apenas na ordem da proclamação. De fato, trata-se do segundo, porque desde 1808 o Rio de Janeiro é a sede da monarquia luso-brasileira, em 1815 foi elevado à Reino Unido e agora se transforma em Império.

ANEXO 05

Como foi a Independência

D. Leopoldina enviou a D. Pedro as cartas de Corte

São Paulo, 7 (do correspondente) — "Amigos! Estão para sempre quebrados os laços que nos ligavam ao governo português!" Em seguida, o Príncipe Regente D. Pedro, espada desembainhada, arrancou do chapéu o fita com as cores lusas. Atirou-o ao chão, ordenando igual procedimento à sua comitiva.

— Viva o Brasil livre e independente! — bradou ele. E todos, desembainhando também as espadas, responderam de imediato: "Viva D. Pedro, seu defensor perpétuo!" Ato contínuo, novo brado do Príncipe Regente, por todos repetido:

— Será nossa divisa de ora em diante: Independência ou Morte!

COMO FOI

De volta de Santos, onde fora inspecionar guarnições militares e visitar parentes do Sr. José Bonifácio, o Príncipe Regente se dirigia para São Paulo, acompanhado pela comitiva. Cavalgava a seu lado o padre Belchior Pinheiro, com quem mantinha animada conversação.

Vencida a serra, pouco tempo decorrido, os membros da Guarda, que se tinham adiantado e esperavam pelo Príncipe às margens de um riacho de nome Ipiranga, viram chegar dois apressados cavaleiros, em busca de D. Pedro.

Eram Paulo Bregaro, Correio da Paço, e o Major Antônio Ramos Cordeiro. Vinham ambos do Rio, a mando da Princesa Leopoldina e de José Bonifácio, com a incumbência de entregar ao Príncipe importantes documentos.

Aos membros da Guarda, só informaram que chegara ao Rio um navio trazendo despachos das Cortes de Lisboa, tendo o Ministro José Bonifácio resolvido que D. Pedro precisava tomar urgente conhecimento de seu teor.

O PRÍNCIPE

Os dois cavaleiros galoparam então à procura de D. Pedro, enquanto os membros da comitiva conversavam sobre o fato. Mais alguns instantes e a guarda de vigia foi vista se aproximando às carreiras. Conforme o combinado, deveria ele avisar a comitiva, logo que D. Pedro voltasse a cavalgar. E que o Príncipe prosseguiria viagem e entraria em São Paulo entre duas alas de escolta.

Mas tão rápido chegou D. Pedro, que alguns soldados sequer tiveram tempo de montar. E diante da Guarda, que formara um semicírculo, D. Pedro desembainhou sua espada, mudando o curso da história.

Havia de ser quatro horas da tarde, mais ou menos.

D. Pedro cunhado de Napoleão

Parentesco com Napoleão foi ironia do destino

Poeta cremado na praia

Viareggio, Itália, 10, agosto, 1822 (do correspondente) — O corpo do grande poeta inglês Shelley foi hoje cremado na praia, com a presença de seu amigo Byron, outro conhecido poeta de mesma nacionalidade.

Shelley morreu a 8 de julho passado, no naufrágio de seu pequeno barco "Don Juan", numa dada por Byron. O corpo só foi encontrado a 18 do mesmo mês. As cinzas irão para o cemitério protestante de Roma.

QUEM FOI

Nascido a 4 de agosto de 1792, Percy Bysshe Shelley era filho de família nobre e rica, de Horsham, condado de Sussex, na Inglaterra. Desde moço, revelou-se avesso às tradições de nobreza.

No colégio de Eton, um dos mais importantes de seu país, demonstrou acendrado interesse pela química e pela eletricidade, além de preferir ler e escrever aos jogos esportivos.

Na Universidade de Oxford, onde ingressou em 1810, caracterizou-se por uma originalidade de espírito. Foi expulso por ter escrito o "Necessidade do Ateísmo", veio-se a seguir a entrar. Duas vezes casado, no primeiro partiu o guarda dos filhos; para o segundo Harriet Westbrook.

A Rua Direita, uma das mais movimentadas do Rio

SOMOS QUASE 4 MILHÕES

O Brasil, a 1 de setembro de 1822, tem sua população calculada em 3 milhões e 800 mil habitantes, dos quais 1 milhão de brancos, um mil índios e mamelucos e 2 milhões de negros escravos.

São 18, suas províncias: Grão Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Cisplatina, Goiás e Mato Grosso.

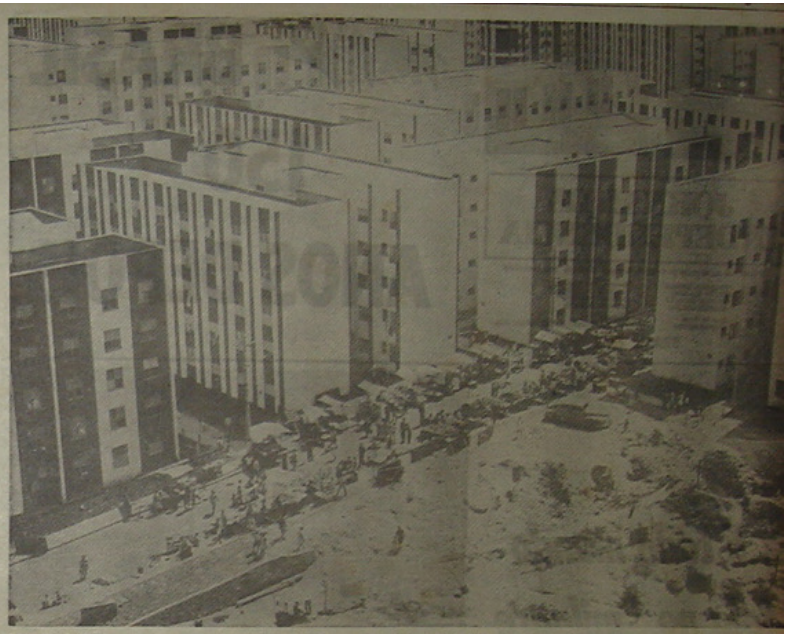
A CORTE

A Corte está na cidade do Rio de Janeiro, fundada em 1565. De acordo com o recenseamento mandado realizar, em abril de 1821, pelo Corregedor, Sr. Joaquim José de Queiroz, sua população é de aproximadamente 325 mil habitantes, distribuídos por 13 mil 500 fogos.

A zona urbana se constitui das freguesias da Sé, Candelária, São José, Santa Rita e Santana, totalizando pouco menos de 86 mil moradores. As zonas suburbanas e rural são formadas pelas freguesias de Engenho Velho, Lagoa, Irajá, Jacarepaguá, Inhaúma, Guaratiba, Campo Grande, Ilha do Governador e Paquetá.

Contam-se quarenta ruas, seis largos, duas praças, dezesseis travessas, treinta e cinco becos, três praias, uma baixada e seis morros. A cidade dispõe de nove igrejas, seis conventos, vinte e uma capelas, dois seminários e seis quartéis.

Infelizmente, a Rio continua a ser uma cidade mal iluminada, apesar da importância de seu comércio. O movimento de exportação já sobe, só em 1821, a mais de vinte milhões de libras-peso, sendo ainda de muita relevo na balança econômica da cidade a agricultura e as pesca.



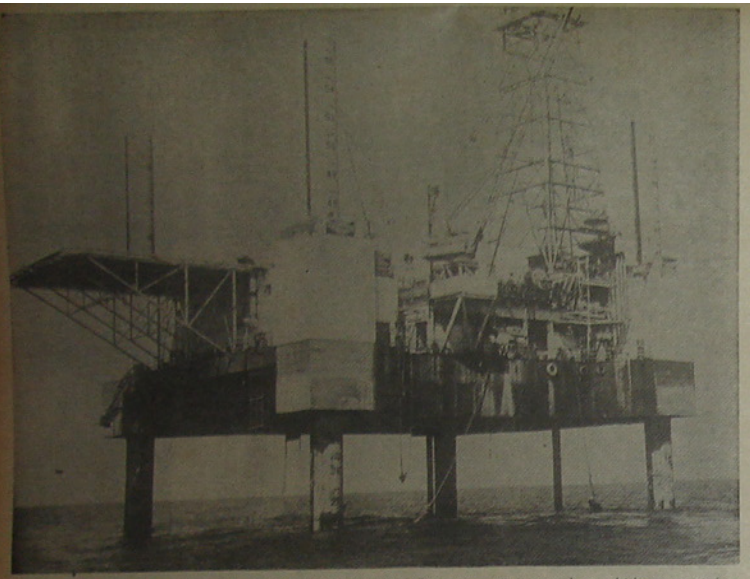
Depois de 1964, 1 milhão de novas residências para os brasileiros. E até 1980, mais 8 milhões de unidades habitacionais

SE GOVERNAR
É ABRIR ESTRADAS,
HOJE ESTAMOS
NO CAMINHO CERTO

De 25 mil quilômetros de estradas pavimentadas, em 1964, teremos mais de 80 mil quilômetros de rodovias em asfalto, nos próximos dois anos.

Na escalada do progresso, a energia elétrica será um ponto alto. Chegaremos a uma capacidade instalada de 30 milhões de quilowatts — esse é o objetivo para 1980

ANEXO 06



Não só as frotas pesqueiras fazem a ocupação de nossas 200 milhas de mar territorial. Temos outras sentinelas avançadas nas plataformas que pesquisam e exploram petróleo em alto-mar

MAIS BRASILEIROS ESTUDANDO DO QUE TODA A POPULAÇÃO DO CANADÁ

Antes de 1974, será duplicada a oferta de matrículas em todos os níveis de ensino, do 1.º grau ao universitário, incluindo o treinamento técnico-profissional. E 75% dos analfabetos, entre 15 e 35 anos de idade, serão alfabetizados.

A indústria automobilística, com milhões de veículos produzidos, é uma prova da capacidade técnica dos brasileiros

O Grito do Ipiranga, eco de 150 anos

Previnamos o que acontecera na colina do Ipiranga. Só se negou não virem, só se acordou não surpreender a notícia firme da Nação para esse momento de ser a grande, esse instante em que um grito ecoou nova data, uma data minha em século e pequena para contar um País; a nossa País, Império pela própria natureza.

Tudo começou em 1789. Revolução francesa? Não; antes disto. Conjuração mineira. Começou com a Inconfidência de Vila Rica. Teria importunado não se Lisa, porque os fatos se sobrepuseram aos fatos, e ficou longe a figura empalidia do alferes Joaquim José da Silva Xavier. Mas a exceção do mártir, os exemplos da Lampadosa, à princípio de esbatidão.

As revoluções que eclem pátrias são como as colegiais, que se amamentam; querem o Mártir. Para que o sacrifício purifique as intenções, e outro o Exemplo pontifique a Idéia. O Inconfidência tinha um apóstolo, Tiradentes. Faltou a ser o mártir preferido e a coisa confidencial dos Patriotas. Não morreu um só! E ficou empreender porque outros Inconfidentes não se negaram à primeira; tentaram porque foi uma conspiração endogerada, a horrível agitação nativista de 1798, na Bahia. O nacionalismo era ainda regional. Precisava de um centro de decisão e de uma garantia de unidades: para que o Brasil não se organizasse estendida da metrópole. mantinha-se seu Destino, em vez de conquistá-lo.

O problema tornara-se simples, e terrível. O pequeno Brasil se a independência fosse provincial, a grande Brasil se fosse nacional.

Mas quem, abaixo de Deus, poderia libertar, sem desagregar, esta terra imensa? Olharam o mundo. De um lado a Rússia. É um vasto império, mas que levou 700 anos para completar. De outro lado a América Inglesa. É uma eterna República, mas com Federação de Estados Unidos, cada um senhor de si, voluntariamente ligados entre si. Tem o Brasil se comparar da União Americana? Deverá esperar o tempo que gastaram os impérios antigos e modernos para se formarem, o Romano, o Germânico, o de Tzar Alexandre, efeito lisonjeiro da Santa Aliança dos reis da Europa? Para o Brasil ser um país soberano sem quebrar a estrutura com espalhar a História — a história de seus três séculos de Território e Povo — se fosse mister um governo ativo da Região e dos partidos O "fato" governou. Dizemos, e lamentamos; para não discernir, o Prodigioso. Encarou-o D. João VI, que José Bonifácio de Andrada e Silva (sem haja a Estafeta!) denomina o Fundador do Monarquia Luso-Brasileira.

Foi quando nos demos conta de que o sucessor legítimo de D. João VI era o Príncipe D. Pedro. Em torno de Sua Alteza Real se Patriotas se juntaram, como se junta a tropa dispersa em redor do Capitão que pode e deve comandá-la.

Tinha a devoção do Rio de Janeiro e o apoio de São Paulo. Dirigiam-lhe em Ouro Preto a autoridade. A escola, numa eleição fulminante, entabulavam em Minas Gerais a ordem e a hierarquia. Regente do Reino do Brasil, parecia pouco. No dia do aniversário do Rei, Tropa e Povo do Rio de Janeiro aclamaram-no Defensor Perpétuo do Brasil.

A 1.º de agosto, cientes de que novos batalhões vinham da metrópole tais desembarcar na Bahia, declaram-se solidários. Em Manifesto aos Brasileiros, falam da Independência do Brasil. Bem-a como consumada, no Manifesto às Nações, de 6 de agosto.

Nesse documento transparece a política enérgica de José Bonifácio; pelo dedo, desnuda-se o gigante. São dois Titãs que fraternizam: o Rio e o Herói. Herói e o Discípulo inspirado. O Ghisa do Brasil e seu Anjo Custódio.

Perdem-nos a invenção negada. Mas É admirável o que avalia de ouvidos.

Quem evitaria a guerra civil? Só o nosso Príncipe.

A 14 de agosto deixou presidente os senhores da ministério a Augusta Esposa, Princesa D. Leopoldina, para sempre herdeiro, e com quatro pessoas, o golpe pela estrada, vem para São Paulo. Deu-se a impressionar. Cada uma das localidades por onde passou, fornecem-lhe um contingente para a guarda de honra. Esta gradativamente tornara-se um contingente para a guarda de honra. Esta gradativamente tornara-se uma tabalha da Rio de Janeiro e abaixou Piratininga à frente de uma cavalaria maravilhosa. Esperavam que a Junta rebelde lhe oponesse os seus argumentos. Foi a Junta rebelde desaparecera como castelos batidos do sol. Era uma gota d'água, dessas que fazem transbordar o copo (e transbordou): mas ninguém no chão. Felicitaram-se a resistência. S. Exa. Reverendíssima o Bispo, Ministros e Procuradores, o Povo inteiral por todas as classes, se Senhores, à Junta, festejando a entrada do Príncipe. São Paulo batalha lhe manifestou o seu entusiasmo. De 14 de agosto a 7 de setembro, ele foi nesta Cidade o Chefe, que não se discute. A Permanência, que não se esquece, a Bandeira, que não se renega. Bandeira bandeirante rajou muitos anos ai, nos verdes campos. nas minas cintilantes; brasileiríssima bandeira cor de riqueza e paisagem!

Sua Alteza Real deseja a Santos, para examinar as fortalezas.

Tinha de ser cena ao seus olhos a defesa da costa, precavendo-se para a eventualidade de a guerra lhe fosse imposta. Subiu a São Paulo, no dia 7, com a sua tropa de honra, vitoriosamente; como se adivinhasse que no alto do Ipiranga o encontraria a notícia da Corte.

O correio da Corte, Jerônimo Paulo Bregaro, entregou-lhe, naquele lugar, cartas da Princesa e de José Bonifácio.

O Príncipe leu-as, pálido de emoção.

Eram 4 da tarde.

Não houtras. Arrancou da espada, e perante os companheiros, em admiração, bradou: "Independência ou Morte".

Nesta mesma noite surgia no teatro, de grande uniforme, e novo retrato e solenidade, que corresponderam à sua declaração; a independência estava proclamada. A prova disso: o emblema que Sua Alteza mandara pregar, ainda noite tarde de 7 de setembro, com as duas palavras ardentes, "Independência ou Morte".

Para a seguinte, deu a música do Hino, cuja estribilha um grupo de distinguiu paulistas, logo acompanhado de toda a platéia, cantou inebriantemente:

Brava gente brasileira,
Longe vá temor servil,
Ou ficar a pátria livre
Ou morrer pelo Brasil.

Independência e vida, gritou o Príncipe, que tinha agonias dar a vida por ela.

D. Pedro Autorita, de alto da colina, o Brasil do futuro. Independente como territorio, homogêneo como povo. Império para sempre, integro em seu território, e no tempo, toda esse povo de uma língua só, uma alma só, uma bandeira só; abaixo de Deus, que lhes nos dera (e prometia!) — o Brasil brasileiro.

O grito de 7 de setembro não foi para ser ouvido na América. Foi para ser ouvido de dia a cem anos.

Grita para 150 anos. Perdão. Para a Eternidade.

Inconfidentes chamaram Tiradentes, de "O Libertador"

REZENDE: "TIRADENTES FOI O PRECURSOR"

— Meu pensamento se dirige aos que não mediram sacrifícios para libertar o Brasil. O alferes Xavier, acima de todos, merece o nosso culto como protomártir da independência. — Foi o que declarou ao "Jornal da Independência" o Coronel José de Resende Costa, único remanescente da Conjuração Mineira de 1789.

Lembrou que Tiradentes era também chamado pelos companheiros de Inconfidência com o tratamento afetuoso de "o Libertador", tendo declarado ainda que ele "apesar de muito humilde, tornou-se o maior de todos eles". E acrescentou: "o alferes Joaquim José da Silva Xavier foi sem dúvida o precursor."

COMO FOI

— Naquela época — recordou —, Ouro Preto era a mais importante cidade do Brasil, com seus mil habitantes, muitos deles bacharéis vindos de Coimbra. Seus filhos estudavam na Europa, onde recebiam influências de novas idéias e de escritores como Voltaire, Montesquieu e Rousseau.

Afirma o Coronel Resende Costa que as leses revolucionárias e liberais assim como o exemplo das colônias inglesas da América do Norte, que se libertaram da metrópole e adotaram a forma republicana de governo, promoveram na juventude brasileira grande admiração.

— Éramos muitos, que se todos das mais importantes famílias da região. Posso citar José Alvares Maciel, Domingos Vidal de Barbosa, Alvarenga Peixoto, fazendeiro e poeta, e sua esposa Bárbara Heliodora, o dr. Cláudio Manoel da Costa, o vigário de São José del Rei, padre Carlos Correia de Toledo e Melo.

Mencionou ainda José da Silva e Oliveira Rolim, o cônego Luiz Vieira da Silva, ativo de grande influência, o desembargador Tomás Antônio Gonzaga, "português de nascimento mas brasileiro de adoção, inclusive sentimentalmente ligado a uma brasileira, Maria Doroteia de Joaquim, que ele chamava Marília, com carinho", e também o Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, "um dos homens importantes de Ouro Preto".

OBJETIVOS

— Queríamos a independência e sonhávamos com uma república, cuja capital seria em São João del Rei. Fundaríamos uma Universidade em Ouro Preto, poríamos fim à escravidão. Aliás o Alvarenga Peixoto, que tinha muitos escravos, até quis dar os rebeldes contra essa idéia.

O Coronel Resende Costa lamenta que a juventude e a boa-fé dos conspiradores foram sua perdição. Admite ter havido imprudência no alistamento de pessoas que não mereciam confiança.

— Frustou afinal decapitados os governados. Visconde de Barbacena. As prisões se sucederam, vingando a muitos inocentes. O processo correu longamente. O dr. Cláudio Manoel da Costa teria se suicidado na prisão, embora ainda acredite que ele foi morto.

Lembra que, no final de tudo, dos muitos condenados à morte, 6 eram sacerdotes enforcado em grande degredo. Só Tiradentes subiu ao patíbulo, no Rio de Janeiro, a 21 de abril de 1792.

ANEXO 07

Reportagem Social

Um alemão amigo do Brasil

RIO — Acaba de ser traduzida para o português e editada nesta cidade um folheto de 16 páginas, de autoria do Sr. Von Langsdorff, tendo como título "Memória sobre o Brasil para servir de guia àqueles que nele se desejam estabelecer".

O autor, de grande prestígio social no Brasil e na Alemanha, é verdadeiro apaixonado de nossa terra, para onde se transferiu em 1813. Nascido em Essen, no ano de 1773, formou-se em Medicina pela Universidade de Goettingen.

BORBOLETAS

No Brasil, Langsdorff dedicou-se ao estudo das borboletas, de que é rico este País, chegando a organizar uma coleção com mil e setecentos espécimens.

Tendo sempre desejado criar um centro modêlo de agricultura em sua propriedade na raiz da serra, a Fazenda da Mandioca, estava há dois anos na Europa, fazendo propaganda do Brasil.

Ao que tudo indica, foi bem sucedido, pois nestes últimos meses chegaram ao País vários agricultores alemães, logo enviados por Langsdorff para a Fazenda da Mandioca.

EUA apóiam A. Latina

Washington, agosto (do correspondente) — Em mensagem ao Congresso, o presidente James Monroe, dos Estados Unidos, declarou que os novos governos da La Plata, Chile, Peru, Colômbia e México estão "no pleno gozo de sua independência".

Acrescentou: "não existir a mais remota possibilidade dessas partes serem privadas dessa independência", salientando ainda que "essas medidas de reconhecimento, por parte de outras potências, que não deveriam resistir a essa exigência".

MISSÕES

O Congresso norte-americano, em face em carta ao protesto do Ministro da Espanha, votou uma quantia para custear as despesas "das missões nas nações independentes do continente americano, que o presidente haja por bem nomear".

Vitória de Sucre

Pichincha, Equador, maio, 24, 1822 (do correspondente) — O General Sucre, um dos principais chefes do movimento de libertação dos povos espanhóis na América, conseguiu sensacional vitória sôbre as tropas realistas, sendo certo que esta nova vitória coroou definitivamente, de vez, a emancipação desta região.

A casa de Bolívar, na ilha de Jamaica (pintura)

"BOM APETITE"

SOPA DE CAJU

Tritura-se uma porção de cajus que se cortam em pedaços. Ferve-se um pouco em água com talhadas de limão e açúcar. Cozem e juntam-se-lhe outro tanto de vinho branco, em umas talhadas de limão e fatias de pão. Esta sopa come-se fria e é excelente nos dias de calor.

FEITO DE VITELA COM MARISCOS

Cozem-se o pão na água e sal. Esmaga-se, depois a pão. Picam-se em uma caçarola um copo de vinho, copo de leite, pão ralado, uma pitada de noz moscada e manteiga. Deixam ferver um pouco, põem-se depois a carne de peixe e os mariscos. Depois de cozido, servem-se.

GANSO ENSOPADO COM SAMAMBAIA

Tendo-se os pedaços de ganso passados em pimenta quente, e cozem-se, acrescentando-lhes uma garrafa d'água, sal, pimenta, uma cebola, salsa e manjerona. Estando quase cozidos, colhem-se nesta uma porção de brotos de samambaia tenros e depois de duas horas. Ligam-se e deixam-se estar uma hora em cebola de pão ralado. Picam-se os pedaços de ganso por cima, derramando sôbre tudo uma porção de manteiga na qual deve ser frita uma cebola picada, sal e serve-se assim.

PASSARINHOS FRITOS COM RAMANAS

Temperados os passarinhos com sal, pimenta e cebola, lardeiam-se com fatias de toucinho e fritam-se no forno. Juntam-se, então, aguardente com uma porção de pão ralado. Deixam-se estar meia hora, depois disto, uma ramada de açúcar e outra tenra e servem.

CHOCOLATE DOS AFLITOS

(restaura as forças perdidas)

Prepara-se da maneira indicada para o chocolate, ajuntando-lhe um meio-quilo de leite para cada libra de cacau. Este chocolate assim preparado é excelente para restaurar as forças perdidas por qualquer moléstia ou por perdas de sangue, para as pessoas que padecem com o fraco estômago, para as que padecem com as febres malignas e finalmente para as que padecem com uma tosse fina que as tenha reduzido a magreza.

ACORDO FIRMADO ENTRE BOLÍVAR E SAN MARTIN

GUAYAQUIL, 26, (julho, 1822 (do correspondente) — Simon Bolívar, o Libertador, teve hoje um encontro histórico com outro herói da emancipação das colônias americanas, José de San Martin.

Nesse encontro, decidiu San Martin deixar a Bolívar — Simon José Antônio de la Santissima Trinidad Bolívar y Palácios —, os próximos passos libertadores.

— Bolívar e eu não cabemos no Peru — disse, a propósito, San Martin.

Bolívar governou na América

San Martin, o aliado

A construção naval brasileira em breve lançará os mais novos gigantescos de 400 mil toneladas.

87 NOVOS NAVIOS FORAM ENCOMENDADOS A NOSSOS ESTALEIROS, SÓ EM 1971

Os grandes importadores de produtos petrolíferos, em muito breve serão apenas o sétimo produtor mundial

Nos últimos cinco anos triplicamos o volume de nossas exportações, com destaque nos manufaturados.

Riqueza mineral não tem paralelo em todo o mundo

Em Minas, acabamos de descobrir as maiores jazidas de urânio de todo o mundo. E na Amazônia, na Serra dos Carajás, localizamos também as maiores reservas internacionais de minério de ferro.

ANEXO 08

BRASIL
150 ANOS
DEPOIS

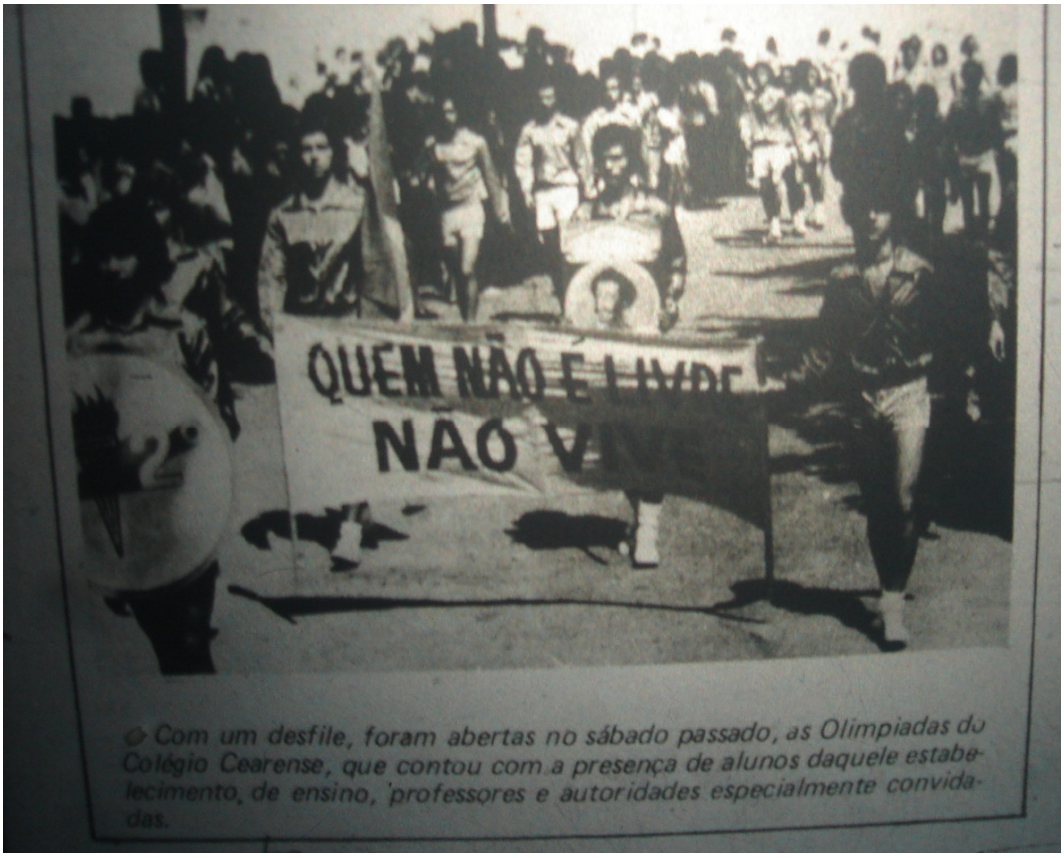
RITMO DO PROGRESSO
SUPERA PREVISÕES

A MARCHA DA
INDEPENDÊNCIA

D. PEDRO COMPÕE HINO A INDEPENDÊNCIA

UMA VIAGEM DIVERTIDA

ANEXO 09
(Jornal O Povo, 04 de setembro de 1972)



Com um desfile, foram abertas no sábado passado, as Olimpíadas do Colégio Cearense, que contou com a presença de alunos daquele estabelecimento de ensino, professores e autoridades especialmente convidadas.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo